

OBRAS ESCOLHIDAS
DE
MAO TSETUNG

Tomo III

EDIÇÕES EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS
PEQUIM 1975

Primeira edição 1973

Segunda edição 1975

A presente tradução está conforme à edição das Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo III (Edições do Povo, Pequim, Maio de 1953).

Nas notas introduziram-se alterações, para atender as necessidades de edição em línguas estrangeiras.

PERÍODO DA GUERRA DE RESISTÊNCIA
CONTRA O JAPÃO (II)

PREFÁCIO E POSFÁCIO
A INVESTIGAÇÃO NO CAMPO

(Março e Abril de 1941)

PREFÁCIO

(17 de Março de 1941)

Actualmente, a política rural do Partido já não é, como durante a guerra civil de dez anos, uma política de revolução agrária, mas sim uma política de frente única nacional anti-japonesa. A totalidade do Partido deve aplicar as directivas do Comité Central de 7 de Julho e de 25 de Dezembro de 1940, bem como as que resultarão do VII Congresso do Partido, que se reunirá brevemente. Publicamos o presente material para ajudar os nossos camaradas a encontrar um método de estudo dos problemas. Muitos dos nossos camaradas conservam ainda um estilo de trabalho caracterizado pela negligência, recusando-se a penetrar no fundo das coisas; chegam a ignorar completamente o que se passa na base e, no entanto, são responsáveis por um trabalho de direcção. Esse estado de coisas é extremamente perigoso. Sem um conhecimento verdadeiramente concreto da situação real das diversas classes da sociedade chinesa, não pode haver direcção realmente boa.

O único processo de conhecer uma situação é investi-

gar sobre a sociedade, sobre a realidade viva das classes sociais. Os que assumem trabalhos de direcção devem consagrar-se, segundo um plano definido, a algumas cidades e aldeias, para proceder aí a investigações minuciosas, aplicando o ponto de vista básico do Marxismo, isto é, o método de análise de classes; esse é o método fundamental de conhecimento numa situação. Só assim podemos adquirir mesmo os conhecimentos mais elementares sobre os problemas sociais da China.

Para conseguir isso é necessário, em primeiro lugar, olhar para baixo, e não voltar a cabeça para cima e ficar fitando o céu. Os que não têm o interesse nem a decisão de olhar para baixo jamais poderão compreender realmente a situação da China.

Em segundo lugar, é necessário proceder a reuniões de investigação. Jamais poderão adquirir-se conhecimentos completos com um simples golpe de vista à direita e à esquerda ou com um ouvir dizer. Do material que recolhi através de tais reuniões, o que respeita à província de Hunan e montanhas Tchincam perdeu-se. O que se publica aqui é essencialmente a “Investigação sobre o Distrito de Sin-cuo”, a “Investigação sobre a Circunscrição de Tchancam” e a “Investigação sobre a Circunscrição de Tsaici”. Fazer reuniões de investigação é o método mais simples, prático e seguro; dele retirei grande benefício; é melhor que qualquer universidade. Devem chamar-se para tais reuniões os quadros verdadeiramente experimentados dos escalões médio e inferior ou pura gente comum. Nas minhas investigações em cinco distritos de Hunan e dois das montanhas Tchincam, recorri a quadros responsáveis do escalão médio; no distrito de

Siunvu, convidei alguns quadros dos escalões médio e inferior, um siutsai[^] pobre, um ex-presidente, arruinado, da câmara de comércio e um pequeno funcionário de-empregado, anteriormente recebedor de impostos no distrito. Todos eles me forneceram um bom caudal de informações sobre coisas de que jamais tinha ouvido falar. O homem que me deu pela primeira vez uma ideia completa da podridão do regime penitenciário na China foi um simples guarda de prisão, que conheci durante a investigação no distrito de Henxan, província de Hunan. Nas in-vestigações no distrito de Sin-cuo e nas duas circuns-crições de Tchancam e Tsaici, estive em contacto com camaradas trabalhadores no escalão de circunscrição e simples camponeses. Todos eles — quadros, cam-poneses, síutsai, guarda de prisão, comerciante e recebedor de impostos — foram para mim inestimáveis professores. Como aluno, era meu dever mostrar-me respeitador, diligente e camarada nas atitudes; se não fosse assim, eles ter-sc-iam afastado de mim, não me teriam contado o que sabiam ou, pelo menos, não o teriam feito inteiramente. Uma reunião de investigação não necessita de ser muito numerosa: bastam três, cinco, digamos sete ou oito pessoas. Para cada reunião há que reservar tanto tempo quanto necessário, ter um questionário formulado de antemão e, pessoalmente, fazer as perguntas, anotar as respostas e entrar em discussão[^] com os participantes. A investigação é pois impossível ou não dá bons resultados, quando não se tem entusiasmo ardente, determinação de voltar os olhos para a base, sede de conhecer, coragem de abater o odioso orgulho pessoal e vontade de ser simples es-

tudante. É preciso compreender que as massas são os verdadeiros heróis, enquanto que, frequentes vezes, nós somos duma ingenuidade ridícula. Se não compreendermos isso, ser-nos-á impossível adquirir os conhecimentos mais elementares.

Repito que o nosso principal objectivo, ao publicarmos o presente material de referencia, é indicar um método que permita conhecer a situação nos escalões inferiores, e não exigir que os nossos camaradas retenham na memória os dados concretos e as conclusões deles extraídas. De modo geral, uma vez que a burguesia chinesa, ainda na infância, não pôde nem poderá nunca fornecer dados relativamente completos ou mesmo rudimentares sobre a situação social, como fez a burguesia europeia, americana e japonesa, vemo-nos obrigados a recolher nós próprios esse material. Especialmente os que realizam o trabalho prático devem a todo o momento manter-se ao corrente da situação que não pára de modificar-se; nesse domínio, nenhum partido comunista, seja em que país for, pode contar com outrem. Por isso é que os que realizam o trabalho prático devem proceder a investigações nos escalões inferiores. Para os que conhecem a teoria mas não conhecem a situação real, tais investigações tornam-se ainda mais necessárias pois, doutro modo, ficam incapacitados de ligar a teoria à prática. “Sem investigação, não há direito à palavra” é uma afirmação que foi ridicularizada, qualificada de “empirismo estreito”, mas, até este momento, eu não lamento tê-la feito; muito pelo contrário, insisto em sustentar que, a menos que se tenha investigado, não deve pretender-se o direito à palavra. Há muitos que “apenas

apeados do carro” vociferam, arengam, multiplicam opiniões, criticando isto, condenando aquilo; na prática, de dez deles, dez correm para o fracasso, pois os seus comentários ou críticas não se baseiam em qualquer investigação minuciosa, são apenas palavreado inútil. Os males causados ao nosso Partido por tais “enviados imperiais” são incontáveis. Não obstante, esses enviados são omni-presentes, aqui, ali, quase por toda a parte. Com muita razão diz Estaline que “a teoria perde o seu objecto se não for ligada à prática revolucionária”. Claro que tem igualmente razão em acrescentar que “a prática é cega se a teoria revolucionária não lhe ilumina o caminho”². Exceptuando-se esses práticos cegos, sem perspectivas nem previsão, ninguém mais pode ser acusado de “empirismo estreito”.

Actualmente, ainda sinto profundamente essa necessidade de estudar com minúcia a situação na China e no estrangeiro, o que se deve ao facto de os meus conhecimentos sobre a questão serem ainda fragmentários. De modo nenhum posso afirmar que conheço tudo e os outros nada sabem. Com todos os camaradas do Partido, aprender junto das massas e continuar a ser aluno destas, eis o meu desejo.

POSFÁCIO

(19 de Abril de 1941)

A experiência adquirida na guerra civil de dez anos é a melhor, a mais adequada ao período actual, o da Guerra de Resistência contra o Japão. Mas só no que se refere à ligação com as massas, à mobilização destas contra o inimigo, e não quanto ao problema da linha táctica. A linha táctica actual do Partido apresenta uma diferença de princípio em relação à linha antiga. Antes, nós lutávamos contra os senhores de terras e a burguesia contrarrevolucionária; hoje, aliamos-nos a todos os que, entre os senhores de terras e a burguesia, não se opõem à resistência ao Japão. Mesmo no último período da guerra civil de dez anos, foi um erro não diferenciar a nossa política, segundo se tratasse do governo e do partido reaccionários que nos lançavam ataques armados, ou das camadas sociais de carácter capitalista colocadas sob a nossa autoridade, e também segundo os diferentes grupos que existiam no seio do governo e do partido reaccionários. A política de “nada mais que luta”, praticada na época com relação a todas as camadas sociais, à parte o campesinato e a camada inferior da pequena burguesia urbana, era indubitavelmente errada. No plano da política agrária, o erro consistiu em rejeitar a justa política seguida nos dois primeiros períodos da guerra civil de dez anos³, e que consistia em atribuir aos senhores de terras a mesma porção de terra que aos camponeses, de modo que pudessem cultivá-la e não se convertessem

em vagabundos sem eira nem beira ou em bandidos de montanha, perturbadores da ordem pública. Hoje a política do Partido é necessariamente diferente; não é nem “nada mais que luta, nenhuma unidade” nem “só unidade nada de luta” (tchentussiuísmo de 1927), mas sim a unidade com todas as camadas sociais opostas ao imperialismo japonês, a formação duma frente única e, ao mesmo tempo, a luta contra as camadas que dentre elas tenham tendência a capitular frente ao inimigo e a opor-se ao Partido Comunista e ao povo, luta cujas formas variam segundo o grau de hesitação e carácter reaccionário das tais camadas. A nossa política actual tem um duplo carácter: associa a “unidade” e a “luta”. No domínio do trabalho, essa política tem por objectivo melhorar, na medida conveniente, as condições de vida dos operários, mas não impede que a economia capitalista se desenvolva adequadamente. No domínio agrário, exige dos senhores de terras uma redução de rendas e taxas de juro, pedindo por outro lado aos camponeses um pagamento parcial dessas rendas e juros. Quanto aos direitos políticos, garante a todos os senhores de terras e a todos os capitalistas anti-japoneses os mesmos direitos que aos operários e camponeses — inviolabilidade da pessoa, direitos políticos e direito à propriedade — mas cuida igualmente de preservar-se das eventuais acções contra-revolucionárias daqueles. A economia de Estado e a economia cooperativa devem ser desenvolvidas mas, como nas bases rurais o sector principal da nossa economia é constituído actualmente pelas empresas privadas, e não pelas empresas de Estado, devemos dar ao sector do capitalismo liberal opor-

tunidades de desenvolvimento e utilizá-lo contra o imperialismo japonês e o regime semi-fudal. Essa é a política mais revolucionária que se pode adoptar hoje na China, sendo seguramente errado pronunciar-se contra ela ou entrar-lhe a aplicação. Fazer sérios e resolutos esforços para preservar a pureza da ideologia comunista entre os membros do Partido e, por outro lado, proteger a parte útil do sector capita-lista da nossa economia social e possibilitar-lhe um desenvolvimento adequado, são, tanto uma como outra, duas tarefas indispensáveis para nós, no período de resistência ao Japão e de edificação duma república democrática. Ao longo desse período é possível que alguns membros do Partido Comunista se deixem corromper pela burguesia e surjam ideias capitalistas entre as nossas fileiras, tendo nós que combater esse espírito decadente; mas não há que, erradamente, levar essa luta do interior do Partido para o terreno da economia social, combatendo os elementos da economia capitalista. Importa traçar uma clara linha de demarcação entre esses dois domínios. O Partido Comunista da China trabalha em condições complexas; cada membro e, especialmente, cada quadro, deve temperar-se para converter-se num combatente conhecedor das tácticas marxistas; não é encarando os problemas de modo unilateral e simplista que se leva a revolução à vitória.

NOTAS

1 A primeira directiva é a “Resolução do Comité Central do Partido Comunista da China sobre a Situação Actual e a Política do

Partido”; a segunda é a que, com o título de “Sobre a Nossa Política”, figura nas Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo II.

2 J. V. Estaline: “Fundamentos do Leninismo”, parte III.

3 O primeiro período da guerra civil de dez anos vai dos fins de 1927 aos fins de 1928, e é o que se chama comumente período das montanhas Tchincam; o segundo estende-se dos começos de 1929 ao Outono de 1951, quer dizer, desde a criação da base de apoio vermelha central até à conclusão vitoriosa da terceira contra-campanha de “cerco e aniquilamento”; o último vai dos fins de 1931 aos fins de 1934, quer dizer, da vitória sobre essa terceira campanha à Reunião Ampliada do Birô Político do Comité Central do Partido, realizada em Tsuen-yi, província de Cucidjou. A Reunião de Tsuen-yi, em Janeiro de 1935, eliminou a linha oportunista de “esquerda”, dominante no seio do Partido desde 1931 a 1934, e reen-caminhou o Partido para a linha justa.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) Graduados dos escalões mais baixos nos exames imperiais da China antiga.

REFORMEMOS O NOSSO ESTUDO*

(Maio de 1941)

É minha opinião que tanto o método como o sistema do nosso estudo devem ser modificados em todo o Partido. E isso pelas razões seguintes:

I

Os vinte anos de existência do Partido Comunista da China foram vinte anos de crescente integração da verdade universal do Marxismo-Leninismo com a prática concreta da revolução chinesa. Basta recordarmos quão superficial e pobre era o nosso conhecimento do Marxismo-Leninismo e da revolução chinesa nos anos da infância do Partido, para vermos o quanto é ele hoje mais profundo e mais rico. Durante cem anos, os melhores filhos e filhas da nação chinesa mergulhada em imensa desgraça com-bateram e deram a vida, preenchendo incessantemente cada lacuna deixada pelos que tombavam, em busca duma verdade que salvasse o país e o povo, o que é digno do nosso pranto e nosso canto. Mas

* Relatório apresentado pelo camarada Mao Tsetung a uma reunião de quadros em Icn-an. Esse relatório e os dois textos intitulados “Rectifiquemos o Estilo de Trabalho no Partido” e “Contra o Estilo de Cliché do Partido” constituem os trabalhos de base do camarada Mao Tsetung sobre

só depois da Primeira Guerra Mundial e da Revolução de Outubro na Rússia é que nós descobrimos o Marxismo-Leninismo, a maior das verdades, e o consideramos como a melhor de todas as armas para a libertação da Nação. Foi o Partido Comunista da China o iniciador, o propagandista e o organizador quanto ao manejo de tal arma. Desde que a verdade universal do Marxismo-Leninismo se integrou com a prática concreta da revolução chinesa, esta ganhou uma feição inteiramente nova. Desde que começou a Guerra de Resistência contra o Japão, o nosso Partido, baseando-se na verdade universal do Marxismo-Leninismo, progrediu no estudo da prática concreta dessa guerra e no estudo da China e do mundo actuais, dando ademais os primeiros passos no estudo da história da China. Tudo isso representa um muito bom sinal.

o movimento de rectificação. Neles, o camarada Mao Tsetung procedeu a um profundo balanço, no plano ideológico, das divergências registadas no passado a propósito da linha do Partido, analisou a ideologia e o estilo de trabalho pequeno-burgueses que, sob máscara de Marxismo-Leninismo, se haviam difundido amplamente no seio do Partido, sobretudo as tendências subjectivistas e sectárias e ainda o estilo de cliché do Partido — forma de expressão dessas duas tendências. O camarada Mao Tsetung lançou um apelo para que se desenvolvesse em todo o Partido um movimento de educação marxista-leninista, noutros termos, um movimento de rectificação na base dos princípios ideológicos do Marxismo-Leninismo. Esse apelo do camarada Mao Tsetung não tardou a suscitar, dentro como fora do Partido, um grande debate entre a ideologia proletária e a ideologia pequeno-burguesa, o que consolidou as posições da ideologia proletária no seio e no exterior do Partido, elevou consideravelmente o nível ideológico da grande massa dos quadros e assegurou ao Partido uma unidade sem precedentes.

II

Não obstante, temos ainda insuficiências, e bem grandes até. Enquanto não superarmos essas insuficiências, não poderemos, em minha opinião, fazer novos progressos no trabalho, nem nessa nossa grande tarefa de integração da verdade universal do Marxismo-Leninismo com a prática concreta da revolução chinesa.

Vejamos primeiro o estudo da situação actual. É certo que obtivemos algum êxito no estudo da situação actual, interna e internacional, mas, para um grande partido político como o nosso, o material que recolhemos nos diversos domínios — político, militar, económico e cultural — da vida interna e internacional continua fragmentário e o nosso trabalho de investigação ainda se realiza de modo não sistemático. Em termos gerais, nos últimos vinte anos não fizemos trabalho realmente sistemático e minucioso quanto a recolha e estudo do material relativo a esses domínios, e temos faltado uma atmosfera entusiástica de investigação e estudo da realidade objectiva. Muitos camaradas do nosso Partido têm ainda um estilo de trabalho mau em extremo, estilo diametralmente oposto ao espírito básico do Marxismo-Leninismo, comportam-se como um homem que “tenta apanhar um pardal, de olhos fechados” ou como um “cego que tenta agarrar um peixe”, não trabalham cuidadosamente, entregam-se a um palavreado pretensioso e contentam-se com conhecimentos fragmentários e mal assimilados. Marx, Engels, Lenine e Estaline ensinam-nos que é preciso estudar conscienciosamente

as situações, partir da realidade objectiva e não de desejos subjectivos; no entanto, muitos dos nossos camaradas actuam violando directamente essa verdade.

Segundo, consideremos o estudo da História. Esse trabalho foi já iniciado por um punhado de membros e de simpatizantes do nosso Partido, mas não tem sido feito organizadamente. A história da China, a dos últimos cem anos como a da antiguidade, permanece inteiramente obscura para muitos membros do Partido. Muitos dos nossos sábios marxistas-leninistas não podem abrir a boca sem citar a Grécia antiga, mas, quanto aos seus próprios antepassados, que pena, esqueceram-nos. Não há uma atmosfera entusiástica de estudo sério, nem da situação actual nem da história do passado.

Terceiro, consideremos o estudo da experiência revolucionária internacional, o estudo da verdade universal do Marxismo-Leninismo. Aparentemente, muitos camaradas estudam o Marxismo-Leninismo não por necessidades da prática revolucionária mas apenas por estudar. Assim, embora lendo, não con-

tem seguem assimilar o que lêem. Apenas sabem citar unilateralmente frases e palavras soltas das obras de Marx, Engels, Lenine e Estaline, sendo incapazes de adoptar-lhes a posição, o ponto de vista e o método no estudo concreto da situação actual e da história da China, nem na análise concreta e solução dos problemas da revolução chinesa. Tal atitude com relação ao Marxismo-Leninismo é prejudicial em extremo, sobretudo entre os quadros dos escalões médio e superior.

Os três pontos que mencionei acima — negligência no estudo da situação actual, negligência no estudo da

História e negligência na aplicação prática do Marxismo-Leninismo — constituem um péssimo estilo de trabalho, cuja generalização teve efeitos perniciosos em muitos dos nossos camaradas.

Há efectivamente nas nossas fileiras muitos camaradas desencaminhados por esse estilo de trabalho. Recusando a realização sistemática e minuciosa de investigações e estudo sobre a situação concreta no interior e no exterior do país, província, distrito e sub-distrito, eles dão ordens baseadas apenas nos seus conhecimentos fragmentários e no “deve ser assim porque julgo que é assim”. Acaso não existirá ainda tal estilo subjectivista de trabalho entre muitos dos nossos camaradas?

Alguns, em vez de envergonhar-se, sentem-se orgulhosos de conhecerem muito pouco ou nada da nossa própria história. Particularmente significativo é o facto de muito poucos conhecerem realmente a história do Partido Comunista da China e a história da China nos últimos cem anos contados desde a Guerra do Ópio. Ninguém, praticamente, se ocupou com seriedade da história económica, política, militar e cultural da China nos últimos cem anos. Ignorantes sobre o seu próprio país, alguns sabem unicamente contar histórias da Grécia antiga e outras terras estrangeiras, e mesmo esses conhecimentos são uma lástima, foram recolhidos pedaço a pedaço num amontoado de velhos livros estrangeiros.

Durante vários decénios, muitos dos que estudaram no estrangeiro sofreram dessa doença. Vindos da Europa, América ou Japão, só sabiam papaguear coisas estrangeiras. Transformados em fonógrafos, esqueciam

que o dever é compreender aquilo que é novo e criar o novo. Essa doença infectou igualmente o Partido. Embora estudemos o Marxismo, o método usado por muitos de nós revela-se directamente oposto ao Marxismo. Por outras palavras, violam o princípio básico que nos recomendam com instância Marx, Engels, Lenine e Estaline: unidade entre teoria e prática. Tendo violado esse princípio criam de sua própria iniciativa o princípio oposto: divisão entre teoria e prática. Nas escolas, nos cursos para quadros em exercício, os professores de filosofia não orientam os alunos para o estudo da lógica da revolução chinesa; os professores de economia não orientam para o estudo das características da economia chinesa; os professores de ciências políticas não orientam para o estudo das tácticas da revolução chinesa; os professores de ciências militares não orientam para o estudo da estratégia e tácticas adaptadas às características especiais da China; e assim por diante. Daí resulta uma generalização de erros e um grande prejuízo para as pessoas. O que se aprendeu em Ien-an não se sabe aplicar em Fucien¹. Os professores de ciências económicas são incapazes de explicar a relação entre piempi e fapi¹ e, naturalmente, os alunos tão-pouco podem explicá-la. Assim se cria uma mentalidade anormal entre muitos dos alunos: em vez de se interessarem pelos problemas chineses e atribuírem a importância desejada às directivas do Partido, aferram-se de todo o coração a supostos eternos e imutáveis dogmas aprendidos junto dos mestres. Claro que isso são exemplos do que há de mais negativo no Partido, não se trata pois do caso geral. Seja como

for, porém, eles existem na realidade, sendo até bastante numerosos, e causaram já prejuízo bastante para não poderem considerar-se com indiferença.

III

Para dar uma explicação mais aprofundada do que acabo de dizer, gostaria de comparar duas atitudes opostas. Primeiro, a atitude subjectivista. Com tal atitude as pessoas não realizam um estudo sistemático e minucioso da realidade circundante, trabalham por puro entusiasmo subjectivo e não têm mais que uma ideia confusa do quadro da China de hoje. Com essa atitude, rompem o fio da História, conhecem apenas a Grécia antiga, não a China, permanece-lhes de todo obscura a China de tontem e antes de ontem. Com essa atitude, estudam o Marxismo-Leninismo em abstracto, sem qualquer objectivo. Estudam essa teoria não para encontrar em Marx, Engels, Lenine e Estaline a posição, o ponto de vista e o método para resolver os problemas teóricos e tácticos da revolução chinesa, mas apenas pela teoria em si. Em vez de disparar para o alvo, arremessam as flechas ao acaso. Marx, Engels, Lenine e Estaline ensinam-nos que há que partir da realidade objectiva e extrair daí as leis que nos guiarão na acção. Para isso torna-se necessário, como dizia Marx, recolher minuciosamente os materiais e convertê-los em objecto duma análise científica e estudo sintético³. Muitos de nós não procedem desse modo mas sim inteiramente ao contrário. Um bom número faz trabal-

hos de investigação, mas não se interessa em absoluto pela China de hoje nem de ontem, reduzindo todo o seu interesse ao estudo de “teorias” vazias e divorciadas da realidade. Muitos outros, ocupando-se de trabalhos práticos, descaram igualmente o estudo das condições objectivas e, muitas vezes, fiando-se apenas no entusiasmo, substituem a política do Partido por sentimentos pessoais. Esses dois tipos de indivíduos actuam com base no que é subjectivo, não têm em conta a realidade objectiva. Quando fazem discursos, caem sempre na mesma série de cabeçalhos: A, B, C, D, i, 2, 3, 4, etc, e, se escrevem um artigo, é uma fiada de fraseologia pretensiosa. Não desejam encontrar a verdade nos factos, mas apenas despejar frases bonitas para ganhar o público. São brilhantes, mas sem substância, são frágeis e sem firmeza. Julgam--se infalíveis, tomam-se pelas maiores autoridades e são omnipresentes como “enviados imperiais”. Tal é o estilo de trabalho de certos camaradas nas nossas fileiras. Adoptrar para si esse estilo de trabalho é prejudicar-se a si próprio; adoptá-lo para instruir outros é prejudicar os outros; adoptá-lo para dirigir a revolução é prejudicar a revolução. Resumindo, esse método subjectivista, contrário à ciência e ao Marxismo-Leninismo, é um grande inimigo do Partido Comunista, da classe operária, do povo, da nação — é uma manifestação de impureza no espírito de partido. Um grande inimigo ergue-se frente a nós, o nosso dever é abatê-lo. Só quando o subjectivismo tiver sido liquidado é que a verdade do Marxismo-Leninismo poderá prevalecer, o espírito de partido consolidar-se e a revolução triunfar. Há que sublinhar que a ausência duma atitude científica, quer

dizer, a ausência da atitude marxista-leninista que une a teoria e a prática, significa falta ou insuficiência de espírito de partido.

Há um par de versos que pinta bem tal tipo de gente. Diz assim:

Junco nos muros, copas frondosas, caules débeis, raízes não profundas;

Rebento de bambu nas montanhas, língua afiada, casca grossa, oco o interior.

Vejam: isso lembra ou não aqueles que não tomam uma atitude científica, só sabem recitar frases e palavras extraídas das obras de Marx, Engels, Lenine e Estaline, e buscam vão renome sem pos-suírem conhecimentos reais? Se houver alguém que quizer de facto curar-se dessa doença, o meu con-selho é que decore bem esses versos ou, o que exige um pouco de mais coragem, que os cole na parede do próprio quarto. O Marxismo-Leninismo é uma ciência e ciência é conhecimento real; toda a astúcia é sem utilidade. Sejamos, pois, honestos.

Segundo, a atitude marxista-leninista.

Isso significa aplicar a teoria e o método marxistas-leninistas na investigação e estudo sistemático e minucioso sobre a realidade que nos rodeia. No trabalho não devemos fiar-nos apenas no entusiasmo, mas sim, como diz Estaline, agir combinando o entusiasmo revolucionário com o senso prático⁴. Essa atitude significa não quebrar o fio da História. Não basta o simples conhecimento da Grécia antiga, importa também conhecer a China; não há apenas que conhecer a história revolucionária dos países estrangeiros, há também que conhecer a da China, e não só a China de hoje, também a China de ontem

e antes de ontem. Essa atitude significa que se impõe um objectivo ao estudar a teoria marxista-leninista, que importa integrar a teoria marxista-leninista com o movimento prático da revolução chinesa e que se deve buscar a posição, o ponto de vista e o método para resolver os problemas teóricos e táticos da revolução chinesa. Essa atitude é a que dispara a flecha contra o alvo. Na ocorrência, o “alvo” é a revolução chinesa e a “flecha” é o Marxismo-Leninismo. Nós, comunistas chineses, fomos buscar essa “flecha” justamente para atingir esse “alvo”: a revolução na China, a revolução no Oriente. Uma tal atitude consiste em buscar a verdade nos factos. Por “factos” entendemos os fenómenos tal qual existem objectivamente; por “verdade” entendemos os laços internos desses fenómenos objectivos, quer dizer, as leis que os regem; por “buscar” entendemos estudar. Nós devemos partir da situação real no interior e exterior do país, província, distrito ou sub-distrito, e extrair dela, como guia para a nossa acção, as leis que são próprias a essa situação, e não leis criadas pela nossa imaginação, quer dizer, devemos descobrir os laços internos dos acontecimentos que se desenrolam à nossa volta. Para isso, devemos basear-nos nos factos tal qual existem, objectivamente, e não na nossa imaginação subjectiva, no entusiasmo dum momento ou nos conhecimentos livrescos; há que recolher minuciosamente os materiais, guiados pelos princípios gerais do Marxismo-Leninismo, extrair conclusões justas desses materiais. Essas conclusões não serão uma simples enumeração de fenómenos na ordem A, B, C, D, nem tão-pouco escritos cheios de clichés rebatidos e fraseologia pretensiosa,

serão conclusões científicas. Uma tal atitude implica o desejo de buscar a verdade nos factos e não o de agradar ao público vertendo belas palavras. Tal atitude é uma manifestação do espírito de partido, o estilo de trabalho marxista-leninista que une a teoria à prática. É o mínimo que se exige dum comunista. Os que adoptam essa atitude não são nem da espécie “copas frondosas, caules débeis, raízes não profundas” nem da espécie “língua afiada, casca grossa, oco o interior”.

IV

De acordo com os pontos de vista acima enuncia-dos, faço as seguintes propostas:

1. Fixar como tarefa de todo o Partido o estudo sistemático e minucioso da realidade circundante. Submeter a investigações e estudos minuciosos, segundo a teoria e o método marxistas-leninistas, o desenvolvimento da actividade dos nossos inimigos, dos nossos amigos e nossa, nos domínios económico, financeiro, político, militar, cultural e no domínio dos assuntos de partido, e depois extrair daí as conclusões justas e necessárias. Para isso, há que dirigir a atenção dos nossos camaradas para as investigações e estudos relativos aos factos reais; fazer-lhes compreender que a tarefa fundamental dos órgãos dirigentes do Partido Comunista consta de dois pontos importantes: conhecer a situação tal como é e dominar a política, quer dizer conhecer o mundo e transformá-lo. Os nossos camaradas precisam de entender que sem investigação não há direito à palavra, e que a fraseologia pretensiosa, distribuída a torto e a di-

reito, e a simples enunciação dos fenómenos em ordem numérica, 1, 2, 3, 4, de nada servem. Tomemos como exemplo o trabalho de propaganda. Se ignoramos como a propaganda é realizada pelos nossos inimigos, amigos e nós próprios, ficamos na impossibilidade de definir correctamente a nossa política nessa matéria. No trabalho de seja que sector for, precisamos primeiro conhecer a situação real para então fazermos bem o trabalho. O elo básico da transformação do estilo de trabalho do Partido consiste em promover uma planificação de investigações e estudo por todo o Partido.

2. Concentrar indivíduos competentes para fazerem o estudo da história da China nos últimos cem anos, segundo o princípio da divisão do trabalho e - da cooperação e acabar com a falta de organização nesse domínio. Começar por um estudo analítico nos vários domínios da história económica, história política, história militar e história cultural da China, para só então passar à realização de estudos sintéticos.

3. No que respeita à educação dos quadros em exercício ou nas escolas de quadros, há que estabelecer uma política de tomar como centro o estudo dos problemas práticos da revolução chinesa e adoptar como guia os princípios fundamentais do Marxismo--Leninismo, devendo portanto rejeitar-se o método de estudar o Marxismo-Leninismo de maneira estática e isolada. Adoptar como principal material de estudo do Marxismo-Leninismo o Compêndio de História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S. Essa obra é a melhor síntese e o melhor balanço do movimento comunista mundial dos últimos cem anos, é o modelo de união da teoria

com a prática, o único modelo acabado que se encontra hoje no mundo. Vendo como Lenine e Estaline uniram a verdade universal do Marxismo com a prática concreta da revolução na União Soviética e, sobre essa base, desenvolveram o Marxismo, compreenderemos como temos de trabalhar na China.

Nós fizemos muito ziguezague. Mas os erros são muitas vezes os precursores da verdade. Estou convencido de que, nas circunstâncias tão vivas e ricas da revolução na China e no mundo, a reformar do nosso estudo há-de dar bons resultados

NOTAS

1 Fucien está a cerca de setenta quilómetros a sul de Ien-an.

2 Piempi: moeda emitida pelo Banco do Governo da Região Fronteira Xensi-Cansu-Ninsia. Papi: moeda emitida desde 1935 pelos quatro grandes bancos do capital burocrático kuomintanista, apoiados pelos imperialistas ingleses e norte-americanos. Aqui, o camarada Mao Tsetung alude às flutuações então verificadas na taxa de câmbio entre piempi e japi.

3 Ver "Posfácio à Segunda Edição Alemã" de O Capital, Tomo I, onde Marx afirma:

"O último (o método de investigar) deve recolher os materiais em todos os seus detalhes, analisar-lhes as diversas formas de desenvolvimento e descobrir-lhes os laços internos. Só depois de realizado esse trabalho pode descrever-se justamente o movimento real no seu conjunto."

4 Ver J. V. Estaline: "Fundamentos do Leninismo", parte IX: "O Estilo de Trabalho".

DENUNCIAR A CONSPIRAÇÃO DUM MUNIQUE DO EXTREMO ORIENTE*

(25 de Maio de 1941)

1. Compromisso entre o Japão e os Estados Unidos à custa da China e conclusão dum Munique do Extremo Oriente, contra o comunismo e a União Soviética, eis a nova conspiração em curso entre o Japão, Estados Unidos e Tchiang Kai-chek. Há que denunciar e combater tal conspiração.

2. Agora que terminou a sua ofensiva militar lançada para obrigar Tchiang Kai-chek a capitular, o imperialismo japonês vai seguramente passar a manobras para levá-lo à capitulação. Uma vez mais, o inimigo recorre à velha política de bater e assoprar, alternativa ou simultaneamente. Temos pois que denunciar e combater essa política.

3. Paralelamente à sua ofensiva militar, o Japão lançou uma campanha de mentiras pretendendo que o “VIII Exército não quer bater-se em coordenação com o Exército Central do Kuomintang”, “explora todas as ocasiões para expandir o seu território”, “busca uma abertura internacional”, “cria outro go-verno central”, etc. Essa é a trama perversa com que o Japão tenta semear a discórdia entre o Partido Comunista e o Kuomintang, a fim de facilitar a indução deste último à capitulação. Ao difundirem letra por letra tais mentiras, a “Agência Central de Informação” e a imprensa kuomintanistas não hesitam

em transformar-se no eco da propaganda anti-comunista do Japão; as suas intenções são mais que suspeitas. Tudo isso deve também ser denunciado e combatido por nós.

4- O Novo IV Exército foi declarado “rebelde” e o VIII Exército não recebe um só cêntimo ou cartucho do Kuomintang; não obstante, esses dois exércitos não deixaram um só momento de combater o inimigo. Na actual campanha no sul do Xansi, aliás, o VIII Exército foi quem retomou a iniciativa de coordenar as suas operações com as das tropas do Kuomintang, e há duas semanas está atacando em todos os sectores da frente da China Setentrional, onde, até este momento, continua em violentos combates. As forças armadas e as massas populares dirigidas pelo Partido Comunista conver-teram-se já nos pilares da Guerra de Resistência contra o Japão. Todas as calúnias lançadas contra o Partido Comunista visam o fracasso da Resistência e facilitam a capitulação. Nós devemos multiplicar os sucessos militares do VIII Exército e do Novo IV Exército e opor-nos a todos os derrotistas e capitulacionistas.

NOTAS

1 Trata-se da campanha dos montes Tchuntiao. Em Maio de 1941, mais de cinquenta mil homens das forças de invasão japonesas atacaram a região dos montes Tchuntiao, a norte do rio Amarelo, no sul do Xansi. Sete corpos de exército do Kuomintang estavam concentrados nessa região e quatro outros no nordeste, região de Caopim, perfazendo no total um efectivo de duzentos e cinquenta mil homens. Como as tropas do Kuomintang no norte do rio Amarelo tinham por missão principal combater os comunistas, nunca

se prepararam para a guerra contra o invasor, e a maior parte delas procurou evitar o combate quando este atacou. Assim, não obstante a coordenação activa do VIII Exército com as tropas kuomintanistas para golpear os bandidos japoneses, nessa campanha as forças kuomintanistas foram inteiramente destroçadas, perdendo mais de cinquenta mil homens em três semanas e fugindo as restantes para a margem sul do rio Amarelo.

SOBRE A FRENTE ÚNICA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA*

(23 de Junho de 1941)

Os dominadores fascistas da Alemanha desencana-dearam a 22 de Junho o seu ataque à União Soviética. Essa agressão pérfida e criminoso é tanto contra a União Soviética como contra a liberdade e a independência de todas as outras nações. Na guerra sagrada de resistência à agressão fascista, a União Soviética defende tanto o seu próprio território como a totalidade das nações que lutam para salvar--se da subjugação fascista.

Presentemente, a tarefa dos comunistas de todo o mundo consiste em mobilizar os povos de todos os países a fim de organizar uma frente única internacional para lutar contra o fascismo, defender a União Soviética, defender a China e salvaguardar a liberdade e independência de todas as nações. Na fase actual, todos os esforços devem ser concentrados no combate à subjugação fascista.

Para o partido comunista da China, as tarefas em todo o país são as seguintes:

1 Prever na frente única nacional anti japonesa, prosseguir firmemente na cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista , expulsar da China os imperialistas japoneses e, através disso, ajudar a União

* Directiva interna do Partido, redigida pelo camarada Mao Tse-tung em nome do Comité Central do Partido Comunista da China.

Soviética.

2 combater resolutamente toda a atividade anti soviética e anti comunista por parte dos elementos reacionários da grande burguesia .

3 Nas relações exteriores, aliar-se contra um inimigo comum, com todos aqueles que, na Inglaterra, Estados Unidos e outros países, tomam posições contra os dominadores fascistas da Alemanha, Itália e Japão.

DISCURSO PRONUNCIADO NA ASSEMBLEIA DE
REPRESENTANTES DA REGIÃO FRONTEIRIÇA
XENSI-CANSU-NINSIA

(21 de Novembro de 1941)

Senhores membros da Assembleia! Camaradas! A inauguração que hoje se faz da Assembleia de Representantes da Região Fronteira reveste grande significado. A Assembleia tem apenas um objectivo: abater o imperialismo japonês e edificar uma China de democracia nova, quer dizer, a China dos Três Princípios do Povo revolucionários. Na China actual, não pode haver outro objectivo. E é assim porque, agora, os nossos inimigos principais não são os do interior mas sim o fascismo japonês, o fascismo alemão e o fascismo italiano. O Exército Vermelho Soviético bate-se pelos destinos da União Soviética e pelos de toda a humanidade e nós lutamos contra o imperialismo japonês, que prossegue a sua agressão para subjugar a China. O Partido Comunista da China

está pela união de todas as forças anti-japonesas do país com vista à liquidação do imperialismo japonês, pela cooperação com todos os partidos e grupos políticos, todas as classes e todas as nacionalidades que resistem ao Japão; todos, excepto os traidores à nação, devem unir-se na luta comum. Tal tem sido a posição consequente do Partido Comunista. Há mais de quatro anos já que o nosso povo tem resistido heroicamente ao invasor, resistência que pôde prosseguir-se graças à cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, graças à cooperação de todas as classes, partidos, grupos políticos e nacionalidades do país. Contudo, a vitória ainda não está ganha; para conquistá-la é necessário prosseguir a luta e pôr em prática os Três Princípios do Povo revolucionários.

Por que razão devemos pô-los em prática? Porque, até aqui, os Três Princípios do Povo revolucionários, proclamados pelo Dr. Sun Yat-sen, ainda não foram convertidos em realidade por todo o país. Por que razão não exigimos desde já a realização do socialismo? Como é evidente, o socialismo representa um regime superior, instaurado há já muito na União Soviética, mas na China ainda não existem as condições necessárias para isso. O que aplicamos na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia são os Três Princípios do Povo revolucionários. Nunca saímos do quadro desses princípios para resolver qualquer dos nossos problemas práticos. Nas circunstâncias actuais, um deles, o princípio do nacionalismo, implica o esmagamento do imperialismo japonês, enquanto que os outros dois, o princípio da democracia e o princípio do bem-estar do povo, exigem que se sirva

o interesse de todos os que lutam contra o invasor e não os interesses dum só sector. No seio do nosso povo, cada indivíduo deve gozar da inviolabilidade da pessoa humana, do direito de intervenção na vida política e do direito à protecção dos seus bens. Cada um deve poder exprimir-se, vestir-se, alimentar-se, trabalhar e instruir-se, numa palavra, cada um deve beneficiar da parte que lhe cabe. Pode dizer-se que a sociedade chinesa é “pequena nas duas extremidades e grande no meio”. O proletariado, numa extremidade, e as classes dos senhores de terras e da grande burguesia na outra, constituem apenas uma minoria; a grande massa do povo é formada pelo campesinato, pequena burguesia urbana e demais classes intermédias. Nenhum partido pode levar a bom termo os negócios de Estado se a sua política não tomar em consideração os interesses dessas classes, se as pessoas que as compõem não beneficiarem do que lhes cabe e não tiverem direito de expressão. As medidas políticas propostas pelo Partido Comunista da China visam a unir todos os que lutam contra o invasor; tem em conta os interesses de todas as classes em luta contra o Japão e, em particular, os interesses do campesinato, pequena burguesia urbana e demais classes intermédias. A política preconizada pelo Partido Comunista, que dá ao povo de todos os sectores possibilidades de se exprimir e lhe assegura trabalho e alimentação, é a política dos Três Princípios do Povo autenticamente revolucionários. Pelo que respeita às relações agrárias, nós praticamos por um lado a redução das rendas e taxas de juro a fim de que os camponeses possam alimentar-se, e, por outro lado, velamos por que essas rendas e juros

reduzidos sejam pagos pelos camponeses, de modo que os senhores de terras possam igualmente viver. No que respeita às relações entre o trabalho e o capital, nós ajudamos os operários para que tenham trabalho e possam alimentar-se, e ao mesmo tempo praticamos a política de desenvolvimento da indústria e do comércio, de modo que os capitalistas possam realizar certo lucro. Todas essas medidas visam a unir o nosso povo num esforço comum para resistir ao Japão. É a isso que chamamos política de democracia nova. É a política que responde realmente às condições actuais da China, e esperamos que a respectiva aplicação não se limite à região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia e às bases anti-japonesas situadas por trás das linhas inimigas, mas sim que se estenda por todo o país.

Essa política tem sido prosseguida vitoriosamente por nós, e conquistou a aprovação da totalidade do povo. Mas houve insuficiências. Alguns comunistas ainda não sabem como cooperar democraticamente com as pessoas que não pertencem ao Partido; no seu trabalho, mantêm um estilo estreito de “porta fechada” ou sectário; ainda não compreendem que os membros do Partido têm o dever de cooperar com os não-comunistas que são pela resistência, não tendo o direito de repeli-los. Isso significa que devemos escutar atentamente a opinião das massas populares, manter-nos ligados a estas e não desligar-nos delas. No Programa Administrativo da Região Fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, há um artigo que impõe aos membros do Partido Comunista uma cooperação democrática com os não-comunistas, impõe não agir arbitrariamente nem tomar pessoalmente tudo

em mãos; esse artigo dirige-se exactamente aos camaradas que ainda não compreenderam a política do nosso Partido. Os comunistas devem ouvir atenta-mente as opiniões dos não membros do Partido e dar-lhes a possibilidade de se exprimirem. Se o que os outros dizem está correcto, nós aplaudimos e aprendemos dos seus pontos fortes; se o que dizem está errado, deixamo-los igualmente concluir a ex-posição, e depois damos-lhes pacientemente as ne-cessárias explicações. Em nenhuma circunstância devem os comunistas julgar-se infalíveis nem tomar atitudes arrogantes, crendo-se bons em tudo e pen-sando que os outros não servem para coisa alguma; nunca devem encerrar-se entre quatro paredes, ser fanfarrões ou comportar-se como tiranos. Exceptua-dos os reaccionários obstinados que, de convênciã com os invasores japoneses e os traidores, sabotam a Guerra de Resistência e a união, os quais, bem enten-dido, não têm direito à palavra, todos devem ser livres de se exprimirem, não importando que as opiniões que emitam estejam erradas. Os negócios do Estado são negócios públicos de todo o país e não negócios privados dum partido ou dum grupo. Assim, os comunistas têm o dever de cooperar democraticamente com os não-comunistas, não tendo o direito de afastá-los nem de monopolizar tudo. O Partido Comunista é um partido ao serviço dos interesses da nação e do povo; não tem objectivos privados a prosseguir. Ele deve pois submeter-se ao controle do povo e jamais infringir a vontade deste. Os seus membros devem situar-se entre as massas populares e não acima destas. Senhores membros da Assembleia! Camaradas! O princípio de cooperação demo-crática

com os não-comunistas, adoptado pelo nosso Partido, é definitivo e imutável. Enquanto houver partidos na sociedade, os seus membros serão sempre uma minoria e os não-membros a maioria; sendo assim, os membros do nosso Partido terão sempre a obrigação de cooperar com os não-membros, devendo começar já a fazê-lo correctamente aqui, nesta Assembleia. Em minha opinião, os representantes comunistas, guiados por essa política, hão-de ganhar boa tẽmpera e saberão ultrapassar a atitude de “porta fechada”, o sectarismo. Não somos uma pequena seita que se cre infalível, nós devemos, absolutamente, aprender a abrir totalmente as portas à cooperação democrática com os não-comunistas e aprender a consultar os demais. Talvez ainda haja comunistas capazes de dizer: “Se se tem de cooperar com os outros, eu retiro-me!”. Mas eu estou persuadido de que tais comunistas são em percentagem muito reduzida. Posso assegurar-vos que a maioria esmagadora dos nossos membros saberá aplicar a linha do Comité Central. Ao mesmo tempo eu gostaria de pedir a todos os camaradas não-comunistas que compreendam as nossas intenções e entendam que o Partido Comunista de modo nenhum é uma reduzida seita ou grupúsculo que prossegue objectivos privados. Não! O Partido Comunista busca sincera e honestamente a melhor solução para os negócios do país. Mas as nossas falhas também são numerosas. Nós não receamos evocá-las e estamos decididos a corrigi-las. E haveremos de fazê-lo, reforçando o nosso trabalho de educação no seio do Partido e cooperando democraticamente com os não-comunistas. Só submetendo as nossas falhas a esse fogo cruzado do interior e

do exterior é que
36 conseguiremos corrigir-nos e resolver correctamente os problemas do país.
Senhores membros da Assembleia! Vós destes-vos ao incómodo de vir participar a esta reunião e eu felicito-me bastante por poder saudar esta distinta Assembleia e desejar-lhe pleno êxito nos trabalhos.

RECTIFIQUEMOS O ESTILO DE TRABALHO NO PARTIDO*

(1 de Fevereiro de 1942)

Hoje, inaugura-se a Escola do Partido e eu desejo--lhe todo o sucesso.

Sobre a questão do estilo de trabalho do nosso Partido gostaria de dizer algo.

Por que razão se necessita dum partido revolucio-nário? Porque no mundo há inimigos que oprimem o povo e este quer liquidar a opressão. Essa é a razão da necessidade dum partido revolucionário. Na era do capitalismo e do imperialismo, é dum partido re-volucionário como o Partido Comunista que se ne-cessita. Sem um partido revolucionário como o Par-tido Comunista é totalmente impossível ao povo libertar-se da opressão inimiga. Nós somos comunis-tas, o que pretendemos é guiar o povo na luta para esmagar os seus inimigos. Temos pois de manter as fileiras bem alinhadas, marchar na mesma cadência, dispor de combatentes de elite e possuir armas de qualidade. Sem essas condições não poderemos abater o inimigo.

Que problema enfrenta agora o nosso Partido? A linha geral do Partido é justa, não dá lugar a problemas, e o

* Discurso pronunciado pelo camarada Mao Tsetung na cerimónia de abertura da Escola do Partido adjunta ao Comité Central do Partido Comunista da China.

seu trabalho tem sido frutuoso. O Partido conta várias centenas de milhares de membros, que têm dirigido o povo numa luta de du-reza e ferocidade inauditas contra o inimigo. Para todos isto é claro e fora de qualquer dúvida.

Mas então há ou não há problemas no nosso Partido? Eu afirmo que sim, e direi mesmo que, em certo sentido, existe um problema bem sério.

Qual é o problema? O facto de existir no espírito de certos camaradas algo que se revela não muito justo, não muito bom.

Por outras palavras, um vento um tanto nocivo sopra ainda sobre o nosso estilo de estudo, sobre o nosso estilo quanto a relações internas e externas do Partido e sobre o nosso estilo de escrever. Por algo errado no nosso estilo de estudo entendemos a doença do subjectivismo; por algo errado no estilo quanto a relações do Partido entendemos a doença do sectarismo; e por algo errado no nosso estilo de escrever entendemos a doença do estilo de cliché nos escritos do Partido. Evidentemente, esse vento não é um vento norte invernal que varre o céu inteiro. O subjectivismo, o sectarismo e o estilo de cliché já não são entre nós o estilo dominante; não são mais que lufadas de vento contrário, correntes de ar viciado que se filtram pelos abrigos anti-aéreos. (Risos.) Mas, seja como for, é mau que tal vento ainda sopra sobre o nosso Partido. Precisamos de vedar todas as frinchas que deixam passar esse ar viciado. O Partido inteiro deve tomar a cargo esse trabalho, e a Escola do Partido também. Esses três ventos doentios — subjectivismo, sectarismo e estilo de cliché — têm as suas origens

históricas e, embora actualmente já não predominem no Partido, não deixam constantemente de confundir-nos e assaltar-nos. Há pois que resistir e estudá-los, analisá-los e pô-lhes a nu a natureza.

Combater o subjectivismo a fim de corrigir o estilo do nosso estudo, combater o sectarismo a fim de corrigir o estilo do nosso Partido nas suas relações internas e externas, combater os clichés a fim de corrigir o estilo dos nossos escritos: eis a tarefa que se nos apresenta.

Para liquidar o inimigo, precisamos de rectificar esses estilos no seio do nosso Partido. O estilo de estudo e o estilo de escrita são também estilo de trabalho do Partido. Uma vez que o estilo de trabalho do Partido seja totalmente correcto, todo o povo aprenderá com o nosso exemplo. Aqueles que, fora do Partido, têm o mesmo mau estilo, poderão, se forem de boa vontade, aprender com o nosso exemplo e corrigir os seus erros, sendo assim influenciada a totalidade da nação. Desde que as nossas fileiras estejam bem alinhadas e marchem à mesma cadência, e desde que tenhamos combatentes de elite e armas de qualidade, todo e qualquer inimigo, por muito poderoso que seja, poderá ser abatido. Permita-se-me agora falar do subjectivismo. O subjectivismo é um estilo doentio de estudo; é contrário ao Marxismo-Leninismo e incompatível com um partido comunista. O que pretendemos é o estilo de estudo marxista-leninista. Quando falamos de estilo de estudo, não se trata apenas do estilo de estudo nas escolas, mas do estilo de estudo em todo o nosso Partido. Trata-se do método de pensar dos camaradas nos nossos órgãos de direcção, de todos os nossos quadros e da totalidade dos membros

do Partido; trata-se da nossa atitude frente ao Marxismo-Leninismo e da atitude de todos os camaradas do Partido frente aos seus trabalhos. Trata-se, pois, duma questão de extraordinária e primordial importância.

Determinadas ideias confusas circulam actualmente entre muitos indivíduos, nomeadamente sobre o que é um teórico, o que é um intelectual e o que se entende por ligação entre a teoria e a prática.

Façamos primeiro a pergunta seguinte: é alto ou baixo o nível teórico do nosso Partido? Recentemente, traduziram-se mais obras marxistas-leninistas e mais gente passou a lê-las. Isso é muito bom. Mas poderá, por isso, dizer-se que o nível teórico do Partido se elevou grandemente? É certo que o nível, agora, é um tanto mais elevado que antes, mas a nossa frente teórica está longe de encontrar-se em harmonia com a riqueza de conteúdo do movimento revolucionário chinês; uma comparação entre os dois mostra que o lado teórico fica muito para trás. De modo geral, entre nós a teoria não vai a par com a prática revolucionária, e muito menos à frente desta, tal como deveria ser. Ainda não elevámos a nossa prática, tão rica, a um justo nível teórico. Ainda não examinámos todas as questões da prática revolucionária, nem mesmo as importantes, de maneira a elevá-la ao plano teórico. Pensem apenas: quantos de nós, nos domínios económico, político, militar e cultural da China, criaram já teorias dignas desse nome, teorias que possam ser olhadas como científicas e globais e não como rudimentares esboços? Em matéria de teoria económica, nomeadamente, se bem que o desenvolvimento do capitalismo na China conte já cem anos, se partimos da Guerra do Ópio,

ainda não surgiu entre nós uma só obra verdadeiramente científica, que esteja de acordo com a realidade do desenvolvimento económico da China. No estudo das questões económicas da China, por exemplo, acaso poderemos considerar o nosso nível teórico como já elevado? Poderemos acaso dizer que o nosso Partido possui já teóricos, dignos desse nome, em ciências económicas? Seguramente que não. Lemos um grande número de obras marxistas-leninistas, mas poderá pretender-se que existem, entre nós, teóricos? Não, não pode. Com efeito, o Marxismo-Leninismo é a teoria que Marx, Engels, Lenin e Estaline criaram na base da prática, a conclusão geral que tiraram da realidade histórica e revolucionária. Se apenas lemos as suas obras, se não avançamos pelo estudo da realidade da história e da revolução chinesas, à luz dessa teoria, nem fazemos qualquer esforço para pensar cuidadosamente a prática revolucionária chinesa em termos de teoria, não devemos, pretensiosamente, intitular-nos teóricos marxistas. As realizações na frente teórica serão realmente muito débeis se nós, comunistas chineses, fechamos os olhos aos problemas da China, limitando-nos a reter algumas conclusões ou princípios isolados, extraídos das obras marxistas. Se tudo o que uma pessoa sabe fazer é decorar a Economia e Filosofia marxistas, recitando-as dum só jacto, do capítulo I ao X, sendo incapaz da menor aplicação prática, acaso poderá considerar-se teórico marxista? Não, não pode! De que teóricos necessitamos? De teóricos que possam, em harmonia com a posição, ponto de vista e método marxistas-leninistas, interpretar correctamente as questões práticas que se levantam ao longo da história

e da revolução, de teóricos que saibam dar explicações científicas e esclarecimentos teóricos sobre as questões económicas, políticas, mi-litares e culturais da China. São os teóricos que que-remos. Para ser teórico desse tipo, há que dominar realmente a essência do Marxismo-Leninismo, a posição, o ponto de vista e o método marxistas--leninistas, assim como as teorias de Lenine e Estaline sobre a revolução nas colónias e na China, e ser capaz de aplicá-las à análise aprofundada e científica dos problemas práticos da China e descobrir assim as leis do seu desenvolvimento. São esses os teóricos de que realmente necessitamos.

O Comité Central do nosso Partido acaba de tomar uma decisão apelando para que os camaradas aprendam a aplicar a posição, o ponto de vista e o método marxistas-leninistas no estudo sério da his-tória da China e dos seus problemas económicos, políticos, militares e culturais, e na análise concreta de cada problema com base numa documentação de-talhada, para daí tirar, em seguida, conclusões teóri-cas. Essa é a responsabilidade que devemos assumir.

Os camaradas da Escola do Partido não devem considerar o Marxismo como um dogma sem vida. Quanto à teoria marxista, há que assimilá-la e aplicá--la, o objetivo da sua assimilação consiste exclusivamente na sua aplicação. Se chegarem a poder aplicar o ponto de vista marxista-leninista ao esclarecimento de um ou dois problemas práticos, vocês merecerão elogios e poderá dizer-se que conseguiram certo êxito. Quanto mais problemas forem capazes de esclarecer, quanto mais vastos e profundos forem nessa clarificação, tanto maior

será o vosso êxito. A Escola do Partido devia também adoptar a regra de ver como os estudantes encaram os problemas da China depois de terem estudado o Marxismo-Leninismo, alguns vêem-nos claramente, outros confusamente, uns sabem vê-los, outros não, e assim classificar os melhores e os piores, os bons e os maus.

Tratemos em seguida da questão dos “intelectuais”. Como a China é um país semi-colonial e semi-feudal, sem cultura desenvolvida, nela os intelectuais são particularmente preciosos. Sobre esse assunto dos intelectuais, há já mais de dois anos² que o Comité Central do Partido adoptou uma resolução no sentido de que ganhemos em massa os intelectuais e os recebamos bem, sempre que sejam revolucionários e desejem participar na resistência ao Japão. É perfeitamente justo que os estimemos, pois sem intelectuais revolucionários a revolução não pode triunfar. Contudo, como todos sabemos, há muitos intelectuais que, julgando-se muito instruídos, tomam ares eruditos sem se aperceberem de que a sua atitude é despropositada, nociva e os impede de pro-gredir. Eles deviam compenetrar-se dessa verdade segundo a qual, em termos relativos, muitos dos chamados intelectuais são na realidade bem igno-rantes, os operários e os camponeses sabem às vezes mais do que eles. Aqui, alguns dirão, “éh! tu con-fundes tudo, falas a torto e a direito!” (Risos) mas, camaradas, não se precipitem, há sim certa verdade naquilo que estou dizendo.

O que é o conhecimento? Desde que se constituiu a sociedade de classes o mundo apenas registou duas espécies de conhecimento, o conhecimento resultante da luta pela produção e o conhecimento resultante da luta de classes.

As ciências da natureza e as ciências sociais constituem a cristalização dessas duas espécies de conhecimento; e a filosofia é a generalização e o somatório dos conhecimentos sobre a natureza e a sociedade. Haverá acaso outra espécie de conhecimento? Não. Agora, consideremos o caso de certos estudantes, desses que se formam em escolas totalmente cortadas da actividade prática da sociedade. O que é que se passa com eles? Uma pessoa frequenta uma dessas escolas primárias e de-pois uma universidade do mesmo tipo, gradua-se e acaba sendo considerada possuidora dum cabedal de conhecimentos. Mas tudo o que possui é conhecimento livresco; nunca participou em qualquer actividade prática nem aplicou aquilo que aprendeu em qualquer dos ramos da vida. Poderá então tal indivíduo ser olhado como um intelectual acabado? Muito dificilmente, a meu ver, uma vez que os seus conhecimentos são ainda incompletos. O que é pois um conhecimento relativamente completo? O conhecimento relativamente completo adquire-se em duas fases: a primeira é o conhecimento sensível e a segunda, o conhecimento racional, é o grau superior de desenvolvimento da primeira. O que representam então os conhecimentos adquiridos pelos estudantes nos livros? Mesmo quando tais conhecimentos são verdades, nem por isso deixam de ser teorias que os seus predecesores elaboraram generalizando as experiências da luta pela produção e da luta de classes, não resultando pois da experiência pessoal dos estudantes. Claro que é absolutamente necessário possuírem esses conhecimentos, mas devem ter em conta que, em certo sentido, isso não é mais do que conhecimento unilateral: verificado por

outros, não verificado por eles próprios. O mais importante para eles é pois saber aplicar esses conhecimentos na vida, na prática. É por isso que eu aconselho, aos que adquiriram conhecimentos nos livros e não tiveram ainda contacto com a prática ou apenas tiveram pouca experiência prática, que sejam conscientes das suas insuficiências e se mostrem um pouco mais modestos. Como se poderá converter os que apenas têm conhecimentos livrescos em autênticos intelectuais? O único caminho é levá-los ao trabalho prático, fazer deles trabalhadores práticos, engajar os que fazem trabalhos teóricos na realização dum estudo de questões práticas importantes. Desse modo pode atingir-se o objectivo. Muito provavelmente, o que acabei de dizer deixará alguns irritados. E dir-me-ão: “Segundo a sua exposição, nem o próprio Marx poderia ser considerado intelectual”, ao que eu responderei: Erro! Marx participou na prática do movimento revolucionário e, mais ainda, criou a teoria da revolução. Começando pela mercadoria, o elemento mais simples do capitalismo, ele fez um estudo minucioso da estrutura económica da sociedade capitalista. Milhões de homens tinham quotidianamente sob os olhos essa realidade que é a mercadoria e serviam-se dela sem dar-se conta do que representava. Só Marx submeteu a mercadoria a estudo científico. Ele efectuou um colossal trabalho de investigação sobre o processo de desenvolvimento real da mercadoria e, do que existia universalmente, deduziu uma teoria científica em toda a linha. Ele estudou a natureza, a história e a revolução proletária e criou o materialismo dialéctico, o materialismo histórico e a teoria da revolução proletária.

Assim, Marx con-verteu-se no intelectual mais completo, aquele que representa o cimo da sabedoria humana; era fundamentalmente diferente daqueles que apenas possuem conhecimentos livrescos. Marx procedeu a investi-gações e estudos minuciosos no decorrer de lutas práticas, procedeu a generalizações e depois passou à verificação das suas conclusões na luta prática — isso é o que chamamos trabalho teórico. O nosso Partido necessita dum grande número de camaradas que aprendam a trabalhar assim. Há, aliás, dentro do Partido, muitos que podem aprender a fazer tais estudos teóricos; na sua maioria são inteligentes e prometedores, pelo que devemos estimá-los. Contudo, eles devem guiar-se por princípios justos e evitar de repetir os erros do passado. Devem repudiar o dogmatismo e não se limitarem a frases feitas contidas nos livros.

No mundo só há uma teoria verdadeira: a que é tirada da realidade objectiva e confirmada por essa mesma realidade; nada mais é digno do nome de teoria, no sentido em que a entendemos. Estaline disse que a teoria perde o seu objecto quando se desliga da prática³. A teoria que não tem objecto é inútil, é falsa e deve ser rejeitada. Há que apontar a dedo todos os que se comprazem em pregar teorias sem objecto. O Marxismo-Leninismo é a verdade mais justa, mais científica e mais revolucionária, nascida da realidade objectiva e confirmada por esta, mas muitos dos que estudam o Marxismo-Leninismo consideram-no como um dogma inerte, impedindo portanto o desenvolvimento da teoria e prejudicando tanto a si mesmos como aos demais camaradas.

Por outro lado, os camaradas que se empenham em tra-

balhos práticos sofrerão reveses se fizerem mau uso da sua experiência. É verdade que eles têm, com frequência, grande experiência, o que é muito precioso, mas seria muito perigoso se se contentassem com tal experiência. Eles precisam de compreender que os seus conhecimentos são principalmente de grau sensível, parciais, faltando-lhes conhecimentos racionais, generalizados; noutros termos, falta-lhes teoria e, por consequência, os conhecimentos que possuem são relativamente incompletos. Ora, é im-possível levar a bom termo uma obra revolucionária sem conhecimentos relativamente completos.

Há pois duas espécies de conhecimentos incompletos: os que se adquirem todos prontos nos livros e os que são principalmente de grau sensível, conhecimentos parciais. Tanto uns como outros pecam pelo carácter unilateral. Só a combinação de ambos pode produzir conhecimentos verdadeiros e relativamente completos.

Para estudarem a teoria, porém, os nossos quadros de origem operária e camponesa têm de começar por adquirir alguns conhecimentos de base. Doutro modo é-lhes impossível aprender a teoria marxista-leninista. Uma vez adquirida essa base, eles podem, em qual quer momento, aprender o Marxismo-Leninismo. Na minha infância, nunca frequentei uma escola marxista-leninista, apenas me ensinavam coisas tais como “O mestre diz: ‘Que felicidade aprender e rever constantemente o que se aprendeu!’” Embora antiquado no seu conteúdo, esse material de ensino foi-me útil, pois, a partir dele, aprendi a ler. Hoje, já não se estudam os clássicos de Confúcio, mas sim matérias novas, como o Chinês Moderno, a

História, a Geografia e as ciências naturais elementares; bem aprendido isso é sempre útil. O Comité Central do nosso Partido exige especialmente dos nossos quadros de origem operária e camponesa que adquiram alguns conhecimentos de base, visto que então poderão estudar toda e qualquer matéria: política, ciência militar, economia. A não ser assim, apesar da sua rica experiência eles serão incapazes de estudar a teoria..

Segue-se que, para combater o subjectivismo, de-vemos ajudar essas duas categorias de camaradas a adquirir o que lhes falta, combinar uma categoria com outra. Os que têm conhecimentos livrescos de-vem voltar-se para a prática, único meio de não mais se limitarem aos livros e evitarem os erros de carac[^]ter dogmático. Os que têm experiência prática devem empreender o estudo da teoria e ler seriamente; só então poderão sistematizar as experiências, sintetizá-las e elevá-las ao nível da teoria, só assim poderão abster-se de tomar a sua experiência limitada pela verdade geral e cometer erros de carácter empírico. O dogmatismo e o empirismo constituem ambos uma expressão do subjectivismo, cada um vindo de um dos polos opostos.

Há pois no nosso Partido duas formas de subjectivismo: o dogmatismo e o empirismo. Um e outro encaram as coisas parcialmente, não na totalidade. Se as pessoas não tomam cuidado, se não compreendem que um ponto de vista unilateral é um defeito e não fazem todo o possível por corrigi-lo, arriscam-se a embrenhar-se pela via errada.

Dessas duas formas de subjectivismo, porém, a mais perigosa para o Partido, hoje em dia, é ainda o dogma-

tismo. Com efeito, é fácil para os dogmáticos darem-se ares de marxistas, para assombrar, para subjugar e pôr a seu serviço os quadros de origem operária e camponesa, que não podem facilmente descobrir-lhes a verdadeira natureza. Eles podem igualmente assombrar e subjugar a juventude ingé-nua e inexperiente. Se triunfamos do dogmatismo, os quadros que têm apenas conhecimentos livrescos ligar-se-ão voluntariamente aos quadros que têm experiência prática e lançar-se-ão de bom grado no estudo da realidade concreta; então surgirão muito bons quadros trabalhadores capazes de unir a teoria à prática, bem como alguns verdadeiros teóricos. Se triunfamos do dogmatismo, os camaradas que possuem experiência prática encontrarão bons professores para ajudá-los a elevar ao nível da teoria os conhecimentos adquiridos pela experiência e evitarão assim os erros de carácter empírico.

Além das ideias confusas sobre as noções de “teórico” e “intelectual”, existe uma ideia confusa, entre muitos camaradas, no que respeita a “ligação da teoria com a prática”, expressão que, não obstante, rrazem diariamente na ponta da língua. Eles falam constantemente de “ligar” mas, concretamente, pensam em “romper”, uma vez que nenhum esforço fazem para “ligar”. Como ligar a teoria * marxista-leninista com a prática da revolução chinesa? Para usar uma expressão corrente, diremos que é “disparando a flecha contra o alvo”. Quando disparamos uma flecha devemos dirigi-la contra o alvo. A flecha está para o alvo assim como o Marxismo-Leninismo está para a revolução chinesa. Alguns camaradas, porém, “disparam sem ser contra o alvo”, disparam à toa. As pes-

soas assim arriscam-se a prejudicar a revolução. Outros contentam-se em virar e revirar a flecha entre os dedos, exclamando: “Que bela flecha! Que bela flecha!” mas não têm a menor intenção de fazer o disparo. Não são no fundo mais que apreciadores de antiguidades, nada quase têm a ver com a revolução. A flecha do Marxismo--Leninismo deve ser usada para disparar sobre o alvo que é a revolução chinesa. Enquanto esse ponto não ficar esclarecido, o nível teórico do nosso Partido jamais poderá elevar-se e a revolução chinesa triunfar.

Os camaradas devem compreender que não estudamos o Marxismo-Leninismo para fazer alarde, nem porque haja nisso algo de misterioso, mas única e exclusivamente porque se trata da ciência que permite levar a causa da revolução proletária à vitória. E mesmo agora, ainda não são poucos os indivíduos que consideram as frases isoladas, extraídas das obras marxistas-leninistas, como uma panaceia cuja aquisição basta para curar facilmente todas as doenças. Tal gente demonstra com isso uma ignorância pueril, razão por que devemos esclarecê-los. São exactamente esses ignorantes que consideram o Marxismo-Leninismo como um dogma religioso. Temos que dizer-lhes sem rodeios: “O vosso dogma para nada serve”. Marx, Engels, Lenine e Estaline afirmaram repetidas vezes que a nossa teoria não é um dogma mas sim um guia para a acção. Não obstante, essa gente prefere esquecer essa muito importante e primordial afirmação. Os comunistas chineses só poderão ser tidos como gente que liga a teoria à prática quando se tornarem bons na aplicação da posição, ponto de vista e método marxistas-leninistas, bem como na aplicação

dos ensinamentos de Lenine e Estaline sobre a revolução chinesa e, mais ainda, quando, através dum estudo sério da realidade histórica e revolucionária da China, realizarem o trabalho teórico criador que responda às necessidades da China nos vários domínios. A simples conversa sobre a ligação da teoria com a prática, não acompanhada de actos nesse sentido, é também inútil, mesmo que se fique conversando durante cem anos. Para combater a maneira subjectivista e unilateral de abordar os problemas, precisamos de liquidar o subjectivismo e o unilateralismo dogmáticos.

Por hoje é tudo, quanto à nossa luta contra o subjectivismo, a fim de rectificar o estilo de estudo na totalidade do Partido.

Permitam-me agora tratar da questão do sectarismo.

Temperado ao longo de vinte anos, o nosso Partido já não é dominado pelo sectarismo. Contudo, existem ainda sobrevivências de sectarismo tanto nas relações internas do Partido como nas relações exteriores. Nas relações internas, as tendências sectárias conduzem ao exclusivismo para com os camaradas e afectam a unidade e a solidariedade do Partido, enquanto que, nas relações externas, engendram exclusivismo relativamente aos não-comunistas e prejudicam o Partido na sua causa de unir a totalidade do nosso povo. Só extirpando esse mal, nos seus dois aspectos, o Partido poderá cumprir sem entraves a sua grande tarefa de unir a totalidade dos nossos camaradas e do povo.

Quais são as sobrevivências do sectarismo interno do Partido? Eis a principal:

Primeiro, a afirmação de “independência”. Certos ca-

maradas vêem apenas os interesses da parte e não os do todo; indevidamente, acentuam a importância do sector de trabalho de que estão encarregados e buscam uma subordinação dos interesses do todo aos interesses da parte. Não compreendem o sistema de centralismo democrático do Partido; não vêem que o Partido necessita de democracia mas necessita ainda mais de centralismo. Esquecem que, no centralismo democrático, a minoria deve submeter-se à maioria, os escalões inferiores aos escalões superiores, a parte ao todo, o conjunto dos membros do Partido ao Comité Central. Tcham Cuo-tao afirmou a sua “independência” frente ao Comité Central e, como resultado, “afirmou-se” como traidor do Partido e converteu-se num agente do Kuomintang. Embora não seja de tanta gravidade esse sectarismo de que agora falamos, mesmo assim devemos defender-nos dele e extirpar por inteiro todas as manifestações de desunião. Nós devemos encorajar os camaradas a terem em conta os interesses do conjunto. Cada membro do Partido, cada sector de trabalho, cada palavra e cada acção, tudo deve partir dos interesses do Partido no seu conjunto. É absolutamente inadmissível violar esse princípio. Os que buscam essa “independência” geralmente não podem libertar-se da tendência para pôr o seu “eu” em primeiro lugar, e estão frequentemente errados no problema das relações entre o indivíduo e o Partido. Em palavras também respeitam o Partido mas, na prática, põem a sua pessoa em primeiro plano e o Partido, em segundo. Que buscam eles? Honrarias, posição, querem figurar. Assim que ficam encarregados dum sector de trabalho, reclamam imediatamente a sua “independência”. Com

esse fito, atraem uns, afastam outros, recorrem à gabarolice, à adulação e aliciamento entre camaradas, introduzindo no seio do Partido Comunista o estilo vulgar dos partidos políticos burgueses. A sua própria desonestidade perde-os. Eu penso que devemos trabalhar honestamente. A não ser assim, será absolutamente impossível cumprir bem qualquer tarefa no mundo. Quem pode ser qualificado como honesto? Marx, Engels, Lenine e Estaline são honestos; os homens de ciência são honestos. Quem é desonesto? Trotsky, Bucarine, Tchcn Tu-siu e Tcham Cuo-tao, que são duma desonestidade enorme; e aqueles que em razão dos seus interesses pessoais, ou por interesses dum sector, reclamam “independência” são igualmente desonestos. Todos os manhosos, todos os que não adoptam uma atitude científica no trabalho, julgan-do-se ladinos e inteligentes, no fundo são tudo quanto há de mais estúpido e nada de bom podem chegar. Os alunos da Escola do Partido devem prestar atenção a isso.

Precisamos de edificar um partido centralizado e unificado e acabar com todas as lutas fraccionistas e sem princípios. Temos de combater o individualismo e o sectarismo a fim de habilitar o conjunto do nosso Partido a marchar cadenciado e lutar por um objectivo comum. Os quadros vindos do exterior e os quadros locais devem fazer unidade entre si e combater as tendências sectárias. Há que prestar muita atenção às relações entre os quadros locais e os quadros vindos do exterior, uma vez que muitas das nossas bases anti-japonesas só se criaram após a chegada do VIII Exército ou do Novo IV Exército, e muito do trabalho local só se desenvolveu

nelas após a chegada dos quadros do exterior. Os camaradas devem compreender que, em tais circunstâncias, não é possível a consolidação das nossas bases de apoio nem o enraizamento nelas do Partido se essas duas categorias de quadros não se unem estreitamente e se não conseguimos formar e promover um grande número de quadros locais. Não há outro processo. Ambas as categorias de quadros têm os seus pontos fortes e os seus pontos fracos; para progredir, cada uma deve corrigir os seus pontos fracos tomando os pontos fortes da outra como exemplo. Os quadros vindos do exterior conhecem sempre menos as condições locais e estão menos ligados às • massas que os quadros locais. É, aliás, o meu próprio caso. Eu já estou no norte do Xensi há uns cinco a seis anos, e mesmo assim conheço bem menos a situação e estou muito menos ligado à população que os camaradas da região. Os camaradas que forem para as bases anti-japonesas do Xansi, Hopei, Xantum e outras províncias, deverão pensar seriamente nisso. E ainda não é tudo. Mesmo no interior duma base de apoio, sempre que as suas diversas zonas não tenham sido estabelecidas ao mesmo tempo, existe uma diferença entre os quadros da zona e os quadros vindos de fora. Os quadros que, das zonas mais avançadas, são enviados para as menos avançadas, são igualmente aí considerados como quadros do exterior; eles também devem prestar uma grande atenção à ajuda que têm de dispensar aos quadros locais. De modo geral, ali onde estiverem na direcção, os quadros vindos de fora devem arcar com a principal responsabilidade sempre que as suas relações com os quadros locais deixem a desejar. Tal responsabilidade

é bem maior com relação aos camaradas que assumem funções de direcção principais. Em vários lugares, a atenção dispensada a esta questão está bem longe de ser suficiente. Indivíduos há que tratam os quadros locais desdenhosamente, zombam deles, dizendo: “Mas o que é que pode entender a gente local, uns rústicos!” Isso prova que não têm a menor ideia sobre a importância dos quadros locais, não vêem os pontos fortes destes últimos nem os seus próprios pontos fracos, adoptam uma atitude falsa, sectária. Todos os quadros vindos de fora devem estimar os quadros locais e prestar-lhes ajuda constante, não lhes sendo permitido ridicularizá-los ou golpeá-los. Como é evidente, os quadros locais devem, por seu turno, inspirar-se nos pontos fortes dos quadros vindos de fora e desembaraçar-se das suas vistas estreitas e inadequadas, de modo a fazerem um bloco só, sem distinção entre “eles” e “nós”, evitando-se a tendência ao sectarismo.

O mesmo é válido para as relações entre os quadros no serviço militar e os quadros no serviço das localidades. Todos devem igualmente unir-se intimamente e combater as tendências sectárias. Os quadros do exército e os quadros locais têm o dever de se ajudarem mutuamente. Em caso de desacordo, as duas partes devem mostrar-se mutuamente compreensivas e proceder cada uma a autocríticas apropriadas. De modo geral, ali onde a direcção é na prática exercida pelos quadros do exército, são estes últimos que devem arcar com a principal responsabilidade sempre que as suas relações com os quadros locais deixem a desejar. Antes de mais, importa que os quadros do exército compreendam a sua re-

sponsabilidade e se conduzam com modéstia frente aos quadros locais, pois só assim poderão criar-se, nas bases de apoio, condições favoráveis ao desenvolvimento do nosso esforço de guerra e do trabalho de edificação.

O mesmo acontece nas relações entre unidades militares, entre regiões e entre sectores de trabalho. Há que lutar contra as tendências particularistas que consistem em só ter em conta os interesses do seu próprio sector, descuidando os interesses dos outros sectores. Aqueles que ficam indiferentes diante das dificuldades dos outros, que repelem os seus pedidos de envio de quadros ou não lhes cedem senão quadros medíocres, “considerando o campo do vizinho como desaguadouro”, e se desinteressam completamente das outras unidades, regiões ou pessoas, são particularistas. Perderam completamente o espírito comunista. A recusa em considerar os interesses do conjunto, a indiferença total com relação às demais entidades, regiões ou pessoas, tais são as suas características. Há que reforçar a educação desses indivíduos, para fazê-los compreender que tudo isso são tendências sectárias que poderão tornar-se muito perigosas se as deixarmos crescer.

Outro problema é o das relações entre os velhos quadros e os novos quadros. Desde o começo da Guerra de Resistência o nosso Partido desenvolveu-se muito e surgiu um grande número de novos quadros, o que é muito bom. No seu relatório ao XVIII Congresso do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S., o camarada Estaline afirmou: “. . . Velhos quadros, há sempre muito poucos, menos do que o necessário; ademais eles começam, de acordo com as leis da natureza, a sair em parte das

fileiras.” Aí ele referia-se à situação dos quadros e também às leis da natureza. Se o Partido não dispuser dum grande número de novos quadros trabalhando em plena e total cooperação com os velhos quadros, a nossa causa extinguir-se-á. Por consequência, todos os velhos quadros devem acolher com grande entusiasmo os novos quadros e demosttrar-lhes a máxima solicitude. É claro que os novos quadros têm os seus defeitos. Há pouco tempo que participam na revolução, falta-lhes experiência e alguns não podem deixar de arrastar ainda vestígios da ideologia viciosa da velha sociedade, sobrevivências ideológicas do individualismo pequeno-burgues. Esses defeitos, porém, podem ser eliminados gradualmente, com educação e tẽmpera revolucionária. Como disse Estaline, o ponto forte dos novos quadros está no facto de terem um sentido agudo daquilo que é novo e serem portanto entusiastas e activos em alto grau — justamente as qualidades que muitos velhos quadros não possuem⁵. Os quadros velhos e os quadros novos devem respeitar-se mutuamente, aprender uns com os outros e vencer os defeitos através do estudo dos pontos fortes de cada parte, de modo que se unam como um só homem na causa comum e evitem as tendências sectárias. De modo geral, onde os velhos quadros desempenham o papel principal na direcção, se as relações com os novos quadros deixam a desejar, são os velhos quadros quem deve ser tido como principal responsável. Todas as relações de que acabo de falar, entre a parte e o todo, entre o Partido e os seus membros, entre os quadros locais e os quadros vindos de fora, entre os quadros do exército e os quadros locais, entre as unidades mili-

tares, entre as regiões, entre os sectores de trabalho, entre os quadros velhos e novos, são relações no interior do Partido. Em todos esses casos, deve-se reforçar o espírito comunista e evitar as tendências sectárias, a fim de manter as nossas fileiras bem alinhadas e marchar à mesma cadência, no interesse do nosso combate. Essa é uma questão muito importante, que precisamos de resolver totalmente no decurso da rectificação do estilo de trabalho no Partido. O sectarismo é uma manifestação do subjectivismo no domínio da organização; se insistimos em liquidar o subjectivismo, se queremos desenvolver o espírito marxista--leninista que consiste em buscar a verdade nos factos, temos de eliminar no nosso Partido todas as sobrevivências do sectarismo e partir do princípio de que os interesses do Partido estão acima de todos os interesses pessoais e de todos os interesses parciais; é assim que o Partido atingirá uma solidariedade e unidade totais.

As sobrevivências do sectarismo devem ser eliminadas tanto nas relações internas do Partido como nas relações exteriores. A razão disso está em que, para vencer o inimigo, não temos apenas de unir a totalidade dos membros do Partido, mas também a totalidade do povo. O Partido Comunista da China realizou em vinte anos um trabalho árduo e imenso nesse sentido e, desde o começo da Guerra de Resistência, tem obtido êxitos ainda maiores que no passado. Mas de modo nenhum isso significa que todos os nossos camaradas adoptam uma atitude correcta nas suas relações com as massas populares ou que estão isentos de tendências sectárias. Não! Na realidade essas tendências ainda existem entre

uma parte dos camaradas, e mesmo muito seriamente em alguns deles. Muitos gostam de figurar aos olhos dos não-comunistas, para quem olham com desdém ou desprezo, recusando-se a respeitá-los e a reconhecer-lhes qualidades. Essa é bem uma tendência sectária. A leitura dumas quantas obras marxistas torna-os mais arrogantes em vez de inspirar-lhes mais modéstia; aos olhos deles, os demais nunca valem coisa alguma, não vendo que eles próprios são ainda meio ignorantes. Os camaradas precisam de compreender essa verdade segundo a qual os comunistas são sempre uma minoria em relação aos não-comunistas. Supondo-se que há um comunista entre cada cem pessoas, os comunistas seriam quatro milhões e quinhentos mil entre os quatrocentos e cinquenta milhões de habitantes da China. Mesmo que os efectivos do nosso Partido atingissem uma cifra assim tão elevada, não haveria mais que um por cento de comunistas face a noventa e nove por cento de não-comunistas. Que razão poderia pois levar-nos a não cooperar com estes últimos? Com relação aos que querem ou são susceptíveis de cooperar connosco, nós temos o dever de cooperar, de modo nenhum sendo nosso direito afastá-los. Mas determinados membros do Partido não compreendem ainda essa verdade; consideram desdenhosamente os que dese-jam cooperar connosco e chegam até a repeli-los. Nada justifica tal comportamento. Marx, Engels, Lenine e Estaline deixaram-nos razões que justifiquem isso? Não! Pelo contrário, eles recomendam instantemente a ligação estreita com as massas, e não o divórcio com relação a estas. Será que foi o nosso Comité Central que nos deu razões para isso? Não! Nen-

huma das suas resoluções nos autoriza a desligar-nos das massas, a isolar-nos. Pelo contrário, o nosso Comité Central nunca deixou de pedir-nos que nos ligássemos estreitamente às massas, que não nos desligássemos delas. Qualquer acto que nos afaste das massas não está pois, de modo algum, justificado; é resultado das ideias sectárias forjadas por certos camaradas. Como esse sectarismo continua a manifestar-se bem seriamente e embaraça a aplicação da linha do Partido, devemos realizar no Partido um vasto trabalho de educação sobre isso. Acima de tudo importa que os nossos quadros vejam realmente a gravidade do problema, compreendam que, se os comunistas não se unem aos quadros não-comunistas e às pessoas que não pertencem ao Partido, o inimigo não poderá ser derrotado nem os objectivos da revolução atingidos.

Todas as ideias sectárias constituem subjectivismo e são incompatíveis com as necessidades reais da revolução; há pois que lutar simultaneamente contra o sectarismo e contra o subjectivismo.

Quanto ao estilo de cliché do Partido, hoje já não resta tempo para pronunciar-me; discutiremos sobre isso noutra reunião. Apenas direi que se trata dum monturo de imundície, duma manifestação de subjectivismo e sectarismo. É algo de nocivo aos homens e prejudicial à revolução, razão por que devemos desembaraçar-nos completamente disso.

Para combater o subjectivismo, precisamos de propagar o materialismo e a dialéctica. Não obstante, bastantes camaradas no nosso Partido não atribuem importância a tal propaganda. Alguns permitem com toda a calma

a propagação do subjectivismo. Pensam que possuem convicções marxistas, mas não fazem qualquer esforço para propagar o materialismo e, quando ouvem ou lêem algo de subjectivis-

não pensam nisso nem manifestam a sua opinião. Esse não é um comportamento de comunista. Muitos dos camaradas estão intoxicados por ideias subjectivistas que lhes embotam o espírito. Devemos pois lançar uma campanha de esclarecimento no interior do Partido, a fim de ajudar tais camaradas a livrar-se da névoa do subjectivismo e do dogmatismo; há que chamá-los a boicotar o subjectivismo, o sectarismo e o estilo de cliché do Partido. Tudo isso assemelha-se à mercadoria japonesa; só o inimigo deseja que a preservemos e continuemos a embrutecer-nos com tal bugiganga; sendo assim, há que propugnar o respectivo boicote, como fazemos com as mercadorias japonesas¹”. Devemos boicotar o subjectivismo, o sectarismo e o estilo de cliché do Partido, a fim de tornar-lhes a colocação difícil no mercado e impedi-los de encontrar saída beneficiando do baixo nível teórico que se verifica no Partido. Para isso, os nossos camaradas devem desenvolver a sua perspicácia e examinar cada questão, de modo a determinar se é boa ou má, se deve ser aceite ou boicotada. Um comunista deve perguntar sempre pelos porquês de todas as coisas, usar a própria cabeça para pensá-las em todos os aspectos, ver se correspondem ou não à realidade e se estão verdadeiramente bem fundadas. Em nenhum caso um comunista deve seguir cegamente os outros ou encorajar a obediência servil.

Por último, no combate ao subjectivismo, sectarismo e

estilo de cliché no seio do Partido, devemos ter presentes dois objectivos: primeiro, “tirar lições dos erros passados a fim de evitar erros no futuro” e, segundo, “tratar a doença para salvar o doente”. Os erros do passado devem ser apontados sem poupar a sensibilidade deste ou daquele indivíduo; é necessário analisar e criticar de forma científica o que havia de mau no passado, de tal maneira que, no futuro, o trabalho seja mais cuidadoso e melhor. É o que significa “tirar lições dos erros passados a fim de evitar erros no futuro”. O nosso objectivo, porém, ao apontarmos os erros e criticarmos as falhas, tal como acontece com um médico que trata uma doença, consiste exclusivamente em salvar o doente, e não em matá-lo. Um indivíduo com a-pendicite salva-se quando o cirurgião lhe extrai o apêndice. Desde que aquele que cometeu erros não esconde a sua doença com medo do tratamento, nem persiste nos erros ao ponto de tornar-se incurável; desde que, honesta e sinceramente, deseja ser curado e corrigir-se, devemos acolhê-lo e curar-lhe a doença de maneira que se converta num bom camarada. Jamais poderemos ter êxito se nos deixamos levar por impulsos momentâneos e o fustigamos desmedidamente. Quando se trata uma doença ideológica ou política nunca se deve ser rude nem imprudente, mas sim adoptar a atitude de “tratar a doença para salvar o doente”, que é o único método correcto e eficaz. Hoje, eu aproveitei a ocasião da abertura da Escola do Partido para falar extensamente, e espero que os camaradas meditem no que aqui disse. (Vivos aplausos.)

NOTAS

1 Ver “Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária na China”, nota 54, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I. A “dissertação em oito partes”, destituída de qualquer conteúdo, jogava com as palavras e apenas se preocupava com a forma. Cada uma das partes estava limitada a regras imutáveis e, inclusivamente, a um número determinado de caracteres; assim, para a composição, não havia mais que con-formar-se mecanicamente às fórmulas requeridas para um ou outro assunto determinado. “O estilo de cliché do Partido” era uma expressão que designava os artigos escritos por certos indivíduos nas fileiras da revolução, que não faziam a menor análise dos factos, contentavam-se com um emprego despropositado de palavras e expressões revolucionárias, não sendo os artigos mais que tagarelice interminável, como a “dissertação em oito partes”.

2 Decisão que o Comité Centra! do Partido Comunista da China adoptou, em Dezembro de 1939, a respeito do recrutamento de intelectuais. Essa decisão figura nas Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo II, sob o título: “Recrutar em Grande Número os Intelectuais”.

• Ver J. V. Estaline: “Fundamentos do Leninismo”, parte III. Primeira frase de Conversações, de Confúcio com os seus discípulos.

5 Ver J. V. Estaline: “Relatório Conclusivo ao XVIII Congresso do Partido sobre a Actividade do Comité Central do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S.”, parte III, secção 2.

6 O boicote das mercadorias japonesas foi um meio que o povo chinês empregou com frequência na luta contra a agressão imperialista japonesa, durante a primeira metade do século XX, por exemplo, durante o Movimento Patriótico de 4 de Maio, após o Incidente de 18 de Setembro de 1931 e durante a Guerra de Resistência contra o Japão.

CONTRA O ESTILO DE CLICHÉ DO PARTIDO*

(8 de Fevereiro de 1942)

O camarada Cai Fum acaba de enunciar o objectivo da reunião de hoje. Eu gostaria agora de falar de como o subjectivismo e o sectarismo se servem do estilo de cliché do Partido como instrumento de propaganda ou modo de expressão. Se, ao combater-mos o subjectivismo e o sectarismo, não liquidamos também o estilo de cliché do Partido, estes encontrarão ainda refúgio e poderão portanto esconder-se. Mas se liquidamos igualmente o estilo de cliché do Partido, isso contará como xequemate final ao subjectivismo e sectarismo, o que deixará à plena luz a face real desses dois monstros, os quais, como os “ratos que atravessam uma rua sob os gritos de ‘mata! mata!’”, serão facilmente eliminados.

As coisas não preocupariam muito se os que escrevessem no estilo de cliché do Partido o fizessem apenas para si próprios. Mas mostrando os seus escritos a outros, o número de leitores já ficam dobrado e o prejuízo causado deixa então de ser pequeno. E se, além disso, tais escritos são afixados nas paredes ou policopiados, publicados em jornais ou editados em livro, o problema torna-se sério porque podem influenciar muita gente. Os que escrevem no estilo de cliché do Partido querem sempre ser lidos por muitos. Assim, torna-se absolutamente necessário denunciar e liquidar esse estilo de cli-

ché.

O estilo de cliché do Partido é ademais uma va-riedade do “estilo de cliché estrangeiro”, contra o qual se ergueu Lu Sun há já muito¹. Por que razão pois o designamos por estilo de cliché do Partido? Porque, além do seu sabor estrangeiro, tem um certo cheiro de solo nativo. Talvez se queira também considerá-lo como uma espécie de criação! Quem poderá então pretender que nenhuma obra de criação se realizou entre nós? Aí está uma! (Gargalhadas.)

O estilo de cliché tem uma longa história no nosso Partido, chegando a constituir por vezes um problema muito grave, sobretudo no período da Revolução Agrária.

Encarado historicamente, o estilo de cliché do Partido é uma reacção contra o Movimento de 4 de Maio.

Na época do Movimento de 4 de Maio, os homens ganhos às novas ideias combateram a língua escrita clássica e preconizaram o estilo da língua falada, combateram os velhos dogmas e preconizaram a ciência e a democracia. Tudo isso estava inteiramente correcto. O movimento era, na época, dinâmico, progressista e revolucionário. As classes dominantes educavam os estudantes na doutrina de Confúcio, obrigavam o povo a crer no sistema confuciano como num dogma religioso e todos os escritos eram re-digidos na língua clássica. Numa palavra, os escritos e o ensino das classes dominantes e seus acólitos eram na época, quer no conteúdo quer na forma, do género cliché e dogma. Eram os velhos clichés e velhos dogmas. Um dos maiores méritos do Movimento de 4 de Maio foi o ter mostrado ao povo toda a hediondez dos velhos clichés e velhos dogmas, e tê-lo levado

a combater tudo isso. Outro grande mérito, ligado ao precedente, foi a luta que o movimento travou contra o imperialismo, mas a luta contra os velhos clichés e os velhos dogmas permanece uma das suas grandes realizações. Mais tarde, porém, o estilo de cliché estrangeiro e os dogmas estrangeiros fizeram a sua entrada em cena, e certos camaradas no nosso Partido, contrariamente ao Marxismo, desenvolveram-nos até convertê-los em subjectivismo, sectarismo, estilo de cliché do Partido. E assim temos os novos clichés e os novos dogmas. Estes enraizaram-se tão profundamente no espírito de tantos dentre os nossos camaradas que precisamos actualmente de despender grandes esforços no trabalho de transformação. Assim resulta que o movimento dinâmico, progressista e revolucionário do período do “4 de Maio”, dirigido contra os velhos clichés e dogmas feudais, foi transformado por alguns no seu contrário e deu lugar a clichés e dogmas novos. Estes últimos já nada têm de vivo, são mortos, nada têm de progressista, são retrógrados, nada têm de revolucionário, são um obstáculo à revolução. Isso significa que o estilo de cliché estrangeiro ou o estilo de cliché do Partido são uma reacção contra a própria natureza do Movimento de 4 de Maio. Mas o Movimento de 4 de Maio apresentava também as suas debilidades. Muitos dos seus dirigentes não possuíam ainda um espírito crítico marxista, os seus métodos eram geralmente burgueses, quer dizer, formalistas. Tinham muita razão em rebelar-se contra os velhos clichés e os velhos dogmas e preconizar a ciência e a democracia, mas ao tratarem as situações do seu tempo, a História e as realidades do estrangeiro, faltava-lhes o

espírito crítico próprio do materialismo histórico e viam as coisas más como absoluta e inteiramente más e as boas como absoluta e inteiramente boas. Essa maneira formalista de abordar os problemas afectou o curso ulterior do movimento, o qual, no seu desenvolvimento, se dividiu em duas correntes. Um sector herdou-lhe o espírito científico e democrático e transformou-o na base do Marxismo; foi o que fizeram os comunistas e alguns marxistas não-membros do Partido. Outro sector embrenhou-se na via da burguesia, e foi o escorregar do formalismo para a direita. Mas mesmo no interior do Partido Comunista a situação não era uniforme; alguns membros não dominaram firmemente o Marxismo, desviaram--se e caíram em erros de formalismo, isto é, caíram no subjectivismo, no sectarismo e no estilo de cliché do Partido; foi o escorregar do formalismo para a “esquerda”. O estilo de cliché do Partido constitui pois, por um lado, uma reacção contra os elementos positivos do Movimento de 4 de Maio e, por outro lado, uma herança, um prolongamento ou desenvolvimento dos elementos negativos desse movimento; de modo nenhum é fenómeno fortuito. É bom que compreendamos isso. Tal como, na época do Movimento de 4 de Maio, a luta contra os velhos clichés e os velhos dogmas era revolucionária e indispensável, hoje é também revolucionário e indispensável criticar, à luz do Marxismo, os novos clichés e os novos dogmas. Sem essa luta travada durante o Movimento de 4 de Maio, o povo chinês não teria podido libertar-se ideologicamente da sua submissão aos velhos clichés e aos velhos dogmas e a China não poderia ter esperanças de liberdade e independência.

Essa tarefa ficou apenas começada no período do Movimento de 4 de Maio, tornando-se ainda necessário, actualmente, um enorme esforço — colossal trabalho na via da remodelação revolucionária — para habilitar o povo a libertar-se totalmente da dominação dos velhos clichés e dogmas. Se não combatemos hoje os novos clichés e os novos dogmas, o espírito do povo chinês ficará prisioneiro doutra espécie de formalismo. Se não nos desembaraçamos do veneno do estilo de cliché e dos erros de dogmatismo de certo sector dentre os camaradas do Partido (apenas um sector, claro), será impossível fomentar um vigoroso e vivo espírito revolucionário, extirpar o mau hábito de adoptar uma atitude errada com relação ao Marxismo, e propagar e desenvolver amplamente o Marxismo autêntico; além disso, não -eremos capazes de combater com energia a influência exercida sobre o conjunto do povo pelos velhos clichés e velhos dogmas, nem a influência exercida sobre muitos dos nossos compatriotas pelos clichés e dogmas estrangeiros, sendo-nos impossível :liminá-los completamente. O subjectivismo, o sectarismo e o estilo de cliché do Partido são, os três, antimarxistas; nao respondem às necessidades do proletariado mas sim às das classes exploradoras. São um reflexo da ideologia pequeno-burguesa no Partido. A China é um país onde a pequena burguesia é uma classe muito nume-rosa, encontrando-se o nosso Partido rodeado por essa vasta classe; um número considerável dos nossos membros são oriundos desta e trouxeram inevitavelmente consigo um maior ou menor caudal de ideias pequeno-burguesas para o Partido. Se o fanatismo dos revolucionários pequeno-

burgueses e a sua visão unilateral das coisas não são contidos e corrigidos, podem facilmente engendrar o subjectivismo e o sec-tarismo, de que um dos modos de expressão é o estilo de cliché estrangeiro ou o estilo de cliché do Partido.

Não é fácil liquidar esse fenómeno e eliminar-lhe todos os vestígios. A tarefa deve cumprir-se de modo adequado, quer dizer, com esforço de argumentação convincente. Se os nossos argumentos são bem expostos e formulados a propósito, serão eficazes. A argumentação consiste antes de mais em sacudir fortemente o doente, gritando-lhe: “Estás doente!”, para que, chocado, transpire de medo, e depois, dizer-lhe gentilmente que siga um tratamento.

Analisemos agora o estilo de cliché do Partido e vejamos onde reside o mal. Combatendo o veneno com o próprio veneno, vamos proceder, como o cliché da “dissertação em oito partes”², a um requisito em “oito pontos”, a que poderíamos chamar oito pontos de acusação.

Primeiro crime do estilo de cliché do Partido: entregar-se a fraseologia interminável e vazia de sentido. Alguns dos nossos camaradas gostam de escrever artigos muito longos, mas sem substância, exactamente iguais às “longas e malcheirosas ligaduras de pés das damas preguiçosas”. Por que razão escrevem artigos assim tão longos e tão vazios? Só pode haver uma explicação, é que estão bem decididos a não ser lidos pelas massas. Como os artigos são intermináveis e vazios de substância, as massas abanam a cabeça ao primeiro olhar que deitam sobre eles; como haveriam de querer lê-los? Tais artigos só servem para enganar ingénuos, entre os quais

exercem má influência e fomentam uma aquisição de maus hábitos. No dia 22 de Junho do ano passado, a União Soviética começou a travar uma gigantesca guerra contra a agressão, e no entanto a alocução feita por Estaline no dia 3 de Julho não foi mais longa que um editorial do nosso Qniefanjepao. Se qualquer desses nossos senhores tivesse de redigi-la, coisa terrível, constaria no mínimo de várias dezenas de milhares de caracteres. Nós estamos em plena guerra, temos de aprender a escrever artigos curtos e substanciosos. Embora não haja guerra em len-an, as nossas tropas batem-se diariamente na frente, e a retaguarda está muito sobrecarregada de trabalho; se os artigos são excessivamente longos quem haverá que os leia? Alguns camaradas da frente gostam também de escrever longos relatórios. Dão-se a grandes penas para escrevê-los e enviam-nos para cá para que leamos. Mas quem terá coragem para lê-los? E se os artigos longos e vazios não são bons, serão porventura melhores os curtos e vazios? Claro que não. É preciso acabar com toda a tagarelice vã. Mas a tarefa principal, primordial, é atirar para o lixo as longas e malcheirosas ligaduras de pés das damas preguiçosas. Alguns perguntarão: “E O Capital não é acaso muito longo? Que fazer então?” A resposta é simples: continuar a lê-lo. Há um provérbio que diz: “Muda-se de montanha muda-se de canção” e um outro, “Ajustar o apetite às provisões, e a vestimenta à estatura”. Tudo que fazemos tem de fazer-se de acordo com as circunstâncias, e o mesmo acontece quando se trata de redigir artigos ou fazer discursos. Somos contra os clichés intermináveis e vazios de sentido, mas isso não quer dizer que tudo tenha de ser curto para

ser bom. Em tempo de guerra necessitamos de artigos breves, e é certo que necessitamos ainda mais de artigos com substância. Os artigos sem conteúdo são o que há de mais injustificável e condenável. O mesmo vale quanto aos discursos; devemos acabar com as tiradas vazias e intermináveis.

Segundo crime do estilo de cliché do Partido: tomar ares afectados e pretensiosos destinados a intimidar as pessoas. Alguns escritos em cliché são não só intermináveis e vazios de sentido como também cheios de pretensões que visam, deliberadamente, a intimidar as pessoas; contêm um veneno dos mais perniciosos. A tagarelice interminável, vazia, sem substância, ainda pode considerar-se infantilidade, mas o recurso a esse ar afectado e pretensioso para intimidar as pessoas já não é infantilidade, é desonestidade pura e simples. Criticando os que actuavam assim, Lu Sun disse uma vez que “insultar e intimidar não é seguramente combater.”³ Aquilo que é científico nunca receia a crítica, pois a ciência é verdade, de modo nenhum teme a refutação. Ora, o subjectivismo e o sectarismo, tal como os encontramos nos escritos e discursos do estilo de cliché do Partido, sentem um medo terrível da refutação, são extremamente cobardes, razão por que a sua única saída é tomar ares pretensiosos para intimidar as pessoas, crendo poder assim tapar a boca dos outros e “regressar à corte triunfalmente”. Tal pretensão nunca poderá reflectir a verdade, é apenas um obstáculo à verdade. A verdade não tem que recorrer à pose de intimidação; impõe-se por palavras e actos sinceros. Há duas expressões que aparecem com frequência nos artigos e discursos de

inúmeros ca-maradas: uma é a “luta crua” e a outra, os “golpes despiedados”. Essas medidas são absolutamente necessárias contra o inimigo e contra a ideologia inimiga, mas usá-las com relação aos camaradas é incorrecto. Acontece frequentemente que inimigos e ideias próprias ao inimigo se infiltrem no Partido, como se diz no ponto 4 da conclusão do Compêndio de História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S. Aí, contra tais inimigos, não há dúvida que devemos recorrer à luta crua e aos golpes despiedados, já que são exactamente esses os meios que tal canalha emprega contra o Partido, e, se formos tolerantes, caímos nas armadilhas que nos preparam. Mas as mesmas medidas não devem aplicar-se com relação aos camaradas que tenham ocasionalmente cometido erros; com eles há que adoptar o método da crítica e autocrítica, como se indica no ponto 5 da conclusão do Compêndio de História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S. Se, no passado, certos camaradas passaram à “luta crua” e aos “golpes despiedados” contra outros, foi porque não analisaram, por um lado, o caso daqueles com quem tratavam e, por outro lado, procuravam intimidar tomando ares pretensiosos. Esse método é inadmissível, seja com quem for que se estiver tratando. De todo inoperante contra o inimigo, a tática de intimidação não pode mais que causar prejuízo com relação aos camaradas. É coisa habitual entre as classes exploradoras e entre o lumpen-proletariado, mas o proletariado não precisa disso. A arma mais acerada e eficaz para este não é outra senão a atitude científica, séria e militante. A vida do Partido Comunista não se baseia na intimidação mas sim na verdade do Marxismo-

Leninismo, na busca da verdade nos factos, na ciência. Quanto a querer obter fama e posição por meio de pretensão, nem vale a pena falar, é desprezível. Numa palavra, quando os organismos tomam decisões ou avançam directivas, e quando os camaradas escrevem artigos ou fazem discursos, de-vem todos apoiar-se na verdade do Marxismo-Leni-nismo e servir propósitos úteis. Só assim poderá garantir-se a vitória da revolução. Tudo o mais é vão.

Terceiro crime do estilo de cliché do Partido: disparar ao acaso, sem ter em conta o auditório. Há alguns anos vi nos muros de len-an a palavra de ordem seguinte: “Operários e camponeses, uni-vos para conquistar a vitória na Guerra de Resistência contra o Japão!” O conteúdo da palavra de ordem de modo nenhum era mau, mas na palavra X A.

[cunjen=operários], o carácter X [cun=trabalho] estava desenhado _£, com o traço perpendicular em zigzag; quanto ao carácter A. [jen=pessoa] tinha-se convertido em A.> três pequenos traços oblíquos cortando-lhe a perna direita. O camarada que os escreveu era sem qualquer dúvida discípulo de velhos letrados, mas escrever tais caracteres nos muros duma cidade como len-an, na época da Guerra de Resistência, é coisa incompreensível. Possivelmente ele tinha-se prometido não se fazer entender pelas pessoas comuns pois é de facto difícil encontrar outra explicação. Os comunistas que desejam efectivamente fazer propaganda, devem ter em conta o auditório, pensar naqueles que hão-de ouvir-lhes e ver-lhes os artigos, a caligrafia, os discursos e as intervenções. Doutro modo estão realmente

decididos a não serem lidos nem ouvidos por ninguém. Muitos imaginam com frequência que o que escrevem ou dizem é compreensível para todos, quando de facto as coisas não são nada assim. Como poderão as pessoas entender o que eles escrevem ou dizem em estilo de cliché do Partido? O ditado “tocar lira para búfalos” traduz a zombaria em relação ao auditório. Mas se, pelo contrário, o interpretamos no sentido do respeito pelo auditório, a zombaria recai sobre o executante. Por que razão se obstinará ele em tocar sem considerar o auditório? E o pior é que o estilo de cliché do Partido tem tudo do crocitar do corvo e não deixa de insistir em moer as massas populares com os seus grasnidos. Quando se arremessam flechas impõe-se visar o alvo, e quando se toca lira há que pensar no auditório. Como pois escrever artigos e fazer discursos sem ter em conta os leitores e os ouvintes? Suponhamos que queremos estabelecer amizade com alguém; poderá chegar-se a uma amizade íntima sem que as partes se compreendam, ignorando cada uma o que a outra tem no fundo da alma? Os nossos propagandistas não chegarão a resultado algum enquanto não fizerem mais que tagarelar sem procurar saber quem é o seu público, sem estudá-lo, sem analisá-lo.

Quarto crime do estilo de cliché do Partido: usar linguagem monótona e insípida, que lembra um piessan*. O tipo descarnado e feio a que os xangai-neses chamam “pequeno piessan” assemelha-se muito ao estilo de cliché do Partido. Se um artigo ou discurso não faz senão repisar uns quantos termos, em tom de sala de aula, sem alma nem vigor, não será de facto um piessan, monó-

tono, insípido e repelente do aspecto? Se alguém entrou para a escola aos sete anos, passou pelo liceu na adolescência, concluiu com mais de vinte anos os estudos universitários mas nunca esteve em contacto com as massas populares, nada haverá de estranho se a sua linguagem for pobre e monótona. Nós somos um partido revolucionário, trabalhamos para as massas; se não aprendemos a língua das massas não podemos levar a bom termo o nosso trabalho. Muitos dos camaradas que se ocupam actualmente da propaganda também não estudam a língua; a propaganda que fazem é insípida, e são poucas as pessoas que se dispõem a ler-lhes os artigos e ouvir-lhes os discursos. Por quê estudar a língua e despende nisso grande esforço? Porque uma língua não se domina facilmente, necessita-se grande esforço. Primeiramente, há que estudar a língua junto das massas. O vocabulário do povo é muito rico e vivo, reflecte a vida real. Como muitos dentre nós não aprenderam a fundo a língua, os nossos artigos e discursos contêm poucas expressões vivas, precisas, pujantes; apenas lhes restam uns quantos tendões ressequidos, como um pie-san horrível de magreza, de modo nenhum se trata dum corpo saudável. Segundo, é preciso assimilar das línguas estrangeiras aquilo que necessitamos. Não devemos utilizar as expressões estrangeiras mecanicamente, abusivamente, mas sim extrair das línguas estrangeiras o que é bom e útil para nós. Como o velho vocabulário chinês é insuficiente, muitas das palavras do nosso vocabulário actual são assimiladas das línguas estrangeiras. Por exemplo, hoje estamos procedendo a uma reunião de campu [quadros], ora, a palavra campu veio

do estrangeiro. Há que assimilar ainda mais o que é novo no estrangeiro, não somente ideias progressistas, também termos novos. Terceiro, deve-se também aprender o que há de vivo na língua clássica chinesa. Como não nos aplicámos suficientemente ao estudo da língua clássica chinesa, não fomos capazes de utilizar plena e racionalmente o muito de vivo que nela resta. Claro que nos opomos resolutamente à utilização de expressões ou alusões mortas, isso está assente, mas o que é bom e ainda útil importa recolhê-lo como herança. As pessoas mais intoxicadas pelo estilo de cliché do Partido não se dão ao trabalho de estudar tenazmente o que há de útil na língua popular, nas línguas estrangeiras e na língua clássica chinesa, razão por que as massas não acolhem favoravelmente a sua propaganda monótona e insípida, e nós tão-pouco temos necessidade de propagandistas assim mediocres e incompetentes. Quem são os nossos propagandistas? Os nossos propagandistas não são apenas os professores, jornalistas, escritores e artistas, são todos os nossos quadros. Por exemplo, consideremos os comandantes do exército. Embora não façam declarações públicas, eles têm de falar aos soldados e entrar em contacto com o povo; ora, o que será isso senão propaganda? Assim que uma pessoa se dirige a outras, faz propaganda. E a não ser que se seja mudo, há sempre algo para dizer. Por isso se torna imperioso que os nossos camaradas estudem todos a língua. Quinto crime do estilo de cliché do Partido: alinhar os pontos a tratar segundo uma ordem de cabeçalhos como nas farmácias tradicionais chinesas. Passem os olhos por qualquer farmácia chinesa e olhem para os

armários de muitas gavetas, cada uma com o seu rótulo: angélico, dedaleira, ruibarbo, salitre, tudo quanto pode existir. Esse sistema foi também adoptado pelos nossos camaradas. Nos seus artigos e discursos, nos seus livros e relatórios, utilizam primeiro os números chineses em caracteres maiúsculos, logo em minúsculos, a seguir os caracteres para os dez celestiais, depois os caracteres para os doze ramos da Terra e então as maiúsculas A, B, C, D, as minúsculas a, b, c, d, os números árabes e sei lá que mais! Que fortuna terem os antigos e os estrangeiros criado todos esses símbolos, de tal maneira que hoje podemos abrir uma farmácia chinesa sem o mais pequeno esforço! Um artigo que, abarrotado de tais símbolos, não levanta, não analisa e não resolve o menor problema nem se pronuncia por ou contra seja o que for, feitas todas as contas não é mais que uma farmácia chinesa, não tem conteúdo determinado. Eu não digo que os símbolos como os dez celestiais, etc, não devam ser utilizados, somente essa maneira de abordar os problemas é que está errada. Muitos dos nossos camaradas ganharam agora o gosto pelo mé-todo da farmácia chinesa que, na realidade, é o mais terra a terra, infantil e vulgar de todos os métodos. É um método formalista que classifica as coisas pelos aspectos externos, e não pelos laços internos. Se uma pessoa agarra num montão de conceitos não relacionados internamente e os alinha em artigos, discursos ou relatórios, atendendo apenas aos aspectos externos dos fenómenos, está a jogar com os conceitos e pode até induzir outros a entrar no mesmo jogo, com o resultado de não usarem os seus cérebros para pensar os problemas e penetrar na essência

dos fenómenos e contentarem-se com uma simples lista de fenómenos segundo a ordem A, B, C, D. O que é um problema? É uma contradição num fenómeno. Onde quer que exista uma contradição não resolvida há um problema. Sempre que há problema há o dever de tomar partido por um lado e contra o outro lado, e impõe-se levantar o problema. Para levantar um problema é preciso, antes de mais, proceder à investigação e estudo gerais sobre os dois aspectos fundamentais do problema, isto é, da contradição, a fim de ser possível entender a natureza mesma da contradição; esse é o processo de pôr em evidência o problema. Fazendo a investigação e o estudo sobre o problema nas suas linhas gerais, pode-se pô-lo em evidência, levantar o problema, mas não ainda resolvê-lo. Para resolvê-lo é necessário passar à investigação e estudo sistemáticos e minuciosos; é o processo de análise. Definir um problema também exige análise, doutro modo não é possível, num montão confuso e disparate de fenómenos, ver onde está o problema, quer dizer, a contradição. Mas o processo de análise de que se trata aqui é o processo de análise sistemática e minuciosa. Acontece frequentemente que, levantado um problema, não se pode resolvê-lo porque não se descobriram os laços internos dos fenómenos, não se submeteu o problema a uma análise sistemática e minuciosa, e por isso ainda não se vêem claramente os aspectos do problema nem é possível fazer já a respectiva síntese nem dar-lhe solução adequada. Todo o artigo ou discurso, quando importante e indicador duma direcção a seguir, levanta sempre um problema, analisa-o e procede à respectiva síntese, a fim de definir-lhe a natureza e esta-

belecer o processo de resolvê-lo; o método formalista de modo nenhum serve. Ora, como o método formalista, infantil, terra a terra, vulgar e de preguiça mental está a generalizar-se no Partido, o nosso dever é denunciá-lo, para que cada um possa aprender a utilizar o método marxista quando abordar, levantar, analisar ou resolver os problemas. Só assim poderemos levar a bom termo o nosso trabalho, só assim poderá a nossa causa revolucionária triunfar.

Sexto crime do estilo de cliché do Partido: não assumir as responsabilidades e causar prejuízos onde quer que se manifeste. Todo o mal enunciado acima deve-se, por um lado, à ingenuidade, e, por outro, ao deficiente sentido das responsabilidades. Tomemos como ilustração a lavagem do rosto. Todos lavamos diariamente a cara, havendo até quem o faça mais de uma vez ao dia, olhando--se ao espelho, como investigação e estudo (gargalhadas), receoso de que algo não tenha ficado bem. Que elevado sentido das responsabilidades! Se escrevêssemos artigos e fizessemos discursos com o mesmo sentido das responsabilidades, não actuaríamos assim tão mal. Não se deve apresentar aquilo que não é apresentável; há que ter sempre em mente o facto de os nossos artigos e discursos serem capazes de influenciar o pensamento e a acção dos outros! Se alguém não lava o rosto durante um ou dois dias, não há dúvidas de que isso não está bem, e se, quando se lava, deixa ainda um ou dois traços de sujidade na cara é claro que também não é agradável. Contudo, não se trata de algo que represente maior perigo. Mas as coisas já são distintas com os artigos e os discursos, destinados especificamente a in-

fluenciar os demais. Não obstante, os nossos camaradas avançam nisso com leviandade, o que significa colocar o trivial acima do fundamental. Muitos escrevem artigos ou fazem discursos sem estudo prévio, sem preparação, e assim que terminam os artigos publicam-nos apressadamente, sem dar-se ao trabalho de relê-los várias vezes, como cuidariam de observar-se ao espelho após a lavagem do rosto. O resultado traduz-se frequentemente nisto: “Escrevem mil palavras num riscar da pena e ficam a dez mil ‘is do tema”. Muito talentosos na aparência, esses escritores o que fazem é mal a toda a gente. Há que corrigir esse mau hábito, esse fraco sentido das responsabilidades. Sétimo crime do estilo de cliché do Partido: en-venenar todo o Partido e prejudicar a revolução. O oitavo crime está em, com a sua difusão, demolir o país e arruinar o povo. Esses dois crimes são tão evidentes que dispensam comentário. Dizendo por outras palavras, se não se elimina o estilo de cliché do Partido, se se lhe permite livre curso, as consequências poderão ser muito graves. O que se esconde no estilo de cliché do Partido é o veneno do subjectivismo e do sectarismo e, se tal veneno se espalha, será um desastre para o Partido e para o país.

Estes oito pontos de acusação constituem o nosso chamamento às armas contra o estilo de cliché do Partido. Como forma, o estilo de cliché do Partido é não somente inconveniente para traduzir o espírito revolucionário como até apto para extinguir esse espírito. Para que o espírito revolucionário se desenvolva, torna-se necessário renunciar ao estilo de cliché do Partido e substituí-lo pelo estilo marxista-leninista, vivo, transpirando frescu-

ra e vigor. Este existe de há muito mas não foi ainda enriquecido e propagado por toda a parte. Quando tivermos eliminado o estilo de cliché estrangeiro e o estilo de cliché do Partido, poderemos enriquecer e popularizar o nosso novo estilo, o que fará avançar a causa revolucionária do Partido.

O estilo de cliché do Partido não se limita apenas aos artigos e discursos, revela-se também na maneira como se conduzem as nossas reuniões: “1. abertura; 2. relatório; 5. discussão; 4. conclusões; 5. encerramento”. Esse proceder mecânico, repetido por toda a parte em cada reunião grande ou pequena, acaso não é exactamente uma forma de cliché do Partido? Os “relatórios” apresentados nas reuniões contêm frequentemente tais pontos: “1. situação internacional; 2. situação interna; 3. situação na região fronteiriça; 4. situação na nossa secção de trabalho”. As reuniões vão com frequência da manhã à noite, e mesmo os que nada têm a dizer avançam com intervenções, como se, calando-se, faltassem ao seu dever frente aos demais. Resumindo, despreocupando-se das circunstâncias concretas afeiram-se às velhas formas e costumes. Acaso não deve também corrigir-se tal fenómeno?

Actualmente, são muitos os que preconizam uma transformação total no sentido nacional, científico e popular, o que é muito bom. Mas “transformação total” significa mudança da cabeça aos pés, interna e externa; ora, há quem não tenha feito sequer a mais “pequena mudança” e esteja no entanto a clamar pela “transformação total”! Eu gostaria pois de aconselhar a esses camaradas que comesçassem por impor-se uma “pequena mudança” an-

tes de passarem à “transformação total”, pois, de contrário, continuarão presos ao dogmatismo e ao estilo de cliché do Partido. Isso pode definir-se como “visar demasiado alto para débeis recursos”, “grandes ambições para diminuto talento” e a nada pode conduzir. Assim, aqueles que muito falam de “transformação total no sentido dum estilo de massas” quando na prática se limitam aferradamente ao seu grupinho, precisam de fazer muita atenção, pois, um dia, alguém dentre as massas poderá saltar-lhes ao caminho dizendo: “Senhor, costre um pouco da sua transformação total, por favor!”, com o que receberão um xeque-mate. Se eles não estão apenas pregando, mas querem realmente uma transformação total no sentido dum estilo de massas, devem ir de facto ao povo e aprender com este, pois de contrário a sua “transformação total” permanecerá coisa no ar. Há gente que fica gritando a transformação total no sentido dum estilo de massas mas é incapaz de dizer três frases na língua da gente comum. Isso mostra como não estão realmente determinados a aprender junto das massas. O seu espírito continua confinado ao seu reduzido grupinho.

Foi distribuída nesta reunião uma brochura, intitulada Guia de Propaganda, que contém quatro artigos; eu aconselho os camaradas a lerem e relerem tal brochura.

O primeiro desses textos compõe-se de extractos do Compêndio de História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S. e trata do modo como Lenine fazia o trabalho de propaganda. Entre outros pontos descreve como Lenine redigia um panfleto:

“Sob a direcção de Lenine, a ‘União de Luta pela Liber-

tação da Classe Operária' de Peters-burgo foi a primeira organização que procedeu, na Rússia, à fusão do socialismo com o movimento operário. Assim que estalava uma greve numa fábrica, a 'União de Luta', que conhecia perfeitamente a situação nas empresas através dos membros dos seus círculos, reagia logo com a publicação de panfletos e proclamações socialistas. Esses panfletos denunciavam a opressão de que eram vítimas os operários por parte dos fabricantes, explicavam como os operários deviam lutar pela defesa dos seus interesses e enunciavam as reivindicações operárias. Os panfletos proclamavam a inteira verdade sobre as chagas do capitalismo, a vida miserável dos operários, a intolerável jornada de doze a quatorze horas de trabalho e a sua situação de párias. Os panfletos avançavam também reivindicações políticas adequadas."

Notem bem: "conhecia perfeitamente a situação" e "proclamavam a inteira verdade"!

"Com o concurso do operário Babuchkin, nos fins de 1894, Lenine elaborou o primeiro desses panfletos de agitação e um apeio aos operários grevistas da fábrica Semianikov de Petersburgo." Para redigir um panfleto torna-se necessário consultar os camaradas que conhecem a situação. Era na base de tais investigações e estudos que Lenine escrevia e trabalhava.

"Cada um desses panfletos ajudava poderosamente a elevar o espírito dos operários. Estes apercebiam-se de que os socialistas estavam a ajudá-los e a defendê-los."0 Estaremos nós de acordo com Lenine? Se estamos, devemos trabalhar segundo o seu espírito. Quer dizer, devemos agir como Lenine agia e não encher páginas de

fraseologia interminável, vazia de sentido, nem disparar ao acaso, sem ter em conta o auditório, ou crer-nos infalíveis e pomposos.

O segundo texto é composto de extractos dum discurso de Dimitrov ante o VII Congresso da Internacional Comunista. Que dizia Dimitrov? Dizia isto: "Há que aprender a falar às massas, não na língua das fórmulas livrescas, mas na língua dos combatentes da causa das massas, cujas palavras e ideias reflectem, cada uma, os pensamentos e sentimentos de milhões."

E ainda:

"... a assimilação das nossas decisões pelas grandes massas é impossível se não aprendemos a falar uma língua compreensível para as massas. Estamos longe de falar sempre com simplicidade, concretamente, servindo-nos de imagens familiares e compreensíveis para as massas. Ainda não somos capazes de renunciar às fórmulas abstractas aprendidas de cor. Efectivamente, olhem para os nossos panfletos, jornais, resoluções e teses, e verão como são frequentemente redigidos numa linguagem tão pesada que até os nossos militantes têm dificuldade em compreendê-los e, com maior razão ainda, os simples operários."

Bem? Não terá então Dimitrov posto o dedo no nosso ponto fraco? Como é evidente, o estilo de cli-ché do Partido existe tanto no estrangeiro como na China, sendo pois uma doença bastante generalizada. (Risos.) Mas seja como for, nós precisamos de curar--nos o mais rapidamente da doença, de acordo com as indicações do camarada Dimitrov:

"Cada um de nós deve assimilar a fundo, como lei, lei

bolchevista, a seguinte regra elementar:

Sempre que escreveres ou falares, mantém constantemente no espírito os operários de base que devem compreender-te, que devem convencer-se do teu apelo e estar prontos a seguir-te! Há que pensar naqueles para quem escreves ou falas.”G

Essa é uma receita prescrita pela Internacional Comunista para que nos curemos da doença. Há que observá-la. Tomemo-la pois como leil

O terceiro texto, seleccionado das Obras Completas de Lu Sun, é a resposta desse autor à revista *Petoutsatche* (Ursa Maior)⁷, em discussão sobre o como escrever. Que dizia Lu Sun? Formulava oito regras a observar pelos que escrevem, algumas das quais gostaria de referir aqui.

Regra i: “Atentar detidamente nas várias espécies de fenómenos; observar no máximo, não escrever se apenas se observou um pouco.”

O que dizia era “atentar detidamente nas várias espécies de fenómenos”, não apenas com um só fenómeno ou metade de fenómeno. Dizia “observar no máximo”, não apenas dar uma olhadela ou meia olhadela. E que fazemos nós? Acaso não fazemos exactamente o contrário e nos lançamos a escrever após termos observado apenas um pouco?

Regra 2: “Não empenhar-se em escrever quando nada se tem a dizer.”

Que fazemos nós? Não é verdade que nos esforçamos a escrever muito, mesmo quando é de todo evidente que nada há nas nossas cabeças? Constitui pura irresponsabilidade pegar na caneta e “em-penhar-se em escrever”

sem investigação nem estudo prévios.

Regra 4: “Depois de se ter escrito algo, ler pelo menos duas vezes o que se escreveu e fazeç o máximo por cortar sem perdão as palavras, frases e parágrafos não indispensáveis. Mais vale condensar a matéria dum romance num conto que alongar a matéria dum conto por todo um romance.”

Confúcio aconselhava a “reflectir duas vezes”⁸ e Han Lu dizia que “o êxito deve-se à meditação”⁹. E isso era nos tempos antigos. Hoje, as coisas torna-ram-se muito complicadas e muitas vezes já nem bastam três ou quatro reflexões. Lu Sun falava em “ler pelo menos duas vezes”. E quantas no máximo? Isso ele já não disse mas, em minha opinião, não será prejudicial ler mais de dez vezes os artigos importantes, e revê-los cuidadosamente antes da publicação. Os escritos são um reflexo da realidade objectiva, que é intrincada, complexa, devendo ser estudada repetidamente até que possa ser adequadamente reflectida; ser negligente nesse domínio é ser ignorante das noções elementares sobre a arte de escrever.

Regra 6: “Não fabricar adjectivos ou outros termos incompreensíveis para todos exceptuado o próprio autor.” Nós “fabricámos” demasiadas expressões que, em resumo, “ninguém entende”. Por vezes, uma só afirmação alonga-se por quarenta ou cinquenta caracteres embulhada em “adjectivos ou outros termos incompreensíveis para todos”. Muitos que incansavelmente proclamam que seguem Lu Sun são exactamente quem lhe vira as costas!

O último texto da brochura é extraído do relatório sobre o processo de desenvolver um estilo nacional de propa-

ganda, adoptado pela Sexta Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso do Partido Comunista da China. Nessa sessão, realizada em 1938, nós dissemos que “toda a afirmação sobre Marxismo, desligada das características específicas da China, é apenas Marxismo abstracto, Marxismo no vácuo.” Quer dizer que devemos opor-nos a toda a afirmação vazia sobre o Marxismo, e os comunistas que vivem na China devem estudar o Marxismo ligando-o às realidades da revolução chinesa. “Há que acabar com o estilo de cliché estrangeiro, devemos cantar menos canções vazias em toadas abstractas e deixar a dormir o dogmatismo, para deixar lugar a um ar e estilo chineses, plenos de frescor e vida, agradáveis ao ouvido e à vista das pessoas simples do nosso país. Separar o conteúdo internacionalista da forma nacional é prática dos que não compreendem coisa alguma sobre internacionalismo. Contrariamente, nós temos que ligar estreitamente uma coisa à outra. Nesse aspecto há graves erros nas nossas fileiras, erros que devemos conscienciosamente superar.”

Esse documento exigiu a liquidação do estilo de cliché estrangeiro mas, na prática, certos camaradas continuam ainda a fomentá-lo. Exigiu que se cansem menos canções vazias em toadas abstractas, mas certos camaradas persistem em cantarolar mais do mesmo e nunca. Exigiu que se deixasse a dormir o dogmatismo mas certos camaradas desejam fazê-lo sair da cama. Resumindo, muitos deixaram que o relatório adoptado pela Sexta Sessão Plenária lhes en-trasse por uma orelha e saísse pela outra, tomo se se opusessem deliberadamente a ele.

O Comité Central decidiu agora que devemos desem-

baraçar-nos inteiramente do estilo de cliché do Partido, do dogmatismo, etc, essa é a razão por que faiei longamente. Espero que os nossos camaradas pensem e analisem quanto disse, e que cada um faça uma análise do seu próprio caso. Cada um deve examinar-se cuidadosamente, discutir com os amigos íntimos e os camaradas à sua volta sobre os pontos que tiver esclarecido e eliminar realmente os seus defeitos.

NOTAS

1 O estilo de cliché estrangeiro, desenvolvido e propagado por intelectuais superficiais da burguesia e pequena burguesia após o Movimento de 4 de Maio de 1919, manifestou-se durante muito tempo nas fileiras revolucionárias dos trabalhadores da cultura. Em vários ensaios, Lu Sun combateu o estilo de cliché estrangeiro então existente nas fileiras, e condenou-o nos termos seguintes:

“Uma limpeza completa deve fazer-se de todo o estilo de cliché, tanto velho como novo. . . Por exemplo, constitui também uma espécie de cliché, “injuriar”, “intimidar” ou mesmo “lavar sentenças”, reduzindo-se a copiar velhas fórmulas e a aplicá-las indiscriminadamente a todos os factos, em vez de, especificada concretamente, usar fórmulas originadas da ciência para explicar os novos factos e fenómenos que surgem diariamente.” (“Resposta a Tchu Siu-sia”.)

2 Ver “Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária na China”, nota 34, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

3 Título dum ensaio escrito por Lu Sun em 1932, integrado na colectânea “Dialecto do Norte com Acento do Sul”, Obras Completas de Lu Sun, Tomo V.

* Em Xangai, chamava-se piessan aos vagabundos magros em extremo que, não tendo profissão honesta, viviam da mendicância e do furto.

3 Compêndio de História do Partido Comunista (Bolchevique) da

U.R.S.S., capítulo I, secção 5.

GJ. Dimitrov: Pela Unidade da Classe Operária contra o Fascismo, discurso de encerramento no VII Congresso da Internacional Comunista, sexta parte: “Ter uma Linha Justa ainda não Basta”.

7 A revista mensal Petontsatche (Ursa Maior) era editada pela Liga dos Escritores Chineses de Esquerda, cm 1931-1932. O artigo de Lu Sun, “Resposta à Redacção da Revista Petontsatche”, figura na colectânea “Dois Corações”, Obras Completas de Lu Sun, Tomo IV.

8 Ver Confúcio, Conversações, Livro V, “Cungie Tcham”.

9 Han Yu (768-824), escritor célebre da dinastia dos Tans. Na sua “Introdução à Ciência”, escreveu: “O êxito deve-se à meditação e o fracasso à irreflexão.”

INTERVENÇÕES NOS COLÓQUIOS DE IEN-AN SOBRE LITERATURA E ARTE

(Maio de 1942)

ALOCUÇÃO DE ABERTURA

(2 de Maio de 1942)

Camaradas! Convidámo-los a este colóquio de hoje para trocarmos ideias e estudarmos as relações existentes entre o trabalho literário e artístico e o trabalho revolucionário em geral, a fim de garantir-mos um desenvolvimento justo da literatura e da arte revolucionárias e uma maior contribuição destas aos demais trabalhos revolucionários, no sentido de aba-termos o inimigo da nação e cumprirmos a tarefa de libertação nacional.

Na nossa luta pela libertação do povo chinês há várias frentes, entre as quais se contam a frente da pena e a frente da espada, isto é, a frente cultural e a frente militar. Para vencermos o inimigo, precisamos apoiar-nos antes de mais no exército que tem armas na mão. Mas esse exército sozinho não basta, necessitamos pois, igualmente, dum exército da cultura, indispensável para unir as nossas fileiras e vencer o inimigo. Esse exército da cultura tomou forma, na China, a partir do Movimento de 4 de Maio e tem prestado ajuda à revolução, reduzindo passo a passo a esfera de influência e as forças da cultura feudal chinesa e da cultura compradora que

serve a agressão imperialista. Para enfrentar a cultura nova, a reacção chinesa não tem agora outro recurso senão o de “responder à qualidade com quantidade”; por outras palavras, os reaccionários, com dinheiro em abundância mas sem possibilidade de produzir coisa que valha, fazem tudo por produzir em quantidade. Desde o Movimento de 4 de Maio, a literatura e a arte têm constituído um sector importante e vitorioso da frente cultural. O movimento literário e artístico revolucionário registou grande desenvolvimento durante os dez anos de guerra civil; a sua marcha seguia na mesma direcção geral que a guerra revolucionária da época, mas faltava coordenação no trabalho prático desses dois exércitos irmãos, pois a reacção havia conseguido isolá-los um do outro. É muito bom que, desde o começo da Guerra de Resistência contra o Japão, os escritores e artistas revolucionários se venham deslocando em número crescente a Ien-an e outras bases anti-japonesas. Mas a entrada nessas bases não significa fusão total com as massas populares. E essa fusão é necessária, se queremos avançar no nosso trabalho revolucionário. A nossa reunião de hoje visa converter realmente a literatura e a arte numa parte componente da máquina da revolução, numa arma poderosa para unir e educar o povo, para atacar e destruir o inimigo, e ajudar o povo a com-bater o inimigo com um mesmo coração e uma mesma vontade. Quais são os problemas a resolver para atingir tal objectivo? Penso que são os seguintes: a posição de classe dos que se dedicam à literatura e à arte, a sua atitude, o seu público, o seu trabalho e o seu estudo.

A questão da posição de classe. A nossa posição é a do

proletariado e das massas populares. Para os membros do Partido Comunista isso significa sustentar a posição do Partido, o espírito de partido e a política do Partido. Mas poderá ainda haver, entre os nossos trabalhadores literários e artísticos, alguém que não tenha uma ideia justa e clara sobre isso? Penso que sim. Muitos dos nossos camaradas afastam-se frequentes vezes da posição correcta.

A questão da atitude. Da posição assumida decorre a atitude específica frente aos diversos fenómenos concretos. Por exemplo: elogiar ou denunciar? É questão de atitude. Qual das duas se deve tomar? Eu diria que ambas. O problema é saber com quem se trata. Há três categorias de pessoas: o inimigo, os nossos aliados da frente única, e a nossa própria gente, isto é, as massas populares e respectiva van-guarda. Com respeito a essas três categorias de pessoas há que tomar três atitudes diferentes. Pelo que respeita ao inimigo, imperialistas japoneses e demais inimigos do povo, a tarefa dos escritores e artistas revolucionários consiste em denunciar a sua crueldade e duplicidade e, ao mesmo tempo, sublinhar a inevitabilidade da respectiva derrota, de modo a encorajar o exército e o povo anti-japoneses a lutarem resolutamente, com um mesmo coração e uma mesma vontade, pela derrocada do inimigo. Em relação aos diferentes aliados da frente única, a nossa atitude deve ser a de aliança e crítica simultâneas, havendo que realizar diversas espécies de aliança e diversas espécies de crítica. Apoiamo-los na resistência ao Japão, elogiamos nos êxitos e criticamos quando não são activos na Guerra de Resistência. Devemos combater firmemente

todos quantos se oponham ao Partido Comunista e ao povo, empenhando-se cada vez mais na via da reacção. Pelo que respeita às massas populares, seu trabalho, combate, exército e Partido, é claro que devemos glorificar. Mas o povo também tem defeitos. Nas filas do proletariado muitos conservam ainda ideias pequeno-burguesas e, entre os camponeses e pequena burguesia urbana, existem ideias retrógradas, o que é um fardo a estorvá-los na luta. Com tempo e paciência, devemos educá-los, ajudá-los a desembaraçar-se desse fardo e a combater as suas insuficiências e erros, a fim de que possam progredir a grandes passos. Eles reeduca-ram-se, ou reeducam-se, no decorrer da luta. A nossa literatura e a nossa arte devem descrever o processo dessa reeducação. A menos que persistam no erro, não devemos, por meio de apreciações unilaterais, cometer a falta de os ridicularizar ou, o que é pior ainda, de nos mostrarmos hostis a seu respeito. As nossas obras literárias e artísticas devem ajudá-los a unir-se, a progredir e prosseguir o combate com um mesmo coração e uma mesma vontade, a desembaraçar-se do que possam ter de atrasado, a desenvolver o que tenham de revolucionário, e em caso algum actuar do modo contrário.

A questão do público, quer dizer, as pessoas para quem são produzidas as nossas obras de literatura e arte. Na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia e nas bases de apoio anti-japonesas do Norte da China e da China Central, esse problema é diferente do que existe nos territórios controlados pelo Kuomintang, e ainda mais diferente do que existia em Xangai, antes da Guerra de Resistência. Em Xangai, eram sobretudo estudantes,

empregados de escritório e de comércio quem constituía o público das obras literárias e artísticas revolucionárias. Nas regiões controladas pelo Kuomintang, o círculo alargou-se um pouco mais a partir da Guerra de Resistência, mas o público permaneceu essencialmente o mesmo, já que, ali, o governo mantinha os operários, os camponeses e os soldados afastados da literatura e da arte revolucionárias. As coisas são inteiramente distintas nas nossas bases de apoio. Nestas, as obras literárias e artísticas têm por público os operários, os camponeses, os soldados e os quadros revolucionários. Também há estudantes nas nossas bases de apoio, mas são diferentes dos estudantes de tipo antigo. São velhos ou futuros quadros. Os quadros de todos os tipos, os combatentes no exército, os operários nas fábricas e os camponeses no campo reclamam livros e jornais assim que aprendem a ler; mesmo os iletrados querem assistir a espectáculos, apreciar pinturas, cantar e ouvir música; são o público a quem se dirigem as nossas obras literárias e artísticas. Vejamos apenas os quadros. Que se não pense que são em pequeno número. Eles são bem mais numerosos que os leitores de qualquer obra publicada nas regiões sob controle do Kuomintang, onde cada edição não atinge, em geral, mais de dois mil exemplares, o que perfaz seis mil em três edições, enquanto que nas nossas bases o número de quadros capazes de ler ultrapassa já dez mil, apenas em len-an. Além disso, muitos são revolucionários temperados desde longa data, vindos de todos os cantos do país e destinados a trabalhar em diferentes regiões, razão por que se torna muito importante o trabalho de educação entre eles. Os

nossos escritores e artistas precisam de fazer um bom trabalho nesse domínio.

Uma vez que a nossa literatura e a nossa arte se destinam aos operários, aos camponeses, aos soldados e respectivos quadros, o problema está em compreendê-los e conhecê-los bem. Há muitíssimo que fazer para compreendê-los e conhecê-los bem, compreender e conhecer as várias espécies de homens e coisas nos órgãos do Partido e do Estado, no campo, nas fábricas, no VIII Exército e no Novo IV Exército. Os nossos escritores e artistas têm por tarefa um trabalho literário e artístico, mas o seu primeiro dever é compreender as pessoas e conhecê-las a fundo. E o que se passou afinal com os nossos escritores e artistas a esse respeito? Eu diria que tiveram falta de conhecimento e compreensão; foram como esses “heróis a quem faltou espaço para proezas”. Que significa falta de conhecimento? Significa não conhecer bem as pessoas. Os nossos escritores e artistas não conheciam bem os assuntos que tratavam, nem o público, e permaneciam-lhes por vezes completamente estranhos. Não conheciam bem os operários, os camponeses, os soldados e respectivos quadros. Que significa falta de compreensão? Significa não entender a linguagem, quer dizer, não ter suficiente conhecimento da linguagem viva e rica das massas populares. Muitos dos escritores e artistas permanecem desligados das massas e levam uma vida vazia, donde resulta que a linguagem do povo não lhes é familiar. Em consequência, as suas obras são insípidas, cheias de expressões fabricadas, nem carne nem peixe, a cem léguas de distância da linguagem popular. Muitos camaradas gostam de falar

do “estilo de massas”. Que significa afinal essa expressão, “estilo de massas”? Significa que os pensamentos e os sentimentos dos nossos escritores e artistas devem identificar-se com os das massas de operários, camponeses e soldados. Para chegar a essa identificação, é necessário aprender conscienciosamente a linguagem das massas. Se tal linguagem fica em grande parte incompreendida, como se poderá falar então de criação literária e artística? Quando falo dos “heróis a quem faltou espaço para proezas”, quero dizer que as suas séries de grandes verdades não são apreciadas pelas massas. Quanto mais se apresentam diante destas como veteranos, quanto mais fazem de “herói” e mais esforços realizam para vender a mercadoria, tanto mais as massas se recusam a comprá-la. Se desejam ser compreendidos pelas massas, se querem fazer bloco com elas, têm de decidir-se a passar por um longo e mesmo penoso processo de têmpera. Sobre isso vou contar a experiência de transformação dos meus próprios sentimentos. Eu sou um homem que andou pelas escolas, aí adquirindo hábitos de estudante. Diante da massa de estudantes, que não podiam carregar fosse o que fosse nos ombros ou nos braços, teria julgado uma falta de dignidade fazer o menor trabalho braçal, como seja o levar eu próprio as minhas bagagens. Naquele tempo, parecia-me que só os intelectuais eram pessoas limpas e, comparados a eles, os operários e os camponeses estavam sempre sujos. Podia servir-me das roupas doutro intelectual, por pensar que estariam limpas, mas não teria gostado de vestir as dum operário ou camponês, por as achar sujas. Mas assim que me tornei revolucionário e convivi com operários, cam-

poneses e soldados do exército revolucionário, pouco a pouco fui-me familiarizando com eles e eles comigo. Foi então, e só então, que uma mudança radical se operou nos sentimentos burgueses e pequeno-burgueses que me inculcaram nas escolas burguesas. Acabei por compreender que, comparados aos operários e camponeses, os intelectuais não reeducados não eram limpos; que os mais limpos ainda eram os operários e os camponeses, os quais, não obstante as mãos enegrecidas e a bosta de boi colada aos pés, eram realmente mais limpos do que todos os intelectuais burgueses e pequeno-burgueses. Eis o que chamo mudança de sentimentos, mudança duma classe para outra. Se os nossos escritores e artistas originários dos meios intelectuais querem que as suas obras sejam bem acolhidas pelas massas, necessitam de mudar os seus pensamentos e sentimentos, precisam de reeducar-se. Sem essa mudança, sem essa reeducação, não chegarão a algo que valha, jamais estarão bem no seu lugar.

A última questão é a do estudo. Com isso refiro-me ao estudo do Marxismo-Leninismo e da sociedade. Os que se consideram escritores revolucionários marxistas e, em especial, os escritores que são membros do Partido Comunista, devem dominar o Marxismo-Leninismo. Presentemente, porém, alguns camaradas demonstram uma falta de conhecimento dos conceitos básicos do Marxismo. Por exemplo, é um conceito marxista básico que a existência determina a consciência, que a realidade objectiva da luta de classes e da luta nacional determina os nossos pensamentos e sentimentos. Contudo, alguns camaradas invertem o problema e afirmam que

todas as coisas devem partir do “amor”. Pelo que respeita ao amor, na sociedade de classes não pode haver outro amor que não seja o amor de classe. Esses camaradas, porém, anelam em busca do amor acima das classes, do amor em abstracto, da liberdade em abstracto, da verdade em abstracto, da natureza humana em abstracto, etc. Isso revela o quanto estão profundamente influenciados pela burguesia. Há que desembrasar-se de toda dessa influência e estudar com modéstia o Marxismo-Leninismo. Está certo que os escritores e artistas estudem a criação literária e artística, mas o Marxismo-Leninismo é uma ciência que todos os revolucionários devem estudar, e os escritores e artistas não devem fazer excepção à regra. Precisam de estudar a sociedade, isto é, as distintas classes e suas relações mútuas, condições, fisionomia e psicologia. Só quando tiverem esclarecido todas essas questões é que a nossa literatura e a nossa arte ganharão um conteúdo rico e apresentarão uma orientação justa.

Neste momento, à maneira de introdução, eu não estou mais do que a levantar problemas, sobre os quais espero que todos se pronunciem, tal como espero que expressem o seu ponto de vista sobre os problemas com estes relacionados.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO

(23 de Maio de 1942)

Camaradas! durante este mês nós reunimo-nos três vezes. Mantivemos vivos debates em busca da verdade; várias dezenas de camaradas — membros e não-membros do Partido — usaram da palavra, ex-puseram amplamente as questões e deram-lhes uma forma mais concreta. Penso que isso foi de grande benefício para o movimento literário e artístico no seu conjunto.

Ao discutir um problema, importa partir da realidade e não das definições. Seria mau método ir buscar aos manuais uma definição de literatura e arte para em seguida nos servirmos dela na determinação da orientação do actual movimento literário e artístico, ou para julgar as diferentes opiniões e controvérsias de hoje. Nós somos marxistas e o Marxismo ensina-nos que, para abordar um problema, impõe-se partir não de definições abstractas mas sim de factos objectivos, e determinar a nossa orientação, política e métodos na base da análise de tais factos. É o que se deve igualmente fazer nestes nossos debates sobre o trabalho literário e artístico.

Quais são pois os factos diante dos quais nos encontramos hoje? Ei-los: Guerra de Resistência que há cinco anos a China vem opondo ao Japão; guerra mundial antifascista; atitude hesitante dos grandes senhores de terras e da grande burguesia da China na Guerra de Resistência e política de opressão des-piedada do povo por parte destes; movimento revolucionário na literatura e na arte desde o Movimento de 4 de Maio — a sua grande

contribuição à revolução no decorrer dos últimos vinte e três anos, assim como os seus múltiplos defeitos; bases democráticas anti-japonesas do VIII Exército e do Novo IV Exército, e fusão, nessas bases de apoio, de grande número de escritores e artistas com os dois referidos exércitos, com os operários e com os camponeses; diferença entre as condições de trabalho e as tarefas dos escritores e dos artistas nas nossas bases de apoio e nas regiões controladas pelo Kuomintang; controvérsia quanto a trabalho literário e artístico em Ien-an e demais bases anti-japonesas. Eis os factos reais, inegáveis, à luz dos quais temos de considerar os nossos problemas. Qual é pois o nó da questão? Eu penso que a questão fundamental é a de servir as massas e como as servir. Se esses dois problemas não são resolvidos, ou se o são inadequadamente, os nossos escritores e artistas adaptar-se-ão mal ao meio e às tarefas e es-barrarão com toda uma série de dificuldades internas e externas. As minhas conclusões concentrar-se-ão particularmente sobre esses dois problemas, mas hão-de também tocar outros que com eles estão ligados.

I

Primeiro problema: a quem devem servir a nossa literatura e arte?

Desde há muito que os marxistas, Lenine em especial, resolveram esse problema. Ainda em 1905, Lénine já sublinhava que a literatura e a arte deviam “servir ... os milhões e as dezenas de milhões de trabalhadores”¹. Para os camaradas que, nas bases anti-japonesas, trabalham no

domínio literário e artístico, poderá parecer que o problema já está resolvido, não se tornando necessárias mais discussões. Na realidade, porém, as coisas não se passam assim. Muitos camaradas não encontraram ainda uma solução clara. Em consequência, os seus sentimentos, obras, acções e pontos de vista sobre a orientação da literatura e da arte afastam-se sempre, mais ou menos, das necessidades das massas e da luta prática. Como é evidente, entre os muitos homens de cultura, escritores, artistas e outros trabalhadores da literatura e da arte que, ao lado do Partido Comunista, do VIII Exército e do Novo IV Exército, participam na grande luta de libertação, alguns podem ser especuladores, permanecendo connosco apenas temporariamente. A imensa maioria devota-se com todas as energias à causa comum. Graças aos esforços desses camaradas, nós alcançamos grandes êxitos no domínio da literatura, do teatro, da música e das belas-arts. Muitos deles lançaram-se à obra depois que estourou a Guerra de Resistência; grande parte começou a trabalhar pela revolução bem antes dessa guerra, passando mil sacrifícios e dificuldades e influenciando as grandes massas com o seu trabalho, com as suas obras. Por que razão, pois, dizemos que, mesmo entre estes, nem todos já encontraram uma solução nítida para a questão de saber a quem deve servir a literatura e a arte? Será acaso possível que ainda exista alguém sustentando que a literatura e a arte revolucionárias não devam destinar-se às grandes massas populares, mas sim aos exploradores e opressores ? É claro que existe uma literatura e uma arte para os exploradores, para os opressores. A literatura e a arte fei-

tas para os senhores de terras são a literatura e a arte feudais, a literatura e a arte da classe dominante no período feudal da China. E até hoje essa literatura e essa arte exercem uma considerável influência na China. A literatura e a arte produzidas para a burguesia são a literatura e a arte burguesas. Há pessoas que, como Liam Chi-tsiu², criticado por Lu Sun, chegam a dizer que a literatura e a arte estão acima das classes, mas, no fundo, tais indivíduos tomam posição em favor da literatura e da arte burguesas, estão contra a literatura e a arte proletárias. Do mesmo modo existe uma literatura e uma arte que servem os imperialistas, por exemplo as obras de Tchou Tsuo-jen, de Tcham Tse-pim³ e seus iguais; é a literatura e a arte dos traidores à pátria. Para nós, a literatura e a arte não se dirigem à categoria de gente que acabámos de citar, mas sim ao povo. Nós dissemos já que, na etapa actual, a cultura chinesa nova é a cultura anti-imperialista e anti-feudal das grandes massas populares, dirigida pelo proletariado. Na nossa época, o que é autenticamente das massas populares deve necessariamente ser dirigido pelo proletariado. O que é dirigido pela burguesia não pode pertencer às massas populares. E isso, claro está, vale também para a literatura e para a arte no-vas, que são parte da cultura nova. Há que conservar a rica herança e as melhores tradições da literatura e da arte que nos legaram as épocas passadas da China e do estrangeiro, mas para colocá-las ao serviço das massas populares. De modo nenhum recusamos a utilização das formas literárias e artísticas do passado — nas nossas mãos, as formas velhas, reformadas e carregadas de conteúdo novo, transformam-se igualmente

em algo de revolucionário, ao serviço do povo. Mas quem são as massas populares? Os grandes sectores do povo, que constituem mais de noventa por cento do total da nossa população: os operários, os camponeses, os soldados e a pequena burguesia urbana. A nossa literatura e a nossa arte destinam--se pois, em primeiro lugar, aos operários, que formam a classe que dirige a revolução; em segundo lugar, aos camponeses, o nosso aliado mais numeroso e mais resolutivo na revolução; em terceiro lugar, aos operários e camponeses armados, por outras palavras, ao VIII Exército, ao Novo IV Exército e aos demais destacamentos armados do povo, forças principais da guerra revolucionária; em quarto lugar, às massas de trabalhadores e intelectuais da pequena burguesia urbana, que são também aliados nossos na revolução, susceptíveis de colaborar por muito tempo connosco. Essas quatro categorias representam a esmagadora maioria do povo chinês, são as grandes massas populares.

A nossa literatura e a nossa arte devem pois servir as quatro categorias que acabo de enumerar. Para servilas, devemos colocar-nos na posição do proletariado e não na da pequena burguesia. Actualmente, os escritores que se agarram a uma posição individualista, pequeno-burguesa, são incapazes de servir realmente as massas revolucionárias de operários, camponeses e soldados, recaindo o seu interesse principalmente sobre o grupo reduzido de intelectuais pequeno-burgueses. Aí está, precisamente, a razão por que uma parte dos nossos camaradas não pode resolver, de maneira correcta, o problema de saber a quem a nossa literatura e

a nossa arte devem servir. E ao falar assim não estou a pronunciar-me no plano teórico. Nas nossas fileiras, ninguém considera em teoria ou em palavras que as massas de operários, camponeses e soldados são menos importantes que os intelectuais pequeno-burgueses. Estou portanto a referir-me apenas à prática, aos actos. Na prática, nos actos, não será acaso verdade que tais camaradas atribuem maior importância aos intelectuais pequeno-burgueses do que aos operários, camponeses e soldados? Penso que sim. Muitos camaradas entregam-se de preferência ao estudo dos intelectuais pequeno-burgueses, à análise da sua psicologia, concentram-se na respectiva descrição, procurando desculpar-lhes e justificar-lhes as faltas, em vez de os guiarem para que, com eles, se aproxime mais e mais das massas de operários, camponeses e soldados e participem nas lutas práticas dessas massas, descrevendo-as e educando-as. Originários da pequena burguesia, e de si mesmos intelectuais, muitos camaradas não buscam amigos senão entre os intelectuais e dispensam exclusiva atenção ao respectivo estudo e descrição. Tal estudo e descrição seriam correctos se fossem realizados a partir da posição do proletariado; mas acontece que não é assim, ou não é completamente assim que procedem. Eles colocam-se na posição da pequena burguesia, as obras que produzem são a auto-expressão da pequena burguesia, como pode ver-se em muitos trabalhos literários e artísticos. Frequentemente, mostram maior simpatia pelos intelectuais de origem pequeno-burguesa, chegam a apresentar com benevolência as faltas destes e vão até ao ponto de elogiá-las. Em contrapartida, tais

camaradas só raramente têm contacto com as massas de operários, camponeses e soldados, não as compreendem nem estudam, não têm entre elas amigos íntimos e não sabem descrevê-las. Quando as descrevem, a vestimenta é realmente a dos trabalhadores mas a figura é a do intelectual pequeno-burguês. Em certa medida, sentem afeição pelos operários, camponeses, soldados e respectivos quadros, mas há momentos em que os não valorizam, registando-se até passagens em que não lhes têm afeição: não lhes amam os sentimentos, as maneiras, a literatura e a arte nascentes (jornais de parede, pinturas murais, canções folclóricas, contos populares, etc). Por vezes também se sentem atraídos por isso, mas é só quando andam à busca de novidades, à busca de algo para ornamentar os seus trabalhos, ou até em busca de características retrógradas. Outras vezes desprezam tudo abertamente e voltam-se para o que vem da pequena burguesia intelectual, ou da própria burguesia. Tais camaradas têm os pés enterrados no chão da pequena burguesia intelectual, ou, para me exprimir num estilo mais elegante, o fundo das suas almas é ainda o reino da intelectualidade pequeno-burguesa. É por essa razão que ainda não resolveram, ou não resolveram perfeitamente, a questão de saber a quem serve a literatura e a arte. E isso não se aplica apenas aos que chegaram há pouco a Ien-an. Mesmo entre os que já estiveram na frente e trabalharam durante anos no território das bases de apoio, no VIII Exército ou no Novo IV Exército, ainda há muitos para quem o problema não está totalmente resolvido. Para que a questão se resolva inteiramente é necessário bastante tempo, oito a dez anos pelo menos.

Por mais longo que se mostre o prazo, há que resolver o problema, encontrar-lhe uma solução clara e definitiva. Os nossos trabalhadores da literatura e arte devem cumprir essa tarefa, têm que mudar de posição, passar-se gradualmente para o lado dos operários, camponeses e soldados, para o lado do proletariado, penetrando no seio destes, lançando-se no processo da luta prática e estudando o Marxismo e a sociedade. Só assim poderemos dispor duma literatura e duma arte que sejam realmente para os operários, camponeses e soldados, uma literatura e uma arte verdadeiramente proletárias.

A questão de saber a quem servir é uma questão fundamental, de princípio. A controvérsia, divergências, oposição e desunião surgidas no passado entre certos camaradas não eram a propósito dessa questão fundamental, de princípio, mas apenas a propósito de questões secundárias, ou mesmo sobre assuntos que não envolviam qualquer princípio. Sobre a questão de princípio que nos ocupa, as partes não manifestavam quaisquer divergências, o seu acordo era até quase completo. Na realidade, em certa medida todos revelavam uma tendência para descuidar os operários, os camponeses e os soldados e divorciar-se das massas. Eu digo “em certa medida” porque, de modo geral, ao descuidarem os operários, os camponeses e os soldados e ao divorciar-se das massas, não agiam nos mesmos termos em que age o Kuomintang. Seja como for, essa tendência existe. Enquanto a questão fundamental não for resolvida, muitas outras questões serão difíceis de solucionar. Vejamos, por exemplo, o sectarismo nos círculos literários e artísticos. Trata-se igualmente duma questão de princí-

pio. O sectarismo não poderá ser eliminado enquanto não se avançar e aplicar sinceramente a palavra de ordem de “em favor dos operários, em favor dos camponeses!”, “em favor do VIII Exército, em favor do Novo IV Exército!” e “avancemos para o seio das massas!”. Doutra modo o problema do sectarismo nunca será solucionado. Lu Sun dizia:

“A condição indispensável da existência duma frente única é um objectivo comum. . . O facto de a nossa frente não estar unificada mostra que não sabemos impor-nos um objectivo comum, alguns trabalham apenas para grupos reduzidos, ou mes-mo só para si. Se todos tivermos como objectivo servir as massas operárias e camponesas, a nossa frente será naturalmente unificada.””
Esse problema existia, então, em Xangai, e hoje existe igualmente em Tchuntchim. Nessas regiões, porém, é difícil resolver por completo a questão, uma vez que os grupos que nelas dominam oprimem os escritores e artistas revolucionários e os privam da liberdade de mergulhar no seio dos operários, camponeses e soldados. A situação é completamente diferente entre nós. Aqui, encorajamos os escritores e artistas revolucionários a serem activos no estabelecimento duma estreita ligação com os operários, camponeses e soldados, asseguramos-lhes inteira liberdade de ir às massas e criar uma literatura e uma arte autenticamente revolucionárias. Por isso o problema está, entre nós, quase resolvido. Mas, quase resolvido não significa completa e definitivamente resolvido. Se mais atrás falámos da necessidade de estudar o Marxismo e a sociedade, foi justamente para chegar à solução completa e definitiva desse problema. Por

Marxismo entendemos Marxismo vivo, que desempenha papel eficiente na vida e na luta das massas, e não Marxismo verbal. Se passarmos do Marxismo verbal ao Marxismo da vida real, não haverá mais lugar para sectarismo. E não será somente a questão do sectarismo que ficará resolvida, pois muitos outros problemas também encontrarão solução.

II

Resolvido o problema de saber a quem servir, abordemos agora a segunda questão, como servir. Na expressão de alguns dos nossos camaradas, devemos dedicar-nos à elevação do nível da literatura e da arte ou será que devemos dedicar-nos à respectiva popularização?

No passado, houve camaradas que subestimaram ou descuraram em certa medida, por vezes em medida importante, a popularização da literatura e da arte, atribuindo importância excessiva à elevação do respectivo nível. É claro que há que insistir na elevação do nível, mas fazer isso de modo unilateral e isolado, ser excessivo nesse domínio, é um erro. A falta de solução clara para o problema de saber a quem deve servir a literatura e a arte, falta a que me referi mais atrás, também se manifesta aqui, nesta relação. Gomo esses camaradas não têm claro esse ponto, não dispõem dum critério correcto para julgar aquilo a que chamam “popularizar” e “elevar o nível” e, naturalmente, não podem encontrar a justa relação entre uma coisa e outra. Uma vez que a nossa literatura e a nossa arte se dirigem essencialmente aos operários, camponeses e soldados, “popularizar”

significa torná--las conhecidas destes, e “elevar o nível” significa progredir a partir do nível actual dos operários, camponeses e soldados. O que devemos pois popularizar entre eles? Aquilo que é desejado e prontamente aceite pela classe feudal dos senhores de terras? pela burguesia? pelos intelectuais pequeno--burgueses? Não, nada disso. Devemos popularizar apenas aquilo que necessitam e podem prontamente aceitar os operários, os camponeses e os soldados. É por isso que, antes da tarefa de educarmos os operários, camponeses e soldados, vem a de aprendermos com eles. Isso ainda é mais verdadeiro com respeito à elevação do nível. A elevação tem que ter um nível de partida. Um balde de água, por exemplo, é do chão que o tomamos para levantá-lo ou será que o tomamos desde o ar? De que nível devemos pois partir para elevar o nível da literatura e da arte? Do nível da classe feudal? do nível da burguesia? do nível dos intelectuais pequeno-burgueses? Não, de nenhum desses níveis. Só podemos elevar o nível da literatura e da arte partindo do nível dos próprios operários, camponeses e soldados. E isso de modo algum significa que devemos elevar os operários, camponeses e soldados à “altura” da classe feudal, burguesia ou intelectuais pequeno-burgueses; isso significa que precisamos elevar o nível da literatura e da arte seguindo na direcção em que os próprios operários, camponeses e soldados estão avançando, na direcção em que o proletariado está avançando. Aqui também surge para nós a tarefa de aprendermos com os operários, camponeses e soldados. Só parando deles é que chegaremos a compreender correctamente o que é a popularização da literatura e da arte e a elevação do

respectivo nível, e en-contraremos a justa relação entre uma e outra.

Qual será, em última análise, a fonte de todos :s géneros literários e artísticos? Enquanto formas ideológicas, as obras literárias e as obras de arte :ão produto dum reflexo, no cérebro humano, duma vida social dada. A literatura e a arte revolucionárias são pois o produto do reflexo da vida do povo no cérebro dos escritores ou artistas revolucio--ários. A vida do povo é sempre a fonte de -atéria-prima para a literatura e a arte, matéria em ritado natural, não trabalhada, mas a mais viva, rica ; fundamental, aquela que, numa comparação, faz empalidecer toda a arte e toda a literatura e constitui a fonte única e inesgotável da literatura c da ize. A fonte única sim, pois não pode existir qual-c-jer outra. Alguns dirão: mas não constituem tam--cm uma fonte a literatura e a arte contidas nos livros e obras dos tempos antigos, ou dos países estrangeiros? Na realidade, as obras literárias e artísticas do passado não são fontes mas apenas cursos de água; elas foram criadas com a matéria--rrlma que os nossos autores antigos, ou os autores estrangeiros, recolheram da vida do povo do seu tempo, ou dos seus países. Quando criamos çilgo a partir da matéria-prima para a literatura e a arte existente na vida do povo do nosso tempo e país, devemos recolher tudo o que há de bom na herança literária e artística que nos legou o passado, assimilar com espírito crítico o que esta contém de útil e usar isso como exemplo. Entre o dispor e o não dispor de semelhante exemplo existe uma diferença: a diferença que faz com que a obra seja elegante ou tosca, refinada ou grosseira, superior ou inferior, de execução

fácil ou trabalhosa. Por isso é que não devemos rejeitar a herança que nos vem dos antigos, ou dos estrangeiros, nem recusar-nos a aprender daí, mesmo que seja feudal ou burguesa. Mas o aceitar essa herança e tomá-la como exemplo não deve em caso algum substituir-se à nossa própria actividade criadora, que é insubstituível. Transpor e imitar sem o menor espírito crítico as obras antigas e estrangeiras é cair no mais estéril e nocivo dogmatismo em matéria de literatura e arte. Os escritores e artistas revolucionários chineses, os escritores e artistas que prometem, devem ir ao seio das massas, ligar-se longamente, sem reservas e de todo o coração, às massas de operários, camponeses e soldados, lançar-se na luta ardente, ir à fonte única, imensa e riquíssima, a fim de observar, experimentar, estudar e analisar todos os tipos de indivíduos, todas as classes e massas, todas as formas palpitantes de vida e de luta, toda a matéria-prima da literatura e da arte. Só então poderão lançar-se na criação. Quando não se age assim, o trabalho não tem objecto e passa-se a pertencer a essa espécie de escritores e artistas vazios, cujo exemplo Lu Sun, no seu testamento, recomendou instantaneamente ao filho que jamais seguisse.⁵ Embora a vida social dos homens seja a única fonte da literatura e da arte, e as ultrapasse incomensuravelmente pela riqueza e vivacidade do seu conteúdo, o povo não se contenta apenas com isso e quer literatura e arte. Por quê? Porque, embora ambas sejam belas, a vida reflectida nas obras literárias e artísticas pode e deve colocar-se num plano ainda mais alto, ser mais intensa, mais condensada, mais típica, mais próxima do ideal e, por consequência, dum carácter mais universal que

a vida real de todos os dias. Tirando os seus elementos da vida real, a literatura e a arte revolucionárias devem criar as figuras mais variadas e ajudar as massas a fazer avançar a História. Tomemos um exemplo. Uns passam fome e frio, são vítimas de opressão, outros exploram e oprimem homens; isso existe por toda a parte e é considerado normal pela gente. Os escritores e artistas, porém, têm o poder de condensar esses factos quotidianos, exprimir em forma típica as contradições e as lutas que neles se contêm e criar obras literárias e artísticas capazes de despertar as massas populares, de exaltá-las pelo entusiasmo e impeli-las à união e à luta, a fim de mudarem as condições de vida. Sem essa literatura e essa arte, a tarefa não é cumprida ou, pelo menos, não pode -lo com tanta eficácia e rapidez.

Que significa popularizar e elevar o nível das obras literárias e artísticas? Que relação existe entre essas duas tarefas? As obras de popularização são mais simples, mais fáceis de compreender, e é por isso que são mais fácil e rapidamente aceites pelas grandes massas populares. As obras de nível elevado, porque mais trabalhadas, são de maior dificuldade de produção e, em geral, não circulam tão facilmente, tão rapidamente entre as grandes massas populares. O problema que enfrentam os operários, os camponeses e os soldados e o seguinte: como estão actualmente empenhados numa luta feroz e sangrenta contra o inimigo, mas são iletrados e sem cultura em virtude dos longos anos de dominação pela classe feudal e pela burguesia, exigem ansiosamente um movimento de instrução geral, conhecimentos culturais e obras literárias e artísticas que lhes satisfaçam as ne-

cessidades urgentes e sejam fáceis de assimilar, de modo que se lhes eleve o entusiasmo na luta e a confiança na vitória, reforce a unidade e combatam o inimigo com um mesmo coração e uma mesma vontade. O que interessa primeiramente fazer por eles não é “juntar mais uma flor ao brocado”, mas sim “proporcionar carvão para o tempo da neve”. É por isso que, nas condições actuais, a popularização é a tarefa mais urgente. Subestimá-la ou descurá-la seria um erro.

Mas não se pode separar de modo absoluto o trabalho de popularização do trabalho de elevação do nível. Actualmente, é possível popularizar certas obras de qualidade superior e o nível cultural das grandes massas está a elevar-se incessantemente. Se, no nosso trabalho de popularização, ficássemos sempre no mesmo nível, se fornecêssemos mês após mês, ano após ano, a mesma mercadoria, por exemplo, se apresentássemos sempre “O Pequeno Pastor”⁶ ou fizéssemos ler sempre as mesmas palavras: “homem, mão, boca, faca, boi, carneiro”⁷, que diferença haveria entre o educador e o educado? Seria boné branco e branco boné. Que sentido poderia ter semelhante popularização? O povo pede primeiro popularização e, depois, elevação do nível, exigindo nível mais alto de mês para mês, de ano para ano. Aqui, popularização significa popularização para o povo e elevação do nível significa elevação do nível para o povo. Uma tal elevação do nível não parte do ar, ou de dentro de quatro paredes, ela está concretamente baseada na popularização. É determinada pela popularização e, simultaneamente, guia a popularização. Na China, a revolução e a cultura revolucionária têm um desen-

volvimento desigual e só se generalizam passo a passo. Enquanto numa região se regista uma popularização da literatura e da arte e, nessa base, se chega à elevação do respectivo nível, noutras pontos a popularização nem sequer se iniciou. A experiência válida adquirida em dada região na popularização, e que aí tenha conduzido à elevação do nível da literatura e da arte, pode ser aplicada como guia, para o mesmo efeito, noutras regiões, poupando-nos muitos desvios e curvas no trabalho. No plano internacional, a experiência válida dos países estrangeiros, em especial a da União Soviética, pode igualmente servir-nos de guia. Conquanto, pois, a elevação do nível baseia-se na popularização e a popularização orienta-se pela elevação do nível da literatura e da arte. É justamente por isso que, longe de constituir um obstáculo à elevação do nível, o trabalho de popularização de que estamos tratando fornece a base para o trabalho de elevação do nível que actualmente realizamos em escala limitada, assim como prepara as condições necessárias para, no futuro, elevarmos o nível em escala mais ampla. Além dessa elevação do nível que responde directamente às necessidades das massas, existe ainda uma outra que responde a isso de maneira indirecta. É a elevação de nível requerida pelos quadros. Os quadros são elementos avançados das massas que, em geral, recebem mais instrução que estas; uma literatura e uma arte de maior nível são-lhes pois absolutamente necessárias, sendo por consequência um erro não ter isso em conta. Aquilo que se faz para os quadros é feito integralmente para as massas, já que não é possível educá-las e guiá-las a não ser por intermédio destes. Se vamos contra esse

objectivo, se o que damos aos quadros não pode ajudá-los a educar e a guiar as massas, o nosso trabalho de elevação do nível literário e artístico será como um tiro para as nuvens e afastar-se-á do princípio fundamental de servir as massas populares.

Resumindo: através do trabalho criador dos escritores e artistas revolucionários, a matéria-prima para a literatura e a arte existente na vida do povo transforma-se na literatura e arte que, como forma ideológica, servem as massas populares. Aqui se inclui a literatura e a arte de nível superior, desenvolvidas na base duma literatura e arte elementares, requeridas por aqueles sectores das massas cujo nível se tenha elevado ou, antes de mais, pelos quadros que actuam no seio das massas. E igualmente se inclui a literatura e a arte elementares que, em contrapartida, são guiadas pela literatura e arte de nível superior, e exigidas, antes de mais, pela esmagadora maioria das massas no momento presente. De nível elevado ou elementar, a nossa literatura e a nossa arte servem as grandes massas populares e, em primeiro lugar, os operários, os camponeses e os soldados. São criadas para os operários, camponeses e soldados e são utilizadas por eles.

Resolvido o problema da relação entre a população da literatura e da arte e a elevação do respectivo nível, podemos resolver igualmente o problema das relações entre especialistas e popularizadores. Os nossos especialistas devem servir não somente os quadros mas também, e sobretudo, as massas. Os nossos especialistas da literatura devem interessar-se pelos jornais de parede, redigidos pelas massas, assim como pelas reportagens

provenientes do exército e das regiões rurais; os especialistas da cena devem interessar-se pelos pequenos conjuntos teatrais do exército e das regiões rurais; os especialistas da música devem interessar-se pelas canções criadas pelas massas, e os especialistas de belas-artistas, pelas belas-artistas das massas. Todos eles devem ligar-se estreitamente aos camaradas que, no seio das massas, trabalham para popularizar a literatura e a arte; ao mesmo tempo que os ajudam a guiar, devem aprender com eles e alimentar-se, através deles, da seiva que vem das massas, para vivificarem e enriquecerem a sua arte, a fim de que a sua especialidade não se converta num castelo no ar, afastado das massas e da realidade, desprovido de conteúdo e vida. Devemos ter estima pelos especialistas, que são muito preciosos à nossa causa. Contudo, temos o dever de dizer-lhes que um escritor ou artista revolucionário não pode realizar trabalho significativo senão quando se liga às massas, as exprime e lhes serve de fiel porta-voz. Só quando o representante das massas se pode educar as massas, e só quando se é aluno delas se pode chegar a ser para elas um professor. Se o escritor ou artista revolucionário se considera um senhor frente às massas, se se apresenta como aristocrata reinando acima da “plebe”, por muito grande que seja o seu talento, não será de qualquer utilidade para as massas, e o seu trabalho não terá futuro.

Mas será a nossa atitude utilitarista? Os materialistas não são contra o utilitarismo em geral, mas sim contra o utilitarismo das classes feudal, burguesa e pequeno-burguesa, contra esses hipócritas que em palavras atacam o utilitarismo mas, na realidade, praticam o mais

egoísta e o mais míope dos utilitarismos. Neste mundo não há “ismo” que exista acima de considerações utilitaristas; na sociedade de classes, o que não é utilitarismo dum classe é utilitarismo doutra. Nós somos utilitaristas revolucionários, proletários, e partimos da unidade dos interesses presentes e futuros das grandes massas, que constituem mais de noventa por cento da nossa população; somos portanto utilitaristas revolucionários, impomos os objectivos mais amplos e para o futuro mais distante, não somos utilitaristas estreitos, que vêem apenas a parte e o imediato. Quando, por exemplo, uma obra só agrada a uns quantos e não é útil, ou até prejudica a maioria do povo, mas, por razão pessoal ou benefício dum círculo reduzido, a impomos no mercado, fazemos-lhe propaganda entre as massas e ainda por cima acusamos estas de utilitarismo, não somente insultamos as massas como também damos mostras de nos conhecermos muito mal. Uma coisa só é boa quando é realmente benéfica para as massas populares. Uma obra pode ser tão bela como a “Neve da Primavera” mas, se no momento só agrada a um pequeno número de indivíduos, se as massas continuam a cantar o “Canto dos Rústicos”⁸ e se, sem tentarmos elevar o nível destas, nos contentamos com vituperá-las, todas as nossas recriminações resultam vãs. Actualmente, o problema é unir a “Neve da Primavera” com o “Canto dos Rústicos”, a elevação do nível com a popularização da literatura e da arte. A não ser assim, a arte mais sublime, seja de que grande mestre for, converte-se inevitavelmente em utilitarismo do mais estreito. E bem poderemos afirmar que essa arte é “pura e sublime”, pois seremos nós a dizê-

lo, as massas não aprovarão.

Resolvido o problema da nossa orientação fundamental, isto é, saber que se devem servir os operários, camponeses e soldados e saber como importa servi-los, ficam resolvidos do mesmo passo outros problemas, como por exemplo o de saber se é preciso pintar a luz ou as trevas, e o problema da união. Se nos pomos de acordo sobre essa orientação fundamental, os nossos escritores e os nossos artistas, as nossas escolas e as nossas publicações literárias e artísticas, as nossas organizações nesses domínios e toda a nossa actividade literária e artística devem conformar-se com isso. Seria um erro fugir de tal orientação. Tudo o que a ela não corresponder deve ser corrigido adequadamente.

III

Estabelecido que a nossa literatura e a nossa arte devem servir as grandes massas populares, podemos passar a um problema respeitante às relações internas do Partido, quer dizer, às relações entre o trabalho do Partido na literatura e arte e o conjunto do trabalho deste, assim como ao problema respeitante às relações exteriores do Partido, isto é, a questão das relações entre o trabalho do Partido no domínio da literatura e da arte e o trabalho dos que não são membros do Partido nesse mesmo domínio, o problema da frente única nos círculos literários e artísticos.

Começemos pelo primeiro problema. No mundo de hoje, toda a cultura, toda a literatura e toda a arte pert-

encem a classes determinadas e estão subordinadas a linhas políticas determinadas. Na realidade não existe arte pela arte, nem arte que esteja acima das classes, arte que se desenvolva paralelamente à política ou independentemente desta. A literatura e a arte proletárias são uma parte do conjunto da causa revolucionária do proletariado; como dizia Lenine, constituem “uma pequena roda dentada e um pequeno parafuso” da máquina geral da revolução. Por consequência, o trabalho literário e artístico do Partido ocupa, no conjunto da actividade revolucionária deste, uma posição determinada e bem definida; está subordinado à tarefa revolucionária estabelecida pelo Partido, para dado período da revolução. Rejeitar isso é escorregar inevitavelmente em direcção do dualismo ou do pluralismo, o que, em essência, desembocaria naquilo que pretendia Trotsky: “Política — marxista; arte — burguesa”. Nós não estamos de acordo com aqueles que dão à literatura e à arte uma importância exagerada, nem concordamos com os que lhes subestimam a importância. A literatura e a arte estão subordinadas à política mas exercem, por seu turno, uma grande influência sobre esta. A literatura e a arte revolucionárias fazem parte do conjunto da causa da revolução, de que aliás constituem uma pequena roda dentada e um pequeno parafuso. É claro que do ponto de vista do significado, urgência e ordem de prioridades, cedem a outras partes ainda mais importantes, mas nem por isso deixam de ser uma pequena roda dentada e um pequeno parafuso da máquina geral, uma parte indispensável do conjunto da causa da revolução. O movimento revolucionário não pode progredir nem triunfar sem literatura

nem arte, sejam estas das mais simples, das mais elementares. É um erro não reconhecer tudo isso. Além disso, quando falamos da subordinação da literatura e da arte à política, referimo-nos à política da classe, à política de massas, e não ao que se chama política dum punhado de indivíduos intitulados homens políticos. Revolucionária ou contra-revolucionária, a política é sempre luta dum classe contra outra, e não actividade dum pequeno número de indivíduos. A luta revolucionária nas frentes da ideologia e da arte deve estar subordinada à luta política, pois as necessidades das classes e das massas não podem encontrar expressão concentrada senão através da política. Os homens políticos revolucionários, os especialistas em política, os conhecedores da ciência política ou arte política revolucionária, são apenas guias desses milhões e milhões doutros homens políticos que formam as massas, cujas opiniões eles têm por tarefa recolher, sintetizar e fazer voltar de novo às massas, a fim de que estas as aceitem e ponham em prática. Não são pois “homens políticos” do género aristocrata, que fabricam carros encerrados num gabinete e se julgam grandes cabeças: aqui, casa única, não há sucursais. É nisso que consiste a diferença de princípio entre os homens políticos do proletariado e os políticos da burguesia decadente. E é precisamente por isso que a unidade pode ser total entre o carácter político da nossa literatura e da nossa arte e a sua verdade. Seria um erro ignorar esse ponto e aviltar a política proletária e os homens políticos do proletariado. Passemos agora ao problema da frente única nos círculos literários e artísticos. Dado que a literatura e a arte

estão subordinadas à política e dado que a primeira questão fundamental na política chinesa de hoje é a resistência ao Japão, os escritores e artistas do Partido têm, antes de mais, o dever de, nesse ponto, unir-se a todos os escritores e artistas que não são membros do Partido (desde os simpatizantes com o Partido, escritores e artistas da pequena burguesia, até aos escritores e artistas da burguesia e da classe dos senhores de terras que são pela resistência ao Japão). Em segundo lugar, devemos unir-nos a eles na questão da democracia; nesse domínio, porém, como uma parte dos escritores e artistas que são pela resistência ao Japão não estão de acordo connosco, o quadro dessa união será inevitavelmente um pouco mais restrito. Finalmente, em terceiro lugar, devemos buscar a unidade com eles nas questões próprias aos círculos da literatura e da arte: as questões do método e do estilo. Nós somos pelo realismo socialista; ora, nesse domínio também, uma parte dos escritores e artistas não está de acordo connosco, pelo que o quadro da união será ainda mais restrito. Haverá pois unidade sobre certo assunto e luta e crítica sobre outro. Embora questões distintas, elas estão ligadas entre si, pelo que, mesmo naquelas que favorecem a união — por exemplo, a questão da resistência ao Japão — haverá igualmente luta e crítica. No seio duma frente única, a união sem luta e a luta sem união, como no capitalismo e no seguidismo de direita ou no exclusivismo e sectarismo de “esquerda”, praticados outrora por certos camaradas, constituem linhas políticas erróneas. Isto é tão verdade em política como em literatura e arte.

Na China, entre as diferentes forças da frente única nos

círculos literários e artísticos, os escritores e artistas pequeno-burgueses constituem uma força importante. O seu pensamento e as suas obras apresentam muitas insuficiências mas, em certa medida, voltam-se para a revolução, estão próximos do povo trabalhador. Ajudá-los a superar os defeitos e ganhá-los à frente que serve o povo trabalhador constitui pois uma tarefa particularmente importante. Um dos principais meios de luta no domínio da literatura e da arte é a crítica literária e artística. Há que desenvolvê-la. No passado, o trabalho nesse aspecto foi insuficiente, como justamente salientaram os nossos camaradas. A crítica literária e artística representa um problema complexo que requer muito estudo específico. Aqui só insistirei sobre uma questão fundamental, a do critério crítico. Mas também exporei, com brevidade, a minha opinião sobre certas questões particulares levantadas por alguns camaradas, bem como sobre certos pontos de vista errados.

Na crítica literária e artística há dois critérios: o político e o artístico. Segundo o critério político, é bom tudo quanto favorece a resistência ao Japão e a unidade, tudo quanto exorta as massas à concórdia e à união das vontades, tudo quanto se opõe à regressão e contribui ao progresso; e é mau tudo o que não favorece a resistência ao Japão nem a unidade, tudo o que semeia a discórdia e a divisão no seio das massas, se opõe ao progresso e nos puxa para trás. Mas em que devemos basear-nos, em última análise, para distinguir o bom do mau, nas intenções (desejo subjectivo) ou nos resultados (prática social)? Os idealistas insistem nas intenções e ignoram os resultados; os partidários do materialismo mecani-

sta insistem nos resultados e ignoram as intenções. Em opinião contrária a uns e outros, nós, os materialistas dialécticos, insistimos na unidade de intenções e resultados. A intenção de servir as massas é inseparável do resultado que consiste na obtenção da aprovação das massas; é preciso que haja unidade entre ambos. É mau tudo o que parte de intenções inspiradas pelo interesse pessoal ou pelo interesse dum grupo restrito; é igualmente mau tudo o que, inspirado pelo interesse das massas, não consegue, no entanto, atingir resultados aprovados pelas massas, úteis às massas. Para julgar dos desejos subjectivos dum autor, isto é, para julgar se o autor está guiado por intenções justas, boas, não devemos referir-nos às suas declarações, mas sim ao efeito dos seus actos (sobretudo das suas obras) sobre as massas na sociedade. A prática social e os seus resultados são o critério que permite julgar dos desejos subjectivos ou intenções. A nossa crítica literária e artística deve ser isenta de sectarismo e, tendo em conta o princípio geral de união para a resistência ao Japão, devemos permitir a existência de obras literárias e artísticas que reflitam os mais variados pontos de vista políticos. Ao mesmo tempo, porém, a nossa crítica deve permanecer inabalável nas posições de princípio; há que criticar e refutar, severamente, todas as obras literárias e artísticas que contenham pontos de vista antinacionais, anti-científicos, antipopulares e anticomunistas pois, tanto pelas intenções como pelos resultados, tais obras, se é que podemos chamá-las assim, sabotam a união para a resistência ao Japão. Segundo o critério artístico, tudo o que possua um nível artístico relativamente elevado é

bom ou relativamente bom; tudo o que possua um nível relativamente baixo é mau ou relativamente mau. Claro que aqui, igualmente, é preciso ter em conta o resultado social. Quase não há escritor ou artista que não considere belas as suas próprias obras, pelo que a nossa crítica deve permitir a livre competição entre as mais variadas obras de arte. Todavia, é indispensável submetê-las a uma crítica justa segundo os critérios científicos da arte, de maneira que a arte de nível relativamente baixo melhore progressivamente e atinja um nível relativamente elevado, e a arte que não responda às exigências da luta das grandes massas acabe por satisfazê-las.

Existe o critério político e existe o critério artístico. Que relação há entre eles? A política não é igual à arte, nem uma visão geral do mundo é igual a um método de criação e crítica artísticas. Nós negamos a existência dum critério político abstracto e absolutamente imutável, tanto como negamos a existência dum critério artístico abstracto, absolutamente imutável; cada classe, seja em que sociedade de classes for, tem o seu próprio critério político e artístico. Contudo, em todas as sociedades de classes, todas as classes põem sempre o critério político em primeiro lugar e o artístico, em segundo. Invariavelmente, a burguesia rejeita todas as obras literárias e artísticas do proletariado, quaisquer que sejam as suas qualidades artísticas. Por seu turno, o proletariado deve determinar a sua atitude em relação a uma obra literária ou artística do passado, antes de mais pela atitude tomada nessa obra frente ao povo e pela significação progressista que esta tenha ou não tido na História. Certas produções, radicalmente reaccionárias no plano político,

podem apresentar ao mesmo tempo certo valor artístico. Quanto mais reaccionário for o conteúdo duma obra e elevado o seu valor artístico, tanto mais nociva ela será para o povo e tanto mais ela deve ser rejeitada. A característica comum da literatura e arte de todas as classes exploradoras, na fase de decadência, é a contradição entre o conteúdo político reaccionário e a forma artística das obras. O que nós exigimos é unidade da política e da arte, unidade de conteúdo e forma, a unidade dum conteúdo político revolucionário com a forma artística mais perfeita possível. As obras de arte que não têm qualidade artística não têm força, por mais progressistas que sejam politicamente. Por consequência, opomo-nos tanto às obras artísticas que contêm um ponto de vista político errado como à tendência para criar obras de “estilo cartaz e palavra de ordem”, as quais, ainda que correctas do ponto de vista político, manifestam falta de força artística. No domínio da literatura e arte devemos sustentar uma luta em duas frentes.

Em muitos dos nossos camaradas podemos encontrar essas duas tendências. Muitos são propensos a descurar o aspecto artístico das obras, razão por que devem velar pela elevação do nível da sua arte. Contudo, eu penso que, actualmente, é ainda o aspecto político que constitui o problema mais grave. Certos camaradas carecem de conhecimentos políticos elementares, de tal maneira que possuem todo o tipo de ideias confusas. Permitam-me citar alguns exemplos, de Ien-an.

“A teoria da natureza humana.” Existe uma natureza humana? Claro que sim. Mas só existe uma natureza humana concreta e não uma natureza humana abstracta.

Na sociedade de classes, a natureza humana só existe revestida dum carácter de classe, não há natureza humana fora das classes. Nós somos pela natureza humana proletária, das grandes massas populares, e os senhores de terras e a burguesia são pela natureza humana dos senhores de terras e da burguesia; simplesmente eles não o declaram e fazem por apresentá-la como a única natureza humana existente. A natureza humana de que certos intelectuais pequeno-burgueses fazem o elogio está também cortada das massas populares ou é até anti-povo. O que eles chamam natureza humana, no fundo não é mais que individualismo burguês. Por isso é que, aos seus olhos, a natureza humana proletária é incompatível com a natureza humana de que falam. É assim que se apresenta essa “teoria da natureza humana” sobre a qual alguns, em Ien-an, tentam basear a “teoria da literatura e da arte” que defendem. Esse é um ponto de vista inteiramente falso.

“O ponto de partida fundamental da literatura e da arte é o amor, o amor pela humanidade.” Claro que é possível partir do amor, mas existe outro ponto de partida, que é fundamental. O amor, como conceito, é produto da prática objectiva. Ora, não é de maneira alguma dos conceitos que nós partimos, mas sim da prática objectiva. O amor pelo proletariado entre os nossos escritores e artistas originários de meios intelectuais resulta do facto de a sociedade lhes ter feito compreender que um destino comum os liga ao proletariado. O nosso ódio contra o imperialismo japonês vem do facto de este nos oprimir. No mundo não há, de modo algum, amor sem causa, nem ódio sem causa. Quanto ao pretensão “amor pela

humanidade”, desde que esta ficou dividida em classes nunca existiu esse amor assim geral. Todas as classes dominantes do passado se comprazeram em pregar esse amor e muitos dos chamados sábios procederam do mesmo modo, mas, até hoje, ninguém o pôs realmente em prática, pois trata-se de algo impossível numa sociedade de classes. Há-de haver, sim, amor real pela humanidade, mas só quando as classes tiverem sido eliminadas em todo o mundo. As classes dividiram a sociedade em vários grupos antagônicos, só após a desaparecimento delas surgirá o amor por toda a humanidade, nunca agora. Nós não podemos amar o inimigo, não podemos amar os demônios sociais. O nosso objectivo é fazê-los desaparecer. Isso é uma questão de senso comum. Será que algum dos nossos escritores e artistas não compreendeu ainda este ponto?

“Desde sempre as obras literárias e artísticas têm representado a luz e as trevas em proporção igual, justamente meio a meio.” Há muita confusão nessa afirmação. Não é verdade que a literatura e a arte tenham procedido sempre assim. Muitos escritores da pequena burguesia nunca descobriram a luz. As suas obras não fizeram mais do que revelar as trevas e foram chamadas “literatura de denúncia”. Existem mesmo alguns que vão até ao ponto de propagar pura e simplesmente o pessimismo, o desgosto pela existência. Em contrapartida, a literatura soviética do período da construção do socialismo pinta principalmente a luz. Claro que ela mostra também as insuficiências no trabalho, os tipos negativos, mas com o único intuito de fazer ressaltar a luz do conjunto do quadro, e nunca na proporção dita de “meio

a meio”. Os escritores e os artistas da burguesia do período da reacção pintam as massas revolucionárias como desordeiros e apresentam-se a si próprios como santos. É inverter a luz e as trevas. Só os escritores e os artistas realmente revolucionários podem resolver correctamente o problema de saber o que importa exaltar ou denunciar. Denunciar todas as forças tenebrosas que prejudicam as massas populares, exaltar todas as lutas revolucionárias das massas populares, tal é a missão fundamental dos escritores e artistas revolucionários.

“Desde sempre, a missão da literatura e da arte tem sido a denúncia.” Essa afirmação, tal como a anterior, testemunha uma falta de conhecimento no domínio da ciência histórica. Já se disse mais atrás que a literatura e a arte não se limitaram, de maneira nenhuma, à denúncia. Para os escritores e artistas revolucionários apenas há que denunciar os agressores, os exploradores, os opressores e a sua influência nefasta sobre o povo, em caso nenhum as massas populares. As massas não deixam de ter também os seus defeitos, os quais devem ser corrigidos por meio da crítica e autocrítica no seio do povo. Aliás, essa crítica e autocrítica constituem uma das tarefas mais importantes da literatura e arte. Mas isso não pode em caso algum ser considerado como acção de “denúncia do povo”. Com relação ao povo, a questão fundamental é educá-lo e elevar-lhe o nível. Só os escritores e os artistas contra-revolucionários pintam o povo como “estúpido por natureza” e representam as massas revolucionárias como “de-sordeiros tirânicos”.

“Nós estamos ainda na época do ensaio satírico, diz-se, e ainda necessitamos do estilo de Lu Sun.” Vivendo sob

o jugo das forças tenebrosas, privado da liberdade de palavra, Lu Sun tinha toda a razão em servir-se, como arma de combate, do ensaio pleno de fria ironia e sátira penetrante. Nós também devemos ridicularizar com agudeza o fascismo, os reac-cionários chineses e tudo o que prejudica o povo. Contudo, na região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia e nas bases dc apoio anti-japonesas por detrás das linhas inimigas, onde os escritores e artistas revolucionários gozam de todas as liberdades democráticas, liberdades apenas recusadas aos elementos contra-revolucionários, a forma de ensaio satírico já não deve ser pura e simplesmente a dc Lu Sun. Nós podemos falar bem alto, não temos a menor necessidade de recorrer a expressões veladas e indirectas, que tornam as obras de compreensão difícil às massas populares. Pelo que respeita ao povo, não aos inimigos deste, o Lu Sun da “época do ensaio satírico” nunca ridicularizou nem atacou as massas e os partidos revolucionários; a esse respeito, ele observou nos ensaios satíricos um tom inteiramente diferente daquele que reservava ao inimigo. Já dissemos que é necessário criticar os defeitos do povo mas, ao fazê-lo, é preciso partir verdadeiramente da posição do povo e agir inspirado pelo desejo ardente de defendê-lo e educá-lo. Tratar os camaradas como Inimigos é assumir a posição do inimigo. Quer dizer que se renuncia à sátira? Não, a sátira será sempre necessária. Mas existem vários géneros de sátira: sátira dirigida aos inimigos, sátira dirigida aos aliados, sátira dirigida às nossas próprias fileiras, em cada caso devemos proceder diferentemente. Não estamos de modo algum contra a sátira em geral, apenas devemos evitar

de usá-la sem discernimento.

“Eu não gosto de incensar: as obras que exaltam a luz não são necessariamente eminentes e as que pintam as trevas, necessariamente mediócras.” Das duas uma: ou se é escritor ou artista burguês e então não se exalta o proletariado, mas sim a burguesia, ou se é escritor ou artista proletário, não se exaltando então a burguesia mas sim o proletariado e o povo trabalhador. As obras que celebram os “aspectos luminosos” da burguesia não são necessariamente eminentes e as que pintam os seus aspectos sombrios não são necessariamente mediócras; as obras que celebram os aspectos luminosos do proletariado não carecem necessariamente de grandeza, mas as que pintam as “trevas” do proletariado são necessariamente mediócras. Acaso não é isso um facto da história da literatura e da arte? Por que razão pois não cantar o povo, criador da história da humanidade? Por que razão não cantar o proletariado, o Partido Comunista, a democracia nova e o socialismo? Pessoas há, também, que não sentem qualquer entusiasmo pela causa do povo, que face à luta e aos sucessos do proletariado e respectiva vanguarda adoptam a atitude indiferente do espectador que se mantém afastado. Aquilo por que se interessam, o que não se cansam de celebrar, é a sua própria pessoa e, algumas vezes, mais certas pessoas do seu grupo. Esses individualistas pequeno-burgueses recusam-se, claro, a cantar os feitos e as virtudes do povo revolucionário, a estimular-lhe a coragem no combate e a fé na vitória. Semelhantes indivíduos não são mais que parasitas nas filas da revolução; o povo revolucionário não tem realmente qualquer necessi-

dade de “cantores” dessa espécie. “Não é uma questão de posição, diz-se, a minha posição de classe é justa, as minhas intenções são boas e eu compreendo perfeitamente, apenas me falta expressão e, então, os resultados revelam-se maus.” Há pouco, falei sobre o ponto de vista do materialismo dialéctico quanto às intenções e aos resultados. Agora, gostaria de perguntar: a questão dos resultados não é uma questão de posição? Se uma pessoa age obedecendo apenas às suas intenções, sem se preocupar com os resultados, assemelha-se ao médico que se contenta com a redacção das receitas sem se importar com a quantidade de doentes que já deixou morrer assim, ou é como o partido político que se contenta apenas em fazer declarações, sem se preocupar com absoluto com a respectiva realização. Permitam-me perguntar: será justa tal posição? Serão boas semelhantes intenções? Bem entendido, as pessoas podem enganar-se mesmo depois de terem procurado prever o resultado, mas, se depois que os factos provaram que o resultado é negativo, persistem em seguir o mesmo caminho, acaso poderá ainda dizer-se que as intenções eram boas? Julga-se um partido político ou um médico segundo as realizações práticas, segundo os resultados da sua actividade; há que proceder de igual maneira para julgar um escritor. As intenções verdadeiramente boas exigem que se tenham em conta os resultados, que se faça um balanço da experiência adquirida, que se estudem os métodos ou, se se trata de criação, os meios de expressão. As intenções verdadeiramente boas exigem a autocritica absolutamente sincera das falhas e erros no trabalho, e a decisão de corrigi-las. É por isso que os

comunistas observam o método da autocritica. Só essa posição é justa. Só no decurso desse processo prático, sério e consciencioso se pode, pouco a pouco, ir vendo qual é a posição justa e acabar por dominá-la. Se não se progride nessa direcção durante a actividade prática, se se fica satisfeito com a afirmação peremptória de que “se compreende bem”, acaba-se por verificar que, no fundo, nada se compreendeu.

“Chamar-nos a estudar o Marxismo é repetir o erro do método criador do materialismo dialéctico, é abafar a nossa disposição criadora.” Estudar Marxismo significa analisar o mundo, a sociedade, a literatura e a arte do ponto de vista do materialismo dialéctico e do materialismo histórico, não significa redigir cursos de filosofia nas obras literárias ou artísticas. O Marxismo abraça o realismo na criação literária e artística mas não pode substituir-se a este, tal como abraça, sem poder substituí-las, as teorias atómicas e electrónicas em Física. As fórmulas dogmáticas, vazias e secas, destroem a disposição criadora, e não somente isso, pois, antes de mais, destroem o próprio Marxismo. Um “marxismo” dogmático não é Marxismo, é anti-marxismo. E o Marxismo não destrói a disposição criadora? Sim. Destrói, seguramente, a disposição criadora feudal, burguesa, pequeno-burguesa, liberal, individualista, niilista, a da arte pela arte, a aristocrática, decadente, pessimista, toda e qualquer disposição criadora não popular, não proletária. Acaso importará destruir essa disposição criadora quando se revele em escritores e artistas proletários? Eu penso que sim e da maneira mais radical, pois, ao destruir-se o antigo, pode construir-se simultaneamente

o novo.

V

Que concluir do facto de todos esses problemas se levantarem nos meios literários e artísticos de Ien--an? Pode concluir-se que, nesses meios, existe ainda em elevado grau um estilo de trabalho muito incorrecto, que os nossos camaradas ainda padecem de muitos defeitos, como o idealismo, o dogmatismo, o gosto pela imaginação vã, o verbalismo, o desprezo pela prática, a ruptura com as massas, etc. Precisamos pois proceder a um movimento eficaz e sério de rec-tificação.

Muitos dos camaradas ainda não têm uma ideia bem clara da diferença entre o proletariado e a pequena burguesia. Muitos dos membros do Partido só o são do ponto de vista de organização, são-no incompletamente, ou até nem isso, do ponto de vista da ideologia. Os que, ideologicamente, ainda não entraram no Partido, têm a cabeça atulhada do mon-turo infecto herdado das classes exploradoras e não compreendem de modo algum o que é a ideologia proletária, o comunismo, o Partido. Dizem: “Ideo-logia proletária? o que é isso? sempre a mesma cantilena!” Não se dão conta de que não é assim tão fácil assimilar tal “cantilena”. Há mesmo quem amais terá algo de comunista em toda a sua vida. Ekses não podem acabar senão por abandonar o Partido. Por consequência, para dirigir o movimento revolucionário de maneira que se desenvolva ainda melhor e atinja mais rapidamente o seu objectivo, não obstante o nosso Par-

tido e as suas fileiras serem compostas, na maioria, por elementos puros, deve-mos consolidar conscienciosamente o seu interior, tanto no que respeita à ideologia como à organização. Para haver ordem em organização, é necessário haver, primeiramente, ordem no plano da ideologia, é preciso desenvolver a luta que opõe a ideologia proletária à ideologia não proletária. Nos meios literários e artísticos de Icn-an uma luta ideológica está já em curso, o que é um bem indispensável. Os intelectuais originários da pequena burguesia obsti-nam-se por todos os meios, incluindo os literários e artísticos, em afirmar-se, em propagar as suas convicções pessoais e pretendem que se transforme o Partido e o mundo de acordo com a sua própria imagem. Nessas circunstâncias, o nosso dever é gritar-lhes: “Camaradas”! Isso não pode marchar assim! O proletariado não se adaptará a vocês! Seguir-vos é, no fundo, seguir os grandes senhores de terras e a grande burguesia, é arriscar a morte do Partido, a morte da Pátria! Quem se deve pois seguir? Não se pode transformar o Partido e o mundo a não ser de acordo com a imagem da van-guarda proletária. Nós esperamos que os nossos camaradas dos meios literários e artísticos tomem consciência da gravidade deste grande debate e par-ticipem mais activamente na luta, para fazer de todos os camaradas elementos sãos e unificar e consolidar verdadeiramente as nossas fileiras, nos planos da ideologia e da organização. Em virtude da sua confusão de ideias, muitos dos nossos camaradas não sabem estabelecer bem a diferença entre as bases de apoio revolucionárias e as regiões sob o jugo do Kuomintang; daí os numerosos erros que com-

etem. Um bom número de camaradas que aqui chegaram vieram dos territórios onde viviam, em Xangai; saindo dali para as bases de apoio revolucionárias, essas camaradas não só passaram de uma região para outra como também de uma época histórica para outra. Lá, era a sociedade semi-feudal, semi-colonial, sob a dominação dos grandes senhores de terras e grande burguesia, aqui, é a sociedade revolucionária de democracia nova, sob a direção do proletariado. Chegar às bases revolucionárias é entrar numa época como a história várias vezes milenária da China nunca conheceu, uma época em que o poder é exercido pelas grandes massas populares. Aqui, as pessoas que nos rodeiam e o público a quem se dirige a nossa propaganda são inteiramente outros. A época antiga foi-se para sempre. Eis porque devemos unir-nos sem qualquer hesitação às novas massas populares. Mas se, vivendo entre elas, os camaradas continuam, como disse da outra vez, com “falta de conhecimento e compreensão” e ficam como esses “heróis a quem faltou espaço para proezas”, tanto encontrarão dificuldades indo ao campo como ficando aqui em Ien-an. Alguns camaradas pensam: “Eu faria melhor em continuar a escrever para os leitores da ‘grande retaguarda’¹¹. É um trabalho que conheço bem e de importância nacional.” Essa ideia é absolutamente falsa. A “grande retaguarda” também muda, os leitores dali já não querem as velhas histórias que de há muito se fartaram de ouvir contar pelos escritores das bases revolucionárias. Eles esperam que se lhes fale do homem novo e do mundo novo. Uma obra terá pois tanto maior significado nacional quanto mais directamente tiver

sido escrita para as massas das bases revolucionárias. Em *A Derrocada*, de Fa-deiev¹², não se fala senão dum pequenino destacamento de guerrilheiros, e a obra não está de maneira alguma concebida para satisfazer o gosto dos leitores do mundo antigo, mas nem por isso deixou de exercer influência em todo o mundo. De qualquer maneira, exerceu, como se sabe, uma influência muito grande na China. A China avança, não recua, e na sua marcha para diante vai guiada pelas bases revolucionárias e não por qualquer das regiões atrasadas, retrógradas. Durante o movimento de rectificação, os camaradas precisam, primeiro que tudo, de com-penetrar-se desse ponto essencial.

E visto que é indispensável integrar-se na época nova, na época das massas, há que resolver definitivamente o problema das relações entre o indivíduo e as massas. Tomemos por divisa estes dois versos de Lu Sun:

De sobrolho franzido, desafio friamente o dedo apontado do dignatário,

De cabeça baixa, converto-me voluntariamente no búfalo da criança

Aqui, “dignatário” é o inimigo; nós não nos inclinaremos diante do inimigo, por mais feroz que seja. E “criança” é o proletariado e as grandes massas populares. Todos os comunistas, todos os revolucionários, todos os trabalhadores revolucionários da literatura e da arte devem seguir o exemplo de Lu Sun, converter-se no “búfalo” do proletariado e das massas populares e “aceitar transportar-lhes o fardo até ao último suspiro”. Para que os intelectuais possam ligar-se às massas, para que possam servi-las, é necessário um tempo, o tempo para que

aprendam, eles e as massas, a conhecer-se mutuamente. É possível, é mesmo inevitável que isso não se faça sem muito sofrimento e fricção, mas, se forem decididos, vocês chegarão ao objectivo.

Hoje, detive-me apenas em algumas questões re-lativas à orientação fundamental do nosso movimen-to literário e artístico; há ainda muitos pontos con-cretos que neces-sitam de estudo continuado. Estou convencido de que os camaradas estão resolvidos a embrenhar-se pela via traçada. Creio que, no decorrer do movimento de recti-ficação, num longo período de estudo e trabalho, vocês saberão transfor-mar-se e transformar a vossa produção, saberão criar um número elevado de obras dignas de rel-evo, ca-orosamente acolhidas pelas massas populares, e elevar o movimento literário e artístico a um novo es-tádio, glorioso, não somente nas bases revolucio-nárias mas também em toda a China.

NOTAS

1 Ver V. I. Lenine: “A Organização do Partido e a Lite--rara do Par-tido”. Nesse artigo, Lenine, ao definir as izracterísticas distintas da literatura proletária, escreveu:

“Essa literatura será livre porque não será a ânsia pelo lucro nem o arrivismo, mas antes a ideia do socialismo e a simpatia pelos tra-balhadores, que lhe incorporarão nas fileiras novas e novas forças. Essa literatura será livre porque não servirá heroínas saciadas, dc brasão, nem os “dez mil privilegiados” que se enfadam e sofrem com a própria obesidade, mas sim os milhões e as dezenas de mil-hões de trabalhadores que são a flor, a força e o futuro do país. Essa será a literatura livre que fecundará a última palavra do pen-samento revolucionário da humanidade pela experiência e o tra-

balho vivo do proletariado socialista, ela determinará uma acção constante e recíproca entre a experiência do passado (o socialismo científico que permitiu o desenvolvimento completo do socialismo, arran-cando-o às suas formas primitivas utópicas) e a experiência do presente (a actual luta dos camaradas operários).”

2 Liam Chi-tsiu, membro dum partido contra-revolucionário, o Partido Nacional Socialista, foi durante muito tempo um propa-gandista das ideias da burguesia reaccionária norte--americana sobre literatura e arte, encarniçando-se em combater a revolução c denegrir a literatura e a arte revolucionárias.

3 Após a tomada de Pequim e Xangai pelo Japão, em 1937, Tchou Tsoo-jen e Tcham Tse-pim passaram-sc para o campo do invasor japonês.

“ Ver “A Minha Opinião sobre a Liga dos Escritores de Esquerda”, na colecção “Dois Corações”, Obras Completas de Lu Sun, Tomo IV.

J Ver “A Morte” em “Suplemento”, “Ultima Colecção de Ensaies de Tsiequietim”, Obras Completas de Lu Sun, Tomo VI.

fi Opereta frequentemente representada na China. Nela há apenas dois papéis: um pastor e uma jovem aldeã. O conteúdo da peça concentra-se essencialmente no dueto cantado por esses personagens. No começo da Guerra de Resistência contra o Japão, essa opereta, com o texto modificado.

foi utilizada para a propaganda contra a agressão japonesa, alcan-çando na altura grande popularidade.

7 Os caracteres chineses que significam “homem, mão, boca, faca, boi, carneiro”, são relativamente fáceis de escrever. Assim, na China antiga esses caracteres usavam-se, geralmente, ras primeiras lições dos manuais de chinês adoptados pelas escolas primárias.

8 A “Neve da Primavera” c o “Canto dos Rústicos” são canções do principado de Tchu (séc. III A.C.). O motivo da primeira é com-plexo, o da segunda é simples. Na antologia :c literatura chinesa Vensiuana, as “Respostas de Sura Iu ao Príncipe Tchu” relatam que, na capital do principado dc Tchu, quando determinado individuo sc pôs a cantarolar a

Neve da Primavera”, “apenas algumas dezenas dc pessoas lhe fizer-em coro”, mas assim que passou ao “Canto dos Rústicos”, “milhares

de vozes cantaram com ele”.

9 Ver V. I. Lenine: “A Organização do Partido e a Literatura do Partido”. O autor dizia:

“A literatura deve ser uma parte da causa geral do proletariado, “uma pequena roda dentada e um pequeno parafuso” do grande mecanismo social-democrata, uno e indivisível, posto em movimento por toda a vanguarda consciente do conjunto da classe operária.”

10 Pequenos quartos, entre dois patamares de escada, na parte posterior das casas de Xangai. Estreitos e sombrios, eram de renda relativamente barata. Aí viviam geralmente os escritores, artistas, intelectuais e pequenos funcionários pobres.

11 Regiões controladas pelo Kuomintang. Durante a Guerra de Resistência contra o Japão, as vastas regiões do Sudoeste e Noroeste da China, que não tinham sido ocupadas pelos japoneses e se encontravam sob controle do Kuomintang, eram oralmente designadas por “grande retaguarda”, para designá-las da “pequena retaguarda”, isto é, das bases anti-japonesas na retaguarda dos invasores japoneses, dirigidas Partido Comunista.

12 A. Fadeiev, célebre escritor soviético. No romance A Derrocada, publicado em 1927, descreve a luta, durante a guerra civil na União Soviética, dum destacamento de guerrilheiros, integrado por operários, camponeses e intelectuais revolucionários da Sibéria, contra os bandos contra-revolucionários. Esse romance foi traduzido para chinês por Lu Sun.

13 Ver “para Rir-me de Mim Próprio” na “Coleção à Margem das Coleções”, Obras Completas de Lu Sun, Tomo VII.

UMA POLÍTICA DA MAIS ALTA IMPORTÂNCIA*

(7 de Setembro de 1942)

Desde que o Comité Central do Partido formulou a política de “menos tropas mas melhores e uma administração simplificada”, as organizações do Partido, em muitas das bases de apoio anti-japonesas, elaboraram os seus planos e lançaram-se à tarefa, seguindo a directiva do Comité Central. Os camaradas que dirigem a região fronteiriça Xansi-T’opei-Xantum-Honan tomaram firmemente em mãos essa tarefa e deram um exemplo de aplicação dessa política. Mas certas bases de apoio há onde os camaradas não tentaram aplicá-la com seriedade, por a não terem compreendido suficientemente. Não compreendendo as relações dessa política com a situação actual, tanto como com outras políticas do Partido, eles continuam a não considerá-la como uma política da mais alta importância. Este assunto foi repetidas vezes discutido nas colunas do Quiefanjepao, mas gostaríamos agora de proceder a maiores esclarecimentos.*

Todas as políticas adoptadas pelo Partido visam a abater o invasor japonês. A partir do seu quinto ano, a Guerra de Resistência entrou praticamente na última etapa, a da luta pela vitória. Ao longo dessa etapa, a situação é diferente da dos dois primeiros anos de guerra e também da

do terceiro e quarto. Uma característica dos quinto e sexto anos de guerra é o facto de nos aproximarmos da vitória ao mesmo tempo que surgem pela frente enormes dificuldades; por outras palavras, encontrarmo-nos na “obscuridade que precede a aurora”. Essa situação predomina, na etapa actual, em todos os países que lutam contra o fascismo, em toda a China, não apenas nas bases de apoio do VIII Exército e do Novo IV Exército, embora seja nestas que se revela particularmente aguda. Esforçamo-nos por abater os invasores ja-poneses dentro do prazo de dois anos. Serão anos de extrema dificuldade, muito diferentes dos dois primeiros anos de guerra, tanto como dos anos terceiro e quarto. Os dirigentes do partido e do exército revolucionários devem considerar de antemão essa particularidade. A não ser assim, ver-se-ão arrastados pelos acontecimentos e, a despeito de todos os esforços, não conseguirão assegurar a vitória, havendo até o perigo de se prejudicar a causa da revolução. É verdade que, nas bases de apoio anti-japonesas situadas na retaguarda do inimigo, as dificuldades se multiplicaram, mas a gravidade ainda não é extrema. No entanto, se não seguirmos uma política correcta, esbarraremos com extremas dificuldades. Para a gente comum, é fácil deixar-se levar pela situação passada e presente, e imaginar que o futuro em nada será diferente. Incapazes então de prever que a barca pode quebrar-se contra os escolhos, as pessoas não poderão manter o sangue-frio e dar o golpe de leme que permita contorná-los. Quais são esses escolhos que pode encontrar a barca da resistência? São as enormes dificuldades materiais que surgirão na última etapa da guerra.

O Comité Central do Partido assinalou-as e recomendou-nos vigilância para contornar esses escolhos. Muitos dos camaradas já entenderam isso mas outros ainda não compreenderam, o que é um primeiro obstáculo que precisamos de vencer. A resistência exige unidade e esta implica dificuldades. E essas dificuldades são de ordem política; verificaram-se no passado e hão-de surgir possivelmente no futuro. Há cinco anos que o nosso Partido tem estado a despende esforços consideráveis para vencê-las, passo a passo; a nossa palavra de ordem é reforçar a unidade, e precisamos de continuar a perseverar nisso. Mas também existem outras dificuldades, de ordem material, as quais inevitavelmente se agravarão mais e mais. Certos camaradas encaram-nas ainda com despreocupação, não estão nada conscientes da sua gravidade, pelo que devemos alertá-los. Os camaradas das bases de apoio anti-japonesas devem todos compreender que as dificuldades materiais hão-de sem dúvida aumentar grandemente, que precisamos de vencê-las e um dos meios importantes para consegui-lo é “menos tropas mas melhores e uma administração simplificada”. Por que razão essa política é importante para a solução das dificuldades materiais? Como é evidente, a situação militar actual nas bases de apoio e, mais ainda, a situação que aí prevalecerá no futuro, impedem-nos de nos aferrarmos às antigas concepções. O nosso enorme aparelho de guerra respondia às circunstâncias do passado. A situação no passado permitia-nos mantê-lo e exigia-o até. Mas as coisas agora são diferentes, as bases de apoio contraíram-se e continuarão provavelmente a contrair-se durante certo período; não podemos por-

tanto conservar o mesmo enorme aparelho de guerra do passado. Hoje, entre este último e a situação militar, há uma contradição que precisamos de resolver. A política do inimigo visa a agravar essa contradição, daí o “queimar tudo, matar tudo e pilhar tudo”. Se insistimos em manter o nosso enorme aparelho de guerra, caímos em cheio na armadilha do inimigo. Pelo contrário, se o reduzimos de modo a termos “menos tropas mas melhores e uma administração simplificada”, nem por isso o aparelho deixará de conservar a sua potência. Resolvendo a contradição, que é a do “peixe grosso em águas pouco profundas”, de modo a adaptarmos o aparelho de guerra à situação militar, tornamo-nos mais fortes e, em vez de sermos vencidos pelo inimigo, seremos nós quem acabará finalmente por vencê-lo. Eis porque dizemos que a política do Comité Central de “menos tropas mas melhores e uma administração simplificada” reveste a mais alta importância.

Acontece frequentemente, porém, que as circunstâncias do momento e os hábitos amarram fortemente o espírito dos homens e nem os revolucionários podem às vezes fugir a isso. Criámos com as nossas próprias mãos um enorme aparelho de guerra e não pensámos que, também com as próprias mãos, teríamos de reduzi-lo um dia. Agora que há que decidir-nos a isso, é de má vontade e com muita dificuldade que nos submetemos. No momento em que o inimigo faz pesar sobre nós toda a força do seu colossal aparelho militar, será realmente possível reduzirmos o nosso? Se o fazemos ficamos com forças insuficientes para enfrentá-lo. Eis como pensamos que se deixam encandear pelas circunstâncias do mo-

mento e pelo hábito. Quando as estações mudam, há que mudar também de vestuário. Isso acontece anualmente quando a Primavera cede lugar ao Verão, o Verão ao Outono, o Outono ao Inverno e o Inverno à Primavera. No entanto, é frequente, por força do hábito, não se fazer justamente isso no momento oportuno e cair-se então de cama. A situação actual nas nossas bases exige que dispamos as roupas de Inverno para vestir as de Verão e ficarmos mais à vontade para pelejar; ora, nós estamos ainda muito inchados, temos a cabeça grande e os pés pequenos, o que é de todo inadequado para o combate. Mas, pergunta-se, como enfrentaremos então o enorme aparelho do inimigo? Temos o exemplo de Suen Vu-com, o Rci-Macaco, que venceu a Princesa do Leque de Ferro. A princesa era um iemónio terrível mas Suen Vu-com, depois de se metamorfosear num pequeno insecto, introduziu-se-lhe no estômago e derrotou-a. A história do burro a Cueidjou, contada por Liu Tsum-ian², contém malmente uma boa lição. Um dia, alguém levou um enorme burro para a província de Cueidjou. Ao ~-è-lo, um tigrezinho ficou cheio de medo. Final-raente, porém, o burro enorme acabou por ser devorado pelo pequeno tigre. O Rei-Macaco e o pequeno tigre são actualmente o nosso VIII Exército e o nosso Novo IV Exército; eles são perfeitamente capazes de vencer o demónio japonês, o burro japonês. Neste momento temos necessidade de nos metamorfosearmos para ficarmos mais pequenos mas mais fortes, e então seremos invencíveis.

NOTAS

1 Quanto à história sobre como Suen Vu-com, o Rei-Macaco, se transformou num minúsculo insecto e derrotou a Princesa do Leque de Ferro, veja-se o romance mitológico chinês Si lou Qui (A Peregrinação a Oeste), capítulo 59.

2 Liu Tsum-ian (773-819), grande escritor da dinastia Tam. A obra que escreveu, Três Ensinamentos, contém três fábulas, das quais uma é a do “Burro de Cueidjou”, onde se conta:

Na província de Cueidjou havia um tigre que se encheu de medo ao ver pela primeira vez um burro. Mas depois, quando descobriu que o burro não sabia senão zurrar e escoicear, o tigre atirou-se a ele e devorou-o.

A VIRAGEM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL*

(12 de Outubro de 1942)

A batalha de Estalinegrado foi comparada pela imprensa britânica e norte-americana à batalha de Verdun, e o “Verdun Vermelho” tornou-se célebre no mundo inteiro. A comparação, porém, não é feliz. A actual batalha de Estalinegrado difere, pelo seu próprio carácter, do Verdun da Primeira Guerra Mundial. Contudo, elas têm um ponto em comum: hoje, como outrora, muitas pessoas vivem enganadas pelas acções ofensivas da Alemanha e pensam que esta ainda pode alcançar a vitória. A Primeira Guerra Mundial terminou no Inverno de 1918; em 1916, o exército alemão lançou várias ofensivas contra a praça forte francesa de Verdun. O kronprinz em pessoa dirigia as operações, e as forças lançadas na batalha eram a elite do exército alemão. A batalha era decisiva. Com o fracasso dos furiosos assaltos alemães, o campo germano-austro-turco-búlgaro ficou sem saída; daí em diante as suas dificuldades foram aumentando dia a dia, a deserção atúgiu-lhe as fileiras, começou a desagregação e, finalmente, deu-se o desmoronamento. Naquela altura, porém, o campo anglo-norte-americano-francês ainda não compreendia a situação, julgava que o exército alemão ainda era muito forte e não via que a vitória lhe estava já ao alcance das mãos. Na história da humanidade, toda a força reaccionária

no limiar da morte lança-se, invariavelmente, numa última e desesperada luta contra as forças revolucionárias; muitas vezes certos revolucionários deixam-se temporariamente enganar por esse fenómeno de força aparente, dissimulador duma fraqueza interior, não vendo o facto essencial que consiste em o inimigo estar perto do fim, enquanto que eles próprios estão próximos da vitória. O avanço do conjunto das forças fascistas e as guerras de agressão que vêm desencadeando há alguns anos representam justamente a agonia das forças reaccionárias, e, na guerra actual, o ataque contra Estalinegrado marca o último estertor desesperado dessas mesmas forças fascistas. Diante de tal viragem da História, muitas pessoas, no seio da frente antifascista mundial, deixaram-se enganar pelo aspecto feroz do fascismo e não conseguiram perceber-lhe a essência. Combates duma dureza sem precedentes na História desenrolaram-se durante 48 dias, desde 25 de Agosto, data em que as tropas alemãs concluíram a passagem da curva do Don e desencadearam o ataque geral contra Estalinegrado, até 9 de Outubro, dia em que o Biró de Informação Soviético anunciou que o Exército Vermelho tinha rompido o cerco alemão ao bairro industrial do noroeste da cidade, onde, em 15 de Setembro, uma parte das tropas alemãs havia penetrado. Finalmente a batalha acabou por ser ganha pelas forças soviéticas. Durante 48 dias, as notícias diárias provenientes dessa cidade sobre o desenrolar da batalha mantiveram em expectativa dezenas e dezenas de milhões de homens, ora causando-lhes desgosto ora alegria. Essa batalha não só representa uma viragem na guerra soviético-germânica e na guerra

mundial antifascista, como também representa uma viragem na história de toda a humanidade. Durante esses 48 dias a atenção dos povos do mundo esteve concentrada em Estalinegrado, e dum modo ainda mais intenso que no caso de Moscovo, em Outubro último.

Até às vitórias na frente oeste, Hitler parecia dar provas de prudência. Enquanto lançou os ataques contra a Polónia, Noruega, Holanda, Bélgica, França e os Balcãs, ele concentrou sempre as suas forças num só objectivo, sem ousar desviar daí a atenção. Mas depois das vitórias a oeste, inebriado pelo sucesso, passou a querer bater a União Soviética em três meses. De Murmansk, ao norte, até à Crimeia, no sul, desencadeou uma ofensiva geral contra esse imenso e poderoso país socialista, com o que dispersou as suas forças. O fracasso da ofensiva contra Moscovo, em Outubro do ano passado, pôs termo à primeira fase da guerra soviético-germânica; o primeiro plano estratégico de Hitler tinha falhado. O Exército Vermelho deteve a ofensiva alemã do ano passado e, no Inverno, passou à contra-ofensiva em toda a frente; essa foi a segunda fase da guerra soviético-germânica. Hitler teve de bater em retirada e colocar-se na defensiva. Entretanto, demitiu Von Brauchitsch, comandante em chefe das operações, assumiu em pessoa o comando e decidiu abandonar o plano de ofensiva geral, preparando-se, com a reunião de todas as suas forças disponíveis na Europa, para lançar uma ofensiva final que, embora limitada à frente sul, iria, segundo ele, golpear os sectores vitais da União Soviética. Como essa ofensiva tinha um carácter decisivo, e dela dependia a própria sobrevivência do fascismo, Hitler concentrou forças

enormes, chegando inclusivamente a transferir para essa frente uma parte dos aviões e dos tanques que operavam no Norte de África. Com o ataque alemão contra Kertch e Sebastopol, em Maio último, a guerra entrou na terceira fase. Tendo reunido um exército superior a 1.500.000 homens, e apoiado pelo principal das suas forças aéreas e blindadas, Hitler lançou uma ofensiva de violência sem precedentes, em direcção de Estalinegrado e do Cáucaso. Ao tentar apoderar-se rapidamente dessas regiões, ele tinha dois objectivos: cortar o Volga e tomar Bacu, para marchar em seguida em direcção ao norte, contra Moscovo, e penetrar no sul até ao Golfo Pérsico. Ao mesmo tempo, arrastou os fascistas japoneses a concentrarem as suas forças na Manchúria, tendo em vista uma ofensiva na Sibéria, após a queda de Estalinegrado. Hitler sonhava levar o enfraquecimento do poderio da União Soviética a um ponto tal que lhe permitisse retirar dessa frente as forças principais do exército alemão, a fim de poder fazer face, na frente oeste, à eventualidade duma ofensiva anglo-nortc-americana, apoderar-se dos recursos do Próximo Oriente, fazer a junção com o exército japonês e, ao mesmo tempo, permitir ao grosso das forças japonesas que se retirasse do Norte em direcção do Oeste e do Sul, contra a China, a Inglaterra e os Estados Unidos, e isso sem que os exércitos alemão e japonês tivessem de preocupar-se com as suas retaguardas. Eis como queria conquistar a vitória para a frente fascista. Mas o que é que se passou no decurso dessa fase? Hitler esbarrou com a táctica soviética, que se lhe revelou mortal. A União Soviética adoptou o plano de levar o inimigo a pe-netrar profundamente

no interior do seu território e opor-lhe em seguida uma resistência obstinada. Em cinco meses de combate, o exército alemão não con-seguiu penetrar nos campos de petróleo do Cáucaso nem tomar Estalinegrado e Hitler viu-se obrigado a deter as suas tropas na base de altas montanhas c diante dos muros duma cidade inconquistável, sem poder avançar nem recuar, sofrendo perdas enormes e embrenhando-se numa situação sem saída. Está-se então em Outubro e com o Inverno à porta; a terceira fase da guerra chega ao seu termo, e a quarta vai começar. Não há um só plano estratégico hitleriano dc ataque à União Soviética que não tenha fracassado. Durante esse período, Hitler, compreendendo que a sua derrota no Verão anterior fora devida à dispersão das tropas, concentrou as forças na frente sul. Mas, como procurava ainda atingir com um só golpe o duplo objectivo dc cortar o Volga a leste e tomar o Cáucaso a sul, viu-sc obrigado a dividir uma vez mais as forças. Nos seus cálculos Hitler não previu a desproporção entre as possibilidades reais e as suas ambições, ficando assim nessa situação sem saída como um “carregador que, sem ter um ponto de apoio, vê a carga escorregar-lhe pelas duas extre-midades da vara”. Em contrapartida, a União Soviética à medida que combate vai-se tornando mais forte. A brilhante direcção estratégica de Estaline conquistou inteiramente a iniciativa e, por toda a parte, empurra Hitler para a ruína. A quarta fase da guerra, que começará este Inverno, levará Hitler à derrota. Se comparamos a situação de Hitler no decurso da primeira e da terceira fase, vemos que está no limiar duma derrota definitiva. Actualmente, tanto em Esta-

linegrado como no Cáucaso, o Exército Ver-melho já conseguiu deter efectivamente a ofensiva alemã; Hitler está sem fôiego e fracassou na ofensiva contra Estalinegrado e o Cáucaso. As escassas forças que conseguiu reunir durante todo o período de Inverno, de Dezembro a Maio último, já estão esgotadas. Agora que, em menos de um mês, o Inverno se instalará na frente soviético-germânica, Hitler terá que passar a toda a pressa à defensiva. O conjunto da região situada a oeste e a sul do Don será o mais perigoso para ele, pois há-de ser aí que o Exército Vermelho lançará a sua contra-ofensiva. Neste Inverno, Hitler, acossado pela ameaça dum desfecho fatal, tentará mais uma vez reagrupar as suas forças. Pode ser que ainda lhe seja possível reunir o que lhe resta quanto a forças para formar algumas novas divisões; além disso, pode pedir aos outros três comparsas fascistas, a Itália, a Roménia e a Hungria, uma certa ajuda no fornecimento de carne para canhão, com vista a fazer face à situação crítica das frentes leste e oeste. Contudo, ele terá de contar com perdas enormes ao longo da campanha de Inverno na frente leste e ainda com a abertura duma segunda frente a oeste, enquanto que a Itália, a Roménia e a Hungria, decepcionadas ante a perspectiva da derrocada inevitável de Hitler, afastar-se--ão cada vez mais dele. Em resumo, depois de 9 de Outubro, Hitler só tem um caminho a seguir: o caminho da morte. Há qualquer coisa de comum entre a defesa de Estalinegrado pelo Exército Vermelho, durante esses quarenta e oito dias, e a defesa de Moscovo, no ano passado: a defesa de Estalinegrado fez fracassar o plano de Hitler para este ano, tal como a de Moscovo fez fracassar o plano

do ano passado. A diferença está no facto de o Exército Vermelho, apesar da contra-ofensiva de Inverno que empreendeu logo após a defesa de Moscovo, ter tido que aguentar ainda este ano uma ofensiva de Verão do exército alemão, já porque, primeiro, ainda restavam à Alemanha e seus comparsas europeus forças disponíveis, e, segundo, a Inglaterra e os Estados Unidos demoravam a abertura da segunda frente. Depois da batalha para a defesa de Estalinegrado, a situação será, porém, completamente diferente do que era no ano passado. Por um lado, a União Soviética desencadeará uma segunda contra-ofensiva de Inverno de amplitude excepcional, a Inglaterra e os Estados Unidos não poderão mais adiar a abertura da segunda frente (sc bem que não seja possível precisar a data exacta) e os povos da Europa estarão, por seu turno, prontos a responder por meio da sublevação. Por outro lado, como a Alemanha e os seus partidários europeus não têm mais forças para empreender uma ofensiva de grande envergadura, Hitler ver-se-á constringido a passar inteiramente à defensiva estratégica. Ora, se Hitler é obrigado a passar à defensiva estratégica, o destino do fascismo está decidido. Com efeito, um Estado fascista como o de Hitler, que desde a sua origem baseou toda a vida política e militar na ofensiva, não pode deixar de perecer quando esta fique paralisada. A batalha de Estalinegrado vai parar a ofensiva fascista; é uma batalha decisiva. E esse carácter decisivo há--de decidir de todo o curso da guerra mundial. Hitler tem diante de si três inimigos poderosos: a União Soviética, a Inglaterra e os Estados Unidos, e ainda os povos das regiões que ocupa. Na frente leste está o Exé-

rcito Vermelho, fortaleza inabalável, com todas as suas contra-ofensivas, que se sucederão ao longo de toda a estação do segundo Inverno e mesmo depois disso; são esses os factores que decidirão do resultado da guerra e do destino da humanidade. Na frente oeste, mesmo que a Inglaterra e os Estados Unidos continuem a seguir uma política de expectativa c adiamentos, tarde ou cedo hão-de abrir a segunda frente, logo que possam atirar-se ao tigre já moribundo. Além disso, existe ainda uma frente interior contra Hitler: a grande sublevação popular que germina na Alemanha, na França e noutros lugares da Europa. Desde que seja desencadeada a contra-ofensiva geral da União Soviética e tenham ribombado os canhões da segunda frente, os povos da Europa responderão com a abertura da terceira frente. Assim, uma ofensiva convergente de três frentes contra Hitler há-de ser o grande processo histórico que se seguirá à batalha de Estalinegrado.

A carreira política de Napoleão terminou em Waterloo, mas foi a derrota sofrida anteriormente, em Moscovo, que decidiu da sua sorte¹. Hoje, Hitler marcha sobre as pegadas de Napoleão e a batalha de Estalinegrado já traçou também o seu destino.

Uma tal situação terá repercussões directas no Extremo Oriente. O ano que vem também não será auspicioso para o fascismo japonês. Com o tempo as suas dores de cabeça aumentarão, até ao momento de baixar à sepultura.

Todos os que vêm de maneira pessimista a situação mundial deveriam pois corrigir os seus pontos de vista.

NOTAS

1 Em Junho de 1915, travou-se em Waterloo, sul da Bélgica, uma encarniçada batalha entre as tropas de Napoleão e as tropas coligadas anglo-prussianas. Vencido, Napoleão foi exilado para a ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, onde veio a morrer, em TS21. Ao longo da sua vida, Napoleão subjugou muitos países europeus, mas sofreu uma pesada derrota em Moscovo, durante a campanha da Rússia de 1812, onde viu quase inteiramente aniquilada a elite do seu exército. Golpeado, Napoleão não pôde retomar o fôlego. Quanto à derrota de Moscovo, ver nota 23 ao artigo “Sobre a Guerra Prolongada”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo II.

EM COMEMORAÇÃO DO VIGÉSIMO QUINTO
ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

(6 de Novembro de 1942)

É com o maior optimismo que celebramos este ano o aniversário da Revolução de Outubro. Estou firmemente convencido de que este aniversário marca um ponto de viragem tanto na guerra sovieto--alemã como na luta que trava a frente mundial antifascista para vencer a frente fascista.

Como o Exército Vermelho se encontrava só na resistência à Alemanha fascista e respectivos cúmplices da Europa, Hitler foi capaz de prosseguir a ofensiva sem ser batido. Mas agora as forças da União Soviética cresceram no decorrer da guerra e a segunda ofensiva de Verão hitleriana fracassou. Daqui para diante, a tarefa da frente mundial antifascista será passar à ofensiva contra a frente fascista e infligir ao fascismo uma derrota definitiva.

Em Estalinegrado, os combatentes do Exército Vermelho realizaram um feito heróico que importa aos destinos da humanidade. Eles são os filhos da Revolução de Outubro. A bandeira da Revolução de Outubro é invencível, todas as forças fascistas estão condenadas a perecer. * Ao celebrarmos as vitórias do Exército Vermelho, nós, povo chinês, celebramos vitórias que também são nossas. A nossa Guerra de Resistência contra o Japão dura há mais de cinco anos e ainda nos esperam dificuldades,

mas já se vislumbra a aurora da vitória. A vitória sobre o fascismo japonês é tanto certa como próxima.
Conjugar todos os esforços para esmagar o fascis-mo japonês, eis a tarefa do povo chinês.

PROBLEMAS ECONÓMICOS E FINANCEIROS NO PERÍODO DE RESISTÊNCIA AO JAPÃO*

(Dezembro de 1942)

A orientação geral do nosso trabalho no domínio económico e financeiro consiste em desenvolver a economia e assegurar o abastecimento. Muitos dos nossos camaradas, porém, salientam de maneira uni-lateral o problema das finanças e não compreendem a importância do conjunto da economia; as suas cabeças andam o dia inteiro num vaivém exclusivo à volta de questões de receitas e despesas puramente financeiras mas, mesmo assim, não podem resolver os problemas. A causa disso é a existência duma concepção antiquada e conservadora que confunde a mente dos camaradas. Eles não compreendem que se uma boa ou má política financeira pode influir na economia, é a economia que, no entanto, determina as finanças. Não é possível resolverem-se as dificuldades financeiras quando a economia carece de base sólida, nem bastar-se no plano financeiro

* O presente artigo, originariamente intitulado “Balanço Fundamental do Trabalho Realizado”, é o primeiro capítulo do relatório “Problemas Económicos e Financeiros”, a-presentado pelo camarada Mao Tsetung numa conferência de quadros superiores da região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia. Para as regiões libertadas, 1941 e 1942 foram os anos mais

duros da Guerra de Resistência contra o Japão. Os ataques selvagens dos invasores japoneses e o cerco e o bloqueio realizados pelo Kuomintang provocaram enormes dificuldades financeiras nessas regiões. O camarada Mao Tsetung mostrou que, para superar as dificuldades financeiras e económicas, o Partido devia esforçar-se por levar o povo a desenvolver a agricultura e os demais ramos da produção; e chamou os organismos, escolas e forças armadas das regiões libertadas a fazerem todo o possível por se auto-abastecerem, desenvolvendo a produção. O relatório do camarada Mao Tsetung “Problemas Económicos e Financeiros”, e os seus escritos “Desencadeemos nas Bases de Apoio Campanhas para a Redução das Rendas, a Produção e o Apoio ao Governo e Preocupação pelo Povo” e “Organizemo-nos!”, constituem o programa fundamental do Partido para dirigir o movimento de produção nas regiões libertadas. Em “Problemas Económicos e Financeiros”, o camarada Mao Tsetung criticou principalmente a concepção errada que, descuidando o desenvolvimento da economia, buscava soluções apenas no domínio financeiro das receitas e despesas, bem como o estilo de trabalho incorrecto que apenas atendia à reclamação de contribuições ao povo sem mobilizá-lo nem ajudá-lo a desenvolver a produção para vencer as dificuldades, e formulou a justa política do Partido de “desenvolver a economia e assegurar o abastecimento”. Guiado por tal política, o movimento de produção na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia e nas regiões libertadas situadas na retaguarda do inimigo obteve enormes resultados, o que não só permitiu às forças armadas e ao povo das regiões libertadas atravessarem com sucesso o período mais difícil da Guerra de Resistência contra o Japão, mas também a acumulação, pelo Partido, duma rica experiência para dirigir mais tarde a edificação económica.

quando esta não se desenvolve. O problema das finanças na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia é o problema dos fundos necessários à manutenção e actividade de dezenas de milhares de soldados e membros do pessoal civil, quer dizer, o problema dos fundos necessários

para resistir ao Japão. Esses fundos provêm dos impostos pagos pelo povo e da produção realizada por dezenas de milhares de soldados e membros do pessoal civil. Se não desenvolvemos a economia privada e pública, teremos que nos resignar a esperar a morte de braços cruzados. As dificuldades financeiras só podem ser resolvidas com o desenvolvimento real e efectivo da economia. Esquecer o desenvolvimento da economia, esquecer a busca de novos recursos financeiros, e tentar resolver as dificuldades financeiras apenas com uma redução das despesas indispensáveis, é concepção conservadora que não pode resolver problema algum.

Nestes cinco anos transpusemos várias etapas. As maiores dificuldades registaram-se em 1940-1941, quando o Kuomintang criou fricções com as suas duas campanhas anti comunistas. Chegámos a não dispor quase de roupa para vestir, de óleo para cozinhar, de papel, de vegetais, os soldados não tinham sapatos nem meias e ao pessoal civil faltavam cobertores de Inverno. Tentando estrangular-nos, o Kuomintang recusava-nos os fundos e impunha-nos um bloqueio económico, sendo as nossas dificuldades realmente colossais. Mas ultrapassámos as dificuldades. Conseguimo-lo porque o povo da região fronteira nos forneceu os cereais para a alimentação e, principalmente, porque tomámos a decisão de edificar com as próprias mãos uma economia pública. O governo da região fronteira estabeleceu muitas indústrias, destinadas à satisfação das nossas necessidades; o exército realizou um grande movimento de produção e, para auto-abastecer-se, desenvolveu a agricultura, a indústria e o comércio; nos nossos or-

ganismos e escolas, dezenas de milhares de indivíduos desenvolveram actividade económica semelhante, para satisfação das suas próprias necessidades. Esse tipo de economia, desenvolvido pelo exército, organismos e escolas, constitui uma sequência particular das condições particulares de hoje; noutras condições históricas seria irrazoável e incompreensível, mas no momento actual é absolutamente razoável e necessário. Foi justamente com tais meios que vencemos as dificuldades. Não confirmarão então esses factos históricos incontestáveis a verdade de que só o desenvolvimento da economia pode assegurar o abastecimento? No momento actual, embora ainda lutemos com muitas dificuldades, a base da nossa economia pública já está estabelecida. Dentro de um ano, isto é, no final de 1943, essa base será ainda mais sólida.

A linha de desenvolvimento da economia é justa, mas esse desenvolvimento não deve ser aventureiro nem sem fundamento. Certos camaradas, que não têm em conta as condições concretas do momento e do lugar, elevam um clamor vazio sobre o desenvolvimento, por exemplo exigindo o estabelecimento duma indústria pesada e apresentando planos para criação de grandes salinas e grandes fábricas de armamento, o que nem é realista nem aceitável. A linha do Partido é a linha do justo desenvolvimento da economia; é preciso lutar, por um lado, contra as concepções antiquadas e conservadoras, e, por outro, contra os grandes planos vazios e irrealis. Essa é a luta, em duas frentes, que o Partido trava no trabalho financeiro e económico.

Devemos desenvolver a economia pública, mas não de-

vemos esquecer a importância da ajuda que nos presta o povo. Ele forneceu-nos cereais: 90.000 dan em 1940, 200.000 em 1941 e 160.000 em 1942, assegurando assim víveres para o nosso exército e pessoal civil. Até 1941, a produção de cereais do sector público da nossa agricultura foi ainda muito débil; quanto ao abastecimento de cereais dependíamos da população. Devemos aumentar de futuro a produção de cereais pelo exército mas, durante certo tempo, temos ainda que apoiar-nos principalmente na população. Embora a região fronteiriça Xensi--Cansu--Ninsia se encontre na retaguarda e não sofra directamente as devastações da guerra, não lhe é fácil fornecer tão grande quantidade de cereais, pois só tem 1.500.000 habitantes, escassa população para o seu vasto território. A população ajuda-nos a transportar o sal ou paga o respectivo transporte e, em 1941, ainda comprou títulos de dívida pública num valor de cinco milhões de yuan. Tudo isso representa para ela cargas que não são leves. Para as necessidades da resistência ao Japão e da construção nacional, o povo tem que suportar tais cargas, e compreende perfeitamente que isso seja necessário. Quando o governo se encontra em maiores dificuldades, é forçoso pedir um maior esforço do povo, o que este igualmente compreende. Contudo, ao mesmo tempo que nos abastecemos junto do povo, devemos ajudá-lo a aumentar e compensar a sua economia. Isso significa que devemos dar os passos convenientes e adoptar os métodos apropriados para ajudá-lo a desenvolver a agricultura, a pecuária, o artesanato, a indústria do sal e o comércio, de tal modo que perca e ao mesmo tempo ganhe, e ganhe mais do que perca; só

assim poderemos sustentar uma guerra anti-japonesa de longa duração.

Certos camaradas, que não têm em conta as necessidades da guerra, insistem por que o governo adopte uma “política benevolente”, o que é um ponto de vista errado. Com efeito, se não conquistamos a vitória na Guerra de Resistência contra o Japão, tal “política benevolente” só beneficiará o imperialismo japonês, em nada servindo ao povo. Pelo contrário, se, suportando o povo temporariamente um pouco mais de peso, saímos desse passo difícil para o governo e o exército, mantemos a Guerra de Resistência ao Japão e derrotamos o inimigo, o povo passará a viver feliz; essa é pois a única política realmente benevolente do governo revolucionário.

Outro ponto de vista errado é “esvaziar a lagoa para apanhar o peixe”, quer dizer, sobrecarregar o povo com intermináveis exigências, desatender-lhe as dificuldades e ter apenas em conta as necessidades do governo e do exército. Essa é a posição do Kuo-mintang, que jamais deveremos adoptar. Aumentá-mos temporariamente as cargas do povo, mas em-preendemos logo o estabelecimento da economia pública. Em 1941 e em 1942, o exército, os organismos e as escolas conseguiram, com os seus próprios esforços, satisfazer a maior parte das suas necessidades. Foi uma proeza extraordinária, sem precedentes na história da China, e constitui a base material da nossa invencibilidade. Quanto mais desenvolvemos a economia destinada à satisfação das nossas necessidades, tanto mais aliviámos as cargas fiscais do povo. Na primeira etapa, de 1937 a 1939, recebemos muito pouco do povo, tendo este sido capaz,

nessa etapa, de restabelecer forças enormes. Na segunda etapa, de 1940 a 1942, as cargas do povo aumentaram. A terceira etapa começará em 1943. Se nos próximos dois anos, 1943 e 1944, a nossa economia pública continua a desenvolver-se e o conjunto ou a maior parte do nosso exército na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia tem oportunidades para cultivar a terra, em dois anos as cargas do povo poderão ser novamente aliviadas e este poder será restabelecer as suas forças outra vez. Trata-se dum perspectiva possível, precisamos de estar prontos a agir nesse sentido.

Há que refutar todos os pontos de vista errados e propor a justa palavra de ordem do nosso Partido, quer dizer, “desenvolver a economia e assegurar o abastecimento”. Quanto à relação entre os sectores público e privado, a palavra de ordem é “ter em conta simultaneamente os interesses públicos e privados” ou, noutros termos, “ter em conta simultaneamente os interesses do exército e da população”. Xós consideramos que só essas palavras de ordem são justas. Só desenvolvendo de maneira realista a economia pública e privada podemos assegurar a satisfação das necessidades financeiras. Mesmo nos períodos difíceis, devemos pensar em limitar os impostos de maneira que as cargas, embora pesadas, não sobrecarreguem demasiado o povo. E logV) que tenhamos possibilidade de aliviarmos as cargas, a fim de que possa restabelecer as forças.

Os elementos obstinados do Kuomintang acham que a edificação da nossa região fronteira não tem esperanças, que as dificuldades da região são insuperáveis; todos os dias esperam que a região fronteira “se desa-

gregue”. É inútil discutir com tal gente; jamais assistirão à nossa “desagregação”, pois para nós só haverá prosperidade. Eles não compreendem que, sob a direcção do Partido Comunista e do governo revolucionário da região fronteira, as massas populares hão-de apoiar sempre o Partido e o governo. O Partido e o governo encontrarão sem dúvida alguma os meios de vencer todas as dificuldades, por mais graves que sejam, no domínio económico e financeiro. Certas dificuldades do período actual já foram vencidas, outras serão vencidas brevemente. No passado tropeçámos com dificuldades muito maiores que as que encontramos agora e, não obstante, ultrapassámo-las. As dificuldades que encontramos actualmente, nas bases de apoio do Norte da China e da China Central, são muito maiores que as da região fronteira Xensi--Cansu-Ninsia. Ali, todos os dias se desenrolam violentos combates, mas essas bases mantêm-se há cinco anos e meio e poderão, seguramente, continuar a manter-se até à vitória. Entre nós não há lugar para pessimismo; somos capazes de vencer qualquer dificuldade.

Após esta conferência de quadros superiores da região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, aplicaremos a política de “menos tropas mas melhores e uma administração simplificada”-. Desta vez é preciso pô-la em prática de maneira estrita, radical e geral, e não desleixada, superficial e parcial. Na aplicação dessa política precisamos de alcançar cinco objectivos: simplificação, unificação, eficácia, economia e eliminação do burocratismo. Esses cinco objectivos têm uma enorme importância para o nosso trabalho económico e financeiro. A simpli-

cação reduzirá as despesas de consumo e aumentará as receitas de produção, o que não só terá uma imediata e boa influência nas nossas finanças, como ainda aliviará as cargas do povo e influirá benéficamente sobre a economia deste. Nos organismos económicos e financeiros, a desunião, a busca de “independência”, o autonomismo e demais fenómenos deploráveis devem ser eliminados, estabelecendo-se um sistema de trabalho unificado, manejável, que garanta a aplicação integral da nossa política e dos nossos regulamentos. Com o estabelecimento desse sistema unificado, a eficácia do trabalho poderá seguramente ser aumentada. Todos os nossos organismos, e particularmente os que se encarregam do trabalho económico e financeiro, devem cuidar de economizar. Aplicando um regime de economias podemos suprimir um grande número de despesas desnecessárias e desperdícios, o que pode perfazer dezenas de milhões de yuan. Todos os que trabalham no domínio económico e financeiro devem eliminar o burocratismo que ainda subsiste, e às vezes de modo muito grave, como a corrupção, a fachada, a “normalização” inútil, a rapelada, etc. Se realizamos inteiramente esses cinco objectivos no Partido, no governo e no exército, a nossa política de “menos tropas mas Chores « um, administração simplificada” atingirá o fim e as nossas dificuldades serão certamente vencidas e raparemos a boca daqueles que já se nem com a nossa próxima “desagregação” .

NOTAS

* As cifras referidas pelo camarada Mao Tsetung representam a soma total dos impostos agrícolas (cereais do Estado) pagos pelos camponeses da região fronteira Xcnsi-Cansu--Ninsia. nos anos 1940-1942.

2 Ver, no presente tomo, "Uma Política da Mais Alta Importância".

A PROPÓSITO DOS MÉTODOS DE DIRECÇÃO*

(1 de Junho de 1943)

1. Dois métodos há que nós, os comunistas, devemos adoptar em todo o nosso trabalho: um consiste em ligar o geral ao particular e o outro, em ligar a direcção às massas.
2. Em relação a qualquer tarefa, sem um apelo geral, é impossível mobilizar as grandes massas para a acção. Contudo, se os dirigentes se limitam a esse apelo, se em certas organizações não se ocupam, concreta e directamente, da execução minuciosa do trabalho para que fizeram o apelo — de maneira que, tendo aberto uma brecha num ponto dado, possam, graças à experiência adquirida, orientar o trabalho nos outros sectores que dirigem — não terão a possibilidade de verificar se o apelo é ou não justo, nem poderão enriquecer-lhe o conteúdo. Assim o apelo geral corre o risco de não produzir qualquer efeito. Por exemplo, em 1942, no movimento de rectificação, obtiveram-se vitórias por toda a parte onde se aplicou o método de ligar o apelo geral à direcção concreta, e em contrapartida, onde não se adoptou tal método, não se obteve qualquer resultado. No movimento de rectificação de 1943, todos os birôs e sub-birôs do Comité Central e todos os comités regionais e municipais do Partido'11 devem, para adquirir experiência, proceder como segue: ao mesmo tempo que

lançam um apelo geral (plano do movimento para todo o ano), escolhem nas suas próprias organizações ou nas organizações, escolas e forças armadas dos arredores, duas ou três unidades (não muitas pois) que submeterão a estudo aprofundado, vendo em detalhe como se desenrola aí o movimento de rectificação e examinando de perto o caso de uns tantos membros representativos do pessoal (aí também não muitos), exame que deverá incidir sobre o respectivo passado político, características ideológicas, aplicação no estudo e qualidade dos seus trabalhos, e guiam pessoalmente os responsáveis dessas unidades na busca das soluções concretas para as questões práticas. Os responsáveis de cada organização, escola ou unidade do exército devem agir do mesmo modo, uma vez que cada uma delas também dispõe de certo número de unidades subordinadas. Trata-se ademais dum método que permite combinar a aprendizagem com a direcção. Nenhum dirigente poderá dar orientação geral às unidades que lhe estejam confiadas, se não adquirir experiência prática do trabalho no contacto com determinados indivíduos e problemas em algumas dessas unidades. Há que popularizar amplamente esse método, a fim de que, em todos os escalões, os quadros dirigentes saibam aplicá-lo.

3 A experiência da rectificação de 1942 demonstrou igualmente que, para garantir o êxito do movimento, torna-se necessário, no decorrer do mesmo, formar em cada unidade um núcleo de direcção composto dum pequeno número de elementos activos, reunidos à volta do principal responsável, e assegurar a ligação estreita desse núcleo dirigente com as grandes massas que par-

ticipam no movimento. Por muito activo que seja o núcleo dirigente, a sua actividade reduzir-se-á a esforço infrutífero dum punhado de indivíduos se não for combinada com a actividade das grandes massas. Por outro lado, se apenas as grandes massas são activas, e não há um forte núcleo dirigente que organize adequadamente essa actividade, ela não poderá ser mantida por muito tempo, não poderá avançar na justa direcção nem atingir nível mais elevado. Onde quer que existam massas, estas compõem-se geralmente de três categorias de indivíduos: os que são relativamente activos, os intermédios e os que são relativamente atrasados. Assim, os dirigentes devem saber unir à volta da direcção o pequeno número de elementos activos e apoiar-se neles para elevar o nível dos elementos intermédios e conquistar os elementos atrasados. Um núcleo dirigente verdadeiramente unido e ligado às massas só pode formar-se progressivamente, no processo da luta das massas, não .solado dessa luta. Na maioria dos casos, o núcleo dirigente não pode nem deve permanecer imutável na sua composição ao longo do começo, meio e fim ;.ma grande luta; há que promover continuamente os elementos activos que se distinguem no decurso da luta e substituí-los aos membros originais do núcleo dirigente que são comparativamente* menos qualificados ou que degeneraram. Uma das razões básicas por que, em muitos pontos e organismos, não se consegue fazer progredir o trabalho, é a ausência do tal núcleo dirigente, solidamente unido, ligado às massas e constantemente são. Uma escola de uma centena de pessoas jamais poderá ser bem dirigida se não dispuser dum núcleo dirigente de vários indivíduos, mesmo

uma dezena ou mais, formado de acordo com as circunstâncias reais (não para fazer número) e composto pelos mais activos, íntegros e capazes dentre os professores, empregados e alunos. A indicação relativa à formação do núcleo dirigente, formulada por Estaline na nona das doze condições de bolchevização dos partidos comunistas¹, deve aplicar-se por toda a parte, sem excepções, nos organismos, escolas, unidades do exército, fábricas e aldeias, sejam grandes sejam pequenos. A escolha dos membros do núcleo dirigente deve ter por critério as quatro condições formuladas por Dimitrov ao falar da política de quadros: devoção máxima, ligação com as massas, capacidade de orientar-se por si próprio em todas as situações, espírito de disciplina². Tanto quando se realiza uma das tarefas centrais, — guerra, produção, educação (movimento de rectificação incluído) — como quando se realiza o controle do trabalho, a verificação dos quadros e outras tarefas, deve-se, ao mesmo tempo que se adopta o método de ligar o apelo geral à direcção concreta, adoptar o método de ligar o núcleo dirigente às grandes massas.

4. Em todo o trabalho prático do nosso Partido, toda a direcção correcta é necessariamente “das massas para as massas”. Isso significa recolher as ideias das massas (ideias dispersas, não sistemáticas), concentrá-las (transformá-las por meio do estudo em ideias sintetizadas e sistematizadas), ir de novo às massas para propagá-las e explicá-las de maneira que as massas as tomem como suas, persistam nelas e as traduzam em acção; e ainda verificar a justeza dessas ideias no decorrer da própria acção das massas. Depois é preciso voltar a concentrar

as ideias das massas e levá-las outra vez às massas, para que estas persistam nelas e as apliquem firmemente. Sucessivamente, repetindo-se infinitamente esse processo, as ideias vão-se tornando cada vez mais correctas, mais vivas e mais ricas. Tal é a teoria marxista do conhecimento.

5. O conceito de que importa estabelecer relações justas entre o núcleo dirigente e as grandes massas, seja numa organização seja no decorrer duma luta; o conceito de que uma direcção não pode formular ideias justas a não ser que recolha as ideias das massas, as concentre e as volte a transmitir às massas, a fim de que estas as apliquem com firmeza; o conceito de que, ao aplicar-se o pensamento da direcção, há que ligar o apelo geral a uma orientação particular; todos esses conceitos devem ser difundidos amplamente no actual movimento de rectificação, a fim de corrigir os pontos de vista errados que sobre isso existem entre os nossos quadros. Muitos camaradas não se empenham em unir à sua volta os elementos activos para formar o núcleo dirigente ou não são capazes de fazê-lo, nem se empenham em estabelecer laços apertados entre o núcleo dirigente e as grandes massas ou não são capazes de fazê-lo, sendo por isso que a sua direcção se torna burocrática e desligada das massas. Muitos camaradas não se empenham em fazer a síntese da experiência da luta das massas ou não são capazes de fazê-lo; julgando-se inteligentes, preferem expor múltiplas opiniões subjectivas, pelo que as suas ideias se revelam vazias e impraticáveis. Muitos camaradas contentam-se com lançar apelos gerais para cumprir as tarefas e não se empenham em passar imediatamente

a um trabalho de direcção particular e concreto ou não são capazes de fazê-lo, de modo que os apelos ficam-lhes nos lábios, no papel ou na sala de reuniões, caindo o seu trabalho de direcção no burocratismo. No decurso do actual movimento de rectificação, devemos corrigir esses defeitos e aprender a empregar, tanto no estudo como no controlo do trabalho e na verificação dos quadros, os métodos seguintes: ligar a direcção às massas e ligar o geral ao particular. Há que aplicar esses métodos em todo o trabalho que temos de fazer.

6. Recolher as ideias das massas, concentrá-las e levá-las de novo às massas a fim de que estas as apliquem firmemente, e chegar assim a elaborar ideias justas de direcção. Tal é o método fundamental de direcção. No processo de concentração das ideias e sua firme aplicação, há que combinar o apelo geral com uma orientação particular; isso faz parte integrante do método de direcção acima exposto. É necessário, a partir de numerosos casos de direcção concreta, formular ideias gerais (apelo geral), pô-las à prova em várias unidades distintas (não só importa fazê-lo pessoalmente, importa também levar outros a fazê-lo), depois concentrar as novas experiências (fazer o respectivo balanço) e elaborar novas direcções que guiem geralmente as massas. Os camaradas devem proceder assim ao longo do movimento actual de rectificação e em qualquer outro trabalho. Uma boa direcção decorre da capacidade dos dirigentes para agir segundo esse método.

7. Sempre que um organismo dirigente superior e respectivos serviços confiam aos escalões inferiores uma tarefa (guerra revolucionária, produção, educação;

movimento de rectificação, controle do trabalho ou verificação dos quadros; trabalho de propaganda, trabalho de organização ou eliminação dos elementos hostis; etc), devem dirigir-se aos principais responsáveis do organismo inferior interessado para que estes assumam pessoalmente as suas responsabilidades; assim, atingir-se-á uma divisão do trabalho ao mesmo tempo que uma direcção unificada (centralização da autoridade). Os serviços dum organismo superior não devem dirigir-se apenas aos serviços correspondentes do escalão inferior (por exemplo, um departamento do escalão superior, encarregado da organização, propaganda ou eliminação dos elementos hostis, dirige-se ao departamento correspondente do escalão inferior), deixando na ignorância o principal responsável do organismo inferior (por exemplo, o secretário, o presidente, o chefe dum departamento ou o director duma escola) ou deixando-o na impossibilidade de assumir as suas responsabilidades. É necessário que o principal responsável e as pessoas especificadamente responsáveis sejam todos informados da tarefa distribuída e tenham responsabilidades na respectiva execução. Esse método de centralização da autoridade, que associa a divisão do trabalho a uma direcção unificada, permite, através do principal responsável, mobilizar para uma tarefa dada um grande número de quadros, por vezes até todo o pessoal dum organismo; só assim poderá remediar-se a falta de quadros neste ou naquele serviço e fazer com que muitas pessoas se convertam em quadros activos no cumprimento da tarefa dada. É ainda uma maneira de ligar a direcção às massas. Consideremos, por exemplo, a verificação

dos quadros. Se esse trabalho se faz isoladamente, se é confiado apenas ao restrito número de indivíduos dum departamento do organismo dirigente como o departamento de organização, não pode ser de certeza bem cumprido; mas se, para proceder a essa verificação, o responsável administrativo dum organismo ou escola mobiliza um grande número de indivíduos do seu organismo, ou de estudantes do seu estabelecimento, podendo até abranger todo o pessoal ou todos os estudantes, e se o dirigente do departamento de organização do escalão superior orienta correctamente esse trabalho e aplica o princípio que consiste em ligar a direcção às massas, a verificação é seguramente realizada de modo satisfatório.

8. Não podem existir, ao mesmo tempo, várias tarefas centrais numa só região; em cada período, só pode haver uma tarefa central, à qual se juntam outras tarefas de segunda ou de terceira ordem. Por consequência, tendo em conta a história e as circunstâncias da luta em cada região, o responsável geral dessa região deve atribuir a cada tarefa o lugar que lhe convém, e não agir sem plano, passando dum tarefa a outra tarefa, à medida que as directivas lhe vão chegando da direcção superior, pois isso daria lugar a outras tantas “tarefas centrais”, conduzindo à confusão e à desordem. Por seu lado, os órgãos superiores não devem atribuir, ao mesmo tempo, muitas tarefas aos organismos que lhes são subordinados, sem as classificarem segundo uma ordem de importância e urgência, e sem uma especificação de qual delas é a central, pois isso desorganiza o trabalho de tais organismos e impede que se obtenham os resultados previstos.

Conforme as condições históricas e as circunstâncias existentes em cada região, os dirigentes devem considerar a situação no seu conjunto, determinar de maneira correcta o centro de gravidade e a ordem de execução do trabalho para um período determinado, e aplicar firmemente essa decisão, actuando de maneira que sejam garantidos os resultados previstos. Eis um dos métodos da arte de dirigir. E trata-se igualmente dum questão de método de direcção que é preciso resolver com atenção sempre que se aplicam os princípios de ligar a direcção às massas e ligar o geral ao particular.

9. Não referiremos aqui todos os detalhes do problema dos métodos de direcção, mas esperamos que, à luz dos princípios que acabam de ser expostos, os camaradas se entreguem, nas diferentes regiões, a uma séria reflexão e façam apelo à sua rapacidade criadora. Quanto mais árdua é a luta, tanto mais importa que os comunistas liguem estreitamente o seu trabalho de direcção às exigências das grandes massas e combinem os seus apelos gerais a uma direcção concreta, a fim de acabar inteiramente com todos os métodos de direcção subjectivistas e burocráticos. Todos os camaradas dirigentes no Partido devem, a cada instante, opor métodos de direcção científicos, marxistas, aos métodos subjectivistas, burocráticos, e servir-se dos primeiros para eliminar os segundos. Os subjectivistas e os burocratas não compreendem os princípios que consistem em ligar a direcção às massas e o geral ao particular, o que entrava consideravelmente o desenvolvimento do trabalho do nosso Partido. Para combater os métodos de direcção subjectivistas e burocráticos devemos difundir ampla

e profundamente os métodos científicos, marxistas, de direcção.

NOTAS

1 Ver J. V. Estaline: “Sobre as Perspectivas do Partido Comunista Alemão e a Bolchevização”.

2 Ver J. Dimitrov: “Pela Unidade da Classe Operária contra o Fascismo”, discurso de encerramento no VII Congresso da Internacional Comunista, parte VII, “Sobre os Quadros”.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) O comité de prefeitura do Partido é um órgão de direcção de escalão inferior ao do comité de província ou ao do comité regional do Partido, mas superior ao do comité de distrito.

INTERPELAÇÃO AO KUOMINTANG* (12 de Julho de 1943)

Nestes últimos meses verifica-se na China, no campo da Guerra de Resistência contra o Japão, um fenómeno totalmente insólito e espantoso: numerosos organismos do partido, do governo e do exército, dirigidos pelo Kuomintang, desencadearam uma campanha de sabotagem da união e da Guerra de Resistência. Realizada sob o signo da luta contra o Partido Comunista, essa campanha é na realidade dirigida contra a nação chinesa e contra o povo chinês.

Consideremos primeiramente os exércitos do Kuomintang. Dos exércitos do país sob autoridade deste, nada menos que três grupos de exércitos pertencentes às respectivas forças principais estão estacionados no Noroeste; são os XXXIV, XXXVII e XXXVIII Grupos de Exércitos, comandados por Hu Tsum-nan, segundo comandante da VIII Zona de Guerra. Desses grupos, apenas um foi afectado à defesa do rio Amarelo, desde Itchuan a Tonquan, contra os invasores japoneses, os outros dois curpre-gam-se no cerco da região fronteiriça Xensi-Cansu--Ninsia. Essa tem sido a situação, há mais de quatro anos, e as pessoas já se tinham acostumado a ela, uma vez que não havia choques armados. Mas uma mudança inesperada ocorreu nos últimos dias: dos três corpos de exército — I, XVI e XC — encarregados da defesa do rio Amarelo, dois foram transferidos, para a

região Pindjou-Tchouen-hua o I e para a região Luotchuan o XC, encontrando-se em intensos preparativos para atacar a região fronteira. A maior parte da linha de defesa do rio ficou portanto desguarnecida frente ao invasor.

As pessoas vêem-se pois fatalmente levadas a perguntar: Quais serão exactamente as relações entre a gente do Kuomintang e os japoneses?

Dia sobre dia, muitos kuomintanistas vêm realizando uma frenética propaganda contra o Partido Comunista, pretendendo que este “sabota a Resistência”, “sabota a unidade”. Poderá considerar-se reforço da Resistência retirar o grosso das forças da linha de defesa do rio? Será reforçar a unidade lançar ataques contra a região fronteira?

Aos kuomintanistas que assim procedem gostaríamos de perguntar o seguinte: vocês viram as costas aos japoneses quando estes não fazem mais que mirar-vos, que farão pois quando começarem a marcha sobre vocês?

Que mistério haverá no vosso abandono de extensos sectores e no olhar tranquilo dos japoneses, desde a outra margem do rio, satisfeitos com o simples observar por binóculos o progressivo desapaixear das vossas silhuetas? Por que razão gostarão tanto de ver-vos de costas? Como se explica que vocês não sintam a menor preocupação ao abandonar a defesa do rio e deixar assim sem controle tão vastos sectores?

Numa sociedade baseada na propriedade privada, a regra é trancarem-se à noite as portas, antes do deitar. E todos sabem que isso não constitui uma medida supé-

rflua mas sim uma precaução contra ladrões. Será que vocês, que agora deixam o portão frontal escancarado, não receiam os ladrões? E por que será que estes não entram quando a porta lhes fica inteiramente aberta?

Na vossa opinião, é o Partido Comunista, e só ele, quem na China “sabota a Resistência”, sendo vocês aqueles que nunca se esquecem de pôr “a nação acima de tudo”. Mas o que será pois que colocam acima de tudo quando viram as costas ao inimigo?

Também segundo vocês, o Partido Comunista “sabota a unidade”, enquanto vocês são os fervorosos defensores da “unidade sincera”. Poderá falar-se de “unidade sincera” quando atiram contra a população da região fronteira forças consideráveis de três grupos de exércitos (menos um corpo de exército) dotados de artilharia pesada e avançando à baioneta calada?

Ainda segundo outra das vossas afirmações, o que desejam ardentemente não é a união mas sim a “unificação”, razão por que querem arrasar a região fronteira, eliminar o que chamam “separatismo feudal” e exterminar todos os comunistas. Muito bem! Mas como será que não receiam que os japoneses realizem, pela eliminação, a “unificação” da nação chinesa incluindo-vos também? * E se admitimos que podem dum golpe unificar a região fronteira e liquidar o Partido Comunista, enquanto os japoneses, adormecidos por “beberagem soporífica” ou petrificados por “fórmula mágica” do vosso invento, ficam presos ao chão — escapando assim à “unificação” japonesa tanto a nação como vocês próprios — aceitam ao menos, os caros senhores kuomintanistas, revelar-nos algo do segredo da vossa beberagem e da vossa fórmula?

Se não possuem “beberagcm soporífica” nem “fórmula mágica” contra os japoneses, se não há acordo tácito entre vocês e estes, deixem-nos dizer--vos formalmente: vocês não têm o direito de atacar a região fronteira nem se vos tolerará que o façam! “Quando a garça e a ostra se batem, o pescador é quem beneficia” e “quando o louva-a-deus encurrala a cigarra, por detrás dele há um verdelho à espreita”. Há verdade nessas duas fábulas. O que vocês devem fazer é juntar-se a nós na unificação dos territórios ocupados pelos japoneses e na expulsão dos demónios japoneses. E que razão há para ficarem tão impacientes com a “unificação” desse palmo de terra que forma a região fronteira? Grandes são as extensões do nosso belo país entre as garras do inimigo, mas nem por isso vocês mostram qualquer angústia ou se apressam, apenas se impacientam com o ataque à região fronteira, apenas se apressam em esmagar o Partido Comunista. Que lástima! Que infâmia!

Passemos agora às actividades do Kuomintang. Para combater o Partido Comunista, o Kuomintang criou várias centenas de destacamentos de agentes secretos, integrando-os de vadios e meliantes de toda a espécie. Por exemplo, no dia 6 de Julho de 1943 (ano 32 da República Chinesa), vésperas do sexto aniversário do desencadeamento da Guerra de Resistência, a Agência Central de Informação kuomintanista difundiu notícias segundo as quais certas “organizações culturais” teriam realizado uma reunião em Si-an, província de Xensi, e resolvido dirigir um telegrama a Mao Tsetung, pedindo-lhe que aproveitasse a ocasião proporcionada pela dissolução da III Internacional para “dissolver” igualmente

o Partido Comunista da China e, além disso, “suprimir o feudo constituído pela região fronteira”. Os leitores até poderiam ter tomado essas informações como “nova”, quando afinal se trata de história velha.

Com efeito, tudo isso não foi mais que manipulação dum desses destacamentos de agentes secretos que existem às centenas. Agindo sob as ordens dum quartel-general (a saber, “Birô de Investigações e Estatística do Conselho Militar do Governo Nacional” e “Birô de Investigações e Estatística do Comité Executivo Central do Kuomintang), foi esse destacamento quem instruiu o trotskista e traidor Tcham Ti-fei, pessoa bem conhecida pelos seus artigos anti-comunistas em Resistência e Cultura (revista financiada pelo Kuomintang e dirigida pelos traidores à nação), e actualmente chefe do serviço de instrução no campo de trabalho de Si-an; e, a 12 de Junho, isto é, vinte e cinco dias antes que a Agência Central

de Informação publicasse as suas notícias, Tcham Ti-fei arrebanhou nove indivíduos para, numa reunião de dez minutos, fazer “adoptar” o texto do dito telegrama. t Até este momento, o telegrama ainda não foi recebido em Ien-an, mas o seu conteúdo já se mostra claro. Ao que se sabe, nele sustenta-se que, dissolvida a III Internacional, o Partido Comunista deve ser igualmente “dissolvido” e que o “Marxismo--Leninismo faliu”, etc, etc. Esse é o género de alegações da gente do Kuomin-tang! Nós sempre soubemos que da boca de tais indivíduos (as coisas agrupam-se segundo a espécie) tudo pode sair, e como era natural esperar fizeram uma vez mais ecoar maravilhas!

Na China há, hoje em dia, muitos partidos políticos. Existem até dois Kuomintang. Um tem o selo de Uam Tsim-vei, está instalado em Nanquim e outros pontos; também tem bandeira, com “Sol branco sobre céu azul”, um comitê executivo central e uma série de destacamentos de agentes secretos. Além disso, há por toda a parte, nas regiões ocupadas, partidos fascistas criados pelo Japão.

Caros senhores kuomintanistas! Como se explica que desde a dissolução da III Internacional, se tenham atarefado tanto em maquinar a “dissolução” do Partido Comunista e não levantaram sequer o dedo mínimo para dissolver uns quantos dos partidos de traição nacional ou inspiração japonesa? Por que razão, no telegrama que Tcham Ti-fei redigiu sob vossa instigação, não acrescentaram, após a exigência de dissolução do Partido Comunista, uma frase sequer dizendo que os partidos de traição nacional, de obediência japonesa, deviam ser igualmente dissolvidos?

Será que julgam a mais a existência do Partido Comunista? Mas na China inteira não existe senão um Partido Comunista enquanto que há dois Kuomintang. Em que lado está pois o partido a mais?

Senhores do Kuomintang! Acaso terão já algum dia reflectido sobre a razão por que, além de vocês, os japoneses e Uam Tsim-vei se encarniçam contra o Partido Comunista, declarando que um só Partido Comunista representa já algo a mais, havendo portanto que abatê-lo? E por que acham eles nunca de mais, só de menos, os Kuomintang e apoiam e mantêm, por toda a parte, o Kuomintang marca Uam Tsim-vei ?

Senhores do Kuomintang! Nós podemos dar-nos a pena de explicar-vos que, se os japoneses e Uam Tsim-vei têm uma predileção especial pelo Kuo-mintang e pelos Três Princípios do Povo, é porque encontram nisso algo de que podem beneficiar. Depois da Primeira Guerra Mundial, o único período em que os imperialistas e os traidores não puderam amar o Kuomintang, e odiaram-no e esforçaram-se por destruí-lo por todos os meios, foi o de 1924-1927, quando este, reorganizado pelo Dr. Sun Yat-sen, admitiu comunistas no seu seio e se constituiu numa aliança nacional em que cooperavam o Kuomintang e o Partido Comunista. Igualmente foi apenas nesse período que os imperialistas e os traidores não puderam amar mas sim odiar e tentar destruir por todos os meios os Três Princípios do Povo, reinterpretados pelo Dr. Sun Yat-sen nos termos expostos no Manifesto do I Congresso Nacional do Kuomintang, quer dizer, os Três Princípios do Povo revolucionários. Depois, o Kuomintang rejeitou das suas fileiras os comunistas e os Três Princípios do Povo foram esvaziados do espírito revolucionário de Sun Yat-sen; então, Kuomintang e Três Princípios do Povo obtiveram as simpatias de todos os imperialistas e de todos os traidores e, pelo mesmo motivo, a simpatia dos fascistas japoneses e do traidor Uam Tsim-vei, que os alimentam e apoiam, aferrando-se a eles como a tesouro inestimável. Outrora, a bandeira do Kuomintang de Uam Tsim-vei ainda mantinha no canto esquerdo superior um sinal amarelo, permitindo distingui-lo do outro Kuomintang; hoje, para não ferir a vista, foi suprimida de frente essa marca, tornando-se as bandeiras totalmente idênticas. Que ternura, que

afeição!

Exemplares kuomintanistas dc marca Uam Tsim--vei pululam tanto nas regiões ocupadas como na grande retaguarda. Uns são clandestinos e constituem a quinta coluna do inimigo; outros agem abertamente, têm os seus membros a soldo do Kuomintang ou dos serviços secretos deste, nada fazem pela resistência c especializam-sc no anticomunismo. Não ostentam o rótulo Uam Tsim-vei mas, no fundo, são saídos da mesma fábrica. Também constituem a quinta coluna do inimigo mas usam disfarce algo distinto, para camuflar-se c confundir as gentes.

Agora, o conjunto do problema está perfeitamente esclarecido. Se, quando instruíram Tcham Ti-fei para que redigisse o telegrama pedindo a “dissolução” do Partido Comunista, vocês se empenharam a fundo em não fazer figurar nele a menor frase afirmando que os partidos de inspiração japonesa ou de traição nacional deviam igualmente ser dissolvidos, foi porque, no plano da ideologia, da política e da organização, vocês e eles têm muitos pontos em comum, sendo o essencial este pensamento co-mum: combater o Partido Comunista, combater o povo.

Outra pergunta mais ao Kuomintang: é verdade que na China, e também no mundo, a única doutrina que “faliu” é o Marxismo-Leninismo, estando as demais em ascensão? Então, ademais dos Três Princípios do Povo marca Uam Tsim-vei tratados atrás, que se passa com o fascismo de Hitler, Mussolini e Tojo? Como vai o trotskismo de Tcham Ti--fei? Como andam as doutrinas contra-revolucionárias dos serviços secretos contra-

revolucionários, marca Tcham e Li, em actividades na China?

Caros senhores kuomintanistas! Como se explica que, ao darem as vossas instruções a Tcham Ti-fei para a redacção do telegrama, vocês não tenham juntado uma só palavra ou formulado uma só reserva a respeito desse amontoado de “doutrinas” que não valem mais que a peste, os percevejos ou excrementos de cão? Será possível que todo esse monturo contra-revolucionário seja para vocês irrepreensível e perfeito c só o Marxismo-Leninismo se encontre definitivamente “falido”?

Falando franco, nós suspeitamos muito que vocês estejam de conivência com os partidos de inspiração japonesa ou dc traição nacional, sendo por isso que vocês e eles “respiram pelas mesmas narinas” e as vossas palavras e actos surgem assim tão similares, tão idênticos aos do inimigo e dos traidores, dc tal maneira que já não se distinguem. O inimigo e os traidores queriam dissolver o Novo IV Exército, vocês deram ordens para que isso se fizesse; queriam dissolver o Partido Comunista, vocês que-rem-no igualmente; queriam liquidar a região fronteira, vocês querem-no também; não queriam que vocês defendessem o rio Amarelo, vocês abandonam as vossas posições; atacam a região fronteira (há seis anos que as tropas inimigas, dispostas ao longo da margem oposta, face à linha Suite-Mitche-Quia-cicn-Vupao-Tchintsian, não deixam de bombardear as defesas fluviais do VIII Exército), vocês prepa-ram-se igualmente para atacá-la; combatem os comunistas, vocês fazem igual; empenham-se em violentas invectivas contra o comunismo c as ideias liberais, vocês fazem outro tan-

to1; obrigam os comunistas capturados a renegar, na imprensa, as suas opiniões políticas, vocês agem como eles; sub-repti-ciamente introduzem, para efeitos de sabotagem, agentes contra-revolucionários nas filas do Partido, do VIII Exército e do Novo IV Exército, e vocês procedem do mesmo modo. Como se explica pois que as vossas palavras e actos sejam assim tão semelhantes, tão idênticos, tão indistinguíveis dos do inimigo e traidores? Como podem então pretender que não se suspeite que estão de conluio com o inimigo e os traidores ou que chegaram a acordo tácito com eles?

Por tudo isto, apresentamos oficialmente ao Comité Executivo Central do Kuomintang o protesto seguinte: é absolutamente incorrecto e inadmissível retirar forças importantes da linha defensiva do rio no intuito de preparar-se para atacar a região fronteira e desencadear a guerra civil. É também totalmente incorrecto e inadmissível que a vossa Agência Central de Informação tenha difundido, no dia 6 de Julho, uma notícia sabotadora da unidade e insultuosa para o Partido Comunista da China. Tais faltas, tanto uma como outra, constituem crimes monstruosos que cm nada diferem dos crimes perpetrados pelo inimigo e pelos traidores. Incumbe-vos o dever de repará-las.

Ao sr. Tchiang Kai-chek que é o director-geral do Kuomintang, nós fazemos formalmente a petição seguinte: ordenar às tropas de Hu Tsum-nan o re-gresso à linha de defesa do rio, dissolver a Agência Central de Informação e punir o traidor Tcham Ti--fei.

A todos os patriotas genuínos que, no seio do Kuomintang, não aprovam a retirada das tropas da linha de

defesa do rio no intuito de atacar a região fronteira nem aprovam o pedido de dissolução do Partido Comunista, fazemos o apelo seguinte: passar imediatamente à acção para conjurar o perigo de guerra civil. Nós estamos dispostos a cooperar con-vosco até ao fim para salvar a nação da ruína.

Estamos convictos da legitimidade absoluta da nossa petição.

NOTAS

1 Referência à obra de Tchiang Kai-chek, O Destino da China, onde este se pronuncia aberta e arrogantemente contra o comunismo e as ideias liberais.

DESENCADEEMOS NAS BASES DE APOIO CAMPANHAS PARA A REDUÇÃO DAS RENDAS, A PRODUÇÃO E O “APOIO AO GOVERNO E PREOCUPAÇÃO PELO POVO”*

(1 de Outubro de 1943)

1. Agora que a colheita de Outono chegou, os órgãos dirigentes das nossas bases de apoio devem chamar as organizações do Partido e do governo, em todos os escalões, a controlar a aplicação da nossa política de redução das rendas. Neste ano impõe-se reduzir as rendas por toda a parte onde isso ainda não tenha sido feito seriamente, e sem qualquer excepção; há que realizar inteiramente esse trabalho por toda a parte onde não tenha sido realizado a fundo. Os comités do Partido devem formular imediatamente directivas conformes à política agrária do Comité Central e tendo em conta a situação local; devem inspecionar pessoalmente umas tantas aldeias, a fim de buscar aí os casos-tipo para prornover o trabalho nos demais pontos. Ao mesmo tempo, a imprensa deve publicar editoriais sobre a redução das rendas, bem como reportagens sobre as experiências modelares nesse domínio. Como a redução das rendas é uma luta de massas realizada pelos camponeses, o Partido, com as suas directivas, e o governo, com os seus decretos, devem guiar e ajudar a luta das massas em vez de conceder-lhes tal redução como um favor. Conceder como um favor a redução das rendas, em vez de pôr em

jogo a iniciativa das massas para que a realizem, constitui um erro, não pode produzir resultados sólidos. É no desenrolar dessa luta que se devem criar organizações camponesas ou reorganizar as já existentes. A posição do governo deve ser esta: executar o decreto sobre a redução das rendas e ajustar os interesses dos senhores de terras e dos rendeiros. Presentemente, como as bases de apoio se reduziram, a tarefa do nosso Partido, que é ganhar aí as massas inteira-mente, por meio de trabalho minucioso e consciencioso, e compartilhar a sorte destas tanto nos bons como nos maus momentos, reveste uma importância imediata ainda mais urgente que ao longo dos seis anos que acabam de transcorrer. Se neste Outono conseguirmos verificar em que medida a política de redução das rendas foi aplicada e chegarmos a realizá-la integralmente, ficaremos capazes de pôr em jogo a iniciativa das massas camponesas e ser--nos-á possível, no próximo ano, intensificar a luta contra o inimigo e dar novo impulso à campanha de produção.

2. A maioria dos quadros nas nossas bases de apoio situadas por trás das linhas inimigas não sabe ainda conquistar, para vasta actividade de produção, o pessoal dos organismos do Partido e do governo, as tropas e as massas populares (homens e mulheres, velhos e jovens, militares e civis, pessoal do sector público e privado, em suma, todos sem excepção). Neste Outono e Inverno, os comités do Partido, o governo e o exército devem, em cada base de apoio, preparar-se bem, de modo a estarem aptos a lançar no ano próximo uma vasta campanha de produção, em que cada um se lançará ao trabalho de superar as dificuldades com os nossos próprios esforços (a

palavra de ordem de “assegurar amplamente vestuário e alimentos” não deve ser avançada já, excepto na região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia) ; esse movimento englobará, no sector público e no privado, tanto a agricultura, como a indústria, o artesanato, os transportes, a pecuária e o comércio, recaindo no entanto a principal atenção sobre a agri-cultura. Há que prever um plano para cada lar, organizar a entre-ajuda no trabalho (por exemplo “equipas de troca de trabalho”¹, como se dizia no norte do Xensi, e “equipas de trabalho” ou “grupos de entre-ajuda no trabalho”, como se dizia antes, nas regiões vermelhas do Quiansi), recompensar os heróis do trabalho, organizar a emulação na produção e promover cooperativas para servir as massas. No domínio das finanças e da economia, o pessoal dos organismos do Partido e do governo nos distritos e circunscrições, deve consagrar noventa por cento das suas energias a ajudar os camponeses a aumentarem a respectiva produção, e apenas dez por cento a cobrar a estes os impostos. Se se trabalha duro na pri-meira tarefa, a segunda é coisa fácil. Nas condições actuais da guerra, os organismos, escolas e unidades do exército devem lançar-se activamente no cultivo de hortas, criação de porcos, corte de lenha e fabrico de carvão de madeira; devem desenvolver o artesanato e produzir uma parte dos cereais. Ao mesmo tempo que se favorecerá a expansão da produção colectiva em cada unidade, grande ou pequena, encorajar--se-á cada indivíduo (excepto no exército) a dedicar um tanto do tempo livre à agricultura e ao artesanato (não ao comércio), passando o rendimento daí obtido a pertencer-lhe exclusivamente. Há que organizar, em vários pontos,

curso de sete a dez dias sobre cultura hortícola e criação de porcos e estabelecer curso de idêntica duração a fim de os cozinheiros saberem melhorar a alimentação comum. Em todas as organizações do Partido, do governo e do exército, será necessário aplicar um regime de estrita economia, lutar contra o desperdício e banir a menor corrupção. Os dirigentes das organizações do Partido, governo e exército, em todos os escalões, assim como os das escolas, devem aprender perfeitamente a arte de dirigir as massas na produção. Não é bom dirigente quem não estuda seriamente os problemas da produção. Não é bom combatente nem bom cidadão o militar ou civil que não se ocupe seriamente da produção, estando apenas pronto a comer e não a trabalhar. Nas aldeias, os comunistas que não estão desligados da produção devem compreender que uma das condições para servir de modelo para as massas é trabalhar bem no aumento da produção. Estão erradas as seguintes concepções:

Partir do ponto de vista conservador e puramente financeiro que só busca soluções na redução das despesas, em vez de aferrar-se, no decurso do movimento pela produção, ao desenvolvimento da economia;

Limitar-se a deixar um pequeno número de funcionários atarefados com a colecta de cereais e impostos, fundos e viveres, em vez de organizar, com vistas a um movimento de massas pela produção, a abundante força de trabalho contida nas filas do Partido, do governo, do exército e entre a população;

Limitar-se a exigir das massas cereais e dinheiro, como faz o Kuomintang, não as ajudando com todas as forças a desenvolver a produção;

Deixar que apenas uns quantos departamentos económicos organizem um reduzido número de indivíduos para a produção, em vez de desencadear uma campanha geral de massas pela produção;

Considerar como desonroso ou imoral o facto de os comunistas fazerem este ou aquele trabalho a domicílio para manutenção das próprias famílias (como é o caso nas regiões rurais) ou consagrarem-se à produção nas horas livres para melhorar as suas condições de vida (o que é o caso nos organismos e escolas), quando tais actividades vão no interesse da revolução;

Contentar-se com exortar as pessoas nas bases de apoio a lutar suportando privações, não as encorajando a desenvolver a produção e, na base desse desenvolvimento, a melhorar as respectivas condições materiais; Considerar as cooperativas como empresas lucrativas em proveito dum número limitado de funcionários, ou como armazéns explorados pelo governo, e não como organizações económicas exploradas por e para as massas;

Recusar-se a introduzir por toda a parte os métodos modelares de trabalho praticados pelos heróis do trabalho agrícola da região fronteiriça Xensi--Cansu--Ninsia (entre-ajuda no trabalho, lavragem repetida, monda frequente e amplo emprego de adubos), sob pretexto de que são inaplicáveis em determinadas bases de apoio;

Lançar, no decurso das campanhas de produção, todas as tarefas sobre os ombros dos directores dos departamentos locais encarregados da edificação económica, sobre os chefes do reabastecimento do exército ou sobre os chefes dos serviços encarregados dos assuntos

administrativos nas organizações do governo e outras, em vez de aplicar o sistema de atribuição de responsabilidades pessoais aos principais dirigentes, assegurando-se simultaneamente da intervenção pessoal destes nas tarefas, ligar o núcleo dirigente às grandes massas e combinar os apelos gerais com as direcções concretas, fazer investigações e estudos e diferenciar as tarefas segundo os respectivos graus de urgência e importância, empenhar toda a gente na produção — homens e mulheres, velhos e jovens, incluídos os sem profissão definida — , formar quadros e educar as massas.

Nas circunstâncias actuais, a chave do desenvolvimento da produção é a organização da força de trabalho. Em cada base de apoio, mesmo nas condições actuais da guerra, é possível e até indispensável organizar, para a produção, a força de trabalho das dezenas de milhares de indivíduos nas organizações do Partido, governo e exército, e das centenas de milhares de indivíduos que formam a população (organizar, segundo os princípios de participação voluntária e troca de valores iguais, todos os que entre a população têm capacidade de trabalho plena ou parcial, adoptando nomeadamente as formas seguintes: plano para cada lar, “equipas de troca de trabalho”, “equipas de transporte”, “grupos de entre-ajuda”, cooperativas). Os comunistas devem assimilar todos os princípios e métodos de organização da força de trabalho. A aplicação geral e integral, neste ano, da política de redução das rendas, nas nossas bases de apoio, estimulará no próximo ano o desenvolvimento duma produção em grande escala. A grande campanha pela produção, em que participará o pessoal das organizações do Par-

tido e do governo, os militares e os civis — homens, mulheres, velhos, crianças, todos sem excepção — com vista ao aumento do aprovisionamento em cereais e artigos de consumo corrente, para nos prevenirmos contra as calamidades naturais, há-de lançar as bases materiais indispensáveis à manutenção das nossas bases anti-japonesas. A não ser assim, esbarraremos com enormes dificuldades.

3. Para que o Partido, o governo e o exército façam bloco único com o povo, no interesse do alargamento da luta contra o inimigo e do desenvolvimento da campanha pela produção no ano próximo, os comités do Partido, os organismos dirigentes do exército e do governo, em cada base de apoio, devem preparar-se todos, sem excepções, para lançar no ano próximo, desde o primeiro mês do calendário lunar, uma grande campanha de massas em “apoio ao governo e preocupação pelo povo” e “apoio ao exército e tratamento preferencial às famílias dos soldados que resistem ao Japão”. O exército deve reafirmar publicamente o seu compromisso de apoiar o governo e preocupar-se pelo povo; deve realizar comícios de autocritica, organizar reuniões de amizade com as populações, para as quais convidará representantes das organizações locais do Partido e do governo; o exército deve reparar todos os prejuízos que cause às populações, indemnizando-as e apresentando-lhes desculpas. Por seu turno, as massas, sob a direcção das organizações locais do Partido, do governo e das organizações de massas, devem reafirmar publicamente o seu compromisso de apoiar o exército e dar tratamento preferencial às famílias dos soldados que resistem ao Japão e lançar

uma campanha entusiasta para homenagear e acarinh-
har o exército. No decorrer das campanhas de “apoio ao
governo e preocupação pelo povo” e “apoio ao exército
e tratamento preferencial às famílias dos soldados que
resistem ao Japão”, as unidades do exército e os organ-
ismos do Partido e do governo devem examinar a fundo
as falhas e erros de 1943, para corrigi-los resolutamente
em 1944. A partir de agora, essas campanhas devem
ser desencadeadas por toda a parte no primeiro mês de
cada ano lunar. Durante as campanhas, o compromisso
de “apoio ao governo e preocupação pelo povo” e “apoio
ao exército e tratamento preferencial às famílias dos
soldados que resistem ao Japão” deve ser lido e relido,
havendo que fazer-se, repetidas vezes e em grande es-
cala, uma autocrítica pública de todas as arbitrariedades
cometidas pelas tropas, nas bases de apoio, com relação
aos elementos do Partido, do governo e da população
civil, o mesmo havendo que fazer relativamente às fal-
has e erros destes na assistência às tropas (cada parte
criticando-se apenas a si própria e não à outra) de tal
maneira que todas as falhas e erros possam ser comple-
tamente corrigidos.

NOTAS

1 Ver, no presente tomo, a nota 4 ao artigo “Organizemo--nos!”

COMENTÁRIO À XI SESSÃO PLENÁRIA DO COMI- TÉ EXECUTIVO CENTRAL DO KUOMINTANG E Á II SESSÃO DO III CONSELHO POLÍTICO NACIONAL*

(5 cie Outubro cie 1943)

De 6 a 13 de Setembro, o Comité Executivo Central do
Kuomintang realizou a sua Décima Primeira Sessão
Plenária e, de 18 a 27 do mesmo mês, o governo ku-
omintanista reuniu a Segunda Sessão do III Conselho
Político Nacional. Agora que temos na mão todo o ma-
terial relativo a essas duas sessões, é-nos possível fazer
sobre elas um comentário global.

A situação internacional está em vésperas de gran-
de mudança cuja iminência é agora sentida por todas as
partes. As potências europeias do Eixo estão já consci-
entes disso e Hitler lançou-se na política do último as-
salto desesperado. Essa mudança foi pro-vocada princi-
palmente pela União Soviética. E esta já está a recolher
os frutos disso — varrendo tudo na sua passagem, o
Exército Vermelho abriu caminho até ao Dniepre, de-
vendo a próxima ofensiva de Inverno levá-lo às antigas
fronteiras soviéticas, senão mesmo às novas. A Inglan-
terra e os Estados Unidos estão igualmente a retirar van-
tagens daí: Roosevelt e Churchill esperam que Hitler
comece a cambalear para irromperem pela França. Em
suma, a máquina de guerra fascista alemã está a ponto
de desagregar-se, a guerra antifascista na Europa está

na véspera do desfecho e a União Soviética representa a força principal do aniquilamento do fascismo. Como o fulcro da guerra mundial antifascista se situa na Europa, desde que as coisas se resolvam ali, o destino dos dois grandes campos mundiais — fascismo e antifascismo — fica decidido. Vendo-se encurralados, aos imperialistas japoneses não resta igualmente outra política senão renunciar todas as forças para um último assalto desesperado. Na China, procedem a operações de “limpeza” contra o Partido Comunista e esforçam-se por levar o Kuomintang à capitulação.

Os kuomintanistas também já sentiram a iminência da mudança. Frente a tal situação sentem si-multaneamente medo e contentamento. Contentamento porque imaginam que uma solução na Europa deixará as mãos livres à Inglaterra e aos Estados Unidos para combater o Japão em seu lugar, permitindo-lhes regressar a Nanquim sem o menor esforço. Medo porque, com o desmoronamento simultâneo dos três Estados fascistas, o mundo entrará numa grandiosa era de libertação que não tem precedentes na História da Humanidade, e a ditadura fascista, compradora e feudal do Kuomintang converter-se-á numa ilha perdida no oceano imenso de liberdade e democracia; tremem ao pensar que as ondas desse oceano possam engolir a sua marca própria de fascismo juntamente com a divisa de “um partido, uma doutrina, um chefe”.

Originariamente, os kuomintanistas esperavam ver a União Soviética bater-se sozinha contra Hitler, esperavam instigar os bandidos japoneses a lançar-se contra a U.R.S.S., para que a pátria do socialismo fosse destruída

ou, pelo menos, seriamente golpeada; eles contavam que a Inglaterra e os Estados Unidos não abrissem nem segunda nem terceira frente na Europa, mas sim transferissem todas as forças para o Oriente, a fim de derrotarem primeiro o Japão e depois o Partido Comunista da China, só então passando a tratar doutras questões. Foi com esse objectivo inconfessável que o Kuomintang gritou, a princípio, “Ásia primeiro, Europa depois” e, mais tarde, “igual atenção à Ásia e à Europa”. Em Agosto último, quando a Conferência de Quebec chegava ao fim e Roosevelt e Churchill, convocando Son Tse-ven, ministro dos negócios estrangeiros do governo kuomintanista, lhe dirigiram umas tantas palavras, os kuomintanistas puseram-se logo a gritar “Roosevelt e Churchill voltam os olhos para o Oriente, o plano ‘Europa primeiro, Ásia depois’ está modificado”, “a Conferência de Quebec é uma conferência de três grandes potências, Inglaterra, Estados Unidos e China”, e entregaram-se alegremente a uma auto-glorificação. Foi, contudo, a sua última manifestação de alegria. Após isso, o seu humor variou um tanto; as palavras de ordem “Ásia primeiro, Europa depois” e “igual atenção à Ásia e à Europa” foram abandonadas ao museu da História, motivo por que andam agora a conspirar algo novo. É possível que a Décima Primeira Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang e a última sessão do Conselho Político Nacional, manipulada pelo Kuomintang, marquem o início dessa nova conspiração.

A Décima Primeira Sessão Plenária lançou contra o Partido Comunista a calúnia de “sabotar a Resistência e pôr em perigo o Estado”, ao mesmo tempo que se declarava

em favor da “solução política” e da “preparação para o regime constitucional”. A Segunda Sessão do III Conselho Político Nacional, que está sob garra e controle duma maioria integrada por kuomintanistas, adoptou contra o Partido Comunista resoluções que coincidem, no essencial, com as da Décima Primeira Sessão Plenária. Além disso, esta última “elegeu” Tchiang Kai-chek presidente do governo kuomintanista, a fim de reforçar a máquina ditatorial.

Que contam fazer os kuomintanistas após a Décima Primeira Sessão Plenária? Só lhes restam três possibilidades:

i) capitular ante o imperialismo japonês; z) continuar a arrastar-se pela velha via; 3) mudar a orientação política.

Servindo o objectivo imperialista japonês de “golpear o Partido Comunista e seduzir o Kuomintang”, os derrotistas e capitulacionistas no Kuomintang advogam constantemente a capitulação. A todo o momento tentam fomentar uma guerra civil anti-comunista, pois, uma vez desencadeada, tornaria naturalmente impossível a resistência, não ficando mais alternativa senão a capitulação. O Kuomintang concentrou no Noroeste um exército de quatrocentos a quinhentos mil homens e continua, secretamente, a concentrar aí novas tropas retiradas doutras frentes. Segundo se diz, os seus generais estão duma arrogância suprema, proclamando que “a tomada de Ien-an não constitui qualquer problema!”. É a linguagem que usam depois que ouviram o discurso do senhor Tchiang Kai-chek, na Décima Primeira Sessão Plenária, afirmando que a questão do Partido Comu-

nista é “um problema político que exige uma solução política”, e depois de essa sessão ter adoptado resoluções em linhas gerais coincidentes com isso. Aliás, no ano passado, a Décima Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuo-mintang havia já adoptado resoluções análogas, e a tinta nem sequer tinha secado quando os generais receberam ordens de traçar um plano de operações para liquidar a região fronteiriça. Em Junho e Julho últimos, procedeu-se a uma deslocação de tropas para uma operação relâmpago contra a região fronteiriça; essa conjura odiosa só foi posta provisoriamente de lado em resultado da oposição por parte da opinião pública, tanto no interior do país como no estrangeiro. Agora, mal a Décima Primeira Sessão Plenária acabou de pôr as suas resoluções em preto sobre branco, uma vez mais se ouvem as fanfarronadas desses generais e constata-se movimentos de tropas. “A tomada de Ien-an não constitui qualquer problema!” Mas o que significa tal afirmação? Significa que se decidiu capitular ante o imperialismo japonês. Nem todos os kuomintanistas favoráveis à “tomada de Ien-an” são capitulacionistas conscientes e determinados. Alguns pensarão talvez que, ao mesmo tempo que combatem os comunistas, podem continuar a resistir ao Japão. Muitos dos oficiais do grupo de Huampul raciocinam provavelmente assim. A tais senhores, nós, comunistas, fazemos as perguntas seguintes: Terão porventura esquecido já a experiência dos dez anos de guerra civil? Pensarão porventura que, desencadeada outra guerra civil, os capitulacionistas determinados hão-de continuar a deixar-vos resistir ao Japão? Os japoneses e Uam Tsim-vei permitir-

vos-ão que o façam? E serão os senhores assim tão fortes para fazer simultaneamente uma guerra civil e uma guerra contra o invasor? O exército de três milhões de ho-mens que proclamam possuir está tão desmoralizado que já foi comparado a duas cestas de ovos suspensas nas duas extremidades duma vara — um só choque e, tudo acabado! Foi o que aconteceu em todas as batalhas travadas nas montanhas Tchuntiao, nas montanhas Taiham, nas províncias de Tchequiam e Quiansi, no oeste do Huipei e nas montanhas Tapie. A causa disso é apenas essa vossa política funesta de “activos contra os comunistas” e “passivos contra o invasor japonês”. Agora que o inimigo nacional penetrou profundamente no nosso país, quanto mais activos se mostrarem contra os comunistas e passivos frente ao Japão, tanto mais se desmoralizarão as vossas tropas. Se fazem tão triste figura no combate ao agressor estrangeiro, como imaginar que os vossos soldados se converterão, de súbito, em ferozes guerreiros ante os comunistas e o povo? Isso está fora de questão. Assim que começarem a guerra civil, os senhores terão de consagrar-se inteiramente a ela, jogarão pela borda fora todo o pensamento de “resistência simultânea” e, no final, terão de assinar com o imperialismo japonês uma capitulação incondicional, única política que poderão nessa altura realizar. Todos os membros do Kuomintang que, do fundo de si próprios, não desejam a capitulação, não-de acabar inevitavelmente como capitulacionistas se tomarem parte activa na instigação ou prossecução da guerra civil. Isso é o que seguramente acontecerá se se prestarem às manobras dos capitulacionistas e utilizarem as resoluções da Décima Primeira Sessão Plenária e

do Conselho Político Nacional como instrumento para mobilizar a opinião pública e preparar a guerra civil anticomunista. Mesmo na hipótese de em princípio não terem a intenção de capitular, não-de acabar por fazê-lo no seguimento da camarilha capitulacionista, se se pres-tarem às suas manobras e se embrenharem pelo mau caminho. Tal é a primeira possibilidade quanto à direcção que o Kuomintang pode seguir depois da Décima Primeira Sessão Plenária, sendo a existência desse perigo extremamente séria. Para a camarilha capitulacionista, a “solução política” e a “preparação para o regime constitucional” constituem o melhor meio de camuflar os preparativos de guerra civil, por outras palavras, de capitulação. Todos os co-munistas, todos os patriotas no seio do Kuomintang, todos os partidos e grupos anti-japoneses, todos os compatriotas partidários da resistência devem manter os olhos bem abertos e seguir atentos essa situação grave em extremo, e não deixar-se enganar pela camuflagem dos capitulacionistas. Compreendamos que o perigo de guerra civil nunca foi tão grande como depois da Décima Primeira Sessão Plenária do Kuomintang. As resoluções da Décima Primeira Sessão Plenária e do Conselho Político Nacional podem, porém, conduzir a outra via: “arrastar-se temporariamente e desencadear a guerra civil depois”. Essa via, um tanto diferente da da camarilha capitulacionista, é a via dos que pretendem salvar as aparências de resistência ao Japão e ao mesmo tempo se recusam em absoluto a abandonar o anticomunismo e a ditadura. Eles podem embrenhar-se por essa via ao ver a inevitabilidade das grandes mudanças da

situação internacional, ao ver que a derrota do imperialismo japonês é inelutável, que a guerra civil significa capitulação, que a totalidade do povo está pela Resistência e contra a guerra civil, que o Kuomintang atravessa uma crise grave — separação das massas, perda de popularidade e isolamento sem precedentes — e que os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética se opõem ao desencadeamento duma guerra civil pelo governo chinês. Tudo isso pode levá-los a adiar a conspiração de guerra civil e, para ganhar tempo, usar como instrumento as promessas vagas de “solução política” e “preparação para o regime constitucional”. Essa gente sempre foi mestra em artes de enganar e buscar paliativos. Até em sonhos não esquece a ânsia de “tomar Ien-an” e “liquidar o Partido Comunista”. A esse respeito faz um só bloco com a camarilha capitulacionista. Não obstante, ainda tenta manter a pretensão de resistência ao Japão, não quer que o Kuomintang perca a sua posição internacional e, por vezes, teme a reprovação da opinião pública no estrangeiro e dentro do país; é por consequência possível que, sob capa de “solução política” e “preparação para o regime constitucional”, procure ganhar tempo, à espera de condições favoráveis. Nela não há qualquer desejo sincero, pelo menos no momento, de chegar a uma “solução política” ou de instaurar um “regime constitucional”. No ano passado, por alturas da Décima Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang o camarada Lin Piao foi enviado a Tchuntchim pelo Comité Central do Partido Comunista da China, a fim de encontrar-se com o sr. Tchiang Kai-chek. Lin Piao esperou ali dez longos meses sem que o sr. Tchi-

iang Kai-chek ou o Comité Executivo Central do Kuomintang se dispusessem a tratar com ele um só sequer dos problemas concretos. Em Março deste ano, o sr. Tchiang Kai-chek publicou o seu livro O Destino da China, onde sublinha a sua oposição ao comunismo e às ideias liberais, descarrega sobre o Partido Comunista a responsabilidade dos dez anos de guerra civil, trata caluniosamente o Partido Comunista, o VIII Exército e o Novo IV Exército de “caudilhos militares de tipo novo” e “separatistas de tipo novo” e deixa entrever que, no prazo de dois anos, conseguirá acabar com o Partido Comunista. A 28 de Junho o sr. Tchiang Kai-chek permitiu que Chou En-lai, Lin Piao e outros camaradas regressassem a Ien-an mas, nesse mesmo momento, ordenou às suas tropas de defesa do rio Amarelo que marchassem contra a região fronteiriça, ordenando também às autoridades locais em todo o país que aproveitassem a dissolução da III Internacional para reclamar, em nome de pseudo “organizações populares”, a dissolução do Partido Comunista. Nessas circunstâncias, nps, comunistas, vimos-nos obrigados a lançar um apelo ao Kuomintang e à totalidade do povo para conjurar a guerra civil e fomos forçados a desmascarar essas sinistras maquinações do Kuomintang que sabotam a Guerra de Resistência e põem em perigo o Estado. Nós demos provas da máxima paciência, como está aliás testemunhado pelos factos históricos. Depois da queda de Vuhan nunca cessaram as batalhas anti-comunistas, grandes ou pequenas, tanto na China Setentrional como na China Central. Já lá vão dois anos que estalou a guerra no Pacífico e, durante todo esse tempo, o Kuomintang tem atacado sem parar

o Partido Comunista, na China Central e na China Setentrional; além das tropas que originariamente se encontravam no Quiansu e Xantum, enviou os dois grupos de exércitos de Vam Tchom-lien e Li Sien--tchou para ataques aos comunistas. O grupo de exércitos de Pam Pim-chiun, nas montanhas Taiham, recebeu ordens de consagrar-se inteiramente à luta anticomunista, tal como acontece com as forças kuomintanistas das províncias de Anghuei e Hupci. Durante muito tempo, abstinemo-nos até de tornar públicos esses factos. Os diários e demais periódicos kuomintanistas não cessaram um só instante de vilipendiar o Partido Comunista e, durante muito tempo, não respondemos sequer uma palavra. Sem qualquer justificação, o Kuomintang ordenou a dissolução do Novo IV Exército, heróico combatente contra o invasor, aniquilou mais de nove mil homens das unidades desse exército no Anghuei meridional, prendeu Ic Tim, matou Siam Im e lançou para as masmorras centenas dos respectivos quadros; trata-se dum crime monstruoso, duma traição ao nosso povo e à nação, mas nós suportámos tudo no interesse do país, limitando-nos a elevar um protesto e a exigir reparações. Em Junho-Julho de 1937, por ocasião do seu encontro em Luxan com Chou En-lai, representante do Partido Comunista, o sr. Tchiang Kai-chek prometeu que a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia seria designada, por decreto, circunscrição administrativa sob jurisdição directa do Yuan Executivo do Governo Nacional e que os funcionários dessa região seriam oficialmente designados. Mas agora come as próprias palavras e até envia quatrocentos mil a quinhentos mil homens para o

cercos da região fronteira, impondo-lhe um bloqueio militar e económico; Tchiang Kai-chek não se dará por satisfeito enquanto não tiver esmagado a nossa população e o quartel general da retaguarda do VIII Exército. Ninguém ignora, por exemplo, que o reabastecimento do VIII Exército foi suspenso, que se taxou o Partido Comunista de “partido traidor”, o Novo IV Exército de “exército rebelde” e o VIII Exército de “exército traidor”. Resumindo, os kuomintanistas que assim se comportam consideram o Partido Comunista como inimigo. Para o Kuomintang, o Partido Comunista é dez ou cem vezes mais odioso que o Japão. O Kuomintang concentra todo o seu ódio sobre o Partido Comunista e reserva pouco ódio, se é que reserva algum, para os japoneses. Essa atitude assemelha-se à dos fascistas japoneses, que tratam diferentemente o Kuomintang e o Partido Comunista. Concentrando todo o seu ódio sobre este último, tornam-se cada vez mais gentis com o primeiro; das duas palavras de ordem que lançaram, “combater o Partido Comunista” e “liquidar o Kuomintang”, só a primeira se mantém. Os diários e demais periódicos dominados pelos japoneses e por Uam Tsim-wei não mencionam mais palavras de ordem como “abaixo o Kuomintang!” ou “derrubemos Tchiang Kai-chek!”. O Japão fez cair sobre o Partido Comunista o peso de cinquenta e oito por cento das suas forças em operações na China, não reservando mais que quarenta e dois por cento para vigiar o Kuo-mintang; e para melhor incitá-lo à rendição, afrouxou recentemente essa vigilância com a retirada duma parte das forças das províncias de Tchequiam e Hupei. Os imperialistas japoneses nun-

ca ousaram articular a mais pequena palavra para incitar o Partido Comunista a capitular, enquanto que não hesitam em despejar uma incessante torrente de palavras para persuadir o Kuomintang à rendição. O Kuomintang só é feroz com o Partido Comunista e com o povo, perde toda a ferocidade ante os japoneses. E não é apenas em actos que desde há muito o Kuomintang passou de participante a espectador nesta guerra, até em palavras já não ousa opor qualquer refutação, mesmo a menos vigorosa, aos insultos e seduções para capitular lançados pelos imperialistas japoneses. Os japoneses dizem que “nada há de errado quanto à linha de pensamento em O Destino da China de Tchiang Kai-chek.” Terão porventura o sr. Tchiang Kai-chek e a gente do seu partido formulado qualquer réplica a semelhantes propósitos? Não, não o fizeram nem ousam fazê-lo. Como querem que os imperialistas japoneses não desprezem o Kuomintang se vêem o sr. Tchiang Kai-chek e seu partido invocar as “ordens militares e decretos governamentais” e a “disciplina” exclusivamente com relação ao Partido Comunista, nunca se atrevendo a invocá-los contra os vinte membros do seu Comité Executivo Central mais os cinquenta e oito generais kuomintanistas que se passaram para o inimigo? O povo chinês e as nações amigas no mundo viram o sr. Tchiang Kai-chek e o Kuomintang ordenar a dissolução do Novo IV Exército, atacar o VIII Exército, cercar a região fronteira, caluniar-nos com labéus tais como “partido traidor”, “exército traidor”, “caudilhos militares de tipo novo”, “separatistas de tipo novo”, “sabotar a Resistência” e “pôr em perigo o Estado”, bem como invocar sem cessar as “ordens mili-

tares e decretos governamentais” e a “disciplina”, sem no entanto os verem aplicar uma sequer dessas ordens militares e decretos governamentais nem tomar qualquer medida disciplinar contra os vinte membros do Comité Executivo Central do Kuomintang e os cinquenta e oito generais kuomintanistas que se passaram para o inimigo. Do mesmo modo, as resoluções da Décima Primeira Sessão Plenária e do Conselho Político Nacional são todas dirigidas contra o Partido Comunista, nenhuma delas visando os numerosos membros do Comité Executivo Central e os numerosos generais que se passaram para o inimigo, traíndo a Pátria. O que é que não há-de pois pensar do Kuomintang o povo chinês e as nações amigas no mundo? Como era de esperar, na Décima Primeira Sessão Plenária falou-se outra vez de “solução política” e “preparação para o regime constitucional”. Muito bem, nós aplaudimos tais afirmações. Mas, a julgar pela linha política invariavelmente seguida pelo Kuomintang em todos estes anos, consideramo-las um montão de palavras vazias, destinadas a enganar o público, e tendo como objectivo real ganhar tempo para preparar a guerra civil e perpetuar assim a ditadura sobre o povo.

Mas será possível que o curso dos acontecimentos siga uma terceira via? Sim, é possível, e a via desejada por uma parte dos membros do Kuomintang, pela totalidade do povo e por todos nós, os comunistas. Qual é pois essa terceira via? É a solução política, justa e razoável, das relações entre o Kuomintang e o Partido Comunista, a instauração leal dum regime constitucional verdadeiramente livre e democrático, a abolição da ditadura fas-

cista mais a sua divisa de “um partido, uma doutrina, um chefe” e a convocação, durante a Guerra de Resistência, duma assembleia nacional efectivamente eleita pelo povo. Nós, os comunistas, temos defendido desde sempre essa via. Uma parte dos membros do Kuomintang também está de acordo com ela. Durante muito tempo esperámos que o sr. Tchiang Kai-chek e a sua facção no interior do Kuomintang a seguissem, mas, a julgar pelo que se passou nos últimos anos e passa agora, nada indica que o sr. Tchiang Kai-chek e a maioria das individualidades kuomintanistas no poder tenham tais intenções.

Para que essa via possa seguir-se, impõe-se a reunião de várias condições, tanto internacionais como internas. Presentemente (com o fascismo em vésperas de colapso total na Europa) as condições internacionais são favoráveis à Guerra de Resistência da China, mas é precisamente nesse momento que 06 capitulacionistas mais se agitam na instigação duma guerra civil que lhes permita capitular, e os japoneses e Uam Tsim-vei mais se interessam por uma guerra que leve à capitulação. “Os irmãos devotados permanecerão sempre irmãos, Tchuntchim tomará seguramente o nosso caminho e nós cremos que quanto mais cedo melhor”, eis a declaração de Uam Tsim-vei (segundo informação de 1 de Outubro da Agência de Notícias Domei). Que afeição, que confiança e que ansiedade! Na conjuntura, pois, o mais que se pode esperar do Kuomintang é que continue a procurar ganhar tempo, embora o perigo de agravação brusca da situação continue sério. As condições necessárias à terceira via ainda não estão todas reunidas, os patriotas de

todos os partidos e grupos políticos, bem como o povo inteiro da China, devem pois multiplicar esforços, em todos os do-mínios, para realizá-las.

Na Décima Primeira Sessão Plenária, o sr. Tchiang Kai-chek declarou:

“Impõe-se dizer, sem equívocos, que as autoridades centrais nada mais pedem ao Partido Comunista senão a renúncia à manutenção do seu feudo armado, a cessação, nas diferentes regiões, dos ataques de surpresa contra o Exército Nacional, sabotagem da Resistência; é de esperar que o Partido Comunista aplique a sua declaração do Ano XXVI da República onde apela para a conjugação de todos os esforços para a salvação da Pátria, e cumpra as quatro promessas feitas nessa declaração.” t O que o sr. Tchiang Kai-chek diz sobre “ataques de surpresa contra o Exército Nacional, sabotagem da Resistência” deve, antes de mais, aplicar-se ao Kuomintang, sendo por isso lamentável que tenha preferido, contra toda a justiça e consciência, caluniar o Partido Comunista. Efectivamente, foi o Kuomintang quem, após a queda de Vuhan, lançou três campanhas anticomunistas, onde, como provam os factos, as suas tropas realizaram em cada campanha ataques de surpresa contra as tropas comunistas. Durante a primeira campanha, no Inverno de 1939 e na Primavera de 1940, as forças kuomintanistas ocuparam num ataque de surpresa cinco sedes de distrito da região fronteira Xensi--Cansu-Ninsia — Tchouen-hua, Siun-nyi, Djemnim, Nincien e Tchen-ian, onde se encontravam em guarnição unidades do VIII Exército, tendo, inclusivamente, utilizado aviões na operação. Na China Setentrional, as tropas de Tchu Huai-bim foram expedi-

das para as montanhas Taiham, num ataque de surpresa contra as forças do VIII Exército, que se viram forçadas a combater em legítima defesa. A segunda campanha foi lançada em Janeiro de 1941. Anteriormente, em 19 de Outubro de 1940, Ho In-tchin e Bai Tchou-si tinham telegrafado a Tchu Te, Pem Te-huai, Ie Tim e Siam Im, ordenando--lhes categoricamente que transferissem, em um mês, todas as unidades do VIII Exército e do Novo IV Exército que se encontravam a sul do rio Amarelo para a margem norte desse rio. Nós aceitámos a transferência para norte das nossas unidades do Anghuei meridional e, quanto às outras, dado que a respectiva transferência era de facto impossível, prometemos mesmo assim transferi-las para as posições fixadas após a vitória na Guerra de Resistência. Ora, mal as nossas tropas do Anghuei meridional, que contavam mais de nove mil homens, se tinham posto a caminho no dia 5 de Janeiro, conforme as instruções recebidas, já o sr. Tchiang Kai-chek havia ordenado que as “apanhassem de um só golpe de rede”, e, entre os dias 6 e 14 de Janeiro, as tropas kuomintanistas do sul do Anghuei conseguiram realmente “apanhar de um só golpe de rede” essas unidades do Novo IV Exército; a 17 de Janeiro, o st. Tchiang Kai-chek ordenou a dissolução do Novo IV Exército e a submissão de Ie Tim a julgamento. A partir daí, em todas as bases de apoio anti-japonesas da China Central e da China Setentrional, o VIII Exército e o Novo IV Exército começaram a ser atacados de surpresa em todos os pontos onde havia forças kuomintanistas, não tendo esses exércitos ripostado senão em legítima defesa. A terceira campanha começou em Março últi-

mo e ainda está em curso actualmente. As tropas kuomintanistas não cessaram os seus assaltos contra o VIII Exército e o Novo IV Exército, tanto pelo que respeita à China Central como à China Setentrional. Além disso o sr. Tchiang Kai-chek publicou o seu O Destino da China que constitui uma diatribe contra o Partido Comunista e contra o povo; deslocou importantes forças armadas, as que se encontravam em posição defensiva ao longo do rio Amarelo, como preparação para um ataque relâmpago contra a região fronteira; incitou as “organizações populares” a reclamar por todo o país a dissolução do Partido Comunista; arrolou a maioria kuomintanista no Conselho Político Nacional para que fizesse aprovar por este último o calunioso relatório militar elaborado por Ho In-tchin contra o VIII Exército e conseguisse a adopção de resoluções anticomunistas; e transformou assim o Conselho Político Nacional, que devia ser o símbolo da unidade anti-japonesa, em agência privada do Kuomintang para a fabricação duma opinião pública anticomunista, como preparação da guerra civil, de tal modo que o camarada Tum Pi-vu, membro comunista do Conselho, se viu obrigado a retirar-se em demonstração de protesto. Numa palavra, essas três campanhas anticomunistas foram todas desencadeadas pelo Kuomintang seguindo um plano premeditado. Gostaríamos pois de perguntar o que é tudo isso senão “sabotagem da Resistência”?

No dia 22 de Setembro do Ano XXVI da República (1937), o Comité Central do Partido Comunista da China publicou uma declaração apelando à unidade de todos os esforços para salvação da Pátria. Nela dizíamos:

“A fim de privar o inimigo de todo o pretexto possível para intriga e dissipar todos os mal-entendidos entre os cépticos bem-intencionados, o Comité Central do Partido Comunista da China julga necessário reafirmar a sua total devoção à causa da libertação nacional. Assim, uma vez mais o Comité Central do Partido Comunista da China declara solenemente ante a nação inteira que: 1) sendo os Três Princípios do Povo do Dr. Sun Yat-sen aquilo de que a China necessita hoje, o nosso Partido está pronto a lutar pela sua completa realização; 2) cessamos a nossa política de insurreição para derrubar o poder kuomintanista tanto como a nossa política de confisco violento das terras dos senhores dc terras; 3) passamos à reorganização do governo vermelho actual para que se converta no governo democrático da região especial, na esperança de que o poder se unifique em todo o país; 4) o Exército Vermelho mudará de nome e de matrícula, reorganizar-se-á em unidade do Exército Revolucionário Nacional, será colocado sob autoridade do Conselho Militar do Governo Nacional e aguardará a ordem dc marchar para a frente anti-japonesa e cumprir aí o seu dever.”

Essas quatro promessas foram integralmente cumpridas por nós; nem o sr. Tchiang Kai-chek nem qualquer outro membro do Kuomintang pode citar uma só que não tenhamos cumprido. Em primeiro lugar, as políticas adoptadas pelo Partido Comunista na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia e nas bases de apoio anti-japonesas, situadas na retaguarda do inimigo, estão todas de acordo com os Três Princípios do Povo do Dr. Sun Yat-sen, não havendo uma só que seja contrária a isso. Em segundo

lugar, na condição de o Kuomintang não capitular frente ao inimigo nacional, não romper a cooperação com o nosso Partido nem desencadear uma guerra civil anticomunista, nós cumpriremos sem falha a promessa de não derrubar o poder do Kuomintang nem confiscar pela força as terras* dos senhores de terras. Cumprimos tal promessa no passado, cumpro-la no presente e cumpri-la-emos igualmente no futuro. Por outras palavras, só nos veremos forçados a renunciar à nossa promessa se o Kuomintang capitular frente ao inimigo, romper a cooperação connosco e desencadear a guerra civil; essas serão efectivamente as únicas circunstâncias que nos colocarão na impossibilidade de manter a nossa palavra. Em terceiro lugar, o governo vermelho original foi reorganizado logo no primeiro ano da Guerra de Resistência, e o “sistema dos três terços” do regime democrático está desde há muito em funcionamento; não obstante, até este momento, o Kuomintang, longe de reconhecer a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia como havia prometido, acusa-nos de “separatismo feudal”. Senhor Tchiang Kai-chek, senhores membros do Kuomintang! Se a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia e as bases de apoio anti-japonesas ainda não foram reconhecidas pelo governo do Kuomintang, se esse estado de coisas a que os senhores chamam “feudo” existe, é bom que saibam que não resulta de modo algum da nossa vontade, mas unicamente do facto de os senhores no-lo terem imposto. Que razão válida terão para acusar-nos de constituição de “feudo” quando os senhores mesmos engolem as próprias palavras, recusam-se a reconhecer a região fronteira como haviam prometido, e recusam-

se a reconhecer--lhe o respectivo regime democrático? Todos os dias vos reclamamos tal reconhecimento e todos os dias os senhores o recusam — a quem cabe pois a responsabilidade da situação? Que razões poderá ter o sr. Tchiang Kai-chek para vociferar contra o “feudo” no seu O Destino da China, sem revelar o mais leve sentido das suas responsabilidades na matéria, ele que é o próprio director-geral do Kuomintang e a cabeça do governo kuomintanista? Agora que voltou a exigir-nos, na Décima Primeira Sessão Plenária, que mantenhamos as nossas promessas, aproveitamos a ocasião para pedir-lhe que mantenha também a sua, de reconhecimento por decreto da região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, onde o princípio da democracia se pratica desde há muito, e reconhecimento das bases democráticas anti-japonesas situadas por trás das linhas do inimigo. Se persistirem na política de não-reconhecimento, isso quererá dizer que desejam que mantenhamos o “feudo”, pelo que, tal como antes, a responsabilidade recairá exclusivamente sobre vós, não sobre nós. Em quarto lugar, há muito que o Exército Vermelho mudou de “nome e matrícula”, se “reorganizou em unidade do Exército Revolucionário Nacional” e foi “colocado sob autoridade do Conselho Militar do Governo Nacional”. Essa promessa foi cumprida há já muito. Hoje, só o Novo IV Exército do Exército Revolucionário Nacional está directamente subordinado ao Comité Central do Partido Comunista e não ao Conselho Militar do Governo Nacional; e isso pela boa razão de que tal conselho editou, em 17 de Janeiro de 1941, uma ordem contra--revolucionária que,

sabotando a Guerra de Resistência e pondo em perigo o Estado, o proscreveu como “exército rebelde”, proclamou a sua “dissolução” e, o que é mais, colocou-o sob os ataques diários d^s tro-pas kuomintanistas. O Novo IV Exército nunca dei-xou de resistir ao invasor na China Central, ele tem mantido invariavelmente as três primeiras das quatro promessas que fizemos; mais do que isso, está disposto a colocar-se de novo “sob a autoridade do Conselho Militar do Governo Nacional” e pede ao sr. Tchiang Kai-chek que lhe anule a ordem de dissolução, lhe restitua a antiga matrícula e lhe permita cumprir a quarta promessa.

O documento relativo ao Partido Comunista, adoptado pela Décima Primeira Sessão Plenária, declara também que:

“Quanto às outras questões, elas podem todas ser levantadas na Assembleia Nacional para efeitos de discussão e solução, uma vez que a nossa sessão plenária decidiu que será convocada uma assembleia nacional e se elaborará e promulgará uma constituição, dentro de um ano após o fim da guerra.”

As “outras questões” aí referidas são a abolição da ditadura do Kuomintang, a supressão dos serviços secretos fascistas, a instauração da democracia por todo o país, a supressão do controle económico, dos impostos exorbitantes e das taxas múltiplas, que atentam contra o bem-estar do povo, a aplicação em escala nacional da política agrária de redução das rendas e taxas de juro, bem como da política eco-nómica de apoio à pequena e média indústria e melhoria da situação material dos operários. No

dia 22 de Setembro de 1937, no seu apelo à unidade de todos os esforços para a salvação da Pátria, o nosso Partido declarou:

“Há que instaurar a democracia e convocar uma assembleia nacional que elabore uma constituição e defina uma política de salvação nacional. É necessário dar ao povo chinês a possibilidade de viver alegre e feliz, o que implica, primeiramente, a adopção de medidas eficazes para socorrer as vítimas das calamidades naturais, a garantia de meios de existência estáveis para todos, o desenvolvimento da economia de defesa nacional, a diminuição dos sofrimentos do povo e a melhoria das suas condições de vida.”

Como o sr. Tchiang Kai-chek afirmou, em entrevista concedida no dia seguinte (23 de Setembro), que aceitava inteiramente essa declaração, não deve mais exigir exclusivamente ao Partido Comunista que mantenha as quatro promessas nela contidas, mas sim exigir também a si próprio, ao Kuomintang e ao governo kuomintanista, a aplicação das disposições que acabámos de enunciar. Actualmente, o sr. Tchiang Kai-chek não é apenas director-geral do Kuomintang, é também presidente do governo kuo-mintanista (nominalmente Governo Nacional); in-cumbe-lhe portanto aplicar com consciência essas disposições relativas à democracia e bem-estar do povo, honrar as inúmeras promessas que pessoalmente fez, tanto a nós comunistas, como à totalidade da nação; deve deixar de jogar pela borda fora as próprias palavras e de recorrer obstinadamente aos métodos de opressão, afirmando uma coisa ao mesmo tempo que vai fazendo coisa contrária. Nps, os comunistas e a totalidade do

povo, queremos actos, recusamo-nos a escutar tagarelice enganosa. Se há actos, nós felicitamo-nos; o palavreado vazio, sem actos, não há-de enganar por muito tempo as pessoas. Eis as exigências que formulamos ao sr. Tchiang Kai-chek e ao Kuomintang: levar até ao fim a Guerra de Resistência e afastar o perigo de capitulação, prosseguir na cooperação e conjurar o perigo de guerra civil, reconhecer o regime democrático da região fronteiriça e das bases de apoio anti-japonesas situadas por trás das linhas inimigas, restabelecer o Novo IV Exército, pôr fim às campanhas anticomunistas, retirar os quatrocentos mil a quinhentos mil homens que cercam a região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia, acabar com a utilização do Conselho Político Nacional como agência privada do Kuomintang para a fabricação da opinião pública anti-comunista, anular a supressão das liberdades de palavra, reunião e associação e abolir a ditadura de um só partido, o Kuomintang, reduzir as rendas e as taxas de juro, melhorar as condições de vida dos operários e apoiar a pequena e a média indústria, eliminar os serviços secretos, pôr fim à educação fascista e introduzir um sistema de ensino democrático. A maioria dessas exigências são aliás as vossas próprias promessas. Se aceitam dar satisfação às nossas exigências e honrar a vossa palavra, nós asseguramo-vos que continuaremos a cumprir as nossas. Estamos prontos a retomar em qualquer momento as negociações entre os nossos dois partidos, desde que o sr. Tchiang Kai-chek e o Kuomin-tang se disponham a isso.

Em resumo, das três vias possíveis ao Kuomintang, a primeira, a da capitulação e guerra civil, significa a morte

para o sr. Tchiang Kai-chek e para o Kuo-mintang. A segunda, que é ganhar tempo por meio de palavreado enganador, permanecendo, no fundo, aferrado à ditadura fascista e apressando-se a pre-parar em segredo a guerra civil, tão-pouco os salvará. Só a terceira, quer dizer, a renúncia total à via errada da ditadura fascista e da guerra civil e a adopção da justa via da democracia e da cooperação, lhes permitirão salvar-se. Até hoje, porém, eles nada fizeram de convincente, em testemunho da sua in-tenção de seguir essa terceira via. É necessário pois que todo o povo permaneça em guarda contra o gravíssimo perigo de capitulação e guerra civil.

Que os patriotas do Kuomintang se unam para impedir que as autoridades kuomintanistas adoptem a primeira via, para impedir que se empenhem mais na segunda via e exigir que sigam a terceira via!

Que todos os partidos e grupos patrióticos e todo o povo anti-japonês se unam para impedir que as autoridades kuomintanistas adoptem a primeira via, para impedir que se empenhem mais na segunda via e exigir que sigam a terceira.

Está iminente uma mudança de amplitude sem par no mundo. Esperamos que nessa grande viragem da História o sr. Tchiang Kai-chek e os membros do Kuomintang saibam agir como convém; o mesmo esperamos de todos os partidos e grupos patrióticos, bem como de todos os patriotas.

NOTAS

1 Generais e oficiais kuomintanistas que foram professores ou alunos da Academia Militar de Huampu. No exército kuomintanista esses indivíduos formavam o grupo de devoção

ORGANIZEMO-NOS! *

de Tchiang Kai-chek.

(29 de Novembro de 1943)

Em nome do Comité Central do Partido Comu-nista, eu gostaria de dizer algumas palavras nesta recepção que o Partido hoje organiza em honra dos nossos heróis do trabalho, heroínas do trabalho e trabalhadores-modclo da produção, eleitos pelas massas do campo, pelas fábricas, forças armadas, organismos e escolas, na região fronteira Xensi--Cansu-Ninsia. O que tenho a dizer pode resumir--se nestas palavras: "Organizemo-nos!" Ao longo deste ano foi realizado um movimento, em prol da produção, pelas massas do campo, exército, orga-nismos, escolas e fábricas dá região fronteira, em conformidade com as resoluções adoptadas na conferência de quadros superiores que o Birô do Noroeste do Comité Central convocou no Inverno último. Neste ano, registámos importantes êxitos e fizemos grandes progressos em todos os domínios da produção, tendo a nossa região fronteira adquirido uma nova fisionomia. Os factos confirmaram plenamente a justeza da política definida nessa con-ferência, cujo ponto essencial era organizar as massas, quer dizer, mobilizar e constituir num grande exército do trabalho todas as forças disponíveis, sem excepções, no seio da população, exército, organismos e

escolas — homens e mulheres, velhos e crianças, capazes de trabalhar plena ou parcialmente. Temos um exército de combate e um exército de trabalho. Para o combate, dispomos do VIII Exército e do Novo IV Exército, mas mesmo estes também realizam uma dupla tarefa: combater e produzir. Dispondo pois de dois exércitos, dos quais um, o exército combatente, é capaz de assumir essa dupla tarefa e, além disso, fazer o trabalho de massas, nós podemos vencer as dificuldades e derrotar o imperialismo japonês. A esse respeito, se os sucessos do nosso movimento pela produção na região fronteira, registados durante os anos anteriores, não foram suficientemente importantes nem suficientemente sensíveis para que sejam concludentes, os deste ano são inteiramente comprovantes, como todos puderam constatar com os próprios olhos.

Na região fronteira, todas as unidades do exército que neste ano dispõem de terras conseguiram cultivar, em média, dezoito muW por combatente e, sozinhas, conseguiram produzir e fazer praticamente tudo: alimentação, por exemplo os legumes, a carne e os óleos de cozinha; vestuário, por exemplo as roupas acolchoadas, as malhas de lã, os sapatos e meias; construção e alojamentos, por exemplo as grutas e as casas para habitação, as salas grandes e pequenas para as reuniões; artigos de uso corrente, por exemplo as mesas, cadeiras, bancos, papel, pincéis e tinta; combustível, por exemplo as madeiras, o carvão de madeira e hulha. Usando as próprias mãos, conseguimos realizar o objectivo de “assegurar amplamente vestuário e alimentos”. Cada combatente apenas necessita de participar na produção três meses por ano,

podendo consagrar os restantes nove meses ao treino e ao combate. Quanto à manutenção, as nossas tropas não dependem nem do governo kuomintanista, nem do governo da região fronteira, nem das populações: podem por si próprias satisfazer as suas necessidades. Que inovação importante não foi para a causa da nossa libertação nacional! Há seis anos e meio que prossegue a Guerra de Resistência, o inimigo aplica contra as bases anti-japonesas a política de “queimar tudo, matar tudo e pilhar tudo”, a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia vive submetida a bloqueio rigoroso pelo Kuomintang e nós encontrámo-nos em situação financeira e económica extremamente difícil; se as nossas tropas tivessem sido apenas capazes de combater, não teríamos podido solucionar os problemas. Agora as tropas da região fronteira aprenderam a produzir; na frente, uma parte das tropas aprendeu igualmente a produzir e a outra parte começa a lançar-se nisso. Se, nesses heróicos e combativos VIII e Novo IV Exércitos, cada homem aprender não apenas a combater e trabalhar entre as massas mas também a produzir, não mais teremos de recear as dificuldades e, como dizia Meneio, seremos “invencíveis sob o céu”¹. Também os nossos organismos e escolas deram um grande passo em frente este ano: apenas uma fraca percentagem das suas despesas teve de ser paga pelo governo, pois a maior parte foi custeada pela própria produção. Satisfizeram, com trabalho próprio, cem por cento das suas necessidades em legumes, a comparar com os cinquenta por cento do ano passado; conseguiram aumentar consideravelmente o consumo de carne, graças à criação de porcos e carneiros, e mon-

taram um grande número de oficinas para o fabrico de artigos de uso corrente. Com o exército, os organismos e as escolas a satisfazerem por si próprios a totalidade ou a maior parte das necessidades materiais, diminuiu a contribuição pe-dida à população sob forma de impostos, o que per-mitiu a esta o desfrute duma parte maior do produto do seu trabalho. Como o exército e a população desenvolvem, um e outra, a produção, conseguiram assegurar amplamente vestuário e alimentos, ficando toda a gente satisfeita. Por outro lado, nas nossas fábricas, a produção desenvolveu-se, os agentes secretos foram desmascarados e a produtividade aumentou consideravelmente. Em toda a extensão da nossa região fronteira surgiu um grande número de heróis do trabalho, na agricultura e na indústria, nos organismos, nas escolas e no exército. Pode dizer-se que na região fronteira a produção está agora na boa via. Tudo isso resultou da organização da força existente no seio das massas.

Organizar a força das massas constitui uma política. Mas será que existe a política contrária? Sim. É a política a que falta o ponto de vista de massas, que não se apoia nas massas ou não as organiza, e que, sem dispensar qualquer atenção à organização das grandes massas do campo, forças armadas, organismos, escolas e fábricas, se preocupa exclusivamente com a organização do pequeno número de indivíduos pertencentes aos serviços encarregados das finanças, aprovisionamento e comércio; essa política não considera o trabalho económico como um vasto movimento ou uma grande frente de combate, vê-o apenas como expediente para suprir a insuficiência de recursos financeiros. Tal é a outra política, a falsa

política. Essa política foi aplicada no passado na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia mas, depois de anos de esforços para corrigi-la, graças sobretudo à conferência dos quadros superiores realizada no ano passado e ao movimento de massas deste ano, já não conta provavelmente senão um número muito reduzido de partidários. Nas nossas bases de apoio do Norte e Centro da China, dados os violentos combates e o facto de os organismos dirigentes não terem prestado suficiente atenção ao movimento de produção das massas, este ainda não atingiu maiores proporções. Não obstante, depois que o Comité Central formulou a directiva de 1 de Outubro último², estão sendo feitos preparativos para desencadear no próximo ano, e em toda a parte, um movimento de produção. Nas regiões da frente as condições são ainda mais difíceis que na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia: desenrolam-se aí violentos combates e certas localidades sofreram graves calamidades naturais. Para apoiar a guerra, fazer face à política inimiga de “queimar tudo, matar tudo e pilhar tudo” e socorrer as vítimas das calamidades naturais importa mobilizar inteiramente o Partido, o governo, o exército e a população civil, para a luta contra o inimigo e para participação numa actividade de produção. Com a experiência adquirida na frente, durante estes poucos últimos anos, no domínio da produção, e >com o trabalho de preparação empreendido este Inverno no plano da ideologia e da organização, tanto como no plano material, pode e deve, no ano que vem, dar-se grande extensão a esse movimento. Nas regiões da frente, onde os combates continuam, não existe ainda a possibilidade de “assegurar amplamente

vestuário e alimentos”, mas devemos e podemos perfeitamente “usar as próprias mãos para superar as dificuldades”.

Actualmente, no plano económico, a forma mais importante de organização das massas é a cooperativa. Embora não seja forçoso colar o rótulo cooperativa às actividades produtivas das massas no nosso exército, organismos e escolas, elas não deixam por isso de ter um carácter cooperativo, sob direcção centralizada, uma vez que é pela entre-ajuda e o trabalho em comum que procuram satisfazer as necessidades materiais de cada sector, de cada unidade, de cada pessoa. Trata-se pois, igualmente, duma forma de cooperativa.

Entre as massas camponesas, a economia individual predomina desde há milénios, constituindo cada família, cada lar uma unidade de produção. Essa forma de produção individual e dispersa é a base económica do regime feudal e mantém os camponeses em estado de pobreza perpétua. O único meio de acabar com tal situação é colectivizar gradualmente e a única via que conduz à colectivização é, segundo Lenine, a cooperativa³. Nós já organizámos na região fronteiriça um grande número de cooperativas camponesas, mas ainda são de forma elementar; só depois de várias etapas de desenvolvimento se converterão em cooperativas de tipo soviético, conhecidas pelo nome de kolkhozes. A nossa economia é de democracia nova. As nossas cooperativas continuam sendo organizações de trabalho colectivo baseadas na economia individual (propriedade privada) e revestem formas diversas. Uma forma é a representada pelas organizações de entre-ajuda para o

trabalho agrícola, como as “equipas de troca de trabalho” e as “equipas de troca e prestação de trabalho”⁴. Essas organizações chamavam-se, nas regiões vermelhas do Quiansi, grupos de entre-ajuda no trabalho ou equipas de trabalho⁵; agora, em certas regiões da frente, chamam-se grupos de entre-ajuda. Na medida em que são organizações de entre-ajuda colectiva, a que as massas aderem livremente (de modo nenhum se recorre à coacção), todas são boas, não importando as designações; não importando que englobem apenas uns quantos membros ou dezenas ou até centenas de membros, agrupem gente com capacidade de trabalho plena ou também gente com capacidade de trabalho parcial; não importando que a ajuda mútua se exprima sob forma de participação em mão de obra, em força animal, em instrumentos, ou que os membros comam e durmam sob o mesmo tecto, na época dos grandes trabalhos; nem importando, enfim, que sejam organizações de carácter temporário ou permanente. Esses métodos de entre-ajuda colectiva são criação das próprias massas. No passado nós fizemos um balanço dessa experiência adquirida pelas massas no Quiansi e, agora, fazemo-lo no norte do Xensi. Na região fronteiriça, a entre-ajuda no trabalho tornou-se muito mais sistemática e desenvolveu-se melhor desde que foi encorajada, no ano passado, pela^ con-ferência de quadros superiores e executada ao longo de todo o ano em curso. Com efeito, muitas das equipas de troca de trabalho lavraram, semearam, mondaram e colheram colectivamente, obtendo co-lheitas duas vezes mais importantes que as do ano anterior. Agora que as massas viram até que ponto

os resultados são substanciais, não há dúvida que muito mais gente adoptará, no ano próximo, esse sistema. Não esperamos que as centenas de milhares de habitantes da região fronteiriça, com plena ou parcial capacidade de trabalho, se organizem em cooperativas num só ano, mas esse objectivo pode atingir-se em alguns anos. Há que mobilizar também as mulheres para participarem, em certa medida, na produção. Devemos reeducar todos os ociosos e fazer deles bons cidadãos, através duma participação na produção. Em todas as bases de apoio anti-japonesas da China Setentrional e da China Central, devem organizar-se em grande escala cooperativas de produção, segundo o livre consentimento das massas e baseando-se na entre-ajuda colectiva.

Além das cooperativas agrícolas de produção, baseadas na entre-ajuda colectiva, existem mais três espécies de cooperativas — cooperativas combinadas, como a do distrito sul de Ien-an, que é simultaneamente uma cooperativa de produção, consumo, transporte (transporte de sal) e crédito, cooperativas de transporte (equipas de transporte de sal) e cooperativas artesanais.

Com esses quatro tipos de cooperativas criados pelas massas, bem como com as cooperativas baseadas no trabalho colectivo dentro do exército, organismos e escolas, ficamos capazes de organizar todas as forças do povo num grande exército de trabalho. É a única via de libertação das massas populares, a única via que leva da pobreza à prosperidade, a única via que conduz à vitória na Guerra de Resistência. Todos os comunistas devem aprender a organizar o trabalho das massas. Os comunistas de origem intelectual também precisam, evidente-

mente, de aprender isso e, se forem determinados, conseguem-no em seis meses a um ano. Eles poderão ajudar as massas a organizar a produção e fazer o balanço das experiências. Quando os camaradas tiverem adquirido, além doutras aptidões, a arte de organizar o trabalho das massas, quer dizer, quando tiverem aprendido a ajudar os camponeses a estabelecer os seus planos de produção por lar, a criar equipas de troca de trabalho, equipas de transporte de sal e cooperativas combinadas, a organizar a produção no exército, organismos, escolas e fábricas, a organizar a emulação na produção, a encorajar e a recompensar os heróis do trabalho, a organizar exposições sobre produção, a desenvolver a actividade e a iniciativa criadora das massas, ficaremos seguramente capazes de expulsar os imperialistas japoneses e, juntamente com a totalidade do povo, de edificar uma China nova.

Para tudo, nós, os comunistas, devemos saber ligar-nos às massas. Se os membros do Partido passarem a vida inteira metidos entre quatro paredes, a coberto das tempestades e cortados do mundo, de que utilidade poderão ser para o povo chinês? De nenhuma utilidade. Não precisamos de gente assim como membro do Partido. Nós, os comunistas, devemos desafiar as tempestades e olhar de frente o mundo: as grandes tempestades da luta das massas, o mundo grandioso da luta das massas. “Três vulgares sapateiros fazem um Tchuke Liam” (21). Por outras palavras, as massas têm latente uma enorme força criadora. Com efeito, há entre o povo chinês milhares e milhares de “Tchuke Liam”; há-os em cada aldeia, em cada vila. Devemos ir ao seio das massas, aprender com elas, sintetizar as suas experiências e

deduzir destas princípios e métodos ainda melhores e sistemáticos, explicá-los então às massas (fazer propaganda) e chamá-las a pô-los em prática, de maneira que resolvam os seus problemas e alcancem a libertação e felicidade. Quando os camaradas que fazem o trabalho local ficam desligados das massas, não conseguem entender-lhes os sentimentos, não as ajudam a organizar a produção e a melhorar as condições de existência, e se contentam com colectar o “cereal público para a salvação da Pátria” — sem compreender que dez por cento da sua energia bastaria para essa tarefa desde que consagrassem os noventa por cento restantes à ajuda às massas na solução do problema do “cereal privado para a salvação do povo” — isso significa que estão influenciados pelo estilo de trabalho do Kuomintang e cobertos de sujidade burocrática. O Kuomintang não sabe mais que fazer exigências ao povo, nada lhe oferecendo em contrapartida. Se um comunista age do mesmo modo, o seu estilo de trabalho é o do Kuomintang, tem a cara coberta duma camada de sujidade burocrática e necessita portanto uma boa lavagem em bacia de água quente. Parece-me que esse estilo burocrático existe em todas as nossas bases de apoio anti-japonesas no que respeita a trabalho local, há por toda a parte camaradas a quem falta o ponto de vista de massas e estão por isso desligados destas. Temos de desembaraçar-nos resolutamente desse estilo de trabalho, pois só assim poderemos unir-nos estreitamente com as massas.

Por outro lado, no nosso trabalho no seio do exército existe ainda esse estilo de caudilho militar também característico do Kuomintang, cujo exército está desligado

das massas. As nossas tropas devem observar princípios correctos nas relações entre o exército e o povo, entre o exército e o governo, entre o exército e o Partido, entre os oficiais e os soldados, entre o trabalho militar e o trabalho político, e entre os quadros, em caso nenhum devendo cair nos vícios do caudilhismo militar. Os oficiais devem preocupar-se pelos soldados, não ser indiferentes com relação a estes nem recorrer a ofensas corporais. O exército deve preocupar-se pelo povo e nunca violar os seus interesses. O exército deve respeitar o governo e o Partido e nunca reclamar “independência”. O nosso VIII Exército e o nosso Novo IV Exército são forças armadas do povo, forças que são e sempre foram excelentes e constituem as melhores tropas do país. Não obstante, constitui uma verdade que, nestes últimos anos, surgiu e desenvolveu-se um certo comportamento caudilhista militar, certos camaradas que trabalham no exército tornaram-se arrogantes e comportam-se de maneira arbitrária com os soldados, o povo, o governo e o Partido. Censuram os camaradas que trabalham no plano local e julgam-se acima de qualquer reparo. Não vêem senão os seus êxitos, são cegos quanto aos seus defeitos. Gostam de ouvir elogios mas não críticas. Casos desses podem constatar-se, por exemplo, na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia. Depois da conferência dos quadros superiores e da reunião dos quadros militares e políticos, realizadas no ano findo, e graças também aos movimentos de apoio ao governo e preocupação pelo povo e de apoio ao exército, lançados este ano durante a Festa da Primavera, essa tendência ficou no essencial ultrapassada, mas ainda temos de perseverar nos esfor-

ços para eliminar-lhe os últimos vestígios. Nas bases de apoio da China Setentrional e Central, verificaram-se igualmente as mesmas faltas, pelo que é necessário que as organizações do Partido e as forças armadas daí se entreguem seriamente à tarefa de eliminá-las.

Trate-se de burocracia no trabalho local ou de caudilhismo militar no trabalho do exército, o mal tem sempre a mesma natureza: isolamento em relação às massas. A esmagadora maioria dos nossos camaradas são bons. Os que cometem tais faltas poderão corrigir-se se forem submetidos a críticas e se os seus erros forem sublinhados. Mas uma autocritica é algo imperioso, as tendências erradas devem ser encaradas de frente e corrigidas seriamente. Recusar-se a criticar a burocracia no trabalho local e o caudilhismo militar no trabalho do exército significa querer conservar o estilo do Kuomintang e trazer na cara anteriormente limpa sujidade burocrática e militarista, é não ser bom comunista. Se essas duas tendências forem eliminadas, o nosso trabalho desenvolver-se-á com facilidade em todos os domínios, compreendido, claro está, o movimento de produção.

A nossa região fronteira mudou profundamente de fisionomia, tanto em resultado dos grandes êxitos alcançados na produção pelas massas camponesas e pelos organismos, escolas, exército e fábricas, como em resultado duma importante melhoria nas relações entre o exército e o povo. Tudo isso indica que os camaradas passaram a ter um ponto de vista de massas mais firme e fizeram grandes progressos na identificação com as massas. Mas nem por isso devemos tornar-nos complacentes, pelo contrário, temos de prosseguir na autocriti-

ca e no esforço para progredir mais. Devemos esforçar-nos por avançar mais na produção. A cara pode sujar-se, há que lavá-la todos os dias, o chão pode cobrir-se de poeira, há que varrê-lo diariamente. Embora a tendência para a burocracia no trabalho local e o caudilhismo militar no exército tenham sido eliminados no essencial, essas tendências nocivas podem voltar a surgir. Estamos cercados por todos os lados pelo imperialismo japonês e pela reacção chinesa e vive-mos entre uma pequena burguesia indisciplinada; é daí que resulta essa poeirada extremamente venenosa de burocracia e caudilhismo militar, que diariamente se nos deposita em grandes camadas sobre o rosto. Em caso nenhum devemos pois contentar--nos com os nossos sucessos. Devemos refrear a auto-satisfação e criticar constantemente as nossas falhas, tal como lavamos a cara e varremos o chão todos os dias para remover a poeira e manter tudo limpo. Heróis do trabalho, trabalhadores-modelo da produção! Vocês estão à cabeça do povo e obtiveram brilhantes resultados no trabalho, eu espero que, igualmente, não se contentem convosco. Espero que, ao regressarem às sub-regiões de Quantchum, Lon-tum, Sampian, Suite e aos diferentes distritos dependentes de Ien-an, de regresso aos vossos organismos, escolas, unidades do exército ou fábricas, se coloquem à frente do povo, à testa das massas, para cumprirem ainda melhor as vossas tarefas e que, antes de mais, agrupem as massas em cooperativas, segundo o princípio do livre consentimento, organizando-as melhor e em número sempre crescente. Espero que, uma vez regressados, se consagrem a essa tarefa e se convertam nos respectivos propagandistas, a fim de que

desde agora até à nova conferência dos heróis do trabalho, a realizar no próximo ano, possamos obter ainda maiores resultados.

NOTAS

1 Meneio, Livro III, “Cunsuen Tchou”, parte I.

2 Trata-se do artigo intitulado: “Desencadeemos nas Bases de Apoio Campanhas para a Redução das Rendas, a Produção e o ‘Apoio ao Governo e Preocupação pelo Povo’”, no presente tomo.

3 Ver V. I. Lenine: “Sobre a Cooperação”.

4 As “equipas de troca de trabalho” e as “equipas de troca e prestação de trabalho” eram, na região fronteira Xensi--Cansu-Ninsia, organizações de entre-ajuda colectiva na agricultura. A “troca de trabalho” era um meio de os camponeses reajustarem entre si a força de trabalho; revestia as seguintes formas: trocas de jornadas de trabalho-homem contra jornadas de trabalho-homem, jornadas de trabalho-animal contra jornadas de trabalho-animal, jornadas de trabalho-homem contra jornadas de trabalho-animal, etc. Os camponeses que aderiam às equipas de troca de trabalho realizavam, por rolamento e colectivamente, uma contribuição em força de trabalho humano ou animal à cultura das terras de cada família-membro. No apuramento de contas, tomava-se a jornada de trabalho como unidade de troca. Os que tivessem fornecido mais jornadas de trabalho-homem ou de trabalho-animal obtinham pagamento da diferença sobre aqueles que tivessem fornecido menos jornadas.

As “equipas de troca e prestação de trabalho” eram geralmente criadas pelos camponeses que não dispunham de terra bastante; além da troca de trabalho para ajuda mútua, os membros prestavam colectivamente trabalho às famílias com insuficiência de força de trabalho.

5 Ver “A Nossa Política Económica”, nota 2, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) Medida chinesa de superfície correspondente a 1/15 de hectare; dez fen equivale a um mu.

(2) Tchuke Liam (181-234), político e estratega da China feudal, apresentado como a personificação da inteligência e da astúcia, no romance histórico chinês Sancuo Ianyi.

O NOSSO ESTUDO E A SITUAÇÃO ACTUAL

(12 de Abril de 1944)

I

Desde o último Inverno, os quadros superiores do nosso Partido estão estudando o problema das duas linhas da história do Partido. Isso permitiu-lhes elevar consideravelmente o nível político. Muitas questões foram levantadas pelos camaradas ao longo desse estudo; sobre algumas questões importantes, o Birô Político do Comité Central chegou às conclusões seguintes:

1. Sobre a atitude a adoptar no estudo da nossa experiência histórica. O Comité Central sustenta que devemos ajudar os quadros a adquirir, do ponto de vista ideológico, uma compreensão perfeita das questões relativas à história do Partido e que devemos ao mesmo tempo adoptar uma política de indulgência nas decisões que tomamos com relação aos camaradas que cometeram erros no passado, a fim de que, por um lado, os quadros compreendam a fundo a experiência histórica do nosso Partido e não voltem a cair nos erros do passado e, por outro lado, para que possamos unir todos os camaradas para a obra comum. O nosso Partido, ao longo da sua história, travou grandes lutas contra as linhas erradas de Tchen Tu-siu e Li Li-san; essas lutas eram absolutamente necessárias. Contudo, registaram-se falhas nos

métodos usados. Por um lado, os quadros do Partido não foram levados a compreender a fundo, do ponto de vista ideológico, as causas desses erros, as circunstâncias em que foram cometidos e as medidas detalhadas para corrigi-los, de tal modo que erros de idêntica natureza voltaram a repetir-se. Por outro lado, insistiu-se demasiado nas responsabilidades pessoais de cada um; e também não conseguimos unir maior número de pessoas para a obra comum. Que essas duas falhas nos sirvam de advertência. Desta vez, no exame das questões relativas à história do Partido, devemos concentrar a nossa atenção não sobre as responsabilidades pessoais de certos camaradas, mas sobre a análise das circunstâncias em que os erros foram cometidos, sobre o que eram esses erros, suas origens sociais, históricas e ideológicas; há que proceder segundo o princípio de “tirar lições dos erros passados para evitar erros no futuro e tratar a doença para salvar o doente”, a fim de atingir-se o duplo objectivo de esclarecimento ideológico e unidade entre os camaradas. A circunspecção com que resolvemos os casos dos camaradas interessados, não os descaramos nem lhes causamos prejuízo, é uma prova da vitalidade e florescimento do nosso Partido.

2. Toda a questão, seja qual for, deve ser tratada de modo analítico, havendo que evitar de rejeitar tudo em bloco. Por exemplo, a linha seguida pela direcção central, durante o período que vai da Quarta Sessão Plenária¹ à Reunião de Tsuen-yi, deve ser analisada sob dois aspectos. Há que notar, por um lado, que a táctica política e militar e a política de quadros, adoptadas pelo órgão dirigente central nesse período, estavam erradas nos seus aspectos

principais e, por outro lado, salientar que os camaradas que cometeram erros não estavam em divergência connosco sobre questões tão fundamentais como a luta contra Tchiang Kai-chek, a prossecução da revolução agrária e a luta armada do Exército Vermelho. O próprio aspecto táctico exige aliás uma análise. Sobre a questão agrária, por exemplo, o erro desses camaradas foi adoptar uma política ultra--esquerda por força da qual não se atribuíam qualquer parcela de terra aos senhores de terras e se distribuía as terras más aos camponeses ricos; mas eles estavam de acordo connosco sobre o confisco das terras dos senhores de terras, para distribuí-las aos camponeses com pouca ou nenhuma terra. A análise concreta duma situação concreta, disse Lenine, é “o mais essencial, a alma viva do Marxismo”². Muitos dos nossos camaradas, que não possuem um espírito analítico, não procuram analisar nem estudar de maneira repetida e aprofundada as coisas ou fenómenos complexos, preferindo chegar a conclusões simplistas, absolutamente afirmativas ou absolutamente negativas. O facto de não haver artigos analíticos nos nossos jornais e de o hábito de análise não ser suficientemente cultivado no seio do Partido mostra que tais insuficiências continuam a existir entre nós. Há que remediar de agora em diante esse estado de coisas.

3. Sobre a discussão dos documentos do VI Congresso do Partido. Importa notar que esse congresso adoptou uma linha justa no essencial, pois definiu a revolução actual como uma revolução democrático-burguesa e a situação da época como um intervalo entre dois períodos de auge revolucionário,

condenou o oportunismo e o putchismo e promulgou o Programa em Dez Pontos³. Tudo isso foi justo. Mas o Congresso teve também os seus defeitos. Citemos entre tais lacunas ou erros, o de não ter posto em evidência o carácter extremamente pro-longado da revolução chinesa e a enorme importância das bases rurais nessa revolução. Seja como for, porém, o Congresso desempenhou um papel progressista na história do nosso Partido.

4. A direcção central provisória formada em Xangai, em 1931, e a Quinta Sessão Plenária^{1*} que esta convocou a seguir, eram ou não legais? O Comité Central estima que ambas eram legais mas importa sublinhar que o processo de eleição era defeituoso, havendo que reter isso como lição da história.

5. Sobre a questão das facções na história do Partido. Convém indicar que em consequência de várias modificações ocorridas depois da Reunião de Tsuen-yi, as facções que existiam no passado e desempenharam um papel nefasto na história do Partido, desapareceram. No nosso estudo actual sobre as duas linhas no seio do Partido, torna-se absolutamente necessário mostrar que elas realmente existiram e desempenharam esse papel nefasto. Mas seria falso pensar que existem ainda facções com os erróneos programas políticos e formas de organização do passado, depois de todas as modificações registadas no seguimento das inúmeras lutas que se desenvolveram no seio do Partido: em Janeiro de 1935, na Reunião de Tsuen-yi; em Outubro de 1938, na Sexta Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso; em Setembro de 1941, na Reunião Ampliada do Biró Político⁵; durante o movimento de rectificação realizado

em todo o Partido em 1942, e no movimento começado no Inverno de 1943 para estudo das lutas que opuseram as duas linhas no interior do Partido. As velhas facções desapareceram. O que ficou são sobrevivências das concepções dogmáticas e empíricas que, aliás, podemos eliminar, prosseguindo em profundidade o nosso movimento de rectificação. Actualmente, porém, constata-se que em todo o nosso Partido um fenómeno grave: o particularismo montanhês⁶, tendência que se caracteriza pela cegueira política. Por exemplo, há uma falta de compreensão, respeito e solidariedade entre os camaradas de diversas unidades, que se origina em diferenças relativas ao passado de luta, diferenças entre as regiões onde trabalham (entre tal e tal base de apoio, entre as regiões ocupadas pelos japoneses e as regiões controladas pelo Kuomintang e as bases revolucionárias) e diferenças entre os seus departamentos de trabalho (entre tal e tal unidade do exército, entre tal trabalho e tal outro); esse fenómeno parece banal mas, na realidade, prejudica seriamente a unidade do Partido e o reforço da sua capacidade de combate. As raízes sociais e históricas do particularismo montanhês residem no facto de, na China, a pequena burguesia ser particularmente numerosa e as nossas bases rurais terem estado, desde há muito, isoladas umas das outras pelo inimigo; a causa subjectiva é a insuficiência de educação no interior do Partido. Assinalar essas causas, persuadir os nossos camaradas a eliminar a cegueira e a elevar o nível de consciência política, eliminar o que os separa ideologicamente, promover a compreensão e respeito mútuos, de modo a realizar a grande unidade de todo o Partido, tal é a impor-

tante tarefa que se nos impõe hoje em dia.

A clara compreensão dessas questões por todos os membros do Partido assegurará não só o sucesso do estudo que fazemos actualmente como também a vitória da revolução chinesa.

II

A situação actual apresenta duas características: uma é o reforço da frente antifascista e o declínio da frente fascista e a outra, no próprio seio da frente antifascista, é o crescimento das forças populares e o declínio das forças anti-povo. A primeira característica é evidente e constata-se facilmente. Hitler será brevemente vencido e os agressores japoneses cerrem também para a derrota. A segunda característica não está ainda tão evidente, nem todos podem distingui-la facilmente, mas está a tornar-se cada dia mais manifesta, tanto na Europa, na Inglaterra e nos Estados Unidos, como na China.

Deve explicar-se o crescimento das forças populares na China com o nosso Partido ocupando o centro do quadro.

Podem distinguir-se três etapas no desenvolvimento do nosso Partido durante a Guerra de Resistência. A primeira vai de 1937 a 1940. Em 1937 e 1938, ou seja, durante os dois primeiros anos dessa etapa, os militaristas japoneses consideravam seriamente o Kuomintang e faziam pouco caso do Partido Comunista, pelo que lançavam as suas forças principais contra a frente do Kuomintang; na sua política relativamente a este último, a

ofensiva militar constituía o elemento principal e a acção política para incitá-lo a capitular era o elemento secundário. Quanto às bases anti-japonesas dirigidas pelo nosso Partido, dispensavam-lhes pouca importância, julgando que não representavam mais que um punhado de comunistas empenhados em acções de guerrilhas. Mas depois de ocuparem Vuhan, em Outubro de 1938, os imperialistas japoneses começaram a mudar de política, tomando a sério o Partido Comunista e fazendo pouco caso do Kuomintang; com relação a este, a acção política para incitá-lo a capitular transformou-se no elemento essencial e a ofensiva militar no elemento secundário. Ao mesmo tempo, deslocaram pouco a pouco as suas forças principais, para lançadas contra os comunistas, dando-se conta de que já não era o Kuomintang, mas sim o Partido Comunista, que deviam recer. Em 1937 e 1938, o Kuomintang despendia mais esforços na Guerra de Resistência e as suas relações com o nosso Partido ainda eram relativamente boas; apesar das inúmeras restrições, ele deixava ao movimento popular anti-japonês uma maior liberdade de acção. Mas depois da queda de Vuhan, as suas derrotas na guerra e a sua hostilidade crescente ao Partido Comunista levaram-no a tornar-se cada vez mais reaccionário, mais activo na luta anticomunista e mais passivo na Guerra de Resistência. Em consequência dos reveses sofridos na guerra civil, o Partido Comunista não tinha em 1937 mais do que cerca de quarenta mil membros organizados e um exército que dificilmente excedia trinta mil homens. Era por isso que os militaristas japoneses lhe atribuíam tão pouca importância. Mas em 1940 os efectivos do Par-

tido atingiam já os oitocentos mil membros, o nosso exército chegou a cerca de quinhentos mil homens e a população das bases de apoio perfazia um total de perto de cem milhões de habitantes, se contamos todos os que só a nós pagavam impostos em cereais e ainda os que deviam, além disso, pagá-los também às autoridades japonesas e fantoches⁷. Em poucos anos o nosso Partido estendeu tanto o teatro de operações formado pelas regiões libertadas que conseguimos impedir, durante cinco anos e meio, toda a ofensiva estratégica das forças principais do invasor japonês contra a frente do Kuomintang, conseguimos atrair sobre nós essas forças, e fazer sair o Kuomintang da situação crítica reinante no seu próprio teatro de operações e sustentar uma guerra de resistência prolongada. Mas, durante essa primeira etapa, certos camaradas no nosso Partido cometeram um erro: subestimaram o imperialismo japonês (foi assim que ignoraram o carácter prolongado e cruel da guerra, preconizaram a primazia da guerra de movimento realizada com grandes formações e minimizaram o papel da guerra de guerrilhas), contaram com o Kuomintang e, por falta de lucidez, não souberam aplicar uma política independente (donde o seu capitulacionismo frente ao Kuomintang e a sua hesitação em mobilizar com audácia as massas para criar bases democráticas anti-japonesas na retaguarda do inimigo e aumentar amplamente os efectivos das forças armadas dirigidas pelo nosso Partido). Por outro lado, os novos membros, recrutados em grande número pelo Partido, não tinham experiência e as nossas bases de apoio, de estabelecimento recente por detrás das linhas inimigas, não estavam ainda consoli-

dados. Durante essa etapa, manifestou-se uma certa suficiência no nosso Partido, em resultado do desenrolar dos acontecimentos, da expansão do nosso Partido e nossas forças armadas, e muitos dos nossos membros encheram-se de orgulho. Não obstante, nessa etapa vencemos o desvio de direita no Partido e aplicámos uma política independente; não somente golpeámos o imperialismo japonês, criámos bases de apoio e desenvolvemos o VIII Exército e o Novo IV Exército, nós também derrotámos a primeira campanha anticomunista do Kuomintang. Os anos 1941 e 1942 constituem a segunda etapa. Com vista à preparação e prossecução da guerra contra a Inglaterra e os Estados Unidos, os imperialistas japoneses intensificaram a aplicação da política que tinham adoptado após a queda de Vuhan, fazendo incidir os ataques principais sobre o Partido Comunista e não mais sobre o Kuomintang; concentraram efectivos ainda maiores, dentre as suas forças principais, à volta de cada base de apoio dirigida pelo Partido Comunista, realizaram sucessivas campanhas de “limpeza” e aplicaram a sua política brutal de “queimar tudo, matar tudo e pilhar tudo”, centrando os ataques no nosso Partido. Assim, este último viveu nesses dois anos uma situação extremamente difícil. As nossas bases de apoio reduziram-se, a população diminuiu para menos de cinquenta milhões, o VIII Exército ficou reduzido a pouco mais de trezentos mil homens, as nossas perdas em quadros foram muito pesadas e as nossas finanças e economia muito duramente afectadas. Simultaneamente, o Kuomintang, sentindo-se com as mãos livres, atacou o nosso Partido por todos os processos, desencadeou uma segunda cam-

panha anticomunista e conjugou os seus ataques com os dos imperialistas japoneses. Mas a situação difícil edu-cou-nos, a nós comunistas, e aprendemos muito. Aprendemos a combater as campanhas de “limpeza” lançadas pelo inimigo, a sua política de “desgaste”⁸, a sua campanha de “reforço da segurança pública”⁹, a sua política de “queimar tudo, matar tudo e pilhar tudo” e de arrancar aos nossos retractações políticas. Aprendemos, ou começámos a aprender, a prática do “sistema dos três terços” nos órgãos do poder da frente única, a prática da política agrária, a realização do movimento de rectificação dos três estilos — estilo de estudo, estilo do Partido nas suas relações internas e externas e estilo dos nossos escritos —, a prática da política de “menos tropas mas melhores e uma administração simplificada”, assim como a da unificação da direcção, a realização do movimento de “apoio ao governo e preocupação pelo povo”, enfim, o desenvolvimento da produção; e eliminámos vários defeitos, entre os quais essa suficiência manifestada em muitos camaradas no decorrer da primeira etapa. Embora tendo sofrido pesadas perdas durante essa segunda etapa, nós aguentámo-nos; por um lado repelimos os ataques do invasor japonês e, por outro lado, rechacámos a segunda campanha anticomunista do Kuomintang. Em resultado dos ataques do Kuomintang ao Partido Comunista e das lutas que em legítima defesa tivemos de sustentar contra a sua política anticomunista, surgiu novamente no Partido uma forma de desvio esquerdista; por exemplo, acreditando numa ruptura próxima da cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, lançaram-se excessivos ataques contra

os senhores de terras e não se cuidou de unir os não-comunistas. Mas também vencemos esse desvio. Na luta contra as fricções criadas pelo Kuomintang, afirmámos o princípio de razão, van-tagem e medida; no trabalho da frente única, sublinhámos a necessidade de unidade e luta e busca da unidade através da luta, o que nos permitiu manter a frente única nacional anti-japonesa nas nossas bases de apoio e no conjunto do país.

A terceira etapa vai de 1943 até hoje. As nossas medidas políticas tornaram-se mais eficazes; em particular, o movimento de rectificação dos três estilos e o desenvolvimento da produção deram resultados tão radicais que o nosso Partido atingiu no plano ideológico e material uma posição inex-pugnável. Além disso, aprendemos, ou começámos a aprender, a fazer o controle dos quadros e a lutar contra os agentes secretos. Foi nessas circunstâncias que as nossas bases de apoio tornaram a expandir-se, a sua população ascendeu a mais de oitenta milhões de habitantes — se contamos todos os que só a nós pagam impostos em cereais e ainda os que devem, além disso, pagá-los também às autoridades japonesas e fantoches — o nosso exército viu os seus efectivos subirem a quatrocentos e setenta mil homens e a milícia popular a dois milhões e duzentos e setenta mil, tendo o nosso Partido elevado o seu número de membros para mais de novecentos mil.

Em 1943, os militaristas japoneses não fizeram grandes alterações na política com a China e continuaram a dirigir contra o Partido Comunista os ataques principais. Há mais de três anos, isto é, a partir de 1941, que mais de sessenta por cento das tropas japonesas na China

caem com todo o seu peso sobre as bases anti-japonesas dirigidas pelo nosso Partido. Durante esses três anos e tal, as forças kuomintanistas deixadas na retaguarda inimiga — várias centenas de milhares de homens — foram incapazes de resistir aos golpes do imperialismo japonês; cerca de metade rendeu-se e metade quase foi aniquilada; só um pequeno número de homens sobreviveu, mas bateu em retirada. As tropas que capitularam frente ao inimigo voltaram--se em seguida contra o nosso Partido, o qual teve portanto de resistir a mais de noventa por cento das tropas fantoches. O Kuomintang teve de resistir a menos de quarenta por cento das forças japonesas e a menos de dez por cento das tropas fantoches. Ao longo dos cinco anos e meio que transcorreram após a queda de Vuhan em Outubro de 1938, os militaristas japoneses não lançaram qualquer ofensiva estratégica contra a frente do Kuomintang; apenas se registaram umas quantas operações relativamente importantes (no Tchequiam-Quiansi, em Tchancha, no ocidente de Hupei, no sul do Honan e em Tchante), que no fundo não foram senão puras incursões, ficando concentrado o essencial da sua atenção sobre as bases anti-japonesas dirigidas pelo nosso Partido. Em tal situação, a política adoptada pelo Kuomintang foi “retirar-se para a montanha” e “ver os outros pelejar”, contentando-se com parar os golpes quando o inimigo atacava e amar os braços quando este se retirava. Em 1943» O Kuomintang passou a uma política interna ainda mais reaccionária e lançou a terceira campanha anticomunista que, igualmente, fizemos fracassar.

De 1943 à Primavera deste ano, os agressores japoneses

não cessaram de perder terreno no teatro do Pacífico, enquanto que os Estados Unidos intensificaram a sua contra-ofensiva; agora, a oeste, Hitler cambaleia sob os golpes poderosos do Exército Vermelho soviético. Para evitar a morte, os imperialistas japoneses conceberam a ideia de forçar as vias férreas Pepim-Hancou e Cantão-Hancou em todo o seu comprimento, e, vendo que a sua política de incitamento do Kuomintang de Tehuntchim à capitulação ainda não dera resultado, concluíram ser necessário vibrar outro golpe; por isso elaboraram para este ano o plano de ofensiva de grande envergadura contra a frente do Kuomintang. A campanha de Honan¹⁰ prossegue há mais de um mês. O inimigo não empenhou nela mais que umas quantas divisões, mas mesmo assim as tropas do Kuomintang, constituídas por várias centenas de milhares de homens, debandaram sem dar batalha; só as tropas mistas foram capazes de opor certa resistência. Entre as forças comandadas por Tam En-po, os oficiais estão isolados dos soldados e as tropas isoladas da população; é a desordem completa, mais de dois terços dos efectivos perderam-se. Do mesmo modo, as divisões que Hu Tsum-nan enviou para o Honan ruíram ao primeiro embate. Toda essa situação resulta exclusivamente da política reaccionária seguida com rigor pelo Kuomintang nos últimos anos. Durante os cinco anos e meio após a queda de Vuhan, o teatro de operações das regiões libertadas dirigidas pelo Partido Comunista assumiu a pesada tarefa de resistir às forças principais do invasor e dos fantoches; embora sejam possíveis certas mudanças no futuro, estas só poderão ser passageiras, pois o Kuomintang, que se encontra num estado de de-

geração extrema em resultado da sua política reaccionária de resistência passiva ao Japão e luta activa contra os comunistas, sofrerá de certeza graves reveses. Isso tornará ainda mais pesada a tarefa do nosso Partido no combate ao invasor e seus fantoches. O que o Kuomintang ganhou, por ficar a olhar para os acontecimentos de braços cruzados durante cinco anos e meio, foi a perda da sua capacidade de combate. O que o Partido Comunista ganhou por lutar duramente durante cinco anos e meio, foi o reforço da sua capacidade de combate. Isto é o que decidirá do destino da China.

Como os camaradas podem constatar, nos sete anos que transcorreram desde Julho de 1937, as forças democráticas populares dirigidas pelo nosso Partido passaram sucessivamente pelas três fases seguintes: ascenso, descenso, novo ascenso. Repelimos os ataques brutais do invasor japonês, criámos extensas bases revolucionárias, desenvolvemos consideravelmente o Partido e o exército, derrotámos três grandes campanhas anticomunistas lançadas pelo Kuomintang e superámos as concepções erradas, de direita e de “esquerda”, no seio do Partido; o Partido ganhou rica e preciosa experiência. Tal é o balanço do nosso trabalho nos últimos sete anos.

A tarefa actual é prepararmo-nos para assumir responsabilidade ainda maior. Devemos preparar-nos para expulsar da China o agressor japonês, sejam quais forem as circunstâncias. Para que o Partido possa assumir tal responsabilidade, precisamos de desenvolver e consolidar ainda mais o Partido, o exército e as bases de apoio, preocupar-nos com o trabalho nas grandes cidades e ao longo das principais vias de comunicação e fazer com

que o trabalho nas cidades ganhe a mesma importância que o das bases de apoio.

Quanto às bases de apoio, os nossos esforços permitiram-nos ampliá-las extensamente na primeira etapa, sem que pudéssemos no entanto consolidá-las, razão por que se reduziram no decurso da segunda etapa, assim que sofreram violentos golpes do inimigo. Na segunda etapa, todas as bases anti-japonesas dirigidas pelo nosso Partido passaram por séria prova, de tal maneira que se registaram nelas grandes progressos relativamente à primeira etapa; os quadros e os membros do Partido deram um grande passo, quanto a nível ideológico e político, e aprenderam muita coisa que antes ignoravam. Mas o esclarecimento ideológico e o estudo da nossa política exigem tempo, e nós temos ainda muito que aprender. O Partido ainda não está suficientemente forte, suficientemente unido e consolidado, não podendo portanto assumir uma responsabilidade maior do que a que assume actualmente. Daqui em diante, a questão está em desenvolver e consolidar ainda mais o nosso Partido, o nosso exército e as nossas bases de apoio no desenrolar contínuo da Guerra de Resistência. Isso constitui o primeiro ponto indispensável na nossa preparação ideológica e material para a gigantesca tarefa do futuro. Sem tal preparação, não poderemos expulsar o invasor japonês nem libertar a totalidade da China.

O nosso trabalho nas grandes cidades e ao longo das principais vias de comunicação foi sempre muito insuficiente. Se não nos esforçamos agora por reunir à volta do Partido as dezenas de milhões de homens que constituem as massas trabalhadoras e os demais elementos

da população, oprimidos pelos imperia-listas japoneses no interior das grandes cidades e ao longo das principais linhas de comunicação, e se não preparamos insurreições armadas das massas, as nossas tropas e as nossas bases rurais ficarão impossibilitadas de coordenar-se com as cidades e terão de enfrentar incontáveis dificuldades. Por mais de dez anos vivemos nas regiões rurais e tivemos de enco-rajá os camaradas a conhecer bem o campo e a edificar bases de apoio rurais. No decorrer desse período, a tarefa de preparar insurreições nas cidades, tal como fora decidido pelo VI Congresso do Partido, não foi executada, nem podia sê-lo. Mas, agora, a situação é diferente e a resolução do VI Congresso há-de ser executada depois do VII Congresso. Este reunir-se-á provavelmente dentro em breve e há-de discutir a questão do reforço do nosso trabalho nas cidades e da conquista da vitória em escala nacional.

A conferência industrial da região fronteira Xensu-Cansu-Ninsia, actualmente reunida, reveste grande importância. Em 1937 a região fronteira tinha apenas setecentos operários; em 1942 esse número passou a sete mil e, agora, chegou a doze mil. Essas cifras não devem de modo algum considerar-se com ligeireza. Enquanto estamos nas bases de apoio temos de aprender a administrar bem a indústria, o comércio e as comunicações das grandes cidades, pois doutro modo não saberemos o que fazer quando chegar o momento. Assim, o segundo ponto indispensável da nossa preparação ideológica e material é tomar medidas com vista a insurreições armadas nas grandes cidades e ao longo das principais linhas de comunicação e aprender a administrar

a indústria e o comércio. Sem essa preparação seremos igualmente incapazes de expulsar o invasor japonês e libertar a totalidade da China.

III

Para conquistar novas vitórias devemos apelar para que os quadros se desembarquem das trouxas e ponham a máquina a andar. “Desembarçar-se das trouxas” significa libertar o espírito daquilo que o atravanca. Muitas coisas podem converter-se em fardos, em cargas, se nos aferramos a elas cega e inconscientemente. Vejamos alguns exemplos: quem tenha cometido erros pode começar a sentir que esses erros vão pesar-lhe eternamente, e ficar por consequência desencorajado; quem não tenha cometido erros pode começar a sentir-se infalível, convertendo-se então num vaidoso. A falta de sucesso no trabalho pode conduzir ao pessimismo e ao abatimento, enquanto que o êxito pode provocar vaidade e arrogância. Um camarada que tenha curta história de luta pode, por esse facto, começar a furtar-se às responsabilidades, ao passo que um veterano pode começar a julgar-se infalível em virtude do seu longo passado de luta. Um camarada operário ou camponês, orgulhoso pela sua origem de classe, pode começar a olhar de cima para um intelectual, enquanto que este, em virtude dos quantos conhecimentos que possui, pode começar a manifestar desdém pelo camarada operário ou camponês. Toda a qualificação profissional pode converter-se num capital que conduz à arrogância, vaid-

ade e desprezo pelos outros. A própria idade que se tem pode passar a constituir motivo para orgulho: os jovens que se julgam inteligentes e capazes podem começar a desprezar os velhos, e estes, julgando-se cheios de experiência, podem começar a desprezar os jovens. Tudo isso pode constituir uma carga, um fardo, se não se possui espírito crítico. Uma importante razão por força da qual certos camaradas se colocam acima das massas, se isolam destas e cometem erros atrás de erros, está no facto de carregarem ainda essas trouxas. Assim, constitui condição prévia e indispensável para ligar-se às massas e cometer cada vez menos erros, examinar as trouxas que se carregam, desembaraçar-se delas e libertar pois o espírito. Por várias ocasiões, na história do nosso Partido, se manifestou séria vaidade nas nossas fileiras, pagando nós caro por isso. Primeiro foi durante a primeira metade de 1927. O Exército da Expedição do Norte tinha chegado a Vuhan, e certos camaradas ficaram tão inchados, tão vaidosos, que esqueceram que o Kuomintang se aprestava para atacar-nos. O resultado foi o erro da linha de Tchen Tu-siu, que conduziu à derrota da revolução. A segunda vez foi em 1930. Aproveitando-se da guerra de grande envergadura que Tchiang Kai-chek fazia a Fom Lu-siam e Ien Si-xan¹¹, o Exército Vermelho ganhou algumas bata-lhas, e, de novo, certos camaradas incharam e ficaram vaidosos. O resultado foi o erro da linha de Li Li-san, que causou por seu turno perdas às forças revolucionárias. A terceira vez foi em 1931. O Exército Vermelho tinha esmagado a terceira campanha de “cerco e aniquilamento” lançada pelo Kuomintang, e, logo a seguir, ante o ataque nipó-nico, o povo da China

desencadeou o impetuoso movimento anti-japonês; certos camaradas incharam e envaideceram outra vez. O resultado foi um erro de linha ainda mais grave, que nos custou cerca de noventa por cento das forças revolucionárias que havíamos formado com tanto esforço. A quarta vez foi em 1938. Tinha-se iniciado a Guerra de Resistência e estabelecido a Frente Única; e de novo certos camaradas houve que incharam e se puseram vaidosos, o que os levou a um erro algo semelhante à linha de Tchen Tu-siu. E o trabalho revolucionário voltou a sofrer enormemente nos sectores em que se sentiu mais intensamente o efeito do erro ideológico desses camaradas. Em todo o Partido, os camaradas devem pois extrair uma lição desses exemplos de vaidade e erro. Recentemente, nós fizemos reimprimir o ensaio de Cuo Mo-jou sobre Li Tse-tchem¹², a fim de que os camaradas retirem um ensinamento dessa história e para que ninguém repita o erro de se envaidecer nos momentos de vitória. “Pôr a máquina a andar” significa usar utilmente o órgão do pensamento. Certos camaradas, embora nenhuma trouxa lhes atravesse o espírito e não obstante o mérito de estarem ligados às massas, não sabem reflectir ou não se dispõem a usar o cérebro para pensar intensamente, do que resulta não conseguirem cumprir as tarefas. Outros recusam-se a servir-se do cérebro porque levam trouxas que lhes embotam a inteligência. Lenine e Estaline aconselham-nos com frequência as pessoas a saber reflectir correctamente, e nós damos igual conselho. A função especial dessa máquina que é o cérebro é pensar. Meneio dizia que o “trabalho do espírito é pensar.”¹³ Ele definiu correctamente as funções do cérebro. Devemos

usar sempre o cérebro e reflectir bem sobre todas as coisas. Há um ditado que diz que “basta um franzir de sobrolho para que um estratagemma venha à mente” ou, por outras palavras, muita reflexão engendra sabedoria. Para nos desembaraçarmos do vício de agir às cegas, tão generalizado no nosso Partido, devemos encorajar os camaradas a reflectir, a dominar o método de análise e a cultivar o hábito de analisar. Há muito pouco desse hábito no nosso Partido. Se nos desembaraçarmos das trouxas e pusermos a máquina a andar, se marcharmos com cargas ligeiras e soubermos reflectir, venceremos seguramente.

NOTAS

1 Quarta Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso do Partido Comunista da China. A sessão realizou-se em Janeiro de 1931.

2 Ver V. I. Lenine, “O Comunismo”. Ver “Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária na China”, nota 9, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

3 Ver “Sobre a Táctica na Luta contra o Imperialismo Japonês”, nota 29, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

4 Quinta Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso do Partido Comunista da China. A sessão realizou-se em Janeiro de 1934.

5 A reunião examinou a questão da linha política seguida pelo Partido nos diversos períodos da sua história, particularmente no decurso da Segunda Guerra Civil Revolucionária.

6 O particularismo montanhês era uma tendência para a formação de facções que resultou sobretudo das condições duma guerra de guerrilhas prolongada, em que as bases revolucionárias rurais es-

tavam dispersas e isoladas umas das outras. As primeiras bases de apoio foram, na maioria, estabelecidas nas montanhas. Cada uma considerava-se unidade à parte, semelhante a um maciço isolado; daí a expressão particularismo montanhês para designar essa tendência errada.

7 Nas regiões relativamente estáveis das bases de apoio, a população só pagava impostos em cercais ao governo democrático anti-japonês. Mas nas regiões periféricas dessas bases e nas zonas de guerrilhas, submetidas constantemente à fustigação pelo inimigo, as populações eram muitas vezes obrigadas a realizar outro pagamento em cereais às autoridades japonesas e fantoches.

8 Após o fracasso das suas grandes ofensivas contra as bases de apoio, os imperialistas japoneses passaram do método de “engolir” rápido ao método do “desgaste” lento e progressivo do território dessas bases. Com a consolidação metódica dos territórios conquistados, o lançamento de ataques cuidadosamente preparados e a ocupação de sector após sector, tentavam reduzir o território das bases de apoio anti-japonesas e alargar o das regiões que controlavam.

9 Em Março de 1941, o invasor japonês e os traidores chineses no Norte da China anunciaram uma “campanha de reforço da segurança pública” que envolvia buscas, estabelecimento do sistema de caução solidária pao-tsia, controle de identidades em cada lar e organização de tropas fantoches, tudo para eliminar as forças anti-japonesas.

10 Em Março de 1944, o agressor japonês desencadeou a campanha de Honan onde engajou cinquenta a sessenta mil homens. Os quatrocentos mil homens do exército kuomintanista, comandados por Tchiam Tim-ven, Tam En-po e HuTsum-nan, debandaram literalmente diante do invasor. Trinta e oito distritos, entre os quais Tchendjou e Luoiam, caíram uns após outros nas mãos do inimigo. Tam En-po perdeu duzentos mil homens.

11 Guerra de grande envergadura entre caudilhos militares, ao longo das vias férreas Lom-hai e Tientsim-Pucou. Essa guerra durou seis meses, de Maio a Outubro de 1950, e as perdas sofridas pelas duas partes elevaram-se a trezentos mil homens.

12 Ensaio escrito por Cuo Mo-jou em 1944, sob o título

Tricentenário da Insurreição de 1644, em comemoração da vitória do levantamento camponês comandado por Li Tse-tchem, nos últimos anos da dinastia Mím. Aí se explica que o exército insurrecto foi vencido em 1645 porque, após a entrada em Pequim, em 1644, alguns dos seus chefes correram-se numa vida de luxo e devassidão, e estalou uma luta faccionária entre as suas fileiras. O ensaio saiu a público em Tchuntchim, no Singhuajepao, e foi editado mais tarde, em brochura, em Yen-an e outras localidades das regiões libertadas. 13 Extraído de Meneio, Livro XI, “Caotse”, parte I.

SERVIR O POVO

(8 de Setembro de 1944)

O nosso Partido Comunista, o VIII Exército e o Novo IV Exército dirigidos pelo Partido Comunista são batalhões da revolução. Tais batalhões são totalmente devotados à libertação do povo e trabalham inteiramente no interesse deste. O camarada Tcham Se-te1 era um combatente dessas fileiras revolucionárias.

Todo o homem tem de morrer um dia, mas nem todas as mortes têm o mesmo significado. Sema Tsien, escritor da China antiga, dizia: “Embora a morte colha a todos igualmente, a morte dum tem mais peso que o monte Tai, enquanto que a de outros pesa menos que uma pena”2. Morrer pelos interesses do povo tem mais peso que o monte Tai, mas empenehar-se ao serviço dos fascistas e morrer pelos exploradores e opressores do povo pesa menos que uma pena. O camarada Tcham Se-te morreu ao serviço dos interesses do povo, razão por que a sua morte pesa mais que o monte Tai.

Como servimos o povo, não receamos ver apontadas e criticadas as falhas que temos. Seja quem for pode apontar as nossas falhas pois, se tiver razão, nós corrigi-las-emos; e, se aquilo que propuser beneficiar o povo, agiremos de acordo com a proposta. A ideia de “menos tropas mas melhores e uma administração simplificada” foi-nos feita pelo senhor Li Tim-mim3, que não é comunista. A sugestão era boa, útil ao povo, nós adoptámo-la.

Se, no interesse do povo, persistimos no que é justo e corrigimos o que está errado, as nossas fileiras desenvolvem-se indubitavelmente.

Vimos dos quatro cantos do país, une-nos um objectivo revolucionário comum e devemos prosseguir no nosso caminho com a imensa maioria do povo. Hoje dirigimos já bases de apoio com uma população de 91 milhões de indivíduos”, mas isso ainda não é suficiente, pois precisamos de muitas mais bases se queremos libertar a totalidade da nação. Que nos momentos difíceis os camaradas não percam de vista os nossos sucessos, olhem para o nosso futuro luminoso e redobrem de coragem. O povo chinês sofre, é nosso dever arrancá-lo dessa situação, razão por que devemos lutar com todas as nossas forças. Onde há luta há sacrifício e a morte é coisa frequente. Mas nós trazemos no peito os interesses do povo e os sofrimentos da grande maioria do povo, morrer por este é dar pois à morte toda a sua dignidade. Contudo, há que reduzir ao mínimo os sacrifícios desnecessários. Os nossos quadros devem preocupar-se por cada um dos soldados e, nas filas da revolução, todos devemos cuidar uns dos outros, amar-nos e ajudar-nos mutuamente. No futuro, quando alguém tombar nas nossas fileiras, seja cozinheiro ou soldado, devemos celebrar a sua memória com uma cerimónia fúnebre por mais pequeno que seja o trabalho útil que tenha prestado. Isso deve converter-se numa regra. E tal prática deve também estender-se à população. Quando morrer alguém numa aldeia devemos organizar uma cerimónia em memória do defunto. Assim, exprimiremos a nossa dor e contribuiremos para a união da totalidade do povo.

NOTAS

- 1 Soldado do Regimento da Guarda do Comité Central do Partido Comunista da China. Enfileirou na revolução em 1933, fez a Grande Marcha e foi ferido em serviço. Foi um comunista que serviu lealmente os interesses do povo. Em 5 de Setembro de 1944, enquanto fabricava carvão de madeira nas montanhas do distrito de Ansei, norte do Xensi, morreu em consequência do desmoronamento dum forno de carvão.
- 2 Sema Tsien, célebre escritor e historiador chinês do século II A.C., autor de Memórias Históricas em 130 capítulos. A citação é tirada da sua “Resposta à Carta de Jen Shao-tchim”.
- 3 Nobre esclarecido do norte de Xensi que foi eleito vice-presidente do Governo da Região Fronteiriça Xensi-Cansu--Ninsia.
- 4 Número total da população da região Xensi-Cansu-Ninsia e de outras regiões libertadas no Norte, Centro e Sul da China.

A PROPÓSITO DO DISCURSO DE TCHIANG KAI-CHEK NA FESTA DO DUPLO DEZ

(11 de Outubro de 1944)

Um dos traços marcantes do discurso proferido por Tchiang Kai-chek, na Festa do Duplo Dez(1), foi a ausência de qualquer conteúdo e a não resposta a qualquer das questões que preocupam o povo. Tchiang Kai-chek declara que, como subsistem ainda vastos territórios na grande retaguarda, não há razão de recear o inimigo. Até aqui, não se notou ainda entre os dirigentes autocráticos do Kuomintang qualquer intenção ou capacidade para introduzir reformas políticas e manter o inimigo em cheque, estando o “território” convertido no único capital sobre que podem recolher-se para resistir. Ora, todos sabem que por si só esse capital é insuficiente; com efeito, sem uma política justa, sem esforço humano, o território que resta vê-se constantemente ameaçado pelo imperialismo japonês. Tchiang Kai-chek sente, talvez muito vivamente, essa ameaça, e o reflexo disso é que não parou ainda de assagurar ao povo que a ameaça não existe, indo ao ponto de declarar: “Desde que fundei o exército na Academia Militar de Huampu, há vinte anos, a revolução nunca viveu situação tão estável como hoje”. E os seus apelos repetidos para que “não se perca a confiança em si próprio”, revelam justamente que muitos nas fileiras kuomintanistas, bem como muitas figuras pro-

eminentes nas regiões controladas por esse partido, já perderam essa confiança. Tchiang Kai-chek anda à busca dum processo de fazê-la reviver. Mas, para isso, em vez de proceder a um exame da política ou trabalho prosseguidos no domínio político, militar, económico e cultural, rejeita as críticas e tenta justificar os erros cometidos. Pretende que os “observadores estrangeiros” “ignoram todos o fundo da questão”, e que, se “no estrangeiro se emite uma profusão de críticas a respeito dos nossos assuntos militares e políticos”, é porque se dá crédito às “invenções mal-intencionadas do agressor e dos traidores à nação”. É bem curioso que estrangeiros como Roosevelt se juntem a kuomintanistas como Som Tchim-lim, bem como a numerosos membros do Conselho Político Nacional e a todos os chineses que não perderam a consciência, numa recusa em acreditar nas belas alegações de Tchiang Kai-chek e seus fiéis seguidores, e, igualmente, “emitam uma profusão de críticas a respeito dos nossos assuntos militares e políticos”! Bastante contrariado, Tchiang Kai-chek procurava desde há muito um argumento que gostaria que fosse decisivo, mas só este ano, na Festa do Duplo Dez, é que o descobriu — toda essa gente acredita nas “invenções mal-intencionadas do agressor e dos traidores à nação”. Assim é que, no seu discurso, se alongou veementemente numa denúncia dessas “invenções mal-intencionadas do agressor e dos traidores à nação”. Ele pensa, com tal denúncia, amodaçar quer chineses quer estrangeiros. E os que voltarem à “profusão de críticas” a respeito dos seus assuntos militares e políticos serão, pura e simplesmente, condenados como crentes em “invenções mal-intencionadas

do agressor e dos traidores à nação”! Nós consideramos absolutamente ridícula essa acusação de Tchiang Kai-chek. Na realidade os agressores e os traidores à nação nunca fizeram críticas, pelo contrário, aplaudiram com calor a autocracia kuomintanista, a sua inércia na resistência, a corrupção, a incapacidade, os decretos fascistas e as ordens militares derrotistas do governo do Kuomintang. O Destino da China, esse livro de Tchiang Kai-chek que causou descontentamento geral, obteve louvores repetidos e cordiais da parte dos imperialistas japoneses. Nunca os agressores e os traidores à nação disseram uma só palavra sobre a reorganização do Governo Nacional e respectivo alto comando, pois a sua esperança é exactamente que esse governo e esse comando, que oprimem dia após dia o povo e sofrem derrota após derrota, se mantenham. Acaso não constitui um facto que Tchiang Kai-chek e o seu grupo têm sido desde sempre alvo de incitações à capitulação por parte do imperialismo japonês? Não é um facto também que das duas palavras de ordem avançadas inicialmente pelos imperialistas japoneses, uma, “liquidar o Kuomintang”, já está desde há muito abandonada, enquanto que a outra, “combater o Partido Comunista”, continua de pé? Até este momento os imperialistas japoneses ainda não declararam guerra ao governo kuomintanista e, como dizem, não há qualquer estado de guerra entre o Japão e tal governo! Na região Xangai-Nanquim-Nimpo, os haveres dos altos senhores do Kuomintang têm sido sempre bem protegidos pelo agressor e pelos traidores à nação. O chefe militar japonês, Shunroku Hata, enviou representantes seus a Fon-hua, com oferendas para o

título dos antepassados de Tchiang Kai-chek. Secretamente, os homens de confiança de Tchiang Kai-chek enviam emissários que, em Xangai e outros pontos, quase sem interrupção mantêm contactos com os agressores japoneses e procedem com estes a negociações clandestinas. Esses contactos e negociações multiplicam-se sobretudo quando se intensificam os ataques do agressor japonês. Acaso não são tais factos reais? Os que “emitem uma profusão de críticas” a respeito dos assuntos militares e políticos de Tchiang Kai-chek e seu grupo será que ignoram realmente “o fundo da questão” ou será que, pelo contrário, o conhecem perfeitamente? No fim de contas, em que reside “o fundo da questão”? Nas “invenções mal-intencionadas do agressor e dos traidores à nação” ou no próprio Tchiang Kai-chek e na gente do seu grupo?

Numa outra passagem do seu discurso, Tchiang Kai-chek nega a eventualidade de guerra civil na China. No entanto acrescenta: “Seguramente, nin-guém mais ousará trair a República e sabotar a Resistência, como Uam Tsim-vei e seus comparsas”.

Aí, o que Tchiang Kai-chek busca é um pretexto para desencadear a guerra civil, e encontrou-o. Todo o chinês que tenha memória há-de recordar--se que, em 1941, no exacto momento em que os traidores da Pátria ordenaram a dissolução do Novo IV Exército e o povo chinês se ergueu para conjurar o perigo de guerra civil, Tchiang Kai-chek fez um discurso em que declarou nunca mais dever produ-zir-se uma guerra de “extermínio dos comunistas” e que, a ter de produzir-sc uma guerra, esta não poderia ser mais que uma expedição punitiva, con-

tra rebeldes. Os que leram O Destino da China hão-de lembrar-sc também que nesse livro Tchiang Kai-chek pretende que em 1927, na época do governo de Vuhan, o Partido Comunista da China estava de “convivência” com Uam Tsim-vei. E nas resoluções da XI Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang, em 1943, colou-se ao Partido Comunista da China um rótulo de oito caracteres significando “sabotar a Resistência e pôr em perigo o Estado”. Hoje, ao ler-se o último discurso de Tchiang Kai-chek, sente-se que o perigo de guerra civil não somente existe como está até aumentando. Daqui em diante, o povo chinês tem de guardar bem gravado no espírito que, um belo dia, Tchiang Kai-chek ordenará uma expedição punitiva contra pretensos rebeldes, e a acusação será “trair a República”, “sabotar a Resistência” e fazer “como Uam Tsim-vei e seus comparsas”. Tchiang Kai-chek é mestre nesse jogo; se ele nada vale para denunciar rebeldes como Pam Pim-chiun, Suen Liam-tchem, Tchen Siao-tchiam¹, e realizar contra eles expedições punitivas, é em contrapartida mestre em declarar “rebeldes” o Novo IV Exército na China Central e os destacamentos de desafio à morte² que operam no Xansi, e, muito particularmente, em lançar expedições punitivas contra eles. Em caso nenhum deverá o povo chinês esquecer que Tchiang Kai-chek, embora afirmando não pretender desencadear a guerra civil, já despachou tropas da ordem dos setecentos e setenta e cinco mil homens que se encontram agora exclusivamente ocupadas no cerco e ataque do VIII Exército, do Novo IV Exército e dos destacamentos populares de guerrilhas que se batem na China Meridional.

Ao discurso de Tchiang Kai-chek falta qualquer conteúdo positivo; em nada responde ao desejo ardente do povo chinês de reforçar a frente anti-japonesa. Negativamente, esse discurso está cheio de perigos. A atitude de Tchiang Kai-chek torna-se cada dia mais insólita, como o demonstra a sua oposição obstinada em proceder às mudanças políticas reclamadas pelo povo, a hostilidade violenta ao Partido Comunista da China e a enunciação do pretexto para a guerra civil anticomunista que pre-para. Mas nenhum dos seus esquemas há-de resultar. Ao recusar-se a mudar de comportamento, ele não faz mais que levantar uma pedra para deixá-la cair depois sobre os próprios pés. Nós esperamos sinceramente que mude de comportamento, já que isso só poderá levá-lo a uma posição insustentável. Uma vez que declarou que “seria concedida uma maior latitude à expressão de opiniões”³, não devia mais ameaçar os que “emitem uma profusão de críticas” nem fazê-los calar-se com essa acusação caluniosa de acreditarem nas “invenções mal-intencionadas do agressor e dos traidores à nação”. Uma vez que afirmou que “o período da tutela política será abreviado”, não devia mais rejeitar o pedido de reorganização do governo e do alto comando. Uma vez que proclamou que a “questão do Partido Comunista será resolvida por meios políticos”, não devia mais empenhar-se em buscar pretextos para preparar a guerra civil.

NOTAS

1 Pam Pim-chiun, Suen Liam-tchem e Tchen Siao-tchiam eram generais kuomintanistas que, sucessivamente, passaram abertamente para o campo do agressor japonês.

2 Forças armadas anti-japonesas da população de Xansi, constituídas logo após o início da Guerra de Resistência, sob a direcção e influência do Partido Comunista. Ver “Unir Todas as Forças Anti-japonesas c Combater os Anticomunistas Obstinaados”, nota 3, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo II.

3 A partir de 1944, o povo das regiões controladas pelo Kuomintang passou a exigir por toda a parte a supressão do regime ditatorial do Kuomintang, a instauração da democracia e a garantia da liberdade de palavra. Para apaziguar as exigências prementes do povo, em Abril de 1944 o Kuomintang anunciou, pro forma, que “seria concedida uma maior latitude à expressão de opiniões”, c, cm Maio, no decurso da XII Sessão Plenária, o Comité Executivo Central kuomintanista proclamou “a garantia da liberdade de palavra”. O Kuomintang não manteve uma só das promessas que se vira forçado a fazer e, ante a expansão do movimento popular pela democracia, multiplicou as medidas para estrangular a opinião popular.

NOTAS DO TRADUTOR

1 O Duplo Dez, dito doutro modo, o 10 de Outubro, é o dia da Insurreição de Vutcham, inauguradora da Revolução de 1911 que abateu o regime autocrático dos Tsins.

A FRENTE ÚNICA NO TRABALHO CULTURAL*

(30 de Outubro de 1944)

O objectivo de todo o nosso trabalho é abater o imperialismo japonês. Tal como Hitler, os imperia-listas japoneses aproximam-se da sepultura. Mas devemos prosseguir nos nossos esforços pois só as-sim poderemos abatê-los definitivamente. No nosso trabalho, a guerra vem em primeiro lugar, depois vem a produção e depois a cultura. Tropas sem cultura são tropas igno-rantes e tropas assim não podem vencer o inimigo.

A cultura nas regiões libertadas tem o seu lado progres-sista, mas conserva ainda algo de atrasado. Nelas existe já uma cultura nova, cultura do povo, mas mantêm-se ainda bastantes marcas de sobrevi-vências feudais. Na região fronteiriça Xensi-Cansu--Ninsia, entre um milhão e meio de habitantes há mais de um milhão de analfabetos e dois mil curandeiros e a superstição con-tinua a exercer influência sobre as grandes massas. É um inimigo escondido no espírito das massas. E a luta contra esse inimigo revela-sc frequentemente mais árdua que a luta contra o imperialismo japonês. Devemos apelar para que as massas se levantem contra o analfa-betismo, superstições e hábitos anti-higicnicos. Para essa luta é indispensável uma frente única ampla. E a frente deve ser particularmente ampla na região fronteiriça

Xensi-Cansu-Ninsia, região de tão escassa população, de tão difíceis vias de comunicação, de nível cultural tão baixo e, além disso, vivendo uma situação de guerra. As-sim, no domínio da instrução pública, precisamos não somente de escolas primárias e secundárias regulares, todas concentradas, mas também de escolas rurais não regulares, dispersas por toda a parte, círculos de leitura de jornais e grupos para aprender a ler e escrever. Ao lado das escolas modernas, devemos igualmente uti-lizar, transformando-as, as escolas rurais de tipo velho. No domínio da arte, não necessitamos apenas de tea-tro moderno, necessitamos também de tebitebanr e ianco. Não necessitamos apenas de tchintcham e ianco novos, precisamos também, reorganizando-as progres-sivamente, das equipas do velho teatro e das equipas de ianco antigo, que constituem noventa por cento do total das equipas de ianco. O que acaba de dizer-sc aplica-se com mais validade à medicina. Na região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia, a mortalidade entre a população c o gado é muito elevada e muita gente acredita ainda nos curandeiros. Em tais circunstâncias, apoiar-se apenas na medicina moderna não é solução. Evidentemente, os médicos modernos têm vantagens sobre os médicos an-tigos, mas se não se preocupam com os sofrimentos do povo, se não formam um pessoal médico para o povo, se não se unem aos médicos e aos veterinários do tipo antigo, que são mais de um milhar na região fronteiriça, se não os ajudam a progredir, estarão no fim de contas a prestar serviço aos curandeiros, ficarão indiferentes à elevada taxa de mortalidade da população e do gado. A frente única implica dois princípios: o primeiro é a

união e o segundo é a crítica, a educação e a transformação. Se está errado adoptar no seio da frente única uma posição capitulacionista, é igualmente falso praticar um sectarismo que leva a afastar as pessoas e a desprezá-las. Temos como tarefa aliar-nos aos intelectuais do tipo velho, aos artistas e médicos da velha escola que podem ser-nos úteis, e ajudá-los, convencê-los, transformá-los. Para transformá-los há que, primeiro, unir-nos a eles. Se nos desempenhamos adequadamente dessa tarefa, eles farão uma boa recepção à nossa ajuda.

A nossa cultura é uma cultura do povo. Os nossos trabalhadores da cultura devem servir o povo com a maior devoção; devem ligar-se às massas, não desligar-se delas. Para ligar-se às massas importa agir de acordo com as necessidades e aspirações das massas. Todo o trabalho para as massas deve partir das necessidades destas, e não do desejo deste ou daquele indivíduo, ainda que bem-intencionado. Acontece frequentes vezes que, objectivamente, as massas necessitam de certa mudança mas, subjectivamente, não estão ainda conscientes dessa necessidade, não a desejam ou ainda não estão determinadas a realizá-la. Nesse caso devemos esperar pacientemente. Não devemos realizar tal mudança senão quando, em virtude do nosso trabalho, a maioria das massas se tenha tornado consciente dessa necessidade e esteja desejosa e determinada a realizá-la. Doutro modo, isolamo-nos das massas. Enquanto as massas não estão conscientes e desejosas, toda a espécie de trabalho que requer a sua participação resulta em mera formalidade e termina num fracasso. O “devagar se vai ao longe”² não traduz uma oposição à rapidez, mas sim ao putschismo.

O putschismo é que conduz inevitavelmente ao fracasso. Isso é justo para todos os trabalhos, sobretudo para o trabalho cultural e educativo, transformador da ideologia das massas. Há dois princípios aqui: um, é o das necessidades reais das massas, e não aquilo que imaginamos serem as suas necessidades; o outro, é o do desejo livremente expresso pelas massas, as decisões que estas tomam por si próprias, e não as decisões que nós tomamos em seu lugar.

NOTAS

1 Ópera antiga da província de Xensi. Como outrora essa província estava situada no reino de Tchín, daí lhe ficou o nome.

2 Palavras de Confúcio. Ver Conversações, capítulo “Tse Lu”.

NOTAS DO TRADUTOR

1 Dança popular acompanhada de canto e música

APRENDER A FAZER O TRABALHO ECONÓMICO

(10 de Janeiro de 1945)

Heróis do trabalho, trabalhadores-modelo!

Vocês participaram nesta conferência e fizeram o balanço das vossas experiências; nós saudamo-vos e rendemo-vos homenagem. Vocês têm três qualidades e desempenham três papéis. Primeiro, o papel de promotores. Por outras palavras, com os vossos esforços magníficos e as vossas múltiplas inovações, o vosso trabalho converteu-se num exemplo para todos; vocês elevaram as normas do trabalho e inspiraram os demais a aprender convosco. Segundo, o papel de ossatura. Vocês, na maioria, ainda não são quadros, mas constituem já a ossatura, o núcleo das massas; convosco tornou-se mais fácil fazer avançar o nosso trabalho. No futuro poderão chegar a quadros, no momento vocês são apenas uma reserva de quadros. Terceiro, o papel de ponte. Vocês são a ponte que liga os dirigentes às grandes massas. Por vosso intermédio, as opiniões das massas são transmitidas à direcção e as opiniões da direcção transmitidas às massas.

Vocês têm muitas qualidades, vocês prestaram grandes serviços, mas guardem-se de toda a presunção. É justo que sejam respeitados por toda a gente, mas isso pode conduzir-vos facilmente à presunção. Se se tornarem orgulhosos, se vos faltar modéstia, se não fizerem mais es-

forços, se não respeitarem os outros nem respeitarem os quadros e as massas, deixarão de ser heróis, deixarão de ser modelo. Houve casos assim no passado, mas espero que não sigam tal exemplo.

Esta conferência fez o balanço da vossa experiência. É um balanço bom, que vale tanto aqui como nas outras regiões, mas sobre isso não vou alargar-me agora. O que pretendo é apenas dizer algumas palavras sobre o nosso trabalho económico.

Nestes últimos anos nós começámos a aprender a trabalhar no plano económico e já alcançámos importantes êxitos, mas isso foi apenas um começo; precisamos de fazer com que, em dois ou três anos, a região fronteira Xensi-Cansu--Ninsia e as outras regiões libertadas, na retaguarda do inimigo, satisfaçam por si mesmas a totalidade ou a maior parte das suas necessidades em cereais e artigos manufacturados e disponham inclusivamente de excedentes. Temos que obter ainda maiores êxitos na agricultura, indústria e comércio. Só então poderemos considerar-nos como alguém que aprendeu melhor a questão do trabalho económico e o realiza melhor. Quando numa região as condições de vida do exército e da população não melhoram, a base material para a contra-ofensiva permanece instável e a agricultura, a indústria e o comércio não se desenvolvem anualmente, mas pelo contrário mantêm-se estacionários ou até acusam um retrocesso, torna-se evidente que os quadros do Partido, do governo e do exército não aprenderam a fazer o trabalho económico, e esbarra-se de certeza com enormes dificuldades.

Há um problema para o qual tenho mais uma vez de

chamar a atenção de todos: é o facto de as nossas ideias precisarem de adaptar-se ao meio em que directamente vivemos. Esse meio, hoje em dia, é o campo, não há como duvidar disso. Com efeito, quem poderá ignorar que de facto vivemos no campo? Não obstante, é uma evidência que não se impõe a todos. Muitos dos nossos camaradas não compreendem realmente o campo ou, pelo menos, não o conhecem a fundo, embora aí vivam todos os dias e julguem até que o entendem. Eles não partem do facto de que o nosso meio ambiente é o campo baseado em economia individual, dividido pelo inimigo e, por consequência, empenhado numa guerra de guerrilhas. Assim, é geralmente de modo incorrecto ou pouco adequado que manejam as questões políticas, militares, económicas e culturais, os problemas do Partido e os problemas levantados pelos movimentos dos operários, camponeses, jovens e mulheres. Abordam as questões rurais partindo duma perspectiva urbana, elaboram subjectivamente numerosos planos inadequados e impõem arbitrariamente a respectiva execução de tal modo que batem frequentes vezes com a cabeça na parede. É certo que, nos últimos anos, graças ao movimento de rectificação e em razão até dos fracassos registados no próprio trabalho, os camaradas fizeram muito progresso. Mas devemos velar por adequar perfeitamente as nossas ideias ao meio; só assim poderemos obter resultados, rapidamente e em todos os domínios do nosso trabalho. Se compreendemos realmente que o meio em que nos encontramos são bases rurais, baseadas na economia individual, separadas umas das outras pelo inimigo e, consequentemente, empenhadas numa

guerra de guerrilhas, e se fazemos tudo a partir disso, os resultados poderão parecer lentos e não espectaculares. Mas o que não representará na prática, quando comparados com os resultados que conseguiríamos partindo doutro ponto de vista, por exemplo do ponto de vista urbano? Longe de lentos, os nossos resultados revlar-se-ão, pelo contrário, bem rápidos. Efectivamente, se par-tirmos do ponto de vista urbano, se nos desligarmos da realidade presente, a questão não será mais a dos resultados lentos ou rápidos mas sim a duma série de fracassos e um insucesso completo.

Isso é o que prova de modo gritante o enorme êxito alcançado pela forma actual do movimento de produção que, em resposta ao nosso apelo, realizaram o exército e as populações.

Nós pretendemos golpear o agressor japonês e preparar-nos para recuperar as cidades e os territórios perdidos. Mas como poderemos chegar a isso se nos encontramos em regiões rurais baseadas na economia individual, cortadas umas das outras pelo inimigo e empenhadas numa guerra de guerrilhas? Não podemos imitar o Kuomintang, que não mexe sequer um dedo e depende exclusivamente do estrangeiro, até mesmo para artigos de consumo corrente como os tecidos de algodão. Somos pelo apoio nas nossas próprias forças. Esperamos obter uma ajuda exterior, mas não devemos ficar dependentes dela. Contamos com os nossos esforços, com a força criadora de todo o nosso exército e de todo o nosso povo. E que método seguir? O método consiste em lançar entre o exército e a população um movimento de produção de grande escala.

Como estamos no campo e os recursos humanos e materiais existem aí em estado disperso, temos que adoptar para a produção e abastecimento a política de “directão única e gestão descentralizada”.

Como estamos no campo e os camponeses são produtores individuais dispersos que empregam instrumentos de produção atrasados, e como a maior parte das terras continua nas mãos dos senhores de terras, encontrando-se o campesinato submetido, através da renda, a uma exploração feudal, temos que adoptar a política de redução das rendas e das taxas de juro assim como uma política de organizar a ajuda no trabalho, de maneira que se estimule o entusiasmo dos camponeses pela produção e aumente a produtividade do trabalho agrícola. A redução das rendas faz com que os camponeses se interessem mais pela produção e a ajuda eleva a produtividade do trabalho agrícola. Os dados recebidos de diversas regiões da China Setentrional e Central atestam todos que, após a redução das rendas, os camponeses manifestam um interesse muito maior pela produção e organizam-se voluntariamente em grupos de ajuda mútua semelhantes às nossas equipas de troca de trabalho aqui, com uma produtividade de trabalho de três pessoas a igualar a produtividade de quatro no passado. Sendo assim, noventa milhões de pessoas podem fazer tanto trabalho como cento e vinte milhões. E acontece também que duas pessoas fornecem tanto trabalho como o que era anteriormente fornecido por três. Se em vez de recorrer à coacção e ao dirigismo, que a nada levam por pretenderem ir muito depressa, nós adoptamos uma política de persuasão paciente e educação através

de bons exemplos, em alguns anos poderemos conseguir que a maioria dos camponeses se organize em grupos de ajuda mútua para a produção agrícola e artesanal. Uma vez convertidos esses grupos de produção em coisa corrente, não somente se registrará um aumento considerável da produção e toda uma série de inovações, como ainda se registrarão progressos no domínio político, elevar-se-á o nível de instrução, melhorarão as condições de higiene, notar-se-á um êxito na reeducação dos transviados e mudarão os costumes sociais; em pouco tempo, até os instrumentos de produção se aperfeiçoarão. Com tudo isso, a nossa sociedade rural começará a erguer-se progressivamente sobre nova base.

Se os nossos quadros estudam cuidadosamente esse sector de trabalho e ajudam, com a máxima energia, as populações rurais a desenvolver movimentos de produção, os nossos campos disporão em poucos anos de abundância em cereais e artigos de consumo corrente, o que nos permitirá sustentar a guerra, fazer face aos anos de escassez e constituir, inclusivamente, reservas consideráveis para o futuro.

Para a produção, devemos organizar não só os camponeses mas também as unidades do exército e as outras organizações.

Como estamos no campo e este se vê constantemente devastado pelo inimigo e está empenhado numa guerra de longa duração, é imperioso que o nosso exército e os nossos organismos se lancem na actividade de produção, o que lhes é possível dado o carácter disperso da guerra de guerrilhas. Na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, ademais, os efectivos do exército e

o pessoal das outras organizações são muito numerosos, relativamente à população, pelo que passariam fome se não produzissem eles próprios; por outro lado, se se pedisse muito à população, esta não poderia suportar o fardo e também passaria fome. Essas são as razões por que decidimos lançar um movimento de produção em grande escala. Tomemos como exemplo a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia. As necessidades anuais em cereais (milho miúdo) do nosso exército e demais organizações elevam-se a duzentos e sessenta mil dan (um dan equivale a trezentos jin), dos quais cento e sessenta mil obtêm-se da população, sendo o resto produzido por eles próprios; se não se empenhassem na produção, tanto eles como o povo passariam fatalmente fome. Graças ao nosso movimento de produção encontramos libertados da fome; com efeito, exército e populações, todos estão bem alimentados.

À excepção de cereais, vestuário e material de cama, as organizações da região fronteira bastam-se a si próprias quanto à maior parte do que necessitam, há até algumas unidades que são totalmente auto-suficientes. Muitas chegam inclusivamente a satisfazer-se quanto a parte das necessidades em cereais, vestuário e material de cama.

Os méritos das unidades do exército na região fronteira são ainda maiores. Muitas satisfazem inteiramente as suas necessidades em cereais, vestuário, material de cama e o demais que necessitam; por outras palavras, bastam-se a cem por cento, nada recebem do governo. Esse é o grau superior, o nível primeiro atingido gradualmente num período de alguns anos.

Na frente, lá onde há que pelear, não é possível atingir tal nível, mas pode estabelecer-se um segundo ou terceiro nível. O segundo nível implica que, à excepção dos cereais, vestuário e material de cama, a fornecer pelo governo, a produção própria abranja todo o resto: óleo de cozinha (meio litro diário por pessoa), sal (meio litro diário por pessoa), vegetais (um a um e meio litro diário por pessoa), carne (um a dois litros mensais por pessoa), combustível, material de escritório e gastos diversos, subvenções para a instrução e saúde públicas, gastos com conservação de armas, tabaco, sapatos, meias, luvas, toalhas, escovas de dentes, etc, ou seja cerca de cinquenta por cento da totalidade do que se gasta. Esse nível pode ser atingido gradualmente em dois ou três anos; em certas zonas já é o que se faz. Isso pode realizar-se nas regiões consolidadas das bases de apoio.

O terceiro nível aplica-se às regiões que rodeiam as nossas bases e às zonas de guerrilhas que não podem satisfazer as necessidades nessa mesma proporção, de cinquenta por cento, mas apenas em quinze a vinte e cinco por cento. Seria já um bom resultado se tal nível fosse atingido.

Em resumo, todas as unidades do exército e todos os organismos — excepto casos particulares — devem consagrar-se à produção nos intervalos entre os combates, fora das horas de treino militar e trabalho. Por outro lado, além do aproveitamento desses intervalos para participação na produção colectiva, há que ligar especialmente à produção um certo número de camaradas, encarregando-os de estabelecer granjas, hortas, centros pecuários, oficinas, pequenas fábricas, equipas

de transporte, cooperativas, ou associar-se aos camponeses para o cultivo de cereais e vegetais. Nas circunstâncias presentes, para superar as dificuldades, cada organização e cada unidade do exército deve organizar a sua “economia doméstica”. Seria uma vergonha, seria comportamento de ocioso recusar-se a fazê-lo. A fim de estimular a produção devemos instituir também, para todos os que nela participem directamente, um sistema de prémios individuais, em função da qualidade do trabalho fornecido. Além disso, como meio eficaz de fazer avançar a produção, a direcção de cada organização deve assumir as suas responsabilidades e intervir pessoalmente, aplicando o método que consiste em ligar o núcleo dirigente às grandes massas e combinar o apelo geral com uma direcção concreta.

Alguns dizem que se as tropas participam na produção já não podem combater nem treinar-se, e se os organismos tomam parte na produção já não podem realizar o seu trabalho. Tais afirmações são incorrectas. Durante os últimos anos, as nossas tropas da região de fronteira entregaram-se à actividade de produção de grande escala, satisfizeram amplamente as suas necessidades em alimentação e vestuário e, no entanto, consagraram-se paralelamente com maior sucesso ainda ao treino e ao estudo político, bem como à instrução em geral, reforçando mais a unidade interior do exército e a unidade entre este e o povo. No decorrer do último ano, nas regiões da frente, conseguiram-se grandes êxitos no plano das operações militares e começou-se por toda a parte um movimento de instrução das tropas enquanto se realizava um movimento de produção em grande es-

cala. Graças à sua actividade produtiva, o pessoal nos organismos vive em melhores condições e trabalha com maior dedicação e eficácia. Isso é assim tanto na região de fronteira como nas regiões da frente.

Pode portanto ver-se que, nas circunstâncias da guerra de guerrilhas nas regiões rurais, as unidades do exército e outras organizações que se lançam na produção para satisfazer as suas necessidades dão provas duma energia e dinamismo maiores, tanto nos combates como no treino e no trabalho, e elevam a sua disciplina e unidade tanto internamente como em relação à população civil. A produção para auto-abastecimento é um dos frutos da guerra de guerrilhas prolongada que se desenrola na China e constitui a nossa glória. Uma vez que a saibamos dominar, nenhuma dificuldade material poderá sub-jugar-nos. Haveremos de crescer em vigor e energia de ano para ano e tornar-nos-emos mais fortes em cada batalha. Acabaremos por esmagar o inimigo, e em caso nenhum teremos que recear que ele nos esmague.

Aqui importa chamar a atenção dos camaradas da frente para outro ponto. Algumas das regiões que criámos recentemente são muito ricas em recursos materiais e, baseando-se nisso, os quadros respectivos recusam-se a fazer economias e a lançar-se na produção. Essa atitude é extremamente má e terão de pagá-la seguramente um dia. Seja onde for que nos encontremos, devemos fazer o melhor uso possível dos nossos recursos humanos e materiais. Em nenhum caso devemos considerar apenas o momento presente e tolerar a má utilização e o esbanjamento. Seja onde for, logo a partir do primeiro ano de trabalho devemos estabelecer os nossos cálculos em

previsão dos muitos anos que hão-de vir, da guerra que teremos de sustentar por muito tempo, e da contra-ofensiva que vai registar-se, assim como do trabalho de edificação que se seguirá após a expulsão do inimigo. Por um lado, devemos evitar em absoluto a má utilização e o esbanjamento, mas, por outro lado, devemos esforçar-nos por desenvolver a produção. No passado, certas regiões pagaram muito caro o facto de não terem feito previsões a longo prazo nem terem prestado atenção à economia dos recursos humanos e materiais, bem como ao desenvolvimento da produção. Essa é uma lição que deve reter a nossa atenção.

Com relação a artigos industriais, a região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia decidiu atingir em dois anos a satisfação plena das suas necessidades em algodão, fio e tecidos de algodão, ferro, papel e muitos outros artigos. Tudo o que não produzimos ou produzimos em fracas quantidades, deve ser cultivado, fabricado e fornecido com base nos «ossos próprios meios, e não ficar-se de modo algum dependente do exterior. Essa tarefa deve ser cumprida pelos sectores de empresas públicas, privadas e cooperativas. Em todos os nossos produtos, exigimos tanto quantidade como qualidade, isto é, durabilidade e resistência. O governo da região fronteiriça, o Quartel General de Defesa Conjunta do VIII Exército e o Birô do Noroeste do Comité Central do Partido têm absoluta razão em tomar seriamente as coisas em mãos. Eu espero que o mesmo se faça em todos os pontos da frente de combate. Em muitas localidades já se passou ao trabalho e o meu desejo é que se obtenham êxitos. Na nossa região fronteiriça e nas outras regiões liberta-

das, precisamos gastar mais dois ou três anos para aprendermos a trabalhar nos diversos domínios da economia. O dia em que, cultivando nós próprios os cereais e produzindo nós próprios os artigos industriais, chegarmos a satisfazer totalmente ou na maior parte as nossas necessidades, e a dispor até de excedentes, será o dia em que estaremos senhores de cada um dos ramos do trabalho económico nas regiões rurais. Mais tarde, quando tivermos expulsado o inimigo das cidades, poderemos afrontar novos ramos do trabalho económico. Devemos esforçar-nos por aprender, a China conta connosco para a sua construção.

A PRODUÇÃO TAMBÉM É POSSÍVEL NAS REGIÕES DE GUERRILHAS*

(31 de Janeiro de 1945)

Há já muito que ficou resolvido e deixou de constituir problema o saber se se deve ou pode lançar um movimento pela produção, entre o exército e a população, nas bases de apoio relativamente estáveis situadas por trás das linhas inimigas. Mas saber se pode ser lançado também nas zonas de guerrilhas e nas longínquas áreas situadas por trás das linhas inimigas é que é questão ainda não resolvida em muitos espíritos, por falta de provas. Mas agora dispomos dessas provas. Em 1944 a produção foi empreendida, em grande escala, em muitas zonas de guerrilhas no Xansi-Tchahar-Hopci, e os resultados foram excelentes, como informa o camarada Tcham Pim-cai, no seu artigo publicado a 28 de Janeiro no Quiefanjepao e consagrado ao movimento de produção das unidades de guerrilhas da região fronteiriça Xansi-Tchahar-Hopei. As regiões e unidades enumeradas pelo camarada Tcham Pim-cai no seu relatório foram as seguintes: no Hopei central, a VI sub-região, o IV contingente distrital da II sub-região, o VIII contingente distrital da IV sub-região, o destacamento Siuchuei-

* Editorial redigido pelo camarada Mao Tsetung para o Quiefanjepao, de Ien-an.

-Tincien, o destacamento Paotim-Mantchem e o destacamento Lumpiao; e no Xansi, as tropas dos distritos Tai-cien e Cuocien. Nessas regiões, as condições são muito más:

“Os pontos fortificados e os blocausses do invasor e fantoches são tão numerosos como as árvores da floresta, e os fossos, muralhas e estradas tão cerrados como as malhas numa rede; o inimigo aproveita-se da sua superioridade militar e facilidade de comunicações para lançá-los com frequência ataques de surpresa e operações de cerco c’limpeza’. Em tais circunstâncias, as unidades de guerrilhas vêem-se frequentemente obrigadas a mudar de posições várias vezes num só dia.”

Não obstante, essas unidades conseguiram lançar-se na produção, aproveitando os intervalos entre os combates, e eis aqui os resultados:

“Todos estão agora melhor alimentados — cada um recebe meio liam de azeite e sal, um jin de vegetais por dia e um jin e meio de carne por mês. Além disso, já é outra vez possível adquirir escovas para dentes, pó dentífrico e manuais elementares para leitura, artigos de que estávamos privados havia anos.”

Vejam! Como se poderá ainda dizer que a produção é impossível nas zonas de guerrilhas?

Muitos afirmam que onde a população é densa não há mais terra para lavoura. Será realmente assim? Por favor, olhem para a região fronteira Xansi-Tchahar-Hopei:

“Primeiro, o problema da terra foi resolvido de acordo com a política de considerar a agricultura como o principal. Recorreu-se no total a nove processos distintos: 1) arrasar as muralhas e atulhar os fossos que o inimigo uti-

lizava nos seus bloqueios; 2) destruir as estradas que este pode utilizar, e semear dos dois lados destas; 3) utilizar as pequenas parcelas de terra deixadas sem lavou-ra; 4) ajudar as milícias populares, através duma garantia de protecção armada, quando nas noites de luar semeiam os campos à roda dos blocausses, em desafio ao inimigo; 5) lavar os campos em associação com os camponeses a quem faltam forças de trabalho; 6) disfarçados de camponeses, cultivar mais ou menos abertamente as terras situadas à volta dos pontos fortificados ou blocausses do inimigo; 7) transformar as margens dos rios em campos cultiváveis, construindo-se diques e removendo-se as areias; 8) ajudar os camponeses a transformar as terras secas em campos irrigados; 9) participar no trabalho agrícola das aldeias situadas dentro do raio de acção das guerrilhas.”

A agricultura é possível mas talvez o artesanato e as outras formas de produção sejam impossíveis. Será realmente esse o caso? Por favor, olhem para a região fronteira Xansi-Tchahar-Hopei:

opas das regiões vizinhas das linhas e fossos de bloqueio inimigo não se limita à agricultura, pois, como nas regiões estáveis, desenvolvem-se nelas o artesanato e os transportes. O IV contingente distrital instalou uma oficina de bonés de feltro, um lugar de azeite e uma moagem que, em sete meses, obtiveram lucros atingindo quinhentos milhares de yuan, em moeda local. Não somente superaram as suas dificuldades como ainda satisfizeram as necessidades da população da respectiva região de guerrilhas. Os combatentes podem bastar-se inteiramente em malhas e meias de lã.”

Mas se os combates são tão frequentes nas regiões de guerrilhas, não se correrá assim o risco de a actividade produtiva das tropas afectar as operações? Será realmente assim? Por favor, olhem para a região fronteiriça Xansi-Tchahar-Hopei:

“Aplicando o princípio de combinar o trabalho produtivo com a actividade militar, atribuíram igual importância às tarefas da produção e do combate.”

E

“Tomemos por exemplo o IV contingente distrital da II sub-região. Desde que iniciou a faina de Primavera, ao mesmo tempo que desencadeava uma poderosa ofensiva política despachou um destacamento especial para atacar o inimigo. Exactamente por isso, o resultado foi actividade militar mais intensa e elevação da combatividade das tropas. De Fevereiro a princípios de Setembro, esse pequeno destacamento travou setenta e um combates, capturou os pontos fortificados de Tchutunche, Chantchuam, Ietchuam, Funquiatchai e Iatou, abateu e feriu cento e sessenta e cinco soldados japoneses e fantoches e capturou noventa e um soldados fantoches, três metralhadoras ligeiras e cento e uma espingardas e pistolas.”

E

“Coordenando a acção militar com a propagação em favor dum vasto movimento de produção, lançou-se imediatamente uma ofensiva política sob a palavra de ordem de ‘golpear todos os que pretenderem sabotar o grande movimento de produção!’ Nas capitais de distrito, Taicicn e Cuocien, o inimigo perguntou à população a razão ‘por que o VIII Exército se tornou tão terrível

nos últimos tempos’ e esta respondeu-lhe: ‘porque vocês sabotam o grande movimento de produção da região fronteiriça.’ Os soldados do exército fantoche comentaram entre si: ‘Melhor será não fazer sortidas enquanto eles realizam o seu grande movimento de produção.’ “ Mas será possível levar o povo das zonas de guerrilhas a lançar também uma campanha de produção? Estarão os camponeses interessados aí em aumentar a produção, quando as rendas ainda não foram reduzidas ou a redução não foi radical? Para essa pergunta a região fronteiriça Xansi-Tchahar-Hopei dá também resposta afirmativa:

“Ademais, com o desenvolvimento do movimento de produção nas vizinhanças das linhas e fossos de bloqueio inimigo, as tropas conseguiram prestar uma ajuda directa à população local. Por um lado asseguraram protecção armada às massas empenhadas na produção e, por outro lado, ajudaram-nas por toda a parte contribuindo com mão-de-obra. Algumas unidades estabeleceram como regra consagrar metade da sua força de trabalho à ajuda desinteressada às massas, na época dos grandes trabalhos agrícolas. Assim, o entusiasmo das massas pela produção elevou-se consideravelmente, as relações entre o exército e o povo tornaram-se mais harmoniosas e, além disso, as massas têm bastante para comer. Daí o aumentar da simpatia e apoio que estas manifestam ao Partido Comunista e ao VIII Exército nas zonas de guerrilhas.”

Estão pois removidas todas as dúvidas quanto à possibilidade e necessidade de o exército e o povo empreenderem um movimento de produção em grande escala

nas zonas de guerrilhas. Nós apelamos para que todos os quadros do Partido, governo e exército nas regiões libertadas, sobretudo nas zonas de guerrilhas, compreendam inteiramente esse problema, pois, uma vez entendida plenamente essa “possibilidade” e “necessidade”, a produção desenvolver-se-á por toda a parte. Foi exactamente desse ponto que se começou na região fronteiriça Xansi--Tchahar-Hopei:

“Na campanha de produção, as tropas das vizinhanças das linhas e fossos de bloqueio inimigo não só puderam cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, os seus planos de produção num curto período de apenas cinco meses, como ainda, e o que é mais, foram capazes de introduzir muitas inovações práticas. Isso deu-se porque os quadros reformaram a sua mente, prestaram séria atenção à produção e à integração da capacidade de trabalho com a força armada e forjaram heróis do trabalho e trabalhadores-modelo entre as massas (sessenta e seis heróis do trabalho e trabalhadores-modelo, segundo um balanço preliminar).”

É necessário que, em 1945, todas as regiões libertadas desenvolvam entre o exército e a população um movimento de produção de escala maior do que nunca, através da união dos esforços de todos; e no Inverno próximo compararemos os resultados obtidos nas diferentes regiões.

A guerra não é apenas uma competição no plano militar e político, é também uma competição no plano económico. Para vencer o agressor japonês devemos, além das demais tarefas, entregar-nos ao trabalho económico e aprender a realizá-lo num prazo de dois

ou três anos; neste ano de 1945 precisamos de obter êxitos ainda mais significativos. É o que o Comité Central do Partido Comunista da China espera instantemente de todos os quadros e de toda a população das regiões libertadas; temos esperança de que tal objectivo seja atingido,

DOIS DESTINOS DA CHINA

(23 de Abril de 1945)

Camaradas! Hoje inaugura-se o VII Congresso do Partido Comunista da China.

Em que reside a importância muito particular do nosso congresso? No facto de, devemos dizê-lo, ser um congresso de que depende o destino dos quatro-centos e cinquenta milhões de chineses. Dois destinos se abrem à China e, sobre um deles, já se escreveu um livro¹; o nosso congresso representa o outro destino da China, e nós também escreveremos sobre isso um livro². O nosso congresso visa à liquidação do imperialismo japonês e à libertação da totalidade do povo da China. É um congresso para a derrota dos agressores japoneses e a construção da nova China. É um congresso de união do povo chinês e dos povos do mundo inteiro para a conquista da vitória final.

O momento é-nos muito favorável. Na Europa, Hitler está a ponto de ser batido. O principal teatro da guerra mundial contra o fascismo situa-se no Ocidente, onde os combates acabarão em breve por uma vitória, graças aos esforços do Exército Vermelho Soviético. Os canhões do Exército Vermelho ouvem-se já em Berlim, cuja queda está possivelmente iminente. No Oriente, a vitória da guerra para esmagar o imperialismo japonês avizinha-se também. O nosso congresso reúne-se pois em vésperas da vitória final da guerra antifascista.

Dois caminhos se abrem ao povo chinês — o caminho da luz e o caminho das trevas. Dois destinos esperam a China — um destino de luz e um destino de sombras. O imperialismo japonês não foi ainda derrotado. E mesmo depois dessa derrota as duas perspectivas de futuro continuarão abertas: ou China independente, livre, democrática, unificada, forte e próspera, quer dizer, China radiosa, China nova em que o povo conquistou a liberdade ou a outra China, semi-colonial e semi-feudal, dividida, pobre e fraca, quer dizer a antiga China. China nova ou China antiga, eis as duas perspectivas que se oferecem ao nosso povo, ao Partido Comunista da China e a este nosso congresso.

Uma vez que o Japão ainda não foi derrotado e que as duas perspectivas continuarão abertas mesmo depois dessa derrota, como devemos então decidir sobre o nosso trabalho? Em que consiste a nossa tarefa? A nossa única tarefa consiste em mobilizar audazmente as massas, aumentar a força do povo, unir todas as energias da nação susceptíveis de ser unidas para a luta sob a direcção do nosso Partido, a fim de vencermos o agressor japonês, construirmos uma China nova radiosa, uma China independente, livre, democrática, unificada, forte e próspera. Devemos empenhar-nos com todas as energias por um futuro luminoso, um destino de luz, contra o futuro tenebroso, contra o destino sombrio. Essa é a nossa única e exclusiva tarefa! Essa é a tarefa do nosso congresso, da totalidade do nosso Partido e de todo o povo chinês!

Poderão as nossas esperanças realizar-se? Cremos que sim. A possibilidade existe porque beneficiamos das

condições seguintes:

1. Partido Comunista poderoso, rico de experiência e com um milhão duzentos e dez mil membros;
2. Poderosas regiões libertadas, dispendo duma população de noventa e cinco milhões e quinhentos mil habitantes, um exército de novecentos e dez mil homens e uma milícia de dois milhões e duzentos mil membros;
3. Apoio das grandes massas populares por todo o país;
4. Apoio de todos os povos do mundo, em especial da União Soviética.

Com essas condições reunidas — possante Partido Comunista, possantes regiões libertadas, apoio da totalidade do povo e apoio dos povos de todo o mundo — será que poderão as nossas esperanças realizar-se? Cremos que podem. A China nunca beneficiou anteriormente de tais condições. Algumas existem na China, em certa medida, há já um bom número de anos, mas nunca se manifestaram em toda a plenitude como acontece agora. Nunca o Partido Comunista da China foi tão possante nem a população das bases de apoio tão numerosa e o exército tão grande; o prestígio do Partido Comunista da China junto das populações das regiões ocupadas pelos japoneses e das regiões dominadas pelo Kuo-mintang é maior do que nunca e, por outro lado, as forças revolucionárias representadas pela União Soviética e pelos povos dos outros países estão mais poderosas que antes. Pode portanto afirmar-se que, beneficiando de tais circunstâncias, é inteiramente possível vencer o agressor e construir uma China nova.

Nós precisamos duma política justa, cujo elemento fundamental seja a mobilização audaz das massas e a ex-

pansão das forças populares, para que, sob a direcção do nosso Partido, as massas derrotem o agressor e construam a China nova.

No decurso dos vinte e quatro anos de existência, contados desde a sua fundação em 1921, o Partido Comunista da China cruzou três períodos históricos de combate heróico — Expedição do Norte, Guerra Revolucionária Agrária e Guerra de Resistência contra o Japão — acumulando uma rica experiência. Agora, o nosso Partido tornou-se o centro de gravidade do povo chinês em luta contra a agressão japonesa e pela salvação da Pátria, o centro de gravidade na luta pela libertação, pela vitória sobre o invasor e pela construção da China nova. O centro de gravidade da China está aqui mesmo onde nos encontramos, e não em qualquer outra parte.

Nós devemos ser modestos e prudentes, prevenir-nos contra toda a presunção e precipitação, e servir de todo o coração o povo chinês, a fim de o unirmos para a vitória sobre o agressor japonês no presente e para a edificação dum Estado de democracia nova no futuro. Desde que actuemos assim, desde que adoptemos uma política justa e conjuguemos os nossos esforços, seremos capazes de cumprir a nossa tarefa.

Abaixo o imperialismo japonês! Viva a libertação do povo chinês! Viva o Partido Comunista da China! Viva o VII Congresso do Partido Comunista da China!

NOTAS

1 O Destino da China, livro da autoria de Tchiang Kai--chek, publicado em 1943.

2 "Sobre o Governo de Coalizão", relatório igualmente apresentado pelo camarada Mao Tsetung ao VII Congresso do Partido Comunista da China.

SOBRE O GOVERNO DE COALIZÃO

(24 de Abril de 1945)

I. AS REIVINDICAÇÕES FUNDAMENTAIS DO POVO CHINÊS

O nosso congresso realiza-se nas circunstâncias seguintes: após cerca de oito anos de luta resoluta, heróica e indómita, luta de incontáveis dificuldades e sacrifícios, travada pelo povo chinês contra os agressores japoneses, uma nova situação ficou criada — no mundo, tomado no seu conjunto, vitórias decisivas foram ganhas na guerra sagrada e justa contra os agressores fascistas, não estando já longe o momento em que os agressores japoneses serão der-rotados pelo povo chinês, de concerto com os países aliados. Não obstante, a China continua desunida e passa ainda por uma crise grave. Em tais circuns-tâncias, que devemos fazer? Sem qualquer dúvida, a necessidade urgente é unir os representantes de todos os partidos, grupos políticos e indivíduos sem afiliação, estabelecendo-se um governo provisório, democrático e de coalizão, para proceder a reformas democráticas, superar a actual crise, mobilizar e unir todas as forças anti-japonesas existentes no país, a fim de, em coordenação eficaz com os países aliados, lutar pela derrota dos agressores japoneses, habilitando assim o povo chinês a libertar-se do estrangulamento a que estes

o submetem. Em seguida, será necessário convocar uma assembleia nacional sobre ampla base democrática, e estabelecer um governo democrático definitivo, que também seja de coalizão por natureza, com representação ainda mais ampla de todos os partidos, grupos políticos e indivíduos sem afiliação, o qual conduzirá o povo libertado da totalidade do país na construção da China nova, independente, livre, democrática, unificada, próspera e poderosa. Numa palavra, devemos adoptar a linha de unidade e democracia, derrotar os agressores e construir uma China nova.

Pensamos que só isso expressa as reivindicações fundamentais do povo chinês. Assim, o meu relatório ocupar-se-á, principalmente, dessas reivindicações. A questão do estabelecimento ou não estabelecimento dum governo democrático de coalizão passou a ser um ponto de enorme interesse para o povo chinês e a opinião pública democrática dos países aliados. O meu relatório vai portanto incidir particularmente na elucidação dessa matéria.

Nos oito anos da Guerra de Resistência contra o Japão, o Partido Comunista da China venceu muitas dificuldades e obteve grandes êxitos mas, tal como as coisas estão, sérias dificuldades ainda se levantam frente ao Partido e ao povo. A situação actual exige que o Partido trabalhe com maior intensidade e eficácia e continue a superar as dificuldades, na luta pela satisfação das reivindicações fundamentais do povo chinês.

II. A SITUAÇÃO INTERNACIONAL E INTERNA

Poderá o povo chinês transformar em realidade as reivindicações fundamentais que acima referimos? Tudo dependerá do seu grau de consciência política, da sua unidade e esforços. No momento, porém, a situação internacional e a situação interna oferecem--lhe condições altamente favoráveis. Se o povo chinês puder aproveitar bem essas oportunidades, se puder continuar a lutar activamente, com firmeza e persistência, está fora de dúvida que acabará por derrotar os agressores e construir uma China nova. O povo chinês deve pois redobrar de esforços nessa luta pelo cumprimento das tarefas sagradas.

Como se apresenta actualmente a situação internacional?

Militarmente, a situação actual caracteriza-se por o Exército Soviético atacar Berlim e as forças aliadas, Inglaterra, Estados Unidos e França, atacarem os resíduos hitlerianos em coordenação com essa ofensiva, ao mesmo tempo que o povo italiano pro-move levantamentos. Tudo isso acabará por liquidar Hitler numa vez para sempre. Liquidado Hitler, a derrota dos agressores japoneses não estará já muito longe. Contrariamente às predições dos reaccionários chineses e estrangeiros, as forças de agressão fascistas serão de certeza esmagadas e as forças de-mocráticas populares seguramente vencerão. Não há dúvidas de que o mundo seguirá o caminho do progresso e não o caminho da reacção.

Claro que elevemos manter-nos em estado de alerta e permanecer conscientes de que se podem verificar desvios temporários, graves por vezes, no desenrolar dos acontecimentos; em muitos países, as forças reaccionárias que não querem ver os seus povos e os demais conquistar a unidade, o progresso e a libertação, ainda são poderosas. Não podem deixar de terminar por cometer erros políticos todos os que perderem tudo isso de vista. Seja como for, porém, o curso geral da História já está claramente traçado e não mudará. Aliás, isso só é mau para os fascistas e para os reaccionários dos diversos países que, na realidade, os apoiam, enquanto que, para o povo e para as forças democráticas organizadas de todos os países, isso constituirá uma felicidade. O povo, e só o povo, constitui a força motriz na criação da história universal. O povo soviético forjou um grande poderio e converteu-se na força principal da derrota do fascismo. São os seus esforços, acrescidos dos esforços dos povos dos demais países aliados antifascistas, que tornam possível a liquidação do fascismo. A guerra tem educado o povo e há-de ser este quem irá ganhar a guerra, a paz e o progresso.

Essa nova situação é muito diferente da da Primeira Guerra Mundial. Naquela altura, a União Soviética ainda não existia e os povos, em muitos países, não estavam politicamente despertos como acontece agora. As duas guerras mundiais representam duas épocas inteiramente diferentes.

Tudo isso não significa que já não haverá mais luta após a derrota dos países fascistas agressores, após o fim da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento da paz

internacional. As forças residuais do fascismo, dispersas por várias regiões, hão-de seguramente continuar a provocar desordens e, no campo que combate agora a guerra de agressão fascista, existem forças que se opõem à democracia e oprimem outras nações e que hão-de continuar a oprimir os povos de vários países, colónias e semi-colónias. Assim, após o estabelecimento da paz internacional, haverá ainda numerosas lutas na maior parte do mundo — entre as massas populares antifascistas e aquilo que restar do fascismo, entre a democracia e a anti-democracia, entre a libertação e a opressão nacional. O povo só alcançará a vitória máxima graças a prolongados esforços, e apenas quando as forças que restarem do fascismo, as forças anti--democráticas e todas as forças imperialistas tiverem sido batidas. Está claro que esse momento não há--de chegar dentro em breve, nem muito facilmente, mas há-de seguramente chegar. A vitória na Segunda Guerra Mundial, antifascista, abrirá caminho para a vitória dos povos nas lutas do após-guerra. A paz estável e duradoura só será assegurada quando se tiver conquistado a vitória nestas lutas. Como se apresenta actualmente a situação interna?

A guerra prolongada da China tem exigido, e continuará a exigir, grandes sacrifícios ao povo chinês mas, ao mesmo tempo, tem-no temperado. Essa guerra tem despertado e unido o povo chinês em grau mais elevado do que todas as grandes lutas que este travou nos últimos cem anos. O povo chinês tanto enfrenta um formidável inimigo nacional como ainda poderosas forças reaccionárias internas, as quais, na realidade, estão a ajudar o inimigo nacional. Esse é um aspecto da situ-

ação. O outro aspecto consiste no facto de o povo chinês estar, politicamente, mais consciente do que nunca, ter criado poderosas regiões libertadas c um movimento democrático de escala nacional que cresce dia após dia. São condições internas favoráveis. Se as derrotas e falhas nas lutas do povo chinês destes últimos cem anos foram devidas à ausência de certas condições internas e internacionais imprescindíveis, hoje, a situação é diferente, pois estão reunidas todas as condições necessárias. Existem todas as possibilidades para se evitar a derrota e conquistar a vitória. Nós sairemos vitoriosos se pudermos unir a totalidade do povo numa luta resoluta e lhermos direcção adequada.

Presentemente, o povo chinês está muito mais confiante sobre a possibilidade de se unir para derrotar os agressores e construir uma China nova. Para ele chegou o momento de vencer todas as dificuldades e satisfazer todas as suas reivindicações fundamentais de grande significado histórico. Poderá haver ainda alguma dúvida quanto a isso? Penso que não.

Assim sc apresenta pois, actualmente, a traços largos, a situação internacional e interna.

III. AS DUAS LINHAS NA GUERRA DE RESISTÊNCIA CONTRA O JAPÃO

A CHAVE DOS PROBLEMAS QUE SE APRESENTAM À CHINA

Ao falar da situação interna, devemos igualmente fazer uma análise concreta da Guerra de Resistência da China. A China é um dos cinco maiores países que participam na guerra contra o fascismo, e o principal país que combate os agressores japoneses no continente asiático. E o povo chinês não só desempenha um papel de grande importância na guerra contra o Japão, mas também desempenhará um papel de grande importância na defesa da paz no mundo do após-guerra e um papel decisivo na salvaguarda da paz no Oriente. A China tem feito enormes esforços para libertar-se e ajudar os países aliados, nestes oito anos de Guerra de Resistência contra o Japão. Tais esforços têm sido despendidos sobretudo pelo povo chinês. Grande número de oficiais e soldados dos exércitos chineses combate e verte o seu sangue na frente; os operários, os camponeses, os intelectuais e os industriais da China trabalham duramente na re-taguarda; os chineses do ultramar enviam contribuições para apoiar a guerra; e todos os partidos políticos anti-japoneses, exceptuando os elementos opostos ao povo, dão a sua contribuição à guerra. Resumindo, com sangue e suor, o povo chinês vem lutando heroicamente contra os agressores japoneses já lá vão oito longos anos. Não obstante,

há um bom número de anos que os reaccionários chineses estão propagando boatos e enganando a opinião pública, no sentido de impedir que o mundo conheça a verdade sobre o papel desempenhado pelo povo chinês na guerra anti-japonesa. Por outro lado, até agora ainda não se fez um balanço total da múltipla experiência ganha pela China no decurso destes oito anos de guerra. Compete pois ao presente congresso proceder a uma síntese justa de tal experiência, o que servirá para educar o povo e prover o nosso Partido dum base para a elaboração da sua política.

Quando se chegar a fazer tal síntese, ficará claro para todos que existem na China duas linhas directrizes distintas: uma levando à derrota dos agressores japoneses, e outra não só tornando essa derrota impossível como até, em certos aspectos, ajudando praticamente o agressor e sabotando a Guerra de Resistência.

A política de resistência passiva ao Japão seguida pelo governo kuomintanista e a sua política reaccionária interna de repressão activa do povo resultaram em desastres militares, enormes perdas territoriais, crises financeiras e económicas, opressão e privações para o povo e ruptura da unidade nacional. Essa política reaccionária tem constituído um obstáculo à mobilização e união de todas as forças anti-japonesas do povo chinês para o prosseguimento eficaz da guerra e prejudica o despertar e a unidade do povo. Não obstante, esse despertar político e essa unidade jamais deixaram de desenvolver-se, avançando é certo por um caminho sinuoso, sob o duplo jugo dos agressores japoneses e do governo do Kuomintang.

Em termos claros, tem havido desde há muito duas linhas na China: a linha de opressão do povo e resistência passiva, praticada pelo governo kuomintanista, e a linha de despertar e unir o povo chinês com vista à realização da guerra popular. Nisso está a chave de todos os problemas da China.

A HISTÓRIA SEGUE UM CAMINHO SINUOSO

Para ajudar a compreender a razão por que essa questão das duas linhas constitui a chave de todos os problemas da China, torna-se necessário traçar a história da nossa Guerra de Resistência contra o Japão.

A Guerra de Resistência do povo chinês desenvolveu-se segundo uma via sinuosa. Começou em 1931. No dia 18 de Setembro desse ano, os agressores japoneses ocuparam Chen-iam e, em poucos meses, as três províncias do Nordeste. O governo do Kuomintang adoptou a política de não-resistência. Contudo, dirigidos ou ajudados pelo Partido Comunista da China, mau grado o governo do Kuomintang, o povo e um sector patriótico das tropas dessas três províncias organizaram os Destacamentos Voluntários Anti-japoneses, formaram o Exército de Coalizão Anti-Japonês e lançaram-se numa heróica guerra de guerrilhas. Essa guerra heróica de guerrilhas cresceu e chegou a assumir grandes proporções, jamais podendo ser liquidada pelo inimigo, não obstante as múltiplas dificuldades e reveses. Quando os agressores japoneses atacaram Xangai, em 1932, um grupo de patriotas do Kuomintang, noutra desafio à

vontade do governo kuomintanista, orientou o XIX Exército de Rota para a resistência ao agressor. Em 1933, os agressores japoneses invadiram as províncias de Jehol e Tchahar e, pela terceira vez, um grupo de patriotas no interior do Kuomintang desafiou a vontade do governo kuomintanista e cooperou com o Partido Comunista na organização do Exército Aliado Anti-Japonês, para resistir ao inimigo. Ao longo de toda esta guerra contra o Japão, o apoio veio inteiramente do povo chinês, do Partido Comunista da China, dos demais grupos democráticos e dos patriotas chineses no ultramar, pois o governo do Kuomintang, de acordo com a sua política de não-resistência, não deu a menor contribuição. Pelo contrário, a acção anti-japonesa em Xangai e Tchahar foi liquidada pelo próprio governo kuomintanista. Foi ainda esse mesmo governo quem, em 1933, liquidou o governo popular estabelecido no Fuquien pelo XIX Exército de Rota.

Por que razão terá o actual governo do Kuomintang adoptado uma política de não-resistência? A razão principal está no facto de ter rompido a cooperação entre os dois partidos — Kuomintang e Partido Comunista — bem como a unidade do povo chinês, em 1927.

Em 1924, aceitando as propostas do Partido Comunista da China, o Dr. Sun Yat-sen convocou o I Congresso Nacional do Kuomintang, em que participaram os comunistas, adoptou as três grandes políticas de aliança com a Rússia, aliança com o Partido Comunista e ajuda aos camponeses e operários, fundou a Academia Militar de Huampu e criou a Frente Única Nacional do Kuomintang, Partido Comunista e distintos sectores da

população. Como consequência, as forças reaccionárias da província de Cuantum foram aniquiladas em 1924-25, a vitoriosa Expedição do Norte concretizada em 1926-27, a maior parte das regiões ao longo do Yangtsé e do rio Amarelo foram ocupadas, o governo militarista do Norte foi derrotado e a luta popular de libertação ampliada em escala sem precedentes na história da China. No momento crítico do avanço da Expedição do Norte, porém, fins da Primavera e começos do Verão de 1927, a Frente Única Nacional e toda a sua política revolucionária — frente formada pelo Kuomintang, Partido Comunista e diversos sectores da população, e que encarnava a causa da libertação do povo chinês — foram eliminadas pela política anti-povo e traidora das autoridades kuomintanistas, política de “depuração do Partido” e de massacre. Então, os aliados de ontem — o Partido Comunista e o povo chinês — passaram a ser tratados como inimigos, e os inimigos de ontem — os imperialistas e os feudais — como aliados. Assim, um golpe de surpresa foi perfidamente desferido sobre o Partido Comunista e o povo chinês, e a grande revolução, dinâmica e vigorosa, foi enterrada. A partir daí, a união cedeu lugar à guerra civil, a democracia cedeu lugar à ditadura e a China radiosa foi substituída por uma China mergulhada em escuridão. Não obstante, nem o Partido Comunista da China nem o povo chinês se deixaram de modo algum amedrontar, subjugar ou exterminar. Eles reergueram-se, limpavam o sangue, enterraram os companheiros caídos e prosseguiram no combate. Levantando bem alto a grande bandeira da revolução, lançaram-se na resistência armada e, em extensas regiões

do país, instituíram órgãos do governo popular, procederam à reforma do sistema agrário, criaram um exército popular, o Exército Vermelho da China, e conservaram e desenvolveram as forças revolucionárias do povo chinês. Os Três Princípios do Povo revolucionários do Dr. Sun Yat-sen, que haviam sido abandonados pelos reaccionários do Kuomintang, foram mantidos pelo povo chinês, pelo Partido Comunista da China e por outros elementos democráticos.

Depois da invasão das três províncias do Nordeste pelos agressores japoneses, o Partido Comunista da China, em 1933, propôs a todas as forças do Kuomintang, que então atacavam as bases de apoio revolucionárias e o Exército Vermelho, a conclusão dum armistício para favorecer a resistência comum ao Japão. A proposta comportava três condições: cessação dos ataques, garantia ao povo dos direitos democráticos e armamento do povo. Não obstante, as autoridades do Kuomintang rejeitaram a proposta.

A partir daí, a política de guerra civil do governo kuomintanista foi-se tornando cada vez mais odiosa, enquanto que, por outro lado, a voz do povo chinês foi-se fazendo cada vez mais imperiosa ao reclamar a cessação da guerra civil e união para a resistência ao Japão. Em Xangai e muitos outros pontos, formaram-se diversos tipos de organizações patrióticas populares. Entre 1934 e 1936, sob a direcção do Comité Central do nosso Partido, as forças principais do Exército Vermelho, do norte e do sul do rio Yangtsé, avançaram através de indescritíveis dificuldades em direcção do Noroeste da China e operaram uma junção com as unidades do Exército

Vermelho que já ali se encontravam. Foi nesses dois anos que o Partido Comunista da China estabeleceu e aplicou uma linha política nova, completa e adequada à nova situação — a linha de frente única nacional anti-japonesa, tendo como objectivo de luta a unidade na resistência ao Japão e a instauração duma república de democracia nova. Em 9 de Dezembro de 1935, sob a direcção do nosso Partido, as massas estudantis do Pípin iniciaram um heróico movimento patriótico, formaram os Corpos de Vanguarda da Libertação Nacional da China e generalizaram o movimento a todas as grandes cidades do país. A 12 de Dezembro de 1936, dois grupos patrióticos do Kuomintang, favoráveis à resistência ao Japão, o Exército do Nordeste e o XVII Exército de Rota, uniram-se e provocaram o famoso Incidente de Si-an, numa oposição corajosa à política reaccionária kuomintanista de compromisso com o Japão e massacre do povo no interior do país. No Kuomintang, outros patriotas viviam igualmente descontentes com a política das autoridades kuomintanistas. Essas foram as circunstâncias em que as autoridades kuomintanistas se viram forçadas a renunciar à política de guerra civil e ceder às reivindicações do povo. A solução pacífica do Incidente de Si-an marcou um ponto de viragem na situação. Nas novas circunstâncias, a cooperação interna tomou forma e começou a guerra de resistência em escala nacional. Em Maio de 1937, pouco antes do Incidente de Lucouquiao, o nosso Partido convocou a histórica conferência nacional em que se aprovou a nova linha política adoptada pelo Comité Central do Partido desde 1935.

Do Incidente de Luouquiao, 7 de Julho de 1937, à queda de Vuhan, Outubro de 1938, o governo do Kuomintang foi relativamente activo na guerra contra o Japão. Durante esse período, a grande envergadura dos ataques japoneses e o aumento da indignação nacional da totalidade do povo chinês, compeliram-no a fazer da resistência aos invasores japoneses o centro de gravidade da sua política, o que permitiu chegar mais facilmente ao auge da luta do exército e do povo do país contra o Japão, passando a sentir-se, durante um tempo, uma atmosfera nova e dinâmica. Nessa altura, todo o povo, incluídos os comunistas e demais democratas, esperou ansiosamente que o governo do Kuomintang aproveitasse a oportunidade, nesse momento em que a nação estava em perigo e o povo pleno de entusiasmo, para passar a reformas democráticas e pôr em prática os Três Princípios do Povo revolucionários do Dr. Sun Yat-sen. As esperanças, porém, caíram por terra. No próprio decurso dos dois anos de certa resistência activa, as autoridades kuomintanistas continuaram a opor-se à mobilização das massas para a guerra popular e a impor restrições ao esforço espontâneo do povo para unir-se com vista à acção anti-japonesa e democrática. E mesmo quando o governo do Kuomintang alterou em alguma coisa o seu comportamento frente ao Partido Comunista da China e aos demais partidos e grupos anti-japoneses, nem por isso esse governo deixou de recusar-lhes a igualdade estatutária e restringir-lhes, por diversos modos, a acção. Os presos políticos, os patriotas, continuaram em grande número a encher as cadeias, o que é mais, o governo do Kuomintang manteve a ditadura oligárquica que havia

estabelecido após o desencadeamento da guerra civil, em 1927, continuando portanto impossível o estabelecimento dum governo democrático de coalizão, representativo da vontade unânime da nação.

No começo desse período, nós, os comunistas, sublinhámos que havia duas linhas para a Guerra de Resistência da China contra o Japão: ou uma guerra de todo o povo, o que conduziria à vitória, ou uma guerra parcial, mantendo-se o povo oprimido, o que conduziria à derrota. Igualmente sublinhámos que a guerra seria prolongada e encontraria inevitavelmente muitos obstáculos e dificuldades, mas que, graças aos seus próprios esforços, o povo chinês haveria seguramente de conquistar a vitória final.

A GUERRA POPULAR

No decurso desse período, sob a direcção do Partido Comunista da China, as forças principais do Exército Vermelho, que tinham sido transferidas para o Noroeste, foram reorganizadas de modo a formarem o VIII Exército do Exército Revolucionário Nacional Chinês; por outro lado, os destacamentos de guerrilhas do Exército Vermelho que tinham permanecido em diferentes lugares, no norte e no sul do Yangtsé, foram transformados no Novo IV Exército do Exército Revolucionário Nacional Chinês; posteriormente, um após outro esses exércitos foram enviados respectivamente para o Norte da China e para a China Central, a fim de combaterem o inimigo. O Exército Vermelho da China do período da guerra civil conservava e desenvolvia as

tradições democráticas da Academia Militar de Huampu e do Exército Revolucionário Nacional do tempo da Expedição do Norte, tendo os seus efectivos atingido, em dado momento, a ordem das várias centenas de milhares de homens. Contudo, em virtude da repressão cruel exercida pelo governo do Kuomintang nas bases de apoio do Sul, em virtude das perdas sofridas na Grande Marcha e ainda por outras razões, os efectivos do Exército Vermelho, nos começos da Guerra de Resistência contra o Japão, tinham-se reduzido de tal modo que contavam apenas algumas dezenas de milhares de homens. Era por isso que alguns desprezavam esse exército e pensavam que, na Guerra de Resistência contra o Japão, seria necessário contar sobretudo com o Kuomintang. Mas o povo é o melhor juiz. Ele sabia que, embora pouco numerosos, o VIII Exército e o Novo IV Exército eram exércitos de alta qualidade, os únicos capazes de fazer uma guerra autenticamente popular, e que, além disso, uma vez chegados à frente de resistência contra o Japão e estabelecido o estreito contacto com as grandes massas da população local, esses exércitos teriam diante de si perspectivas ilimitadas. O povo tinha razão. Com efeito, neste momento em que apresento o actual relatório, o nosso exército já se expandiu e conta com 910.000 homens, enquanto que a milícia popular rural, sem abandonar a produção, ultrapassa já os 2.200.000. É verdade que o nosso exército regular, numericamente, bastante inferior às forças armadas de que dispõe o Kuomintang (incluído o Exército Central e as forças locais) mas, se considerarmos o número das forças japonesas e fantoches que ele combate e a extensão das zonas de guerra onde

opera, a capacidade combativa do nosso exército regular e o apoio que lhe dão as grandes massas populares na sua acção militar, e, enfim, se considerarmos as suas qualidades políticas, a unidade, a coesão interna, etc, o nosso exército regular já é a força principal da guerra de resistência que a China trava contra o Japão.

Esse exército é forte porque todos os seus homens possuem uma disciplina consciente; eles uniram-se e lutam não por interesses privados dum punhado de indivíduos ou duma camarilha reduzida, mas sim impulsionados pelos interesses das grandes massas populares e da totalidade da nação. A única aspiração de tal exército é manter-se firme ao lado do povo chinês e servi-lo de todo o coração.

Guiado por tal aspiração, dotado de espírito indomável, esse exército está decidido a esmagar seja que inimigo for; jamais se deixará subjugar. Sejam quais forem as circunstâncias, por mais difíceis que se apresentem, esse exército bater-se-á sempre até ao último homem.

Guiado por tal aspiração, esse exército conseguiu atingir uma notável unidade nas suas próprias fileiras, e também com aqueles que estão fora delas. Internamente, há unidade entre os oficiais e os soldados, entre os escalões superiores e os inferiores e entre o trabalho militar, o trabalho político e os serviços de retaguarda; externamente, há unidade entre o exército e o povo, entre o exército e os organismos governamentais, e entre o nosso exército e os exércitos amigos. É imperioso eliminar tudo o que prejudique essa unidade.

Guiado por tal aspiração, esse exército aplica uma política justa de ganhar para o seu lado os oficiais e os sol-

dados do adversário e cuidar dos prisioneiros. O nosso exército acolhe e reeduca apropriadamente todos os que passam voluntariamente para o nosso lado, entregando-se ou revoltando-se, assim como todos aqueles que, tendo deposto as armas, manifestam o desejo de participar na luta contra o inimigo comum. A ninguém é permitido matar, maltratar ou humilhar um prisioneiro de guerra.

Guiado por tal aspiração, esse exército elaborou toda uma série de princípios estratégicos e táticos que correspondem às exigências da guerra popular. Ele sabe adaptar-se às condições concretas de uma situação que se modifica, para fazer essa guerra de guerrilhas que exige mobilidade e flexibilidade, assim como sabe conduzir com mestria a guerra de movimento.

Guiado por tal aspiração, esse exército elaborou um sistema de trabalho político indispensável à guerra popular e que visa a realizar a unidade dentro das suas próprias fileiras, a unidade com os exércitos amigos, a unidade com o povo, a desagregação das forças inimigas e a garantir a vitória nos combates.

Guiado por tal aspiração, todo esse exército, nas condições de uma guerra de guerrilhas, pode e tem dedicado os intervalos entre as acções militares e entre os exercícios de preparação militar à produção de cereais e de artigos de primeira necessidade, de modo a poder auto-abastecer-se, no total, em metade ou em parte das suas necessidades e vencer assim as dificuldades económicas, melhorar as condições de vida do exército e aligeirar as cargas do povo. Por outro lado, ele aplicou todas as suas possibilidades a criar, no próprio território das suas bas-

es militares, um grande número de pequenas indústrias de guerra.

Além disso, esse exército é poderoso porque dispõe dum corpo de auto-defesa e duma milícia — grandes organizações armadas das massas — que lutam em coordenação com ele. Nas áreas libertadas da China, todos os homens e mulheres, desde os jovens aos adultos, estão organizados em corpos populares de auto-defesa anti-japoneses, na base do voluntariado, segundo princípios democráticos e sem abandonar a produção. Os melhores elementos dos corpos de auto-defesa, com excepção dos que se incorporam nas unidades do exército ou da guerrilha, organizam-se em milícias. Seria impossível derrotar o inimigo sem a cooperação dessas forças armadas das massas.

Enfim, esse exército é poderoso porque está dividido em duas partes, as forças principais e as forças regionais; as primeiras podendo ser chamadas a realizar, em qualquer momento, acções que ultrapassam os limites de uma região, e as últimas concentrando-se na defesa das suas próprias regiões e no ataque ao inimigo nessas localidades, em cooperação com a milícia e os corpos de auto-defesa. Uma tal divisão de trabalho conquistou o apoio sincero do povo. Sem essa correcta divisão de trabalho — se, por exemplo, a atenção se concentrasse apenas no papel das forças principais, negligenciando-se o papel das forças regionais — seria igualmente impossível derrotar o inimigo nas condições existentes nas regiões libertadas da China. Quanto às forças regionais, foram organizadas muitas equipas de trabalho armadas, bem treinadas e, por isso mesmo, melhor qualificadas para o

trabalho no domínio militar e político e no seio das massas. Elas penetraram nas áreas mais recuadas situadas na retaguarda das linhas inimigas, golpearam o inimigo e levantaram as massas para a luta anti-japonesa, dando assim um apoio às acções militares frontais realizadas pelas várias regiões libertadas. Em tudo isso essas equipas obtiveram grande sucesso.

Nas regiões libertadas da China, e sob a direcção do governo democrático, foi lançado um apelo a toda a população civil em luta contra a invasão japonesa, para que se agrupasse em organizações operárias, camponesas, juvenis, de mulheres, culturais, profissionais e sociais e cumprisse com entusiasmo as tarefas mais variadas de apoio ao exército. Estas tarefas consistem não só em encorajar a população a alistar-se no exército, a transportar cercais para as tropas, cuidar das famílias dos combatentes e ajudar o exército a resolver as dificuldades materiais, como também em mobilizar os destacamentos de guerrilhas, a milícia popular e as forças de auto-defesa, para que ampliem a acção de execução de incursões e colocação de explosivos, cumpram missões de reconhecimento, liquidem os traidores e espiões, transportem e protejam os feridos, e dêem uma ajuda directa ao combate do exército. Ao mesmo tempo, toda a população civil das regiões libertadas trabalha com entusiasmo na edificação política, económica e cultural, assim como no domínio da saúde pública. Neste aspecto, o mais importante é mobilizar a população para a produção de cereais e fabrico de artigos de primeira necessidade; é preciso ainda fazer com que, nas horas livres e salvo casos particulares, todos os organismos e todos os esta-

belecimentos de ensino participem no trabalho produtivo para proverem às suas necessidades, associando-se desse modo ao movimento desencadeado com o mesmo fim no seio da população civil e do exército, e de maneira a suscitar um entusiasmo imenso pela produção necessária à Guerra de Resistência prolongada. As destruições causadas pelo inimigo nas regiões libertadas da China são extremamente graves. Frequentemente, essas regiões são também atingidas por inundações, secas e pragas de insectos daninhos. Sob a direcção do governo democrático, porém, a população das regiões libertadas tem vencido sistematicamente todas as dificuldades. O grande movimento de massas para a exterminação dos gafanhotos, controle das inundações e socorro às vítimas das calamidades naturais, foi coroado dum sucesso sem precedente na história da China, o que nos permite perseverar longo tempo na Guerra de Resistência. Em resumo, tudo para a frente, tudo para a vitória sobre os invasores japoneses e para a libertação do povo chinês — eis a palavra de ordem geral, eis a política geral do exército e da população civil nas regiões libertadas da China.

Essa é a autêntica guerra popular. Só uma guerra assim nos permitirá vencer o inimigo da nação. Se o Kuomintang sofre derrotas, a razão está na sua oposição desaperada à guerra popular.

Uma vez que as tropas das regiões libertadas da China estejam equipadas com armas modernas, tornar-se-ão mais poderosas e poderão derrotar definitivamente o invasor japonês.

AS DUAS FRENTES DA GUERRA

Desde que começou, a Guerra de Resistência da China tem tido duas frentes, que são a do Kuomintang e a das regiões libertadas.

Depois da queda de Wuhan, em Outubro de 1938, os agressores japoneses detiveram a ofensiva estratégica contra a frente do Kuomintang e deslocaram gradualmente as suas forças principais para a frente das regiões libertadas; ao mesmo tempo, explorando o sentimento derrotista do governo do Kuomintang, declararam-se desejosos de chegar a um compromisso de paz com este e, adoptando uma política destinada a enganar a nação chinesa, induziram o vende-pátria Wang Tsim-wei a abandonar Tchuntchim e formaram um governo fantoche em Nanquim. A partir daí o governo do Kuomintang começou a mudar a sua política, transferindo gradualmente o centro da sua atenção da resistência ao Japão para a oposição ao Partido Comunista e ao povo. Essa mudança tornou-se sobretudo evidente no domínio militar. Para conservar o poderio militar, o governo do Kuomintang adoptou uma política de resistência passiva ao Japão, deixou cair todo o peso da luta anti-japonesa sobre a frente das regiões libertadas e permitiu que os invasores japoneses as atacassem em grande escala, enquanto “observava o combate dos tigres, do alto da montanha”.

Em 1939, o governo do Kuomintang formulou as “medidas para limitação da actividade dos partidos heréticos”, medidas reaccionárias, e privou por completo o povo, os partidos e os grupos anti-japoneses dos poucos direitos

que estes haviam conquistado durante o período inicial da Guerra de Resistência. Daí para diante, nas regiões controladas pelo Kuomintang, todos os partidos e grupos de-mocráticos, o Partido Comunista em primeiro e principal lugar, viram-se lançados na clandestinidade pelo governo do Kuomintang. Em cada uma das províncias dessas regiões, as prisões e os campos de concentração abarrotaram de comunistas, de jovens patriotas e outros combatentes da democracia. Nos cinco anos que vão de 1939 ao Outono de 1943, o governo do Kuomintang procedeu a três grandes “campanhas anticomunistas”², rompeu a unidade nacional, criando assim um sério perigo de guerra civil. Foi nesse período que se ordenou a “dissolução” do Novo IV Exército, sendo aniquilados mais de nove mil dos seus homens, no sul do Anhuei, acontecimento que chocou o mundo. Até este momento, os ataques lançados pelas tropas kuomintanistas contra as forças das regiões libertadas ainda não cessaram e não há qualquer indicação de que venham a cessar. A acompanhar tudo isso, os reaccionários do Kuomintang propagam difamações e calúnias de toda a espécie. Foram eles quem fabricou todos esses qualificativos e expressões como “partido traidor”, “exército traidor”, “região» traidoras”, “sabotar a Resistência e pôr em perigo o Estado”, destinados a manchar o Partido Comunista, o VIII Exército, o Novo IV Exército e as regiões libertadas. No dia 7 de Julho de 1939, frente à crise, o Comité Central do Partido Comunista da China publicou um manifesto em que se proclamavam as palavras de ordem de “Perseverar na resistência e opor-se à capitulação! Perseverar na unidade e opor-se à divisão!

Perseverar no progresso e opor-se à regressão!”. Agindo de acordo com essas oportunas palavras de ordem, nestes cinco anos o nosso Partido repeliu vigorosamente as três “campanhas anticomunistas”, reaccionárias e anti-povo, e superou oportunamente a crise.

Na realidade, não houve combates sérios na frente do Kuomintang durante esses anos. O gume da espada da agressão japonesa estava principalmente voltado contra as regiões libertadas. Em 1943, o exercito e o povo das regiões libertadas tinham enfrentado 64% das forças japonesas de invasão à China e 95% das tropas fantoches, ao passo que a frente do Kuomintang apenas havia combatido 36% das primeiras e 5% das últimas.

Em 1944, os agressores japoneses empreenderam acções para forçar a abertura em toda a linha do troço de caminhos de ferro que liga o Norte ao Sul da China; tomadas de pânico, as forças do Kuomintang foram totalmente incapazes de opor resistência. Em poucos meses, extensas áreas das províncias de Honan, Hunan, Cuansi e Cuantum caíram nas mãos do inimigo. Não foi senão nessa altura que se registou uma certa variação na proporção das tropas inimigas empenhadas nas duas frentes. Mesmo assim, no momento em que se faz este relatório, das quarenta divisões que representam 580.000 soldados japoneses na China (sem contar as forças que se encontram na Manchúria), vinte e duas divisões e meia, representando 320.000 homens, 56% do total, estão empenhadas na frente das regiões libertadas, enquanto que só dezassete divisões e meia, representando 260.000 homens, 44%, se empenham na frente do Kuomintang. Quanto às tropas fantoches empenhadas nas

duas frentes, a proporção não se alterou de modo algum. Importa, aliás, sublinhar que as tropas fantoches, contando mais de 800.000 homens (regulares e locais), compõem-se sobretudo de unidades que se renderam comandadas por generais do Kuomintang, ou de unidades organizadas por oficiais kuomintanistas que se haviam rendido ao inimigo. Antes da sua rendição, os reaccionários do Kuomintang tinham--nas dotado de teoria absurda e traidora de “salvar a nação por uma via lateral” e depois da rendição deram-lhes não só apoio moral como também organizacional para que atacassem as regiões libertadas do povo chinês em coordenação com os agressores japoneses. Esses reaccionários concentraram igualmente grandes forças, num total não inferior a 797.000 homens, para bloquear e atacar a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia e outras regiões libertadas. Essa grave situação está a ser escondida ao conhecimento de muitos chineses e estrangeiros pela política de censura praticada pelo governo do Kuomintang.

AS REGIÕES LIBERTADAS DA CHINA

As regiões libertadas dirigidas pelo Partido Co-munista da China têm agora uma população de noventa e cinco milhões e quinhentos mil indivíduos. Elas existem desde a Mongólia Interior, no Norte, até à ilha de Hainan, no Sul; quase por toda a parte para onde se encaminhe, o inimigo esbarra com a acção do VIII Exército, do Novo IV Exército ou doutras forças populares. Esse vasto território libertado é formado por dezanove grandes regiões libertadas e cobre uma parte maior ou menor

de províncias como Liaonim, Jchol, Tchahar, Sui-ian, Xcnsi, Cansu, Ninsia, Xansi, Hopei, Honan, Xantum, Quiansu, Tchequiam, Anghuei, Quiansi, Hupci, Hunan, Cuanum e Fuquien. Ien-an é o centro dirigente de todas essas regiões libertadas. A região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, a oeste do rio Amarelo, com uma população de apenas um milhão e quinhentos mil indivíduos, não é mais do que uma das dezanove regiões que compõem essa extensa zona libertada da China, e é a mais pequena em população, exceptuando-se uma região situada no Tchequiam oriental e outra na ilha de Hainan. Desconhecendo isso, há gente que pensa que o território libertado da China é sobretudo a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia. Essa ideia errada é uma consequência da política de bloqueio seguida pelo governo do Kuomintang. Em cada uma das regiões libertadas, todas as políticas exigidas pela Frente Única Nacional Anti-japonesa têm sido postas em prática, e foram ou estão sendo criados governos de eleição popular, quer dizer, governos locais de coalizão, nos quais cooperam comunistas, personalidades representando outros partidos e grupos anti-japoneses, e indivíduos sem afiliação. Toda a potência do povo tem sido mobilizada nas regiões libertadas. Como resultado, a despeito da pressão do inimigo que é forte, a despeito do bloqueio e ataques armados pelo Kuomintang e a despeito da ausência absoluta de ajuda exterior, as regiões libertadas da China têm-se mantido firmes e crescem dia a dia, reduzindo o território ocupado pelo inimigo e expandindo o seu próprio território, e converteram-se no modelo para uma China democrática, na força prin-

cial da expulsão do agressor japonês e da libertação do povo chinês, em cooperação com os países aliados. As forças armadas das regiões libertadas da China, o VIII Exército, o Novo IV Exército e demais forças armadas do povo, não só deram um heróico exemplo no combate ao Japão como também deram um exemplo na realização das diversas políticas democráticas da Frente Única Nacional Anti-japonesa. A declaração do Comité Central do Partido Comunista da China, em 22 de Setembro de 1937, afirmando que “sendo os Três Princípios do Povo do Dr. Sun Yat-sen aquilo de que a China necessita hoje, o nosso Partido está pronto a lutar pela sua completa realização”, tem sido inteiramente posta em prática nas regiões libertadas da China.

AS REGIÕES CONTROLADAS PELO KUOMINTANG

Persistindo na sua dominação ditatorial, a principal camarilha reinante do Kuomintang tem seguido uma política de resistência passiva ao Japão e uma política interna dirigida contra o povo. Como resultado, as suas forças armadas diminuiram para menos de metade dos efectivos originais e a maior parte delas perdeu quase por completo a eficácia de combate; cavou-se um abismo profundo entre essa camarilha e as grandes massas e estalou uma grave crise em que o povo empobrece, arde de descontentamento e revolta-se por toda a parte. E não foi apenas o seu papel na Guerra de Resistência que diminuiu brutalmente, foi essa camarilha, ela mesma, que se converteu num obstáculo à mobilização e unificação

de todas as forças anti-japonesas do povo chinês. Por que razão se criou uma situação assim tão grave sob a direcção da principal camarilha dirigente do Kuomintang? Porque essa camarilha representa os interesses dos grandes senhores de terras, dos grandes banqueiros e grandes compradores da China. O punhado de indivíduos que forma essa camada reaccionária monopoliza todas as organizações importantes que, no plano militar, político, económico e cultural, estão sob domínio do governo do Kuo-mintang. Colocam em primeiro lugar a salvaguarda dos seus próprios interesses e deixam em segundo a resistência ao Japão. Também dizem que “a nação está acima de tudo”, mas os seus actos não se harmonizam com as reivindicações da grande maioria da nação. Igualmente dizem que “o Estado está acima de tudo”, mas aquilo a que se referem é a ditadura feudal-fascista dos grandes senhores de terras, dos grandes banqueiros e grandes compradores, e não o Estado democrático das massas populares. É por essa razão que temem que o povo se levante, têm medo do movimento democrático e da mobilização consciente das massas para a guerra contra o Japão. Nisso está a raiz central da sua política de resistência passiva ao Japão e da sua política interna reaccionária, contra o povo, contra a democracia e contra o Partido Comunista da China. Têm uma política de duas caras para cada questão. Por exemplo, com uma das mãos combatem o Japão e com a outra prosseguem a política de resistência passiva, constituindo ademais o alvo permanente de incitamento à capitulação para os japoneses. Falam de desenvolver a economia da China mas, na realidade, acumulam o seu

próprio capital burocrático, isto é, o capital dos grandes senhores de terras, grandes banqueiros e grandes compradores, e monopolizam as artérias vitais da economia chinesa, oprimindo cruelmente os camponeses, os operários, a pequena burguesia e a burguesia não monopolista. Falam de aplicação da “democracia”, de “entrega do poder ao povo”, mas reprimem brutalmente o movimento popular para a democracia e recusam-se a proceder à menor reforma democrática. Dizem que “o problema do Partido Comunista é um problema político que exige uma solução política”, mas reprimem brutalmente o Partido Comunista da China no domínio militar, político e económico, considerando-o o “inimigo nº 1”, e tratam os agressores japoneses como sendo apenas o “inimigo nº 2” e atarefam-se dia e noite com preparativos de guerra civil e conspirações para aniquilar o Partido Comunista. Dizem que querem estabelecer um “Estado moderno”, mas trabalham desesperadamente para manter a ditadura feudal-fascista dos grandes senhores de terras, grandes banqueiros e grandes compradores. Na forma mantêm relações diplomáticas com a União Soviética, mas na realidade são-lhe hostis. Em coro com os isolacionistas estadunidenses, cantam “Ásia primeiro, Europa depois”, permitindo o prolongamento da vida da Alemanha fascista, o que equivale a prolongar a vida do fascismo em todos os pontos do mundo, incluída a dominação fascista sobre o próprio povo chinês, e lançam-se em especulações diplomáticas em que se apresentam como heróis antifascistas. Se se buscarem as raízes centrais dessa política con-traditória, de duas caras, ver-se-á que tudo provém do sector social dos grandes senhores

de terras, grandes banqueiros e grandes compradores. Seja como for, o Kuomintang não é um partido político homogéneo. Embora esteja controlado e dirigido pela camarilha reaccionária que representa o sector dos grandes senhores de terras, grandes banqueiros e grandes compradores, não há que identifi-cá-lo inteiramente com essa camarilha. Alguns dos líderes do Kuomintang não pertencem a essa camarilha, por quem são inclusivamente atacados, pre-teridos, menosprezados. Muitos dos seus quadros e militantes de base e muitos membros da Liga Juvenil dos Três Princípios do Povo estão descontentes com a direcção dessa camarilha, chegando até, alguns deles, a opor-se a ela. E o mesmo acontece com os exércitos do Kuomintang, órgãos do governo e instituições económicas e culturais controlados por essa camarilha. Há um bom número de elementos democráticos em todos eles. Além disso, a própria camarilha reaccionária, dividida como está em várias facções opostas, não constitui um corpo compacto. Não há dúvidas de que é incorrecto olhar o Kuomintang como um corpo homogéneo de reacionários.

UM CONTRASTE

O povo chinês já percebeu o claro contraste existente entre as regiões libertadas e as regiões controladas pelo Kuomintang.

Não serão acaso os factos suficientemente claros? Há duas linhas, a linha da guerra popular e a linha da resistência passiva, contrária à guerra popular; uma conduz à vitória, mesmo nas penosas condições das regiões

libertadas da China, que não gozam da menor sombra de ajuda exterior, e a outra conduz à derrota, mesmo nas condições extremamente favoráveis das regiões controladas pelo Kuomintang, que recebem ajuda exterior. O governo do Kuomintang atribui os seus fracassos à falta de armas. Então, há que perguntar: quem tem falta de armas, as forças do Kuomintang ou as forças das regiões libertadas? De todas as forças da China, as das regiões libertadas sofrem uma falta de armas mais aguda, pois as únicas armas que possuem são as que capturam ao inimigo ou as que produzem nas mais desfavoráveis condições.

Acaso não será verdade que as forças directamente submetidas ao governo central do Kuomintang estão de longe melhor armadas que as forças provinciais? No entanto, pelo que respeita à eficácia de combate, a maior parte das forças do governo central são inferiores às tropas provinciais.

O Kuomintang dispõe de grandes reservas humanas, mesmo assim, devido à sua política errada quanto ao recrutamento tem grande dificuldade em completar as suas forças. Embora cortadas umas das outras pelo inimigo, e não obstante estarem empenhadas num combate constante, as regiões libertadas da China são capazes de mobilizar um inesgotável poder humano, já porque dispõem dum sistema de milícias e corpos de auto-defesa bem adaptado às necessidades do povo e desdobrável por toda a parte, já porque o mau uso e o desperdício do potencial humano têm sido evitados.

O Kuomintang controla extensas regiões ricas em cereais e o povo abastece-o com setenta a cem milhões de dan

anuais, mas o seu exército sempre carece de alimentos e os seus soldados estão magros e subalimentados pois a maior parte dos cereais é desviada por aqueles por cujas mãos têm de passar. As regiões libertadas situam-se principalmente na retaguarda do inimigo, que as devasta com a sua política de “queimar tudo, matar tudo e pilhar tudo”, e além disso algumas delas são muito áridas, como é o caso do norte do Xensi, mas nós temos solucionado com êxito o problema dos cereais, baseando-nos nos nossos próprios esforços de desenvolvimento da produção agrícola.

As regiões controladas pelo Kuomintang enfrentam uma crise económica extremamente grave; a maioria das indústrias estão arruinadas e até os próprios artigos de primeira necessidade, como os tecidos, são importados dos Estados Unidos. Quanto às regiões libertadas da China, porém, elas estão aptas a satisfazer as suas próprias necessidades em vestuário e outros artigos de primeira necessidade, baseando-se no desenvolvimento da sua indústria.

Nas regiões controladas pelo Kuomintang, os operários, camponeses, empregados de comércio, funcionários, intelectuais e trabalhadores da cultura vivem numa miséria extrema. Nas regiões libertadas toda a gente come, veste-se e trabalha.

Uma característica das regiões controladas pelo Kuomintang é o facto de, nesta crise nacional, haver quem se aproveite da Guerra de Resistência para enriquecer, os funcionários estarem convertidos em comerciantes, a corrupção ser estado geral e a honestidade e a vergonha andarem pelo chão. Mas é característica das

regiões libertadas o facto de os quadros, realizando um árduo trabalho e levando uma vida modelar, tomarem parte na produção para além das suas tarefas normais, a honestidade ser mantida em alto lugar e a traficância estritamente proibida.

Nas regiões controladas pelo Kuomintang o povo está privado de toda a liberdade. Nas regiões libertadas o povo goza de plena liberdade.

A quem se deve condenar por todas as anomalias que enfrentam os dirigentes kuomintanistas? Poder-se-á condenar outrem que não eles? Acaso poderão condenar-se os países estrangeiros por não lhes prestarem suficiente ajuda ou será que se deve condenar a dominação ditatorial, a corrupção e a incompetência do governo do Kuomintang? A resposta não é evidente?

QUEM “SABOTA A RESISTÊNCIA E PÕE EM PERIGO O ESTADO”?

À luz de inquestionável evidência, acaso não é verdade que é o próprio governo do Kuomintang quem sabota a Resistência do povo chinês e põe em perigo o país? Há dez anos completos que esse governo se vem devotando por inteiro à guerra civil, voltando o gume da espada contra o povo, ao mesmo tempo que descarta odiosamente a defesa nacional e, devido à sua política de não-resistência, entregou as quatro províncias do Nordeste. Quando os a-gressores japoneses avançaram para o sul da Grande Muralha, esse governo não fez mais do que opor-lhes uma resistência caótica, e logo recuou em toda a linha, de Lucouquia para a província de Cuedjou. No

entanto, o Kuomintang alega que “o Partido Comunista está a sabotar a Resistência e a pôr em perigo o Estado” (vejam-se as resoluções da XI Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang, de Setembro de 1943). E as suas únicas provas são que o Partido Comunista se uniu a todos os sectores do povo para criar regiões libertadas, regiões que resistem heroicamente ao Japão. A lógica do Kuomintang é tão distinta da lógica do povo chinês que o não se chegar a uma linguagem comum a respeito de muitos problemas não espanta ninguém.

Duas perguntas se impõe fazer:

Primeiro, o que será que levou o governo do Kuo-mintang a abandonar um território tão extenso e povoado, como esse que vai da província de Heilon-quiam a Lucouquiao e de Lucouquiao ao Cuidjou? Poderá ser mais alguma coisa que não a sua política inicial de não-resistência e depois de resistência passiva ao Japão, e a sua política interna de oposição ao povo?

Segundo, o que foi que habilitou as regiões libertadas da China a esmagarem os brutais e prolongados ataques dos japoneses e das forças fantoches, a reconquistarem tão vastos territórios e a libertarem tão numerosa população das garras do inimigo nacional? Poderá acaso ser qualquer outra coisa que não a nossa linha correcta, a linha da guerra popular?

“DESOBEDIÊNCIA ÀS ORDENS ADMINISTRATIVAS E ÀS ORDENS MILITARES”*

O governo do Kuomintang acusa constantemente o Partido Comunista da China de “desobediência às ordens administrativas e às ordens militares”. Ora, todos podemos dizer que é uma grande felicidade que os comunistas chineses ainda conservem o bom senso próprio ao povo chinês e não tenham obedecido às tais “ordens administrativas e às ordens militares” já que, na realidade, o terem obedecido equivaleria a entregar aos agressores japoneses as regiões libertadas, as quais foram reconquistadas das garras destes últimos pelo povo chinês, entre grandes dificuldades e sofrimento. Alguns exemplos são as “medidas para a limitação da actividade dos partidos heréticos”, em 1939, a “dissolução do Novo IV Exército” e a “retirada das tropas para o norte do antigo leito do rio Amarelo”, em 1941, a ordem de “dissolução do Partido Comunista da China”, em 1943> a ordem de “dissolução das forças à excepção de dez divisões, dentro de prazo determinado”, em 1944, e a proposta, que o governo do Kuomintang dizia ser “uma concessão” nas recentes conversações conosco, exigindo a entrega das nossas forças armadas e governos locais em troca de quantos postos no seu governo ditatorial, sem contrapartida de constituição dum governo de coalizão. Afortunadamente, não nos submetemos e preservamos intacta para o povo chinês uma parte do seu território e um heróico exército anti-japonês. Acaso não deverá felicitar-se o povo chinês por essa “desobediên-

cia”? Acaso não sentirá o governo do Kuomintang que já fez muito ao presentear os agressores japoneses com essa extensa e populosa região que vai do Heilonquiam ao Cueidjou, por meio de todas as suas ordens administrativas fascistas e as suas ordens militares derrotistas? Os agressores japoneses e os reaccionários aclamam as “ordens administrativas e as ordens militares”, mas será que isso também pode ser aclamado por qualquer chinês consciente e patriota? A menos que exista um governo de coalizão, não na forma mas nos factos, não uma ditadura fascista mas um governo democrático, será porventura concebível que o povo deixe que os comunistas chineses entreguem arbitrariamente ao actual governo kuomintanista, governo derrotista, fascista e ditatorial, as regiões libertadas onde o povo conquistou a liberdade e as forças armadas populares que realizaram tantos feitos na Guerra de Resistência? Sem regiões libertadas e forças armadas populares, poderia a causa anti--japonesa do povo chinês ser aquilo que é hoje em dia? E poder-se-á sequer imaginar qual seria então o futuro da nação chinesa?

O PERIGO DE GUERRA CIVIL

Até este momento, a principal camarilha dirigente do Kuomintang tem persistido na sua política reac-cionária de ditadura e guerra civil. Há muitos sinais de que prossegue desde há muito, e agora mais do que nunca, os preparativos para desencadear a guerra civil, logo que as forças de certo país aliado tenham limpo de agressores japoneses uma parte considerável do território

continental da China. Essa camarilha espera igualmente que os generais de certos países aliados façam na China o mesmo trabalho que o general inglês Scobie³ tem estado a fazer na Grécia, e aplaude a carnificina a que se entregam Scobie e o governo reaccionário grego. E planeia mergulhar mais uma vez a China no turbilhão da guerra civil, como em 1927-1937. Por detrás da cortina de fumo da “convocação da assembleia nacional” e da “solução política”, a principal camarilha dirigente no seio do Kuomintang prepara em segredo a guerra civil. Se os nossos compatriotas não vêem isso, se não denunciam essa cons-piração e não põem fim a tais preparativos, ouvirão um belo dia o troar dos canhões da guerra civil. que as relações políticas na China se tornaram tensas em extremo.

NEGOCIAÇÕES

Tendo obtido o acordo dos demais partidos e grupos democráticos, o Partido Comunista da China exigiu, no Conselho Político Nacional, em Setembro de 1944, que a ditadura kuomintanista de um só partido fosse imediatamente abolida e se formasse um governo democrático de coalizão, para derrotar o agressor japonês, construir a China nova e evitar a guerra civil. Era, sem dúvida, uma exigência oportuna e, no espaço de poucos meses, obteve calorosa resposta das grandes massas populares. Nós temos tido muitas sessões de negociação com o governo do Kuomintang, sobre a via a seguir na abolição

da ditadura de um só partido, formação dum governo de coalizão e introdução das reformas democráticas indispensáveis, mas este rejeita todas as nossas sugestões. O Kuomintang não só não deseja abolir a ditadura de um só partido e formar um governo de coalizão, como também não quer introduzir qualquer das reformas democráticas que se necessitam de urgência, como a dissolução dos serviços secretos, a anulação das leis e decretos reaccionários que retiram a liberdade ao povo, a libertação dos presos políticos, o reconhecimento de estatuto legal aos partidos e grupos políticos, o reconhecimento das regiões libertadas e a retirada das tropas que as bloqueiam e atacam. O resultado foi que as relações políticas na China se tornaram tensas em externo.

DUAS PERSPECTIVAS

À luz da situação tomada no seu conjunto e à luz da análise, feita acima, do presente estado de coisas interno e internacional, eu gostaria de pôr em guarda todos os presentes: que ninguém espere um avanço suave e fácil da nossa causa. Não, nada se passará assim. Efectivamente, há duas possibilidades, duas perspectivas, das quais uma é boa e outra má. Uma possibilidade ou perspectiva é que a ditadura fascista continue, as reformas democráticas não sejam aceites, o esforço principal não incida sobre a oposição aos agressores japoneses mas sim sobre a oposição ao povo, e a guerra civil possa até estoiar após a derrota dos agressores japoneses, regressando a China à velha situação, miserável sob vários aspectos, de ausência de independência, liberdade, de-

mocracia, unificação, prosperidade e força. Essa possibilidade, essa perspectiva, ainda continua de pé, não deixou de existir nem desaparecerá automaticamente pelo simples facto de a situação internacional ser favorável, a consciência política se elevar e a força organizada do povo crescer. No interior do país, os únicos que esperam ver essa possibilidade, essa perspectiva, converter-se em realidade, são a camarilha anti-povo existente no Kuomintang e os reaccionários de mentalidade imperialista no estrangeiro. Esse é um aspecto que importa considerar. Mas há ainda o outro aspecto; igualmente à luz da situação tomada no seu conjunto e à luz da análise feita sobre o estado de coisas interno e internacional, nós podemos ganhar maior confiança e coragem, lutando pela segunda possibilidade, pela segunda perspectiva. É a possibilidade de vencermos todas as dificuldades, unirmos a totalidade do povo, abolirmos a ditadura fascista do Kuomintang, realizarmos as reformas democráticas, consolidarmos e expandirmos as forças anti-japonesas, derrotarmos completamente os agressores japoneses e construir-mos a China nova, independente, livre, democrática, unificada, próspera e poderosa. Aqueles que esperam ver realizada na China essa possibilidade, essa perspectiva, são, no interior do país, as grandes massas, o Partido Comunista e os outros partidos e grupos democráticos, e, no estrangeiro, as nações que nos tratam em pé de igualdade, os progressistas e as massas populares.

Sabemos muito bem que os comunistas, juntamente com o conjunto do povo chinês, ainda enfrentam grandes dificuldades, muitos obstáculos, e têm um caminho bem

sinuoso a percorrer. Simplesmente, também sabemos muito bem que, juntamente com o conjunto do povo chinês, podemos superar todas as dificuldades, todos os obstáculos, e cumprimos a tarefa que a História confiou à China. A grande tarefa que a nós e ao povo todo se impõe é evitar a primeira possibilidade, a primeira perspectiva, e lutar pela segunda com todas as energias. Essencialmente, a situação internacional e interna favorece os comunistas e o conjunto do povo chinês. Tal ponto já foi por mim inteiramente esclarecido. Nós esperamos que, de acordo com a tendência geral no mundo e com o sentimento popular na China, as autoridades do Kuomintang tenham a coragem de mudar a sua política errada actual, de maneira que a guerra anti-japonesa possa ganhar-se, os sofrimentos do povo chinês possam diminuir e a China nova possa em breve surgir. É preciso saber que, por mais sinuoso que seja o caminho, o povo chinês há-de sem dúvida conquistar a independência e a libertação, e que a hora para isso já soou. Cabe à nossa geração realizar as grandes aspirações dos incontáveis mártires dos últimos cem anos. Qualquer tentativa para deter-nos no caminho terminará seguramente num fracasso.

IV. A POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA

Atrás analisei as duas linhas na Guerra de Re-sistência da China. Tal análise era absolutamente necessária. Com efeito, entre o povo chinês, muitos ainda não sabem o

que está realmente a passar-se nesta guerra. Muitos, nas regiões controladas pelo Kuomintang e nos países estrangeiros, vivem mantidos na ignorância pela política de bloqueio do governo do Kuomintang. Nada, praticamente, conheciam sobre as regiões libertadas até ao momento em que um grupo de jornalistas chineses e estrangeiros veio até nós, em 1944, em visita de observação. Tão pronto como esse grupo regressou, o governo do Kuomintang, que teme enormemente que a verdade sobre as regiões libertadas se conheça no exterior, trancou as portas e impediu que qualquer outro jornalista viesse até cá. E do mesmo modo esconde a verdade sobre as regiões que ele próprio controla. Por tudo isso, sinto ser nosso dever dar ao público o máximo possível sobre o verdadeiro quadro formado pelas “duas zonas” da China. Só quando o povo vir com clareza o conjunto da situação na China, poderá entender a razão por que existe tanta diferença de política entre o Partido Comunista e o Kuomintang — os dois partidos políticos mais importantes da China — bem como a razão por que há tanta luta entre as duas linhas. Só então o povo compreenderá que a disputa entre os dois partidos não é uma disputa desnecessária, sem importância, de pura chicana, como alguns afirmaram, mas sim uma disputa de princípios, de que dependem as vidas de centenas de milhões de indivíduos.

Ante a gravidade da situação actual da China, o povo, os partidos e grupos democráticos e os democratas no interior do país, bem como o povo dos outros países, interessados na situação chinesa, desejam que a união substitua a desunião e as reformas democráticas sejam

realizadas, e pretendem conhecer a política do Partido Comunista da China para a solução dos muitos problemas vitais da actualidade. E como é evidente, os membros do nosso Partido têm um interesse ainda maior a esse respeito.

A nossa política de Frente Única Nacional Anti--Japonesa foi sempre clara e definida, e tem sido comprovada ao longo dos oito anos de guerra. O nosso congresso deve extrair dela conclusões que constituam um guia para as nossas lutas futuras.

Vou expor agora um certo número de conclusões definitivas a que o nosso Partido já chegou, relativamente às medidas políticas mais importantes para a solução dos problemas da China.

O NOSSO PROGRAMA GERAL

O povo chinês, o Partido Comunista da China e os partidos e grupos democráticos anti-japoneses necessitam urgentemente dum programa comum, aceite por todos, a fim de mobilizarem e unirem todas as forças anti-japonesas do povo chinês, derrotarem por completo os agressores japoneses e construir uma China nova independente, livre, democrática, unificada, próspera e poderosa.

Um programa comum assim poderá dividir-se em duas partes, uma geral e outra específica. Consideremos primeiro a geral e passemos depois à específica.

Na etapa em que se encontra actualmente a China, sobre a importante questão da necessidade de os agressores japoneses serem completamente derrotados e uma China nova construída, nós, comunistas, e a maioria es-

magadora da população estamos de acordo quanto aos pontos básicos seguintes: primeiro, a China não deve adoptar um sistema de Estado feudal, fascista e anti-povo, sujeito à ditadura dos grandes senhores de terras e da grande burguesia, uma vez que os dezoito anos de dominação pela principal camarilha dirigente do Kuomintang já bastaram para provar a sua falência completa. Segundo, não é possível estabelecer na China o tipo velho de ditadura democrática — o puro Estado nacional-burguês — nem se deve portanto tentar realizá-lo, uma vez que, por um lado, a burguesia nacional chinesa se revelou já muito fraca, económica e politicamente, e por outro lado existe, desde há muito, um factor novo, que é o proletariado chinês consciente que, dirigido pelo Partido Comunista da China, tem demonstrado grande capacidade na arena política e assumiu a direcção das grandes massas do campesinato, da pequena burguesia urbana, dos intelectuais e outros elementos democratas. Terceiro, é igualmente impossível ao povo chinês instituir um sistema socialista de Estado na etapa actual, quando a sua tarefa continua a ser o combate à opressão estrangeira e feudal, e ainda não estão reunidas as condições sociais e económicas necessárias a tal Estado.

O que propomos então? Propomos, para depois da derrota completa dos agressores japoneses, o estabelecimento dum sistema de Estado a que chamamos democracia nova, nomeadamente, uma aliança democrática de Frente Única, baseada na maioria esmagadora do povo e dirigida pela classe operária.

É essa espécie de sistema de Estado que realmente satisfaz as reivindicações da imensa maioria da população

da China, pois ela pode conquistar, e conquistou já na prática, primeiro, a aprovação de milhões de operários industriais e dezenas de milhões de artesãos e assalariados agrícolas, segundo, a aprovação do campesinato, o qual constitui oitenta por cento da população chinesa, isto é, trezentos e sessenta milhões de indivíduos numa população de 450 milhões, e, terceiro, a aprovação de grande número de pequeno-burgueses urbanos, bem como elementos da burguesia nacional, nobres esclarecidos e outros patriotas.

Ainda existem, é claro, contradições entre essas classes, a contradição entre o trabalho e o capital, por exemplo, constitui uma prova evidente disso, e cada classe tem reivindicações que lhe são próprias. Seria hipocrisia, estaria errado, negar a existência de tais contradições e a diferença de reivindicações. Contudo, ao longo da etapa de democracia nova, essas contradições e reivindicações diferentes não se desenvolverão transcendendo as reivindicações comuns a todos, nem isso, aliás, se permitiria que acontecesse. Elas podem ser harmonizadas. Realizada a harmonização, essas classes ficarão aptas a cumprir, em conjunto, as tarefas políticas, económicas e culturais do Estado de democracia nova.

A política de democracia nova que defendemos visa à liquidação da opressão externa e da opressão feudal-fascista interna e, depois, à construção não dum democracia de tipo velho mas sim dum sistema político que seja uma frente única de todas as classes democráticas. Este nosso ponto de vista está em perfeito acordo com a opinião revolucionária do Dr. Sun Yat-sen. No Manifesto do I Congresso Nacional do Kuomintang, o Dr.

Sun escreveu:

“Nos Estados modernos, o chamado sistema democrático está geralmente monopolizada pela burguesia e converteu-se num puro instrumento para oprimir a gente comum. Em contrapartida, o princípio de democracia do Kuomintang significa um sistema democrático da gente comum, não dominado a título privado por uns quantos.”

Essa foi uma grande afirmação política do Dr. Sun. O povo chinês, o Partido Comunista da China e todos os democratas devem respeitá-la, praticá-la resolutamente e travar um combate decidido contra todos os indivíduos e grupos que a violem ou se lhe oponham, defendendo e desenvolvendo assim esse princípio político inteiramente justo da democracia nova.

O princípio de organização do poder político da democracia nova deve ser o centralismo democrático, com assembleias populares a diversos escalões de-terminando as medidas políticas de importância maior e elegendo os respectivos governos. Ele é simultaneamente democrático e centralizado, quer dizer, centralizado na base da democracia e democrático sob direcção centralizada. É o único sistema que pode permitir plena expressão à democracia, dando plenos poderes às assembleias populares em todos os escalões, e, ao mesmo tempo, garantir uma administração centralizada dos assuntos do Estado, dando aos governos de todos os escalões a possibilidade de tratar centralizadamente todos os negócios a eles confiados pelas assembleias populares respectivas, e salvaguardar tudo quanto seja essencial à vida democrática do povo.

O exército e as demais forças armadas constituem uma parte importante do aparelho do poder de Estado da democracia nova, sem o que o Estado não pode defender-se. Como acontece com todos os outros órgãos do poder, as forças armadas do Estado de democracia nova pertencem ao povo e protegem o povo; nada têm em comum com o exército, a polícia, etc, de tipo velho, os quais pertencem a uns quantos indivíduos e oprimem o povo.

A economia de democracia nova que defendemos está igualmente de acordo com os princípios do Dr. Sun. A respeito da terra, o Dr. Sun defendeu o princípio de “a terra para os que a trabalham”. Sobre a questão da indústria e do comércio, o Dr. Sun, no manifesto acima citado, afirmou:

“As empresas como os bancos, caminhos de ferro e linhas aéreas, sejam propriedade de chineses ou de estrangeiros, desde que sejam monopolistas no seu carácter ou grandes de mais para uma manipulação a título privado, devem ser exploradas e administradas pelo Estado, de modo que o capital privado não domine a vida económica do povo: eis o sentido principal da limitação do capital.”

Na etapa actual, concordamos inteiramente com essas opiniões do Dr. Sun em matéria de economia.

Algumas pessoas suspeitam que os comunistas chineses sejam opostos ao desenvolvimento da iniciativa privada, ao crescimento do capital privado e à protecção da propriedade privada, no que realmente estão enganadas. São a opressão estrangeira e a opressão feudal que impedem brutalmente o desenvolvimento da iniciativa

individual do povo chinês, entram o crescimento do capital privado e arruinam a propriedade das grandes massas populares. A tarefa da democracia nova que preconizamos é justamente a remoção desses travões, a cessação dessa ruína, a garantia do livre desenvolvimento da individualidade das massas populares na sociedade, bem como o livre desenvolvimento da economia privada capitalista sempre que não “domine a vida económica do povo”, sempre que o beneficiar, enfim, a protecção de todas as formas justas de propriedade privada.

De acordo com os princípios do Dr. Sun e com a experiência da revolução chinesa, a economia chinesa na etapa actual deve compor-se do sector de Estado, do sector privado e do sector cooperativo. Mas o Estado, aqui, não será, seguramente, um Estado “dominado a título privado por uns quantos”, mas sim um Estado de democracia nova, da “gente comum”, dirigido pelo proletariado.

A cultura da democracia nova deve igualmente pertencer à “gente comum”, isto é, deve ser nacional, científica e de massas, em circunstância nenhuma será “dominada a título privado por uns quantos.”

Tal é o programa geral, básico, que nós, comunistas, preconizamos para a etapa actual, para toda a etapa da revolução democrático-burguesa. Esse é o nosso programa mínimo, em relação ao nosso programa para futuro, ou programa máximo, que visa à instauração do socialismo e do comunismo. A sua realização fará com que a China e a sociedade chinesa dêem mais um passo, indo da situação de

Estado e sociedade colonial, semi-colonial e semi-feu-

dal à de Estado e sociedade dc democracia nova.

A direcção política do proletariado, definida por tal programa, e os sectores estatal e cooperativo da economia, dirigidos pelo proletariado, são factores socialistas. Contudo, a realização do referido pro-grama não transformará a China numa sociedade socialista.

Nós, comunistas, jamais dissimulamos as nossas aspirações políticas. Está bem definido, não cabe a menor dúvida, que o nosso programa de futuro, o nosso programa máximo, é fazer avançar a China para o socialismo e para o comunismo. Tanto o nome do nosso Partido como a nossa concepção marxista do mundo apontam inequivocamente para esse ideal supremo de futuro, para esse ideal incom-paravelmente belo e radioso. Ao aderir ao Partido, cada comunista tem no peito dois objectivos clara-mente definidos, que são a democracia nova para o presente e o socialismo e o comunismo para o futuro, e luta por realizá-los, não obstante a hostilidade, calúnia, abuso e mofa ignorantes e grosseiros dos inimigos do comunismo, que devemos firmemente combater. Quanto aos cépticos bem-inten-cionados, não devemos atacá-los, mas antes explicar-lhes as coisas, com boa vontade, com paciência. Tudo isso é perfeitamente claro, preciso e inequívoco.

Seja como for, todos os comunistas chineses e simpatizantes do comunismo na China devem lutar por realizar o objectivo da etapa actual; lutar contra a opressão estrangeira e feudal, para que o povo se liberte desse trágico destino colonial, semi-colonial e semi-feudal, e se estabeleça uma China de democracia nova, dirigida pelo proletariado e cuja tarefa principal seja a libertação do

campesinato, a China dos Três Princípios do Povo revolucionários do Dr. Sun Yat-sen, China independente, livre, democrática, unificada, próspera e poderosa. Isso é o que temos estado a fazer; com as grandes massas do povo chinês, nós, comunistas, estamos a combater heroicamente por esse objectivo há vinte e quatro anos.

Se um comunista ou simpatizante do comunismo fala sobre o socialismo e o comunismo mas não luta por tal objectivo, se minimiza a revolução demo-crático-burguesa, se se relaxa ou atrasa um pouco, mostra deslealdade e frieza, mesmo mínimas, ou é relutante em verter sangue ou entregar a vida por isso, consciente ou inconscientemente, nesta ou naquela medida, tal indivíduo trai o socialismo e o comunismo e não pode seguramente ser tido como combatente consciente e fiel do comunismo, uma lei marxista que o socialismo só pode atingir-se passando-se pela etapa da democracia^ E, na China, a luta pela democracia é uma luta prolongada. Seria ilusão completamente vã tentar construir uma so-ciedade socialista sobre as ruínas da ordem colonial, semi-colonial e semi-feudal, não se dispondo dum Estado unificado de democracia nova, sem desenvolvimento do sector estatal da economia de democracia nova, do sector capitalista privado e do sector cooperativo, sem desenvolvimento da cultura nacional, científica e de massas, cultura de democracia nova, e sem libertação e desenvolvimento da individualidade de centenas de milhões de pessoas, numa palavra, sem revolução democrático-burguesa de tipo novo, consequente, dirigida pelo Partido Comunista.

f Algumas pessoas não conseguem compreender a razão

por que, longe de temerem o capitalismo, os comunistas devem defender o respectivo desenvolvimento em determinadas condições. A nossa explicação é simples. A substituição do jugo imperialista estrangeiro e do jugo feudal interno por um capitalismo desenvolvido até certo grau constitui tanto um progresso como também um processo inevitável. Isso beneficia tanto a burguesia como o proletariado, talvez beneficiando mais este último. O que está a mais na China actual não é o capitalismo nacional, mas sim o imperialismo estrangeiro e o feudalismo interno; o nosso capitalismo é, pelo contrário, demasiado débil. Bastante surpreendente é o facto de alguns porta-vozes da burguesia chinesa não ousarem defender abertamente o desenvolvimento do capitalismo e referirem-se a ele de través. Outros há que até negam categoricamente a necessidade de a China aceitar um certo grau de desenvolvimento do capitalismo, falando da realização do socialismo em um só salto e do “cum-primento em um só golpe” das tarefas dos Três Princípios do Povo e do socialismo. Como é evidente, tais opiniões reflectem a fraqueza da burguesia nacional chinesa ou são um truque demagógico dos grandes senhores de terras e da grande burguesia frente às grandes massas populares. O conhecimento das leis marxistas sobre o desenvolvimento da sociedade faz com que nós, comunistas, compreendamos clara e precisamente que, sob o sistema de Estado de democracia nova na China, é necessário, no interesse do progresso social, facilitar o desenvolvimento do sector capitalista privado da economia, sempre que não domine a vida económica do povo, além do desenvolvimento do sector estatal e dos sec-

tores individual e cooperativo do povo trabalhador. Nós, comunistas, jamais deixaremos que palavreado vazio e truques enganadores nos entonteçam.

Algumas pessoas duvidam que nós, os comunistas, sejamos sinceros quando declaramos que “sendo os Três Princípios do Povo aquilo de que a China necessita hoje, o nosso Partido está pronto a lutar pela sua completa realização”. Isso é uma consequência do seu fracasso na compreensão de que as teses fundamentais dos Três Princípios do Povo enunciadas pelo Dr. Sun Yat-sen no Manifesto do I Congresso Nacional do Kuomintang, em 1924, teses que aceitámos, coincidem com certas teses básicas do programa do nosso Partido para a etapa actual, isto é, do nosso programa mínimo. Mas importa sublinhar que os Três Princípios do Povo do Dr. Sun Yat-sen coincidem com o programa do nosso Partido para a etapa actual apenas em certas teses fundamentais, não em tudo. O programa de democracia nova do nosso Partido é, evidentemente, muito mais completo que os princípios do Dr. Sun, sobretudo porque a teoria, o programa e a prática de democracia nova do nosso Partido desenvolve-se de modo considerável com o desenvolvimento da revolução chinesa, nos vinte anos que se seguiram à morte do Dr. Sun, e não de desenvolver-se ainda mais. Na essência, porém, esses Três Princípios do Povo são um programa de democracia nova, algo distinto dos velhos Três Princípios do Povo, sendo natural que constituam “aquilo de que a China necessita hoje”, e “o nosso Partido está pronto a lutar pela sua completa realização”. Para nós, comunistas chineses, a luta pelo programa mínimo do nosso Partido e a luta pelos novos,

pelos revolucionários Três Princípios do Povo do Dr. Sun, são fundamentalmente (não em todos os aspectos) uma e a mesma coisa. É assim que, no presente como no passado, os comunistas chineses provaram ser os mais sinceros e consequentes executantes dos Três Princípios do Povo revolucionários, o que se verificará igualmente no futuro.

Algumas pessoas têm suspeitas e pensam que, uma vez no poder, o Partido Comunista seguirá o exemplo da Rússia, implantará a ditadura do proletariado e o sistema de um só partido. A nossa resposta é que entre um Estado de democracia nova, baseado na aliança das classes democráticas, e um Estado socialista, sob a ditadura do proletariado, há uma diferença de princípio. Sem dúvida alguma, o nosso sistema de democracia nova edificar-se-á sob a direcção do proletariado e do Partido Comunista mas, ao longo de toda a etapa da democracia nova, não poderá haver na China ditadura de uma só classe e governo de um só partido, não devendo por consequência fazer-se tal tentativa. Não temos razão para recusar a cooperação com qualquer partido político, grupo social ou indivíduo, cuja atitude frente ao Partido Comunista seja a de cooperação, e não a hostilidade. O sistema russo tem sido moldado pela própria história russa; na Rússia, a exploração do homem pelo homem foi abolida como sistema social, instaurou-se um sistema político, económico e cultural dum tipo de democracia ainda mais novo, quer dizer, o socialismo, e o povo apoia exclusivamente o Partido Bolchevique, afastando todos os partidos anti-socialistas. Tudo isso deu lugar ao sistema russo, sistema absolutamente necessário e adequado à

Rússia. Mas mesmo nesse país, onde não existe outro partido político além do Partido Bolchevique, o sistema adoptado para os órgãos do poder do Estado ainda é um sistema de aliança de operários, camponeses e intelectuais, uma aliança de membros e não membros do Partido, e não um sistema em que apenas a classe operária ou os bolcheviques exercem funções nos órgãos do go-verno. O sistema chinês para a etapa actual está a ser moldado pela etapa actual da história chinesa; durante um longo período, no futuro, existirá uma forma específica de Estado e poder político distinta do sistema russo, a qual nos será totalmente necessária e adequada, a saber, a forma de Estado e poder político de democracia nova, baseada na aliança das classes democráticas.

O NOSSO PROGRAMA ESPECÍFICO

O nosso Partido também necessita dum programa específico para cada período, baseado no programa geral atrás exposto. O nosso programa geral de democracia nova permanecerá inalterado ao longo da etapa da revolução democrático-burguesa, isto é, ao longo de várias dezenas de anos. Dentro dessa etapa, porém, de fase para fase as condições mudaram e mudarão, sendo natural a necessidade de mudarmos, de modo correspondente, o nosso programa específico. Por exemplo, o nosso programa geral de democracia nova vem sendo o mesmo, na Expedição do Norte, na Guerra Revolucionária Agrária, na Guerra de Resistência contra o Japão, mas tem havido mudanças quanto ao programa específico, pois os nossos inimigos e amigos não têm permanecido

os mesmos ao longo desses três períodos.

Actualmente, o povo chinês encontra-se na situação seguinte:

- 1) Os agressores japoneses ainda não foram derrotados;
- 2) O povo chinês necessita com urgência de agir em uníssono em favor duma reforma democrática, a fim de realizar a unidade nacional, mobilizar e unir rapidamente todas as forças anti-japonesas e derrotar os agressores japoneses, de concerto com os países aliados;
- 3) O governo do Kuomintang está a romper a unidade nacional e a obstruir a realização dessa reforma democrática.

Nessas circunstâncias, qual é pois o nosso programa específico, ou, por outras palavras, quais são as reivindicações imediatas do povo chinês?

Consideramos adequadas e mínimas as reivindicações seguintes:

Mobilização de todas as forças disponíveis para derrotar completamente os agressores japoneses e estabelecer a paz internacional, de concerto com os países aliados; ^

Abolição da ditadura kuomintanista de um só partido, estabelecimento dum governo democrático de coalizão e formação dum comando supremo conjunto;

Punição dos elementos pró-japoneses, fascistas e derrotistas, que se opõem ao povo e rompem a unidade nacional, a fim de ajudar a forjar a unidade nacional;

Punição dos reaccionários que criam o perigo de guerra civil, a fim de contribuir para a garantia da paz interna;

Punição dos traidores, acção punitiva contra os oficiais que se rendem ao inimigo e punição dos espíões do Japão; Eliminação dos serviços secretos reaccionários,

bem como de toda a sua actividade repressiva contra o povo, e liquidação dos campos de concentração;

Revogação de todas as leis e decretos reaccionários que privam o povo das liberdades de palavra, imprensa, reunião, associação, convicções políticas, crença religiosa e da inviolabilidade da pessoa humana, e garantia de plenos direitos cívicos ao povo;

Reconhecimento de estatuto legal a todos os partidos e grupos democráticos;

Libertação de todos os presos políticos condenados por actividades patrióticas;

Retirada de todas as tropas que cercam e atacam as regiões libertadas da China e envio das mesmas para a frente de combate anti-japonesa;

Reconhecimento de todas as forças armadas anti-japonesas e governos eleitos pelo povo no interior das regiões libertadas da China;

Consolidação e expansão das regiões libertadas e respectivas forças armadas, e reconquista de todos os territórios perdidos;

Nas regiões ocupadas pelo Japão, ajuda ao povo no sentido da organização clandestina de forças para realizar levantamentos armados;

Permissão ao povo chinês de se armar e defender os seus lares e o seu país;

Transformação política e militar dos exércitos directamente subordinados ao comando supremo do Kuomintang, exércitos que constantemente perdem batalhas, oprimem o povo e discriminam as demais forças militares, e punição de todos os comandantes responsáveis por derrotas desastrosas; Melhoria do sistema de recru-

tamento e melhoria das condições de vida dos oficiais e soldados;

Tratamento preferencial às famílias dos militares que combatem na guerra anti-japonesa, de modo que, na frente, oficiais e soldados se sintam livres de preocupações de família;

Tratamento preferencial às famílias dos militares mortos pela Pátria e aos inválidos de guerra, e ajuda aos desmobilizados na solução dos seus problemas de vida e de emprego;

Desenvolvimento das indústrias de guerra para facilitar o prosseguimento da guerra;

Distribuição equitativa, pelos exércitos que combatem na Guerra de Resistência, da ajuda militar e financeira recebida dos países aliados; Punição dos funcionários corrompidos e instauração de uma administração íntegra; Aumento dos vencimentos dos funcionários dos escalões médio e inferior do governo;

Reconhecimento de direitos democráticos ao povo chinês;

Abolição do sistema opressivo do antigo;

Garantia de assistência aos refugiados de guerra e às vítimas das calamidades naturais;

Constituição dum importante fundo, para que se possa depois da recuperação de todos os territórios perdidos da China, dar ampla assistência às populações que tiverem sofrido com a ocupação inimiga;

Abolição dos impostos exorbitantes e das taxas múltiplas e estabelecimento dum imposto único progressivo;

Introdução de reformas no campo e redução das rendas e taxas de juro, garantia apropriada dos direitos

dos rendeiros, garantia de empréstimos a baixo juro aos camponeses empobrecidos e ajuda aos camponeses para que se organizem, a fim de facilitar a expansão da produção agrícola;

Proscrição do capital burocrático;

Abolição da actual política de controle económico;

Liquidação da inflação galopante e da alta vertiginosa dos preços;

Apoio à indústria privada e garantia de facilidades a essa indústria na obtenção de empréstimos, aquisição de matérias-primas e venda da produção;

Melhoria das condições de vida dos operários, garantia de assistência aos desempregados e ajuda aos operários para que se organizem, a fim de facilitar a expansão da produção industrial;

Eliminação da doutrinação kuomintanista no plano da educação, e promoção de uma cultura e educação nacionais, científicas e de massas;

Garantia da existência material dos professores e pessoal administrativo dos estabelecimentos de ensino, e garantia das liberdades académicas;

Defesa dos interesses dos jovens, das mulheres e das crianças, assistência aos estudantes refugiados, ajuda aos jovens e às mulheres para que se organizem, a fim de, em pé de igualdade com os demais, participarem em todo o trabalho útil ao esforço da Guerra de Resistência contra o Japão e ao progresso social, garantia da liberdade de casamento e da igualdade entre homens e mulheres, e educação útil aos jovens e às crianças;

Melhor tratamento às minorias nacionais da China e reconhecimento do seu direito à autonomia;

Protecção dos interesses dos chineses do ultramar e assistência aos que regressam à Mãe-Pátria;

Protecção dos estrangeiros que tenham vindo para a China fugidos à opressão japonesa, e apoio às respectivas lutas contra o agressor japonês;

Melhoria das relações sino-soviéticas.

Para a realização dessas reivindicações, o que mais importa é a abolição imediata da ditadura kuomintanista de um só partido e o estabelecimento dum governo provisório central e democrático, um governo de coalizão que beneficie do apoio do conjunto da nação e inclua representantes de todos os partidos e grupos políticos, bem como de indivíduos sem afiliação, que sejam anti-japoneses. Sem esse requisito prévio é impossível realizar qualquer mudança efectiva no conjunto do país, quer dizer, nas regiões controladas pelo Kuomintang.

Essas reivindicações exprimem as aspirações das massas chinesas, bem como as de amplos sectores da opinião pública democrática nos países aliados.

Um programa específico mínimo, que obtenha o acordo de todos os partidos e grupos democráticos anti-japoneses, é absolutamente indispensável, e nós estamos preparados para entrar em consulta com tais partidos e grupos na base do programa delineado acima. Partidos distintos fazem distintas reivindicações, mas todos devem chegar a um acordo a respeito do programa comum.

Quanto às regiões controladas pelo Kuomintang, esse programa encontra-se ainda no estado da reivindicação popular; pelo que respeita às regiões ocupadas pelos

japoneses, o programa é algo cuja realização tem ainda que esperar pela reconquista, excepto na parte relativa à organização clandestina de forças para levantamentos armados; pelo que toca às regiões libertadas, o programa é algo que já foi, está sendo ou será posto em prática.

As reivindicações imediatas, o programa específico do povo chinês acima formulado, envolvem muitos problemas vitais para os períodos de guerra e após-guerra, merecedores de maior elucidação. Ao expormos a seguir essas questões, criticaremos alguns dos pontos de vista errados sustentados pela principal camarilha dirigente do Kuomintang e, ao mesmo tempo, responderemos a algumas perguntas feitas por outros indivíduos.

1 DESTRUIÇÃO COMPLETA DOS AGRESSORES JAPONESES, NÃO ADMISSÃO DE COMPROMISSO A MEIO DO CAMINHO

A Conferência do Cairo¹⁵ decidiu que os agressores japoneses devem ser forçados a render-se sem condições. Essa decisão é justa. Não obstante, os agressores japoneses actuam agora, nos bastidores, no sentido duma paz de compromisso; os elementos pró-japoneses no governo do Kuomintang encontram-se, por intermédio do governo fantoche de Nanquim, com emissários secretos do Japão, e ainda não se pôs termo a isso. Daí resulta que o perigo de compromisso a meio caminho não está completamente ultrapassado. A Conferência do Cairo tomou também outra boa decisão, que foi a de as quatro províncias do Nordeste, Taiwan e as ilhas Penghu retornarem à China. Dada,

porém, a política actual do governo do Kuomintang não se pode contar com ele para prosseguir o combate até ao rio Ialu e recuperar todos os territórios perdidos. O que deve pois fazer o povo chinês nessas circunstâncias? Exigir que o governo do Kuomintang derrote completamente os agressores japoneses e não permitir qualquer compromisso a meio do caminho. Há que pôr fim imediato a todas as manobras que visam ao compromisso. O povo chinês deve exigir que o governo do Kuomintang abandone a política actual de resistência passiva e aplique todo o seu poderio militar no combate activo ao Japão. O povo deve expandir as suas próprias forças armadas — o VIII Exército, o Novo IV Exército e as demais unidades armadas populares — e, de iniciativa própria, desenvolver forças armadas anti-japonesas em grande escala e por toda a parte onde tenha chegado o inimigo, preparando-se para recuperar os territórios perdidos num combate em coordenação directa com os países aliados; em nenhum caso deverá depositar confiança exclusiva no Kuomintang. Derrotar os agressores japoneses é um direito sagrado do povo chinês. Se os reaccionários tentarem privá-lo desse direito, liquidar-lhe a acção anti-japonesa ou minar-lhe as forças, o povo chinês deve ripostar resolutamente em legítima defesa, sempre que a persuasão se mostre inútil, já que tais actos reaccionários de traição do interesse nacional, cometidos pelos reaccionários chineses, não podem senão ajudar o agressor japonês.

2. ABOLIÇÃO DA DITADURA KUOMINTANISTA DE UM SÓ PARTIDO, ESTABELECIMENTO DUM GOVERNO DEMOCRÁTICO DE COALIZÃO

Para esmagar por completo os agressores japoneses, torna-se necessário proceder a reformas democráticas em todo o país. Isso não será possível sem a abolição da ditadura kuomintanista de um só partido e a formação dum governo democrático de coalizão.

A ditadura kuomintanista de um só partido é, na realidade, a ditadura da camarilha anti-povo no seio do Kuomintang, constitui um dissolvente da unidade nacional da China, responsável pelas derrotas na frente de combate do Kuomintang e obstáculo fundamental à mobilização e unificação das forças anti-japonesas do povo chinês. Com os oito anos da dolorosa experiência da Guerra de Resistência, o povo chinês já está consciente do flagelo que é essa ditadura e, naturalmente, exige a sua imediata abolição. Essa ditadura anti-povo é igualmente uma fonte de guerra civil e, a menos que seja imediatamente abolida, há-de voltar a trazer essa desgraça que é a guerra civil.

Tão generalizado e tão forte é o clamor do povo chinês, exigindo a abolição da ditadura anti-povo, que as próprias autoridades kuomintanistas se viram obrigadas a aceitar publicamente a “cessação para breve da tutela política”, o que mostra até que ponto essa “tutela política” ou “ditadura de um só partido” se tornou impopular e desprestigiada. Não há uma só pessoa na China que ainda ouse afirmar que a “tutela política”, a “ditadura de um só partido”, sirva para algo, não deva ser abolida e não se

lhe deva “pôr fim”; isso representa uma grande mudança na situação actual.

É claro, está fora de qualquer dúvida que se lhe deve “pôr fim”. As opiniões apenas diferem no modo de chegar a isso. Uns dizem que se deve liquidá-la imediatamente, estabelecendo-se um governo de-mocrático de coalizão provisório; outros, que se es-pere um pouco, que se convoque uma “assembleia nacional” e se “entregue o poder ao povo”, mas não a um governo de coalizão.

O que significa isso, afinal?

Significa que há duas vias para fazer as coisas, uma honesta e outra desonesta.

Primeiro, a honesta. A via honesta é proclamar imediatamente a abolição da ditadura kuomintanista de um só partido, estabelecer um governo central provisório composto de representantes do Kuomin-tang, Partido Comunista, Liga Democrática e indivídus sem afiliação, c promulgar um programa de-mocrático de acção política conforme às reivindica-ções imediatas do povo chinês, expostas atrás, a fim de restabelecer a unidade nacional e derrotar os agressores japoneses. Para discutir tudo isso é necessário convocar uma conferência de mesa redonda dos representantes dos vários partidos, grupos políticos e indivíduos sem afiliação, chegar-se a conclusões e pôr tais conclusões em prática. Essa é uma linha que visa à unidade, c o povo chinês apoia-a resolutamente.

Segundo, a desonesta. A via desonesta é não atender às reivindicações das grandes massas e dos partidos e grupos democráticos, insistir em convocar uma pseudo-assembleia nacional manipulada pela camarilha anti-povo do Kuomintang, para adoptar uma “constituição” que,

na prática, manterá a ditadura dessa camarilha e será anti-democrática, pro-porcionando uma capa de legalidade ao tal “governo nacional”, que é ilegal — governo formado em termos privados por meio da designação dumas quantas dezenas de membros do Kuomintang, não baseado na vontade popular e imposto ao povo — , e fingir que se “entrega o poder ao povo”, quando na realidade se “entrega o poder” a essa camarilha do seio do Kuomintang. E todos os que discordem disso são acusados de sabotar a “democracia”, a “unificação”, “razão” para se ordenarem contra eles medidas dc punição. Essa é a linha da divisão, a-que-la que o povo chinês combate com firmeza.

Os passos para que os nossos heróis anti-povo se estão preparando, em conformidade com essa política divisionista, hão-de provavelmente conduzi-los à destruição. Estão amarrando uma corda à volta do próprio pescoço e jamais a poderão desatar. Essa corda é a “assembleia nacional”. A sua intenção é usar a “assembleia nacional” como uma arma mágica, primeiro para evitarem a formação dum governo de coalizão, segundo, para manterem a ditadura, e terceiro para prepararem uma justificação à guerra civil. A lógica da História, porém, vai contra os seus desejos, estão a “levantar uma pedra para deixá-la cair depois sobre os seus próprios pés”. Com efeito, é claro que as populações das regiões controladas pelo Kuomintang não têm liberdade, as das regiões ocupadas pelos japoneses não podem participar nas eleições c as das regiões libertadas, que gozam de liberdade, não são aceites pelo Kuomintang. Sendo assim, como poderá haver delegados nacionais? Como

poderá formar-se uma “ assembleia nacional”? A pseudo-assembleia nacional que reclamam é aquela que a ditadura kuomintanista erigiu em todo o detalhe há oito anos, durante a fase da guerra civil. Se tal assembleia for convocada, a nação inteira levantar-se-á inevitavelmente contra ela e, então, pergunta-se, como hão-de os nossos heróis anti-povo sair-se disso? Tudo visto, a convocação da pseudo-assembleia nacional só poderá levá-los à destruição.

Nós, comunistas, propomos duas etapas para a liquidação da ditadura kuomintanista de um só partido. Primeiro, no momento presente, estabelecimento dum governo de coalizão provisório por acordo comum entre os representantes de todos os partidos, grupos políticos e indivíduos sem afiliação. Segundo, na etapa seguinte, convocação duma assembleia nacional, após eleições livres e sem reservas, e formação dum governo definitivo de coalizão. Em ambas as situações haverá um governo de coalizão, em que os representantes de todas as classes e partidos políticos que queiram participar estarão unidos na base dum programa democrático comum, para a luta contra o Japão, hoje, e para a construção nacional, amanhã.

Essa é a via única que a China terá de percorrer, sejam quais forem as intenções do Kuomintang e outros partidos, grupos e indivíduos, quer eles quei-ram quer não e estejam ou não conscientes disso. Trata-se duma lei histórica, é uma corrente necessária e inevitável que nenhuma força pode desviar.

Sobre isso e sobre todos os outros problemas da reforma democrática, nós, comunistas, declaramos que, embora

as autoridades do Kuomintang ainda estejam obstinadamente a persistir na sua política errada e a servir-se das negociações para ganhar tempo e apaziguar a opinião pública, estamos prontos a retomar as negociações com elas logo que manifestem vontade de renunciar à política errada actual e concordem com as reformas democráticas. As negociações, porém, devem basear-se no princípio geral de resistência, unidade e democracia, não concordando nós com pseudo medidas, planos ou declarações vazias que se afastem desse princípio geral, soem o melhor que possam soar. ..

3. LIBERDADE PARA O POVO

Actualmente, a luta do povo chinês pela liberdade dirige-se, primeiro que tudo e principalmente, contra os agressores japoneses. Mas, mesmo assim, o governo do Kuomintang privou o povo das suas liberdades, amarrou-o de pés e mãos, impossibilitando-o de combater o agressor japonês. Enquanto esse problema não for resolvido, é impossível mobilizar e unificar todas as forças anti-japonesas da nação. Foi justamente no sentido de desfazer as cordas que manietam o povo, de maneira que este seja livre de resistir ao Japão, realizar a unidade e conquistar a democracia, que o nosso programa avançou reivindicações como: abolição da ditadura de um só partido, estabelecimento dum governo de coalizão, liquidação dos serviços secretos, revogação das leis e decretos repressivos, punição dos traidores, espias, elementos pró-japoneses, fascistas e funcionários corrompidos,

libertação dos prisioneiros políticos, reconhecimento de estatuto legal aos partidos e grupos democráticos, retirada das tropas que cercam ou atacam as regiões libertadas, reconhecimento das regiões libertadas, abolição do sistema dos pao e dos tsia e muitas mais reivindicações relativas à economia, cultura e movimento de massas.

A liberdade é conquistada pelo povo através da luta, ninguém pode conceder-lha como um favor. Nas regiões libertadas da China, o povo já conquistou a liberdade e pode e há-de igualmente conquistá-la nas outras regiões. Quanto maior for a liberdade do povo chinês e mais potentes forem as suas forças democráticas organizadas, tanto maiores serão as possibilidades de constituição dum governo de coalizão unificado e provisório. Uma vez constituído, esse governo de coalizão reconhecera por seu turno plena liberdade ao povo, consolidando assim as suas próprias bases. Só então será possível proceder em todo o país, uma vez liquidados os agressores, a eleições livres e sem reservas, criar uma assembleia nacional democrática e estabelecer um governo de coalizão unificado e definitivo. Enquanto o povo não tiver liberdade, não pode haver assembleia nacional nem governo genuinamente eleitos por este. Não estará isso suficientemente claro?

A liberdade de palavra, imprensa, reunião, associação, convicções políticas e crença religiosa e a inviolabilidade da pessoa humana, constituem as mais importantes liberdades do povo. Na China, só as regiões libertadas respeitam plenamente essas liberdades.

Em 1925, no testamento que ditou do próprio leito de morte, o Dr. Sun Yat-sen afirmou:

“Durante quarenta anos, devotei-me à causa da revolução nacional, para conquistar para a China a liberdade e a igualdade. A experiência desses quarenta anos convenceu-me inteiramente de que, para alcançar tal objectivo, é necessário despertarmos as massas populares e unirmo-nos, em combate comum, às nações do mundo que nos tratem em pé de igualdade.”

Os que não são dignos sucessores do Dr. Sun, os que o traíram, ao invés de despertarem as massas populares oprimem-nas e privam-nas de toda a liberdade de palavra, imprensa, reunião, associação, convicções políticas e crença religiosa e da inviolabilidade da pessoa humana. Colam a calúnia de “partido traidor”, “exército traidor”, e “regiões traidoras” ao Partido Comunista, ao VIII Exército, ao Novo IV Exército e às regiões libertadas, que realmente despertam as massas populares e defendem as liberdades e direitos destas. Nós esperamos que essa fase de inversão do certo e do errado termine em breve, pois o povo chinês perderá a paciência se isso se mantiver por muito tempo.

4. UNIFICAÇÃO DO POVO

É imperioso fazer da China dividida uma China unificada, com vista à liquidação dos agressores japoneses, para evitar a guerra civil e edificar a China nova. Essa é a tarefa histórica do povo chinês.

E como se deve unificar a China? Unificação autocrática, feita por um ditador, ou unificação democrática, realizada pelo povo? Desde Iuan Chi-cai que os caudilhos militares do Norte se concentram no sentido da unifi-

cação autocrática. Qual foi o resultado? Contrariamente aos seus desejos, o que obtiveram não foi a unificação mas sim a divisão e, finalmente, acabaram por ser derubados. Seguindo as pisadas de Iuan Chi-cai, a camarilha anti-povo do Kuomintang tentou a unificação autocrática e desencadeou a guerra civil durante dez anos completos, mas o resultado foi a entrada dos agressores japoneses na China, retirando-se essa camarilha para a montanha Ornei⁷. Agora, do alto da montanha pregam de novo a teoria da unificação autocrática. Para quem pregam? Acaso haverá um só chinês, patriota sincero, que a oiça? Depois de ter vivido dezasseis anos sob o jugo dos caudilhos militares do Norte e dezoito de jugo ditatorial kuomintanista, o povo ganhou ampla experiência e olha capazes de discernir. O povo quer unificação democrática, pelas massas, e não unificação autocrática realizada por um ditador. Ainda em 1935, nós, comunistas, formulámos a política de Frente Única Nacional Anti-japonesa, não havendo, desde então, um só dia em que não tivéssemos lutado por isso. Em 1939, quando o Kuomintang punha em prática as “medidas para limitação da actividade dos partidos heréticos”, medidas reaccionárias, criando um perigo iminente de capitulação, divisão e retrocesso, e pregava a sua teoria da unificação autocrática, nós voltámos a declarar: a unificação deve basear-se na resistência e não na capitulação, na unidade e não na divisão, no progresso e não no retrocesso. Só a unificação baseada na resistência, unidade e progresso é genuína; qualquer outra espécie de unificação constitui uma impostura⁸. Seis anos, porém, se passaram e a questão permanece na mesma.

Poderá acaso haver unificação sem que o povo goze de liberdade e democracia política? Haverá unificação assim que o povo tenha uma e tenha outra. O movimento do povo chinês em favor da liberdade, democracia e governo de coalizão constitui ao mes-mo tempo um movimento pela unificação. Quando inscrevemos no nosso programa específico muitas das reivindicações pela liberdade, democracia e governo de coalizão, procuramos alcançar simultaneamente a unificação. É de simples bom senso que, enquanto não for abolida a ditadura da camarilha anti-povo do Kuomintang e formado um governo democrático de coalizão, será impossível, nas regiões controladas pelo Kuomintang, realizar a menor reforma democrática e mobilizar o povo e o exército para a derrota dos agressores japoneses, sendo igualmente impossível evitar essa calamidade que é a guerra civil. Por que é que muitos democratas, afiliados ou não em partidos, incluídos muitos que se encontram no Kuomintang, exigem unanimemente um governo de coalizão? Porque estão bem conscientes da crise da situação actual e vêem que não há outro processo de superá-la e realizar a unidade na luta contra o inimigo e na construção nacional.

5. O EXÉRCITO POPULAR

Sem possuir um exército que esteja ao seu lado, o povo chinês não poderá alcançar liberdade nem unificação, não poderá estabelecer um governo de coalizão, derubar definitivamente os invasores japoneses e edificar uma China nova. Hoje, as forças militares que estão

firmemente ao lado do povo são apenas os exércitos relativamente pouco numerosos das regiões libertadas — o VIII Exército e o Novo IV Exército. Isso está longe de ser suficiente. Aliás, o grupo anti-povo no seio do Kuomintang não pensa senão em minar e destruir as forças armadas daquelas regiões. Em 1944, o governo do Kuomintang formulou uma “recomendação” em que se pedia ao Partido Comunista para “dissolver num prazo dado” quatro quintos das forças armadas das regiões libertadas. Em 1945, no decurso das últimas negociações, voltou a pedir ao Partido Comunista que lhe entregasse a totalidade das tropas das regiões libertadas, prometendo que em seguida lhe reconheceria “estatuto legal”. Esses senhores dizem o seguinte aos comunistas: “Entreguem-nos as vossas tropas que nós vos concederemos liberdade”. De acordo com tal “teoria”, os partidos que não têm tropas deveriam gozar de liberdade. Ora, entre 1924 e 1927, o Partido Comunista da China dispunha dum número reduzido de tropas mas, logo que o governo do Kuomintang começou a aplicar a sua política de “depuração do Partido” e massacre, não ficou o menor sinal de liberdade. Actualmente, a Liga Democrática Chinesa e os democratas dentro do Kuomintang não possuem forças armadas e tão-pouco têm liberdade. No de-curso destes últimos dezoito anos, os operários, os camponeses, os estudantes e todos os elementos pro-gressistas dos círculos da cultura, ensino e indústria, sob domínio do Kuomintang, nem tiveram tropas nem liberdade. Acaso será que se recusam as liberdades a esses partidos democráticos, a essas diferentes camadas da população, por terem organizado um

exército, realizado “separatismo feudal”, criado “regiões traidoras” ou desobedecido “às ordens administrativas e às ordens militares”? De maneira nenhuma. Pelo contrário, se não gozam de liberdade é exactamente porque não fizeram isso.

“O exército pertence ao Estado”. Nada há de mais justo. Em todo o mundo, não há um só exército que não pertença ao Estado. Mas, a que Estado deve o exército pertencer? Ao Estado de ditadura feudai-fascista dos grandes senhores de terras, dos grandes banqueiros e dos grandes compradores, ou ao Estado de democracia nova das massas populares? Na China, é um Estado de democracia nova que deve criar-se e, sobre essa base, um governo de coalizão de democracia nova. É a tal governo dum tal Estado que devem pertencer todas as forças armadas do país, para que defendam a liberdade do povo e lutem vitoriosamente contra os invasores estrangeiros. As tropas das regiões libertadas serão entregues ao governo de coalizão de democracia nova, imediatamente após a criação deste na China. E as tropas do Kuomintang devem também, e ao mesmo tempo, ser entregues a esse mesmo governo.

Em 1924, o Dr. Sun Yat-sen dizia: “A partir de hoje, a revolução nacional deve entrar numa nova era. ... O primeiro passo a dar é ligar as forças armadas à nação; o segundo é transformar essas forças em forças armadas nacionais.”⁹ Foi justamente em virtude de o VIII Exército e o Novo IV Exército terem seguido essa via, serem “forças armadas nacionais”, quer dizer, um exército do povo, que puderam conquistar vitórias. Na primeira fase da Expedição do Norte, as tropas do Kuomintang de-

ram o “primeiro passo” de que fala o Dr. Sun Yat-sen e, por isso, saíram vitoriosas. Mas, desde a última fase da Expedição do Norte até este momento, elas têm-se inclusivamente recusado a dar esse “primeiro passo” e adoptam uma atitude anti-povo, pelo que se tornam cada vez mais corrompidas e decadentes, sendo apenas “mestres em matéria de guerra civil” e não podendo deixar de ser “leigos” em matéria de “guerra contra o inimigo exterior”. Todos os oficiais patriotas e honestos do exército do Kuomintang devem ressuscitar o espírito do Dr. Sun Yat-sen entre as suas tropas, de maneira a poderem reformá-las.

Para reformar os antigos exércitos é necessário reeducar de forma apropriada todos os oficiais susceptíveis disso, ajudá-los a adquirir concepções justas e a eliminar as velhas concepções, de maneira que possam servir no futuro o exército popular.

Lutar pela criação dum exército do povo chinês é dever do povo em todo o país. Sem exército popular o povo nada terá. A este respeito, não devemos limitar-nos aos simples palavreado.

Nós, comunistas, estamos dispostos a apoiar a causa da reforma do exército chinês. O VIII Exército e o Novo IV Exército devem considerar como amigos e ajudar adequadamente todos os exércitos que, em vez de se baterem contra as tropas das regiões libertadas da China, aspiram a unir-se ao povo e a lutar contra os invasores japoneses.

6. O PROBLEMA DA TERRA

Para liquidar os agressores japoneses e construir uma China nova, é imperioso reformar o sistema agrário e emancipar os camponeses. A tese do Dr. Sun Yat-sen de “a terra para os que a trabalham” está correcta para a etapa actual da nossa revolução, democrático-burguesa por natureza.

Por que razão dizemos que na etapa actual a nossa revolução é “democrático-burguesa por natureza”? Porque entendemos que o alvo da revolução não é a burguesia em geral, mas sim a opressão estrangeira e o jugo feudal, que as medidas tomadas nessa revolução visam, em geral, não à abolição mas sim à protecção da propriedade privada, e que, em resultado dessa revolução, a classe operária será capaz de levantar a força que conduzirá a China ao socialismo, ficando no entanto o capitalismo com possibilidades de desenvolver-se, em medida conveniente, por um período bastante longo. “A terra para os que a trabalham” significa transferência da terra das mãos dos exploradores feudais para as mãos dos camponeses, transformação da propriedade privada dos senhores de terras feudais em propriedade privada dos camponeses e emancipação destes das relações agrárias feudais, tornando-se possível a conversão do país agrícola em país industrial. Por consequência, o princípio de “a terra para os que a trabalham” tem o carácter duma reivindicação democrático-burguesa e não proletária socialista; é a reivindicação de todos os democratas revolucionários, não a reivindicação exclusiva dos comuni-

stas. A diferença está em que, nas condições da China, só nós, os comunistas, tratamos essa reivindicação com seriedade, não nos limitamos a falar sobre ela, põmo-la em prática. Quem são os democratas revolucionários? Além dos proletários, que são os mais firmes dos democratas revolucionários, os camponeses, que constituem de longe o grupo mais vasto. A maioria esmagadora dos camponeses, isto é, todos, exceptuando-se os camponeses ricos, que arrastam a cauda do feudalismo, reivindicam activa-mente “a terra para os que a trabalham”. Os pequeno-burgueses urbanos também são democratas revolucionários e o princípio de “a terra para os que a trabalham”, ao permitir o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, é-lhes vantajoso. A burguesia nacional é uma classe vacilante. Necessitando de mercados, ela também aprova o princípio de “a terra para os que a trabalham”, mas muitos dentre essa classe têm medo, vistos os laços que a maior parte dela mentem com a propriedade da terra. O Dr. Sun Yat-sen é o democrata revolucionário número um da China. Representando o sector revolucionário da burguesia nacional, a pequena burguesia urbana e os camponeses, passou à revolução armada e avançou a sua tese de “igualdade de direito . à propriedade da terra” e “a terra para os que a trabalham”. Uma vez no poder, porém, não tomou, infelizmente, a iniciativa de medidas necessárias à reforma do sistema agrário. Assim que tomou o poder, a camarilha anti-povo do Kuomintang traiu inteiramente tudo o que Sun Yat-sen havia defendido. E essa camarilha anti-povo que agora se opõe obstinadamente ao princípio de “a terra para os que a trabalham”, pois ela representa o sector

dos grandes senhores de terras, grandes banqueiros e grandes compradores. Como a China não tem partido político que represente exclusivamente os camponeses, e os partidos políticos da burguesia nacional não têm um programa agrário consequente, o Partido Comunista da China converteu-se no líder dos camponeses e de todos os outros democratas revolucionários, sendo o único Partido que formulou e realizou um programa agrário consequente, lutou com consciência pelos interesses do campesinato e, como consequência, conquistou como seu grande aliado a maioria esmagadora dos camponeses.

De 1927 a 1936, o Partido Comunista da China adoptou várias medidas no sentido duma reforma consequente do sistema agrário e pôs em prática o princípio do Dr. Sun de “a terra para os que a trabalham”. Foi exactamente essa quadrilha que agrupa todos os indignos sucessores do Dr. Sun Yat-sen, essa camarilha anti-povo no seio do Kuo-mintang, quem arreganhou os dentes, mostrou as garras e fez uma guerra anti-povo, de dez anos, ao princípio de “a terra para os que a trabalham”.

No período da guerra anti-japonesa, ao substituir a política de “a terra para os que a trabalham” pela política de redução das rendas e das taxas de juro, o Partido Comunista fez uma grande concessão. E a concessão era justa, uma vez que ajudou a levar o Kuomintang para a guerra contra o Japão e, nas regiões libertadas, diminuiu a resistência dos senhores de terras à nossa mobilização dos camponeses para a guerra. Se não surge obstáculo especial, estamos prontos a prosseguir essa política no após-guerra, primeiro generalizando a redução das ren-

das e das taxas de juro por todo o país e, ulteriormente, tomando medidas adequadas para a concretização gradual desse princípio de “a terra para os que a trabalham”. Os que traíram o Dr. Sun, porém, tanto combatem o princípio de “a terra para os que a trabalham” como até a própria redução das rendas e das taxas de juro. O governo kuomintanista não respeitou o decreto sobre a “redução de 25 por cento das rendas” nem os decretos similares por ele próprio editados; nós fomos os únicos que o aplicámos, nas regiões libertadas, e, por esse crime, estas têm sido consideradas “regiões traidoras”. No decurso da guerra anti-japonesa entrou em cena a pseudo teoria dos dois estádios, o da “revolução nacional” e o da “revolução pela de-mocracia e bem-estar do povo”. Essa teoriavé falsa. Frente a um possante inimigo, não devemos le-vantar a questão das reformas democráticas e do bem-estar do povo; mais vale esperar pela retirada dos japoneses — tal é o absurdo da teoria enunciada pela camarilha anti-povo do Kuomintang para evitar a vitória completa na Guerra de Resistência. E mesmo assim, há gente que faz eco a essa teoria e está convertida em seu agente servil. Frente a um poderoso inimigo, é-nos impossível estabelecer bases de apoio contra os japoneses e resistir aos ataques destes se não solucionamos o problema da de-mocracia e do bem-estar do povo — eis a tese que o Partido Comunista da China tem defendido e, mais do que isso, posto em prática com excelentes resultados. Na fase da guerra anti-japonesa, a redução das rendas e das taxas de juro e as demais reformas democráticas servem essa guerra. No intuito de afrouxar a resistên-

cia dos senhores de terras ao esforço de guerra, nós ab-stivemo-nos de abolir-lhes a propriedade sobre a terra, apenas lhes reduzimos as rendas e as taxas de juro; ao mesmo tempo, en-corajamo-los a transferir os fundos para a indústria e damos aos nobres esclarecidos a oportunidade de participarem nas actividades públicas em favor da guerra e no trabalho dos órgãos do poder, ao lado dos representantes doutros sectores da população. Quanto aos camponeses ricos, encorajamo-los a desenvolver a produção. Tudo isso constitui parte da aplicação decidida da linha de reformas de mocráticas nas regiões rurais e é absolutamente necessário. Existem duas linhas: ou opor-se com obstinação ao esforço dos camponeses chineses no sentido de solucionar o problema da democracia e do bem--estar do povo, o que conduzirá à corrupção, impotência e incapacidade total no combate ao Japão, ou apoiar firmemente esses camponeses no seu esforço e ganhar o maior dos aliados, aquele que representa oitenta por cento da população, o que permitirá forjar uma força enorme de combate. A primeira é a linha do governo kuomintanista, a última é a linha das regiões libertadas da China. A linha dos oportunistas consiste em vacilar entre as duas, falar no apoio aos camponeses mas não se decidir a reduzir as rendas e as taxas de juro, a armá-los e a instaurar o poder político democrático nas regiões rurais. Servindo-se de todas as forças que tem à sua disposição, a camarilha anti-povo do Kuomintang passa a todo o tipo de ataque perverso, aberto e dissimulado, militar e político, sangrento e não san-grento, contra o Partido Comunista da China. Considerada no seu aspecto so-

cial, a disputa entre os dois partidos gira essencialmente em torno dessa questão das relações agrárias. A que respeito, exactamente, teremos nós ofendido a camarilha anti-povo do Kuomintang? Acaso não é sobre esse ponto? Acaso não tem sido exactamente por prestar uma grande ajuda aos agressores japoneses nesse domínio que tal camarilha consegue os favores e encorajamento destes? Todas as acusações — “o Partido Comunista da China sabota a Resistência e põe em perigo o Estado”, “partido traidor”, “exército traidor”, “regiões traidoras” e “desobediência às ordens administrativas e às ordens militares” — não terão acaso sido feitas precisamente porque o Partido vem fazendo um trabalho consciente no sentido dos interesses reais da nação nesse domínio? O campesinato é a origem dos operários industriais. No futuro, dezenas de milhões mais de camponeses irão para as cidades e ingressarão nas fábricas. Se a China quer edificar indústrias nacionais poderosas e várias cidades grandes e modernas, tem que passar por um longo processo de transformação das populações rurais em populações urbanas.

São os camponeses quem forma o principal do mercado necessário à indústria chinesa. Só eles podem fornecer géneros alimentícios e matérias-primas em grande abundância e absorver a produção industrial em grande escala.

Os camponeses são a fonte do exército chinês. Os soldados são camponeses em uniforme militar, o inimigo jurado dos agressores japoneses.

Na etapa actual, são os camponeses quem constitui a principal força política da democracia na China. Os

democratas chineses nada poderão realizar enquanto não se apoiarem nos trezentos e sessenta milhões de camponeses.

São os camponeses quem constitui o principal objectivo do movimento cultural da China, na presente fase. Se os trezentos e sessenta milhões de camponeses são deixados de fora, não será então verdade que a eliminação do analfabetismo, a popularização da educação, a literatura e a arte para as massas, bem como a saúde pública, se transformarão em grandes palavras vazias de conteúdo? Ao falar assim, é evidente que não quero esquecer a importância política, económica e cultural do resto da população, que orça pelos noventa milhões, e, particularmente, não ignoro a classe operária, a classe mais consciente do ponto de vista político e, por consequência, a mais qualificada para dirigir o conjunto do movimento revolucionário. Que não haja mal-entendidos quanto a isso.

É absolutamente necessário que todos esses pontos sejam compreendidos por todos os comunistas e todos os democratas da China.

Se se efectua a reforma do sistema agrário — mesmo que seja elementar, como a redução das rendas e das taxas de juro — os camponeses ficam mais interessados na produção e, como se vêem ajudados na organização, gradual e voluntária, de cooperativas agrícolas de produção e outras cooperativas, é um facto que as forças produtivas crescerão. Na etapa actual, as cooperativas agrícolas de produção não podem ser mais do que organizações colectivas de trabalho e ajuda mútua, baseadas na economia camponesa individual (propriedade

privada dos camponeses), como as equipas de troca de trabalho, os grupos de ajuda mútua e os núcleos de troca de trabalho; mas mesmo assim, o aumento do rendimento do trabalho e da produção já é surpreendente. Essas organizações têm sido amplamente desenvolvidas nas regiões libertadas da China, importando, a partir de agora, generalizá-las o mais possível.

Deve dizer-se que as organizações cooperativas como as equipas de troca de trabalho existem desde há muito entre os camponeses mas, no passado, representavam apenas o meio por que estes tentavam aliviar a miséria. Hoje, as equipas de troca de trabalho nas regiões libertadas da China são diferentes tanto na forma como no conteúdo, pois converteram-se no meio pelo qual as massas camponesas desenvolvem a produção e lutam por uma vida melhor.

Em última análise, a repercussão boa ou má, grande ou pequena, da política e da prática de qualquer partido político chinês sobre o povo, depende do se e do como ele ajuda a desenvolver as forças produtivas deste, as enterra ou as liberta. A liquidação dos agressores japoneses, a realização da reforma agrária, a emancipação dos camponeses, o desenvolvimento da indústria moderna e o estabelecimento duma China nova, independente, livre, democrática, unificada, próspera e poderosa, eis a única via que pode levar à libertação das forças produtivas da China e obter a aprovação do povo chinês.

Importa ainda sublinhar que não é fácil, aos intelectuais das cidades que vêm trabalhar no campo, compreender as características das regiões rurais, quer dizer, compreender que estas ainda se baseiam numa economia

individual, dispersa e atrasada, e que as regiões libertadas estão, além disso, tempo-riamente cortadas umas das outras pelo inimigo e empenhadas numa guerra de guerrilhas. Como não compreendem tais características, é frequente abor-darem e tratarem, inadequadamente, os problemas e o trabalho rurais do ponto de vista da vida e trabalho citadinos, divorciando-se assim da realidade do campo e fracassando na identificação de si próprios com os camponeses. É pela educação que se deve solucionar esse problema.

Os numerosos intelectuais revolucionários da China precisam de tomar consciência da necessidade de se ligarem aos camponeses. Os camponeses pre-cisam deles e esperam que eles os ajudem. Há que ir para o campo com entusiasmo, despir as roupas de estudante e vestir a roupa rústica, lançando-se de bom grado a todo e qualquer trabalho, por mais modesto que seja; há que entender aquilo a que os camponeses aspiram, ajudá-los a despertar-se e organizar-sc na luta pela revolução democrática no campo, uma das mais importantes tarefas da revolução democrática chinesa.

Depois que os agressores japoneses sejam derrotados, devemos confiscar as terras usurpadas por eles e pelos principais traidores, distribuindo-as pelos camponeses que possuam pouca ou nenhuma terra.

7. O PROBLEMA DA INDÚSTRIA

Para derrotar os agressores japoneses e construir uma China nova, é necessário desenvolver a indústria. Sob o regime do governo kuomintanista, porém, em todos

os domínios há uma dependência frente aos países estrangeiros, e a política econômica e financeira desse governo arruina a vida econômica do povo. Um punhado de pequenas empresas industriais, na maioria dos casos em inevitável estado de falência, eis tudo quanto se pode encontrar nas regiões controladas pelo Kuomintang. Como não se passou a reformas políticas, as forças produtivas estão a arruinar-se, tanto no domínio da agricultura como no da indústria.

Em termos gerais, será impossível desenvolver a indústria enquanto a China não for independente, livre, democrática e unificada. Liquidar os agressores japoneses é lutar pela independência. Abolir a ditadura kuomintanista de um só partido, estabelecer um governo de coalizão democrático e unificado, transformar todas as tropas da China em forças armadas populares, realizar a reforma agrária e emancipar os camponeses, é lutar pela liberdade, pela democracia e unificação. Sem independência, liberdade, democracia e unificação é impossível construir uma indústria em escala realmente grande. Sem indústria não pode haver defesa nacional sólida, não pode haver bem-estar do povo nem prosperidade e força da nação. A história dos cento e cinco anos contados desde a Guerra do Ópio de 1840, e especialmente a dos dezoito anos a contar da subida do Kuomintang ao poder, tornou esse magno problema familiar ao povo chinês. Uma China que não seja pobre e fraca, mas sim próspera e poderosa, implica uma China não colonial nem semi-colonial, uma China independente, uma China não semi-feudal, livre, democrática e não dividida, uma China unificada, pois. Na China semi-colonial, na

China semi-feudal e dividida, muita gente sonhou anos a fio com o desenvolvimento da indústria, com a construção da defesa nacional, a realização do bem-estar do povo e a prosperidade e força da nação. Todos esses sonhos, porém, ficaram desfeitos. Muitos educadores, cientistas e estudantes, bem-intencionados, devotaram-se inteiramente aos seus trabalhos e estudos, não prestando atenção à política, na crença de que poderiam servir o país apenas com o seu saber, o que também resultou num sonho, um sonho mais que ficou desfeito. Seja como for, tudo isso é bom sinal, pois o desfazer desses sonhos infantis marca o início da arrancada da China pela via que conduz à prosperidade e à potência. O povo chinês aprendeu muito na guerra anti-japonesa; ele sabe que, depois da derrota dos agressores japoneses, precisará de edificar uma China de democracia nova, gozando de independência, liberdade, democracia, unificação, prosperidade e força, requisitos que estão todos interligados e se afiguram indispensáveis. Se se age assim, um futuro brilhante abre-se para a China. As forças produtivas do povo chinês só ficarão livres e com possibilidade de pleno desenvolvimento quando o sistema político de democracia nova for instaurado por toda a China. Em cada dia é maior o número dos que chegam à compreensão desse ponto.

Quando se implantar o sistema dc democracia nova, o povo chinês e o seu governo terão de adotar medidas práticas para edificar, passo a passo e ao longo de vários anos, uma indústria pesada e ligeira, e transformar a China, país agrícola, em país industrial. O Estado de democracia nova não poderá consolidar-se se não tiver

uma sólida economia como base, uma agricultura muito mais avançada que a actual e uma grande indústria que ocupe a posição predominante na economia nacional, assim como um desenvolvimento correspondente no domínio das comunicações, comércio e finanças.

Nós, comunistas, estamos prontos a lutar por esse objectivo em cooperação com todos os partidos democráticos e círculos industriais do país. A classe operária chinesa há-de desempenhar um grande papel nessa empresa.

É logo após a Primeira Guerra Mundial que a classe operária chinesa começou a combater, conscientemente, pela independência e libertação da Chi-na. O ano de 1921 viu nascer o Partido Comunista da China, vanguarda da classe operária, e a luta de libertação da China entrou imediatamente numa nova etapa. Ao longo dos três períodos que se seguiram, Expedição do Norte, Guerra Revolucionária Agrária e Guerra de Resistência contra o Japão, a classe operária e o Partido Comunista da China realizaram um trabalho muito árduo e contribuíram inestimavelmente para a causa da libertação do povo chinês. E na luta para a derrota final dos agressores japoneses, em particular na reconquista das grandes cidades e importantes linhas de comunicação, a classe operária chinesa há-de desempenhar um papel de grande importância. Pode predir-se que, após a guerra anti-japonesa, o esforço e a contribuição da classe operária chinesa hão-de ser ainda maiores. A tarefa da classe operária chinesa é não somente o combate pelo estabelecimento dum Estado de democracia nova mas também a luta pela industrialização da China e modernização da sua agricultura.

O sistema de Estado de democracia nova há-de seguir a política de ajustar os interesses do trabalho e do capital. Protegerá os interesses dos operários, instituirá, segundo as circunstâncias, o dia de trabalho de oito a dez horas, proporcionará socorro adequado aos desempregados, bem como assistência social, e salvaguardará os direitos dos sindicatos; por outro lado, há-de garantir o lucro legítimo das empresas correctamente geridas pelo Estado, pelas entidades privadas e pelas cooperativas, de tal maneira que o sector público e o sector privado, o trabalho e o capital, possam actuar em conjunto no sentido do desenvolvimento da produção industrial. Quando o Japão for derrotado, todas as empresas e demais propriedades dos agressores japoneses e principais traidores chineses serão confiscadas e co-locadas sob autoridade governamental.

8. O PROBLEMA DA CULTURA, DA EDUCAÇÃO E DOS INTELECTUAIS

As desgraças que a opressão estrangeira e a opressão feudal trouxeram ao povo chinês também afectaram a nossa cultura nacional; as instituições culturais e educativas progressistas, os trabalhadores da cultura e os educadores progressistas sofreram muito particularmente. Para eliminar a opressão estrangeira e feudal e construir um Estado de democracia nova, precisamos de grande número de educadores e professores devotados ao povo, bem como de cientistas, engenheiros, técnicos, médicos, jornalistas, escritores, homens de letras, artistas e simples trabalhadores da cultura, igualmente

devo-tados ao povo. Todos eles deverão estar imbuídos da ideia de servir o povo e trabalhar arduamente. Desde que sirvam com mérito o povo, os intelectuais devem ser estimados e considerados como algo valioso para a nação e a sociedade. O problema dos intelectuais torna-se particularmente importante na China pelo facto de o país estar culturalmente atrasado, em consequência da opressão estrangeira e feudal, e ainda porque a luta popular de libertação necessita urgentemente deles. A massa de intelectuais revolucionários tem desempenhado um papel muito importante na luta popular pela libertação, ao longo dos últimos cinquenta anos, especialmente a partir do Movimento de 4 de Maio, bem como nos oito anos de guerra contra o Japão, e há-de desempenhar um papel ainda mais importante nas lutas do futuro. Por consequência, a tarefa do governo popular consiste em, sistematicamente, cultivar todos os tipos de quadros intelectuais originários das massas populares e, ao mesmo tempo, cuidar de unir e reeducar todos os intelectuais que já existem e têm valor.

A eliminação do analfabetismo entre os oitenta por cento da população constitui uma tarefa vital para a China nova.

Há que tomar medidas adequadas e firmes para eliminar as escravizantes cultura e educação de tipo feudal e fascista.

Vigorosa acção deve emprender-se para prevenir e curar as epidemias e outras doenças que afectam a população, bem como para expandir os serviços populares de assistência médica e de higiene.

Com os trabalhadores de velho tipo, sejam da cultura,

educação ou medicina, deve seguir-se um processo adequado de reeducação, de modo que possam adquirir nova visão do mundo e novos métodos de servir o povo. Por natureza, a cultura e a educação do povo chinês devem ser de democracia nova, isto é, a China deve criar cultura e educação próprias, novas, nacionais, científicas e de massas.

Quanto à cultura estrangeira, seria política errada rejeitá-la; devemos, tanto quanto possível, guardar tudo o que nela exista de progressista, para aplicação no desenvolvimento da cultura nova da China. Mas errado também seria copiar tal cultura cegamente, razão por que devemos adoptá-la com espírito crítico, de acordo com as necessidades práticas do povo chinês. A cultura nova criada na União Soviética deve constituir um modelo para nós, ao criarmos a nossa cultura popular. Igualmente, a cultura chinesa antiga também não deve ser rejeitada totalmente, nem copiada cegamente, havendo que aceitá-la com discernimento, de modo que ajude o progresso da cultura nova da China.

9. O PROBLEMA DAS MINORIAS NACIONAIS

A camarilha anti-povo do Kuomintang nega a existência de várias nacionalidades na China e qualifica-as todas, à excepção da nacionalidade Han, de “tribos”¹⁰. Essa camarilha continua a política reaccionária dos governantes da dinastia Tsim e dos caudilhos militares do Norte, relativamente às minorias nacionais, oprime-as e explora-as por todos os meios possíveis. Claras demonstrações disso são os massacres dos mongóis da

liga de Ikhchao, em 1943, a repressão armada das minorias nacionais do Sin-quiam, a partir de 1944, e os massacres do povo Huei na província de Cansu, nos últimos anos. Tudo isso são manifestações da errada política e ideologia chauvinista Han.

Em 1924, no Manifesto do I Congresso Nacional do Kuomintang, o Dr. Sun Yat-sen declarou:

“O princípio kuomintanista de nacionalismo tem dois significados. Primeiro, a libertação da nação chinesa pela própria nação chinesa e, segundo, a igualdade de todas as nacionalidades da China.”

E ainda:

“O Kuomintang declara solenemente que reconhece o direito de autodeterminação a todas as nacionalidades da China e que será estabelecida uma República da China livre e unificada (união livre de todas as nacionalidades), assim que a revolução contra o imperialismo e contra os caudilhos militares tenha alcançado a vitória.”

O Partido Comunista da China está totalmente de acordo com a política do Dr. Sun em matéria de nacionalidades. Os comunistas devem ajudar activamente as grandes massas populares de todas as minorias nacionais a lutar por ela, e ajudar essas minorias, incluindo os respectivos líderes que tenham laços com as massas, a lutar pela respectiva emancipação e desenvolvimento políticos, económicos e culturais, bem como a criar exercícios próprios que salvaguardem os interesses populares. A língua falada e escrita, os hábitos, os costumes e as crenças religiosas dessas minorias devem ser respeitados.

A atitude que a região fronteiriça Xensi-Cansu--Ninsia

e as regiões libertadas do Norte da China têm adoptado desde há anos, com relação às nacionalidades Mongol e Huei, está correcta e o trabalho feito tem sido proveitoso.

10. O PROBLEMA DA POLITICA EXTERIOR

O Partido Comunista da China concorda com a Carta do Atlântico e com as decisões das conferências internacionais de Moscovo, Cairo, Teerão e Crimeia, na medida em que contribuem para a derrota dos agressores fascistas e para a manutenção da paz mundial.

O princípio fundamental de política exterior defendido pelo Partido Comunista da China é o seguinte: a China deve estabelecer e reforçar relações diplomáticas com todos os países e resolver as questões de interesse comum, como a coordenação das operações militares na guerra, as conferências de paz, comércio e investimento, na condição básica de os agressores japoneses deverem ser completamente derrotados e a paz mundial defendida, de haver reciprocidade no respeito pela independência e igualdade das nações, e haver promoção dos interesses mútuos e amizade entre os Estados e entre os povos.

O Partido Comunista da China aprova inteiramente a proposta da Conferência de Dumbarton Oaks e as decisões da Conferência da Crimeia, sobre a criação duma organização para a salvaguarda da paz e segurança internacionais após a guerra, e saúda a Conferência das Nações Unidas realizada em São Francisco. Ele designou o seu próprio representante para a delegação da China a essa conferência, a fim de expressar a vontade do povo

chinês¹².

Nós sustentamos que o governo do Kuomintang deve cessar de hostilizar a União Soviética e melhorar rapidamente as relações sino-soviéticas. A União Soviética foi o primeiro Estado a denunciar os tratados desiguais e a assinar com a China novos tratados, tratados iguais. Por ocasião do I Congresso Nacional do Kuomintang, convocado pelo Dr. Sun Yat-sen em 1924, e na subsequente Expedição do Norte, a União Soviética foi o único país a ajudar a guerra de libertação da China. Quando a guerra anti-japonesa estalou, em 1937, de novo a União Soviética foi o primeiro país a prestar uma ajuda à China contra os agressores japoneses. O povo chinês está agradecido ao governo e ao povo soviéticos por essa ajuda. Nós pensamos que nenhuma solução final e completa dos problemas do Pacífico será possível sem a participação da União Soviética.

Pedimos aos governos de todos os países aliados, ao dos Estados Unidos e ao da Inglaterra em primeiro lugar, que prestem uma séria atenção à voz das grandes massas populares da China e não comprometam a amizade com o povo chinês com medidas de política exterior contrárias ao querer deste. Sustentamos que comete um erro dos mais graves todo e qualquer governo estrangeiro que ajude os reaccionários chineses e faça oposição à causa democrática do povo chinês.

O povo chinês aplaude os passos dados por muitos governos estrangeiros no sentido da denúncia dos tratados desiguais e da conclusão de novos tratados, de igualdade, com a China. Por outro lado, sustentamos que a conclusão de tratados de igualdade não

significa por si só que a China já tenha, na prática, conquistado a igualdade genuína. A igualdade genuína e real jamais consistirá numa dádiva dos governos estrangeiros, pelo contrário, ela deverá ser conquistada pelo próprio povo chinês, através dos seus próprios esforços, sendo a via para conquistá-la a edificação duma China de democracia nova na esfera política, económica e cultural; doutro modo, na prática, não haverá mais do que independência e igualdade nominais, não reais. Isso é o mesmo que dizer que a China jamais poderá conquistar independência e igualdade genuínas enquanto seguir a actual política do governo kuomintanista.

Nós achamos que, após a derrota e a rendição incondicional dos agressores japoneses, será necessário ajudar todas as forças democráticas japonesas a instaurarem o seu próprio regime democrático, de modo que o fascismo e o militarismo japoneses sejam inteiramente liquidados, juntamente com as respectivas raízes políticas, económicas e sociais. Enquanto o povo japonês não dispuser dum regime democrático, será impossível liquidar inteiramente o fascismo e o militarismo do Japão, sendo impossível assegurar a paz no Pacífico.

Consideramos correcta a decisão da Conferência do Cairo relativamente à independência da Coreia. O povo chinês deve ajudar o povo coreano a alcançar a libertação.

Desejamos que a Índia conquiste a independência. Com efeito, uma Índia independente e democrática, tanto responde a uma necessidade do povo indiano como é um elemento essencial à paz mundial.

Relativamente aos países do sudeste asiático — Bir-

mânia, Malaia, Indonésia, Vietnam e Filipinas — desejamos que, após a derrota dos agressores japoneses, os respectivos povos possam exercer o seu direito de erigir-se em Estados independentes e democráticos. Quanto à Tailândia, há que tratá-la como aos Estados fascistas satélites europeus.

Estes são os pontos essenciais do nosso programa específico.

Voltando a repetir, nenhum desses pontos do nosso programa específico pode ser realizado com êxito, à escala nacional, sem que exista um governo democrático de coalizão, apoiado pela totalidade da nação.

Graças aos seus vinte e quatro anos de luta pela causa da libertação do povo chinês, o Partido Comunista da China alcançou uma posição tal que qualquer partido político ou grupo social, qualquer chinês ou estrangeiro, que tente desrespeitar as nossas opiniões relativamente às questões respeitantes à China, cometerá um erro grave e ficará condenado ao fracasso. Houve, e ainda há, pessoas que tentaram seguir o seu caminho, ignorando as nossas opiniões, mas acabaram todas por meter-se num beco sem saída. Qual a razão? Apenas porque as nossas opiniões se conformam com os interesses das grandes massas populares chinesas. O Partido Comunista da China é o porta-voz mais fiel do povo chinês, donde resulta que, na prática, todos os que o desrespeitam faltam ao respeito devido às massas populares e vêem-se condenados à derrota.

AS TAREFAS NAS REGIÕES CONTROLADAS PELO KUOMINTANG

Está feita pois, em detalhe, a exposição dos programas geral e específico do nosso Partido. Não há dúvidas de que esses programas serão aplicados por toda a China; essa é a perspectiva que a situação internacional e interna oferece ao povo chinês. Contudo, dado que as condições actuais nas regiões controladas pelo Kuomintang, nas regiões ocupadas pelo inimigo e nas regiões libertadas diferem entre si, torna-se necessário fazer distinções ao aplicarmos os nossos programas. Condições diferentes dão lugar a tarefas diferentes. Algumas dessas tarefas já ficaram expostas atrás, mas outras exigem ainda esclarecimentos.

Nas regiões controladas pelo Kuomintang, o povo não é livre de empenhar-se em actividades patrióticas, e os movimentos democráticos são considerados ilegais; não obstante, muitos dos sectores sociais, partidos e grupos democráticos, e democratas, vão-se tornando cada vez mais activos. Em Janeiro deste ano, a Liga Democrática Chinesa publicou um manifesto em que exigia a cessação da ditadura kuomintanista de um só partido e a formação dum governo de coalizão. Muitos sectores da população fizeram declarações similares. No seio do Kuomintang, igualmente, numerosos indivíduos dão mostras de crescente dúvida e descontentamento, relativamente às medidas adoptadas pelos órgãos dirigentes do seu próprio partido, alertando-se mais e mais sobre

o perigo que constitui o isolamento do Kuomintang frente ao povo e, conseqüentemente, reclamando reformas democráticas de acordo com o momento. Em Tchuntchim e outros pontos aumentam os movimentos democráticos de operários, camponeses, círculos da cultura, estudantes, círculos da educação, mulheres, círculos da indústria e do comércio, funcionários e, inclusivamente, entre uma parte dos soldados e oficiais. Esses factos indicam que os movimentos democráticos de todas as camadas sociais oprimidas estão a convergir gradualmente para um mesmo objectivo. Uma das debilidades dos actuais movimentos está no facto de os sectores basilares da sociedade ainda não se lhes terem juntado em grande escala, e as forças mais importantes, designadamente os camponeses, operários, soldados e escalões mais baixos entre os funcionários e professores, que sofrem todos muito dolorosamente, ainda não se terem organizado. Outra debilidade consiste no facto de, nesses movimentos, muitos democratas continuarem ainda pouco esclarecidos e hesitantes a respeito da política fundamental, nomeadamente no que se refere ao facto de a mudança na situação dever procurar-se por meio de luta travada em base democrática de massas. Não obstante, a situação objectiva está a obrigar todas as camadas sociais oprimidas, todos os partidos políticos e grupos sociais a despertar e unir-se gradualmente. Nenhuma repressão por parte do governo do Kuomintang poderá deter o avanço desses movimentos. Todas as camadas sociais oprimidas, partidos políticos e grupos sociais das regiões controladas pelo Kuomintang devem ampliar em grande escala o seu movimento

democrático e concentrar pouco a pouco as forças dispersas, a fim de lutarem pela unidade nacional, pela formação dum governo de coalizão, pela derrota dos agressores japoneses e pela construção duma China nova. O Partido Comunista da China e o povo das regiões libertadas devem dar-lhes todo o apoio possível.

Nas regiões controladas pelo Kuomintang, os comunistas devem continuar a sua política de ampla Frente Única Nacional Anti-japonesa. Na luta pelo objectivo comum, devemos cooperar com toda a gente, mesmo com aqueles que ainda ontem nos davam combate mas hoje já deixaram de fazê-lo.

AS TAREFAS NAS REGIÕES OCUPADAS PELOS JAPONESES

Nas regiões ocupadas, os comunistas devem lançar um apelo a todos os que se opõem ao Japão para que sigam os exemplos da França e da Itália, e formem organizações e forças clandestinas para a preparação de levantamentos armados, de maneira que, chegado o momento, possam agir de dentro, em coordenação com os exércitos que atacam do exterior, liquidando assim os agressores japoneses. As atrocidades, as pilhagens, as violações e humilhações a que os agressores japoneses e os seus lacaios servem submetem os nossos irmãos e irmãs, nas regiões ocupadas, provocaram a cólera violenta de todos os chineses, e a hora da desfrontera vai muito em breve soar. As vitórias no teatro de guerra europeu e as vitórias dos nossos VIII e Novo IV Exér-

citos esti-mulam e fortalecem enormemente o espírito anti-japonês das populações das regiões ocupadas. Elas desejam de urgência organizar-se para atingi», o mais rapidamente possível, a libertação. Por consequência, devemos elevar o nosso trabalho, nas regiões ocupa-das, ao nível de importância do trabalho nas regiões liberta-das. É necessário enviar para lá um grande número dos nossos homens de trabalho. Há que treinar e promover um grande número de activistas dentre as populações dessas regiões, para fazê-los participar no trabalho local. Devemos intensificar o trabalho clandestino nas qua-tro províncias do Nor-deste, que estão sob ocupação há mais tempo do que quaisquer outras, e que constituem para os agressores japoneses uma região-chave da sua indús-tria e concentração de tropas. Com vista à recupe-ração desses territórios, devemos reforçar a nossa soli-dariedade com as populações que, do Nordeste, se refu-giaram a sul da Grande Muralha.

Os comunistas devem prosseguir uma política de ampla Frente Única em todas as regiões ocupadas e, para der-rubar o inimigo comum, devem unir-se a todos os que se opõem aos agressores japoneses e seus lacaios servis. - É preciso advertir os exércitos fantoches, a polícia fan-toche e os restantes elementos que ajudam o ini-migo e se opõem aos próprios compatriotas, que devem recon-hecer rapidamente o carácter criminoso das suas acções, arrepende-se a tempo e resgatar-se dos crimes por meio duma ajuda aos seus compatriotas na luta contra o ini-migo, pois, a não agirem assim, a nação chamá-los-á seguramente a contas no dia do colapso deste.

Os comunistas devem fazer uma propaganda per-sua-

siva junto de todas as organizações fantoches que sejam seguidas por uma parte das massas, a fim de conquistar-essas massas enganadas para a frente da luta contra o inimigo da nação. Ao mesmo tempo, há que recolher as provas existentes contra os trai-dores impenitentes cul-pados dos crimes mais odiosos, de modo que possam ser levados a juízo quando se recuperarem os territórios perdidos.

Aos reaccionários do Kuomintang que traíram a nação, organizando os traidores para lutar contra o povo chinês, contra o Partido Comunista, contra o VIII Exé-rcito, Novo IV Exército e outras forças armadas popu-lares, há que fazer uma advertência no sentido de que se arrependam enquanto é tempo, pois, doutro modo, serão seguramente castigados pe-los seus crimes, assim que se recuperem os territórios perdidos, tal como ac-ontecerá aos que colaboram com o Japão, e isso sem que haja qualquer indul-gência.

AS TAREFAS NAS REGIÕES LIBERTADAS

O nosso Partido aplicou com grande êxito todo o seu programa de democracia nova nas regiões liber-tadas, criando assim uma força anti-japonesa enorme, a qual, no futuro, importa desenvolver e consolidar em todos os aspectos.

Nas circunstâncias presentes, as tropas das regiões lib-ertadas devem estender os seus ataques a todas as lo-calidades que possam ser arrancadas aos japoneses e aos fantoches, de modo a ampliarem as regiões libertadas e reduzirem as áreas ocupadas*

Ao mesmo tempo, porém, há que conservar em mente o facto de o inimigo estar ainda forte e poder lançar novos ataques contra as regiões libertadas. O exército e o povo das nossas regiões devem permanecer sempre prontos a esmagar esses ataques e trabalhar para a consolidação de tais zonas.

Devemos aumentar os efectivos dos exércitos, unidades de guerrilhas, milícias populares e corpos de auto-defesa das regiões libertadas, e elevar a sua capacidade de combate, acelerando-lhes o treino e a consolidação, a fim de prepararmos forças bastantes para a derrota final dos agressores.

Nas regiões libertadas, o exército deve apoiar o governo e preocupar-se pelo povo, enquanto que os órgãos do governo democrático devem dirigir o povo no seu esforço de apoio ao exército e tratamento preferencial às famílias dos soldados que resistem ao Japão. Deste modo, as relações entre o exército e o povo tornar-se-ão ainda melhores.

No trabalho dos governos locais de coalizão e no das organizações de massas, os comunistas devem continuar a cooperar estreitamente com todos os democratas anti-japoneses, na base do programa da democracia nova.

Do mesmo modo, no trabalho militar, os comunistas devem cooperar estreitamente com todos os democratas anti-japoneses que queiram cooperar conosco, sejam ou não membros das forças armadas das regiões libertadas.

Para elevar o entusiasmo das massas de operários, camponeses e outros trabalhadores pela Guerra de Resistência e pela produção, devemos aplicar inte-gral-

mente a política de redução das rendas e das taxas de juro e aumento dos salários dos operários e funcionários. Os quadros das regiões libertadas devem aprender com diligência a fazer o trabalho económico. Todas as forças disponíveis devem ser mobilizadas para o desenvolvimento, em grande escala, da agricultura, indústria e comércio, bem como para a melhoria das condições de vida dos militares e do povo nas regiões libertadas. Para isso há que realizar campanhas de emulação no trabalho, recom-pensando os heróis do trabalho e os trabalhadores-modelo. Quando os agressores japoneses forem eliminados das cidades, o nosso pessoal deverá aprender com rapidez a fazer o trabalho económico urbano.

O nosso trabalho cultural e educativo deve ser desenvolvido a fim de se elevar o nível da consciência política das populações das regiões libertadas, sobretudo o das massas de operários, camponeses e soldados, e ainda para que se treinem grandes contingentes de quadros. Ao realizar-se esse trabalho, os que nele estiverem empenhados devem proceder a uma selecção de conteúdos e formas adequados às condições rurais existentes e às necessidades e aspirações do povo no campo.

Em todo o nosso trabalho nas regiões libertadas, os recursos humanos e materiais devem ser usados com grande ponderação, elaborando-se em todos os domínios planos de longo prazo e evitando-se o mau uso e o desperdício. Isso é necessário tanto à derrota dos agressores japoneses como à construção da China nova. Em todo o trabalho, nas regiões libertadas, devemos prestar grande atenção à ajuda às populações locais na administração

dos problemas locais, bem como devemos formar muitos quadros locais seleccionados dentre o melhor dessas populações. Será impossível cumprir a grande tarefa da revolução democrática nas regiões rurais enquanto os camaradas vindos doutras regiões não se identificarem com as populações locais e não ajudarem os quadros locais com o máximo de entusiasmo e diligência, segundo processos que estejam de acordo com as condições concretas, e enquanto não os amarem como verdadeiros irmãos e irmãs.

Quando uma unidade do VIII Exército, Novo IV Exército ou qualquer outra força armada do povo chega a uma localidade, deve imediatamente ajudar a população a organizar forças sob a direcção dos quadros locais, incluindo milícias, corpos de auto-defesa, tropas locais e forças regionais. Isso tornará possível a criação de forças regulares ou formações do exército regular, dirigidas por quadros locais. É uma tarefa extremamente importante. Se não a realizarmos, não poderemos criar bases de apoio anti-japonesas estáveis, nem expandir o exército popular.

Claro que, por seu turno, as populações locais devem acolher e apoiar calorosamente os quadros revolucionários e as forças populares vindos doutras regiões. Todos devem estar vigilantes quanto à questão de tratar com os sabotadores dissimulados da causa nacional, pois se é fácil descobrir e enfrentar os inimigos e sabotadores declarados da causa nacional, não é nada fácil descobrir e enfrentar os que trabalham dissimuladamente. Por consequência, devemos considerar seriamente essa questão e, ao mesmo tempo, ser muito cui-

dadosos ao enfrentar tal gente.

De acordo com o princípio da liberdade de crença religiosa, nas regiões libertadas da China são permitidas todas as religiões. Todos os crentes do protestantismo, catolicismo, islamismo, budismo e outras fés, gozam da protecção do governo popular enquanto respeitam as leis desse governo. Cada um é livre de crer ou não crer; a compulsão e a discriminação não são toleradas.

O nosso congresso deve propor ao povo das regiões libertadas a realização, em Ien-an, duma conferência dos representantes do povo das regiões libertadas da China, o mais cedo possível, a fim de se discutirem as questões de coordenação das actividades das várias regiões libertadas, reforçar-se o respectivo trabalho na Guerra de Resistência, ajudar-se o movimento popular democrático anti-japonês nas regiões controladas pelo Kuomintang, ajudar-se o povo na criação de forças armadas clandestinas nas regiões ocupadas, e promover-se a unidade nacional e a formação dum governo dc coalizão¹³. Agora que as regiões libertadas da China se converteram no centro de gravidade da luta popular à escala nacional para resistir ao Japão e salvar a Pátria, as grandes massas de todo o país depositam em nós as suas esperanças e o nosso dever é não as decepcionarmos. Uma tal conferência virá pois dar grande impulso à causa nacional de libertação do povo chinês.

V. QUE O PARTIDO INTEIRO SE UNA E COMBATA PARA O CUMPRIMENTO DAS SUAS TAREFAS!

Camaradas! Agora que compreendemos as nossas tarefas e as políticas para cumpri-las, qual deve ser a nossa atitude ao realizarmos essas políticas, ao cumprirmos tais tarefas?

A situação internacional e interna de hoje abre brilhantes perspectivas e oferece condições favoráveis sem par, tanto para nós como para o povo chinês, o que é evidente e está fora de dúvidas. No entanto, existem igualmente sérias dificuldades. Aquele que só vê o lado radioso das coisas, não as dificuldades, não pode lutar com sucesso para o cumprimento das tarefas que se impõem ao Partido.

Juntamente com o povo chinês, ao longo dos vinte e quatro anos da sua história, incluídos os oito da Guerra de Resistência contra o Japão, o nosso Partido criou uma imensa força para o povo chinês; o êxito do nosso trabalho é óbvio e está fora de qualquer dúvida. Mas há também defeitos no nosso trabalho. Aquele que só vir os êxitos, não olhar para os defeitos, igualmente ficará impossibilitado de lutar com eficácia pelo cumprimento das tarefas do Partido.

Durante os vinte e quatro anos contados desde a sua fundação, em 1921, o Partido Comunista da China viveu três grandes combates — a Expedição do Norte, a Guerra Revolucionária Agrária e a Guerra de Resistência contra o Japão, ainda em curso. Desde a sua origem,

o nosso Partido tem-se baseado na teoria do Marxismo-Leninismo, uma vez que este representa a cristalização do pensamento científico do proletariado mundial mais correcto e mais revolucionário. Quando a verdade universal do Marxismo-Leninismo começou a ser ligada à prática concreta da revolução chinesa, esta tomou uma feição inteiramente nova, e começou a etapa histórica da democracia nova. Armado com a teoria e a ideologia marxista-leninista, o Partido Comunista da China formulou um novo estilo de trabalho para o povo chinês, estilo que consiste essencialmente na ligação da teoria com a prática, na criação de apertados laços com as massas e na prática da autocrítica.

A verdade universal do Marxismo-Leninismo, que reflecte a prática da luta proletária no mundo, transforma-se sempre numa arma invencível para o povo chinês quando é ligada à prática concreta da luta revolucionária do proletariado e das grandes massas populares da China. Foi o que o Partido Comunista conseguiu fazer. O nosso Partido cresceu e avançou através duma luta decidida contra todas as manifestações de dogmatismo e empirismo contrárias à verdade marxista-leninista. O dogmatismo divorcia-se da prática concreta, enquanto que o empirismo confunde as experiências fragmentárias com a verdade universal; essas duas variantes de oportunismo são contrárias ao Marxismo-Leninismo. No decorrer dos seus vinte e quatro anos de luta, o nosso Partido combateu com êxito todas essas concepções erradas, e continua a combatê-las ainda hoje, consolidando-se apreciavelmente do ponto de vista ideológico. Presentemente, o Partido conta um milhão e duzentos mil

membros. Na sua esmagadora maioria, esses membros juntaram-se a nós durante a Guerra de Re-sistência e a sua ideologia contém várias impurezas. E o mesmo pode dizer-se também com relação a alguns membros que entraram para o Partido antes da Guerra de Resistência. O trabalho de rectificação dos últimos anos obteve grande êxito e conseguiu muito no sentido da eliminação das tais impurezas. Esse trabalho deve continuar e a educação ideológica no interior do Partido deve ser desenvolvida ainda mais extensivamente, à luz do “tirar lições dos erros passados a fim de evitar erros no futuro” e “tratar a doença para salvar o doente”. Devemos habilitar os quadros dirigentes do Partido, nos diferentes escalões, a compreender que a estreita ligação da teoria com a prática constitui um traço característico evidente de distinção entre o nosso Partido e os demais. Por consequência, a educação ideológica é a chave que importa dominar na realização da unidade do conjunto do Partido com vista às grandes lutas políticas. Enquanto não se consegue isso, o Partido não pode cumprir nenhuma das suas tarefas políticas.

Outro traço característico, distintivo do nosso Partido frente aos demais partidos políticos, consiste em mantermos laços muito apertados com as grandes massas do povo. Servir de todo o coração o povo, sem nos apartarmos um só instante das massas; em tudo, partir dos interesses do povo e não dos interesses de um indivíduo ou dum pequeno grupo; identificar a nossa responsabilidade frente ao povo com a nossa responsabilidade frente aos órgãos dirigentes do Partido — eis o nosso ponto de partida. Seja em que momento for, um comunista deve

estar pronto a persistir na verdade, pois a verdade concorda sempre com os interesses do povo; em todos os momentos um comunista deve estar pronto a corrigir os seus erros, pois todo o erro é contrário aos interesses do povo. A experiência dos últimos vinte e quatro anos mostra-nos que toda a tarefa, toda a política e estilo de trabalho correctos correspondem invariavelmente às exigências das massas num momento e num lugar dados, e reforçam os nossos laços com estas; ao passo que as tarefas, as políticas e os estilos de trabalho incorrectos nunca correspondem às exigências das massas do dado momento e lugar, afastando-nos invariavelmente delas. A razão por que os males como o dogmatismo, empirismo, dirigismo, seguidismo, sectarismo, burocratismo e atitude arrogante no trabalho são absolutamente nocivos e intoleráveis, e os que disso sofrem devem fazer tudo por eliminá-los, está no facto de tais males nos afastarem das massas. O nosso congresso deve apelar para que o Partido inteiro seja vigilante e vele por que nenhum camarada, em qualquer posto de trabalho, se aparte das massas populares. É necessário ensinar cada camarada a amar as massas populares e a ouvir-lhes atentamente a voz; a identificar-se com as massas onde quer que se encontre, e em vez de colocar-se acima delas, penetrar profundamente no seu seio, despertá-las, elevar-lhes a consciência política de acordo com o seu nível actual e ajudá-las, passo a passo e segundo o princípio da plena voluntariedade, a organizar-se e a travar todos os combates essenciais permitidos pelas circunstâncias internas e externas de cada momento e lugar. O dirigismo é erróneo, seja em que tipo de trabalho for, porque ultrapassa o nível

de consciência política das massas e viola o princípio da acção voluntária destas; é uma manifestação daquele mal chamado precipitação. Os nossos camaradas não devem pensar que tudo o que eles compreendem é também compreendido pelas grandes massas. Só penetrando no seio das massas, e fazendo investigações, se pode descobrir se estas compreendem ou não um assunto e estão ou não prontas a passar à acção. Se procedermos assim, poderemos evitar o dirigismo. Seja em que tipo de trabalho for, o seguidismo é igualmente erróneo, já que se mantém abaixo do nível de consciência política das massas e viola o princípio de dirigi-las no seu avanço; é uma manifestação daquele outro mal chamado lentidão. Os nossos camaradas não devem pensar que as massas não compreendem aquilo que eles próprios ainda não compreenderam. Frequentes vezes acontece que as grandes massas nos ultrapassam e estão ansiosas por avançar um passo, enquanto os nossos camaradas são incapazes de actuar como dirigentes destas, reflectem as opiniões de certos elementos atrasados, tomam-nas erradamente pelas opiniões das grandes massas, e põem-se assim a reboque desses elementos atrasados. Numa palavra, é necessário fazer compreender a todos os camaradas que o critério supremo para julgar as palavras e actos dum comunista está em saber se se conformam com os mais altos interesses da esmagadora maioria do povo e se beneficiam do apoio dessa maioria. Há que ajudar cada um dos camaradas a compreender que, enquanto estivermos apoiados no povo, enquanto acreditarmos firmemente no inesgotável poder criador das massas populares e, por consequência, confiarmos no povo e

nos identificar-mos com ele, poderemos vencer quaisquer dificuldades, nenhum inimigo poderá esmagar-nos, podendo nós esmagar todo e qualquer inimigo. A prática conscienciosa da autocrítica é uma das características marcantes que distinguem o nosso Partido dos demais partidos políticos. Como temos dito, uma casa deve ser varrida regularmente, de contrário, a poeira vai-se acumulando; as nossas caras devem ser lavadas regularmente pois, doutro modo, acabam por ficar cheias de poeira. A mente dos nossos camaradas e o trabalho do nosso Partido podem igualmente ficar cobertos de poeira, razão por que devem ser varridos e lavados também. O provérbio que diz que “a água corrente não apodrece e os gonzos das portas não são carcomidos pelos insectos” significa que o movimento constante impede a acção desagregadora dos micróbios e de todos os parasitas. Verificar constantemente o nosso trabalho e, durante esse processo de verificação, desenvolver um estilo democrático, não temer a crítica nem a autocrítica e aplicar essas valiosas máximas populares chinesas que dizem “não cales o que sabes nem guardes para ti aquilo que tens a dizer”, “ninguém tem culpa pelo facto de ter falado”, “se tiveres cometido erros, corrige-os, mas se os não tiveres cometido, guarda-te de vir a cometê-los”, eis a única via eficaz para evitar que a poeira e os micróbios políticos infectem a mente dos nossos camaradas e o corpo do nosso Partido. A razão da grande eficiência do movimento de rectificação, cujo propósito era “tirar lições dos erros passados a fim de evitar erros no futuro e tratar a doença para salvar o doente”, está em que a

crítica e a autocrítica que realizámos eram honestas e conscienciosas, e não falsas nem superficiais. Nós, os comunistas chineses, que baseamos todas as acções nos mais altos interesses das grandes massas do povo chinês, que estamos convencidos da justiça absoluta da nossa causa, que nunca nos detemos frente a qualquer sacrifício pessoal e estamos sempre prontos a dar a vida pela causa, acaso poderemos sentir pesar em afastar qualquer ideia, ponto de vista, opinião ou método, que não corresponda às necessidades do povo? Acaso poderemos, nós, aceitar que a poeira e os micróbios políticos venham manchar a nossa cara limpa e infectar o nosso organismo são? Incontáveis são os mártires revolucionários que deram a vida em defesa dos interesses do povo, e os nossos corações enchcm-se de dor cada vez que os recordamos — poderá então haver algum interesse pessoal que não sejamos capazes de sacrificar, ou algum erro que não possamos eliminar?

Camaradas! Após o encerramento deste congresso partiremos para a frente de combate e, guiados pelas resoluções que dele dimanarem, lutaremos pela derrota final dos agressores japoneses e pela construção duma China nova. Para isso devemos unir-nos à totalidade do povo do país. Deixem-me que repita: devemos unir-nos a todas as classes, partidos, grupos ou indivíduos, que sejam pela derrota dos agressores japoneses e pela construção duma China nova. Para atingir esse objectivo devemos unir solidamente todas as forças do nosso Partido na base dos princípios de organização e disciplina do centralismo democrático. Devemos unir-nos a todo o camarada que esteja disposto a observar o Programa,

o Estatuto e as decisões do Partido. No período da Expedição do Norte, o número de membros do nosso Partido era inferior a sessenta mil, tendo sido a maior parte deles dispersa, posteriormente, pelo inimigo; no período da Guerra Revolucionária Agrária os nossos efectivos em membros eram inferiores a trezentos mil, tendo sido a maior parte dispersa igualmente pelo inimigo. Agora, temos mais de um milhão e duzentos mil membros e, desta vez, não devemos permitir de modo algum que o inimigo nos disperse. Se pudermos beneficiar da experiência desses três períodos, se formos modestos, se nos guardarmos contra a presunção e soubermos reforçar a unidade entre todos os camaradas no interior do Partido e com todos os de fora do Partido, poderemos estar seguros de que, longe de sermos dispersados pelo inimigo, liquidaremos de maneira resoluta, radical, integral e completa os agressores japoneses e os seus cães de fila e construiremos então a China de democracia nova. A experiência dos três períodos da revolução e, especialmente, a da Guerra de Resistência contra o Japão, convenceu-nos e convenceu o povo chinês de que sem os esforços do Partido Comunista da China, sem os comunistas chineses como pilar principal do povo chinês, a independência e a libertação não são possíveis, assim como não será possível a industrialização e a modernização da agricultura da China.

Camaradas! Creio firmemente que, com o Partido Comunista da China armado da experiência de três revoluções, podemos cumprir todas as nossas grandes tarefas políticas. Milhares e milhares de mártires deram heroicamente a vida pela defesa dos interesses do povo.

Levantemos pois bem alto a sua bandeira e avancemos pela via traçada pelo seu sangue.
Uma China de democracia nova vai em breve nascer.
Saúdemos desde já esse grande dia!

NOTAS

1 Os Corpos de Vanguarda da Libertação Nacional da China, mais abreviadamente, “Corpos Nacionais de Vanguarda”, eram uma organização da juventude revolucionária, formada sob a direcção do Partido Comunista da China, em Fevereiro dc 1956, pelos jovens progressistas que tinham participado no Movimento de 9 de Dezembro de 1955. Após o desencadear da Guerra de Resistência, muitos dos seus membros passaram à acção e participaram na criação de bases de apoio por trás das linhas inimigas. Em 1938, as organizações dos Corpos Nacionais de Vanguarda, nas regiões controladas pelo Kuomintang, foram violentamente dissolvidas pelo go-verno dc Tchiang Kai-chek. Nas regiões libertadas, essas organizações foram integradas na Associação da Juventude para a Salvação Nacional, organização dc maior amplitude.

2 Sobre as três campanhas anticomunistas lançadas por Tchiang Kai-chek, ver, no presente tomo, o artigo “Comentário à XI Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang e à II Sessão do III Conselho Político Nacional”.

3 Scobie era o comandante em chefe das forças imperialistas britânicas de agressão à Grécia. Em Outubro dc 1944, quando os invasores alemães se retiravam, derrotados no continente europeu, as tropas de Scobie entraram na Grécia, levando consigo o governo reaccionário grego que sc havia exilado em Londres. Scobie dirigiu c ajudou esse governo nos ataques lançados ao exército popular de libertação da Grécia, o qual havia realizado uma luta prolongada e heróica contra a invasão alemã, bem como no massacre de patriotas gregos, mergulhando assim o país num horrível banho dc sangue.

4 Sistema administrativo pelo qual a camarilha reaccionária do Kuomintang exercia a dominação fascista nos escalões dc base. No dia 1 dc Agosto dc 1932, Tchiang Kai-chek promulgou o “Decreto sobre a organização dos pao e dos tsia e sobre o censo da população nos distritos”, que foi aplicado nas províncias de Honan, Hupei e Anghuei. O “Decreto” estabelecia que “a base da organização dos pao c dos tsia era a família; deveria haver um chefe à frente de cada família, de cada tsia, formado por dez famílias, e de cada pao, formado por dez tsia”. Assim se criou o sistema de caução solidária, ligando os vizinhos, que ficavam na obrigação de vigiar-se e denunciar-sc mutuamente; eram também previstas várias medidas contra-revolucionárias, cuja finalidade era impor o trabalho forçado. A 7 dc Novembro dc 1934, o governo do Kuomintang anunciou oficialmente a extensão desse sistema de dominação fascista a todas as províncias e municipalidades sob a sua autoridade.

5 Instrução fascista, compradora e feudal praticada pelo governo do Kuomintang.

6 Conferência realizada pela China, Estados Unidos e Inglaterra, em Novembro de 1943, no Cairo, capital do Egipto. Da conferência resultou a Declaração do Cairo, em que se acordou claramente que Taiwan e outros territórios deviam ser devolvidos à China. Em Junho de 1950, o governo dos Estados Unidos violou abertamente esse acordo, enviando forças marítimas para controlar Taiwan, numa tentativa de despojar a China da soberania sobre a ilha.

7 Famosa montanha no sudoeste da província de Setchuan. No texto, o camarada Mao Tsetung usa-a como símbolo das regiões montanhosas do Setchuan, que a camarilha dirigente de Tchiang Kai-chek aproveitava como último refúgio na Guerra de Resistência contra o Japão.

8 Ver os artigos “Os Reaccionários Devem Ser Castigados”, “Unir Todas as Forças Anti-Japonesas e Combater os Anti-comunistas Obstinaados”, “Petição em Dez Pontos ao Kuomintang”, etc, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tçmo II.

9 Extracto de “Declaração a propósito da Minha Partida para o Norte”, de 10 de Novembro dc 1924, da autoria de Sun Yat-sen.

10 Absurdos em O Destino da China, brochura contra-revolucionária da autoria de Tchiang Kai-chek.

11 A Carta do Atlântico foi um documento publicado conjuntamente pelos Estados Unidos e Inglaterra, em conclusão da Conferência do Atlântico, em Agosto de 1941. A Conferência de Moscovo realizou-se em Outubro de 1943, reunindo os ministros dos negócios estrangeiros da União Soviética, Estados Unidos e Inglaterra. A Conferência de Teerão, entre a União Soviética, Estados Unidos e Inglaterra, realizou-se na capital do Irão, de Novembro a Dezembro de 1943.

A Conferência da Crimeia, entre a União Soviética, Estados Unidos e Inglaterra, reuniu-se em Yalta, na península da Crimeia, Sul da União Soviética, em Fevereiro de 1945. Em todas essas conferências os participantes reafirmaram a sua decisão de, por meio dum esforço comum, derrotar os fascistas alemães e japoneses, impedir no após-guerra o reavivar das forças de agressão e dos vestígios do fascismo, preservar a paz mundial e ajudar os povos dos diversos países a concretizarem as suas aspirações à independência e democracia. Imediatamente após a guerra, porém, os governos dos Estados Unidos e da Inglaterra traíram e sabotaram todos esses acordos internacionais.

12 De acordo com as decisões das conferências de Moscovo e Teerão, os representantes da União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra e China realizaram uma reunião, de Agosto a Outubro de 1944, em Dumbarton Oaks, Estados Unidos, na qual traçaram um projecto de organização sobre a estrutura da Organização das Nações Unidas. De Abril a Junho de 1945, convocou-se em São Francisco, Estados Unidos, a assembleia geral das Nações Unidas, com a participação de representantes de cinquenta países. O camarada Tum Pi-vu participou como representante das regiões libertadas da China.

13 Após o VII Congresso do Partido Comunista da China, foi formado em Ien-an o “Comité Preparatório da Conferência do Povo das Regiões Libertadas da China”. O comité realizou a sua reunião inaugural com a participação de representantes de todas as regiões libertadas da China. Como a situação tivesse mudado após a rendição do Japão, a Conferência do Povo das Regiões Libertadas da China não foi convocada.

COMO YUKONG REMOVEU AS MONTANHAS

(11 de Junho de 1945)

O nosso Congresso foi um grande sucesso. Realizámos três pontos importantes. Primeiro, definimos a linha do Partido: mobilizar sem reservas as massas, expandir as forças populares de modo que, sob a direcção do Partido, vençam os agressores japoneses, libertem todo o povo e fundem uma China de democracia nova. Segundo, aprovámos o novo Estatuto do Partido. Terceiro, elegemos o órgão dirigente do Partido, o Comité Central. Agora, a nossa tarefa consiste em guiar a totalidade do Partido na realização da linha definida. O nosso Congresso foi um congresso de vitória, um congresso de unidade. Os delegados expressaram opiniões muito úteis sobre os três relatórios apresentados. Muitos camaradas pro-cederam a uma autocrítica; aspirando à unidade, conseguiu-se a unidade pela autocrítica. O Congresso foi um modelo de unidade, de autocrítica e de democracia no interior do Partido. *

Terminados os trabalhos, muitos dos nossos camaradas retornarão aos seus postos ou dirigir-se-ão para as distintas frentes de combate. Para onde quer que vão, os camaradas devem propagar a linha do Congresso e, por intermédio dos membros do Partido, realizar um grande trabalho de explicação entre as massas populares. Dando a conhecer essa linha, o nosso objectivo é dar a

todo o Partido e a todo o povo a certeza do triunfo da revolução. É preciso, em primeiro lugar, elevar a consciência política dos elementos de van-guarda, fazer com que sejam resolutos, não temam sacrifícios, vençam todas as dificuldades, tudo para a vitória. Mas isso não chega; é preciso ainda que as grandes massas do nosso país ganhem consciência política, a fim de que combatam de boa vontade ao nosso lado pela conquista da vitória. É preciso que a totalidade do povo esteja convicta de que a China pertence ao povo chinês e não aos reaccionários. Na China antiga contava-se uma fábula intitulada “Como Yukong Removeu as Montanhas”. Nessa fábula dizia-se que, em tempos que já lá vão, vivia na China Setentrional um velho chamado Yukong das Montanhas do Norte. Frente à sua casa, havia, no lado sul, duas grandes montanhas, Taiham e Van-vu, que lhe impediam a passagem. Dirigindo os seus filhos, Yukong decidiu-se a arrasar tais montanhas, a golpes de picareta. Vendo-os nesse trabalho, um outro velho, Tchi-sou, desatou a rir e disse-lhes: “Que tolice! sozinhos, vocês nunca conseguirão arrasar essas duas montanhas!”, ao que Yukong respondeu: “Quando eu morrer, ficarão os meus filhos; quando por sua vez eles morrerem, ficarão os meus netos, e assim se sucederão, infinitamente, as gerações. Quanto a estas duas montanhas, são muito altas mas já não podem crescer e, a cada golpe de picareta, tornam-se cada vez mais pequenas. Por que razão pois não acabaremos por arrasá-las?” Refutados os pontos de vista errados de Tchi-sou, Yukong continuou, inabalável, a escavar dia após dia, o que comoveu os Céus que enviaram então dois anjos à Terra, para que carregassem

às costas as duas montanhas¹. Hoje, há também duas grandes montanhas que pesam sobre o povo chinês: uma é o imperialismo e a outra, o feudalismo. Desde há muito que o Partido Comunista da China se decidiu a arrasá-las. Precisamos ser perseverantes e trabalhar sem descanso, pois também podemos chegar a co-mover os Céus. Para nós, os Céus não são senão as massas do povo chinês. Se elas se levantam em peso para escavar connosco, por que razão não have-riamos de acabar com essas duas montanhas?

Eis o que eu disse, ontem, a dois norte-americanos que partiam para os Estados Unidos: o governo norte-americano quer sabotar-nos e nós não permiti-tiremos que o faça. Nós opomo-nos à sua política de apoio a Tchiang Kai-chek contra o Partido Comunista da China. Não obstante, fazemos uma distinção, primeiro, entre o povo norte-americano e o governo norte-americano e, segundo, no seio da própria administração, entre aqueles que determinam a política e aqueles que são simples subordinados. E ainda acrescentei, aos norte-americanos: digam, aos que determinam a política no vosso governo, que lhes está proibido o acesso às nossas regiões libertadas porque a política norte-americana é de apoio a Tchiang Kai-chek contra o Partido Comunista da China, e nós desconfiemos deles. Podem vir até cá desde que seja para combater os japoneses, mas, para isso, é necessário primeiro um acordo. Não permitiremos que bisbilhotem por toda a parte. Uma vez que Patrick J. Hurley se pronunciou publicamente contra toda a colaboração com o Partido Comunista da China², por que motivo pois haveriam de vir pavonear-se pelas nossas zonas libertadas?

A política do governo norte-americano de apoio a Tchiang Kai-chek contra o Partido Comunista é uma prova da demência da reacção norte-americana. Mas os intentos de todos os reaccionários chineses e estrangeiros no sentido de levantar obstáculos à vitória do nosso povo estão condenados ao fracasso. No mundo de hoje, a democracia constitui a corrente principal e a reacção, que é anti-democrática, constitui apenas uma contracorrente. Agora, a contracorrente reaccionária tenta superar a corrente principal de independência nacional e democracia popular, mas jamais conseguirá transformar-se em corrente principal. As três grandes contradições do velho mundo, sublinhadas há muito por Estaline, subsistem ainda hoje: a primeira é a que existe, nos países imperialistas, entre o proletariado e a burguesia; a segunda é a que existe entre as diferentes potências imperialistas; a terceira, enfim, é a que opõe os povos das colónias e semi-colónias às metrópoles imperialistas³. Essas três contradições subsistem, tornaram-se até mais agudas e de maior amplitude. A contracorrente anti-soviética, anticomunista e anti-democrática, que existe actualmente, será um dia vencida, exactamente porque subsistem e se desenvolvem essas três contradições.

Neste momento realizam-se dois congressos na China: o VI Congresso Nacional do Kuomintang e o VII Congresso do Partido Comunista da China. Os seus objectivos são radicalmente opostos: para um, trata-se de destruir o Partido Comunista e as forças democráticas da China e precipitar nas trevas o país; para o outro, trata-se de abater o imperialismo japonês e os seus lacaios, as forças feudais chinesas, edificar uma China de democracia

nova e conduzir o país para a luz. Essas duas linhas combatem-se uma à outra. Nós estamos firmemente convencidos de que, guiado pelo Partido Comunista da China e pela linha traçada pelo VII Congresso do Partido, o nosso povo há-de alcançar a vitória completa, e a linha contra-revolucionária do Kuomintang inevitavelmente fracassará.

NOTAS

1 Ver Lelse.

2 Patrick J. Hurley, político reaccionário do Partido Republicano dos Estados Unidos, nomeado, no final do ano de 1944, embaixador dos Estados Unidos na China. Como o apoio que dava à política anticomunista de Tchiang Kai-chek suscitou a oposição resoluta do povo chinês, viu-se obrigado a abandonar o cargo em Novembro de 1945. A sua declaração pública contra a colaboração com o Partido Comunista da China foi feita em 2 de Abril de 1945, em Washington, por ocasião duma conferência de imprensa do Departamento de Estado. Para mais detalhes consultar, no presente tomo, "O Duo Hurley-Tchiang Kai-chek Foi um Fiasco".

3 Ver J. V. Estaline: "Fundamentos do Leninismo", parte I, "As Raízes Históricas do Leninismo".

■

SOBRE A PRODUÇÃO PELO PRÓPRIO EXÉRCITO
DOS BENS DE QUE NECESSITA E A PROPÓSITO
DA IMPORTÂNCIA DOS DOIS GRANDES MOVI-
MENTOS
— RECTIFICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DA
PRODUÇÃO

(27 de Abril de 1945)

Neste momento em que o nosso exército defronta extremas dificuldades materiais e as suas forças operam separadamente em diferentes regiões, o seu aprovisionamento não deve de modo algum incumbir somente aos órgãos dirigentes superiores, uma vez que, por um lado, isso ataria de pés e mãos um numeroso pessoal dos escalões inferiores e, por outro, seria impossível satisfazer assim as necessidades destes. O que devemos dizer é: camaradas, lancemo-nos todos ao trabalho para vencer as dificuldades! Se os órgãos dirigentes superiores fixam adequadamente as tarefas e têm a audácia de deixar que os escalões inferiores, apoiados nas próprias forças, ajam com toda a liberdade, os problemas serão resolvidos e, o que é mais, duma maneira ainda melhor. Se, pelo contrário, os órgãos dirigentes superiores se encarregam sempre da totalidade desse trabalho, o que na realidade excede as suas possibilidades, se têm receio de deixar os escalões inferiores agir livremente e não suscitam a actividade das grandes massas de maneira que estas se

apoiem nas suas próprias forças, tanto os escalões inferiores como os superiores, apesar de todos os esforços destes, ficarão em situação difícil e jamais resolverão os problemas nas condições actuais. A experiência dos últimos anos confirmou isso plenamente. Como já foi demonstrado, o princípio da “direcção única e gestão descentralizada” é, nas condições existentes, um princípio justo para organizar toda a vida económica das regiões libertadas.

Os exércitos das regiões libertadas contam já com mais de 900.000 homens; para derrotar os invasores japoneses é necessário multiplicar várias vezes esses efectivos. Ora, nós não temos recebido ajuda exterior. Mesmo supondo que a receberemos no futuro, nem por isso devemos deixar de assegurar, por nós próprios, a nossa subsistência; há que não alimentar a menor ilusão a tal respeito. Num futuro próximo, e com vista ao ataque de determinados objectivos, ser-nos-á imperioso retirar certas forças das regiões onde actualmente operam em forma dispersa e concentrá-las num número necessário de grandes formações. Operando de maneira concentrada, essas grandes formações não poderão satisfazer as necessidades com o seu trabalho de produção e hão-de exigir até grandes quantidades de provisões da re-taguarda; apenas as tropas locais e as formações regionais que ficarem nos seus próprios territórios (e que serão ainda em grande número) poderão, como anteriormente, ora combater ora dedicar-se a uma actividade de produção. Sendo assim, acaso será ainda possível duvidar de que as nossas tropas, sem excepção alguma, devam aproveitar as circunstâncias actuais para aprender a cumprir a mis-

são de assegurar com a produção a satisfação parcial das suas necessidades, sem prejudicar as operações e o treino militar?

Nas nossas condições, o abastecimento do exército através da sua própria actividade produtiva é, na forma, uma medida atrasada, retrógrada, mas, na essência, é uma medida progressista que se reveste de grande importância histórica. Formalmente nós violamos o princípio da divisão do trabalho. Mas, nas condições em que nos encontramos — pobreza e parcelamento do país (resultantes dos crimes da principal camarilha dirigente do Kuomintang) e longa guerra popular de guerrilhas em regiões isoladas umas das outras — o que fazemos é progressista. Vejam como os soldados do Kuomintang estão pálidos e magros, e como os combatentes das regiões libertadas estão cheios de força e saúde. Vejam as dificuldades que tínhamos, quando ainda não havíamos começado a produzir nós próprios o indispensável para as nossas necessidades, e como as coisas vão sendo mais fáceis agora que nos abastecemos por nós mesmos. Tomemos duas unidades daqui, duas companhias por exemplo, e deixemos que cada uma escolha um dos dois métodos de aquisição dos meios de subsistência — uma dependendo inteiramente dos órgãos superiores, e a outra pouco ou nada recebendo destes, mas entregando-se à produção, a fim de suprir por si própria a totalidade, a maior parte, a metade ou uma pequena parte das suas necessidades. Qual dará os melhores resultados? Qual dos dois métodos será o preferível? Depois de um ano de experiência séria com o segundo método, abastecimento através da própria

produção, poder-se-á responder com segurança que esse é o que dá melhores resultados, é o preferível, enquanto que o outro é o que dá resultados mais fracos, é o que se deve rejeitar. Isto porque o segundo permite a todos os nossos homens uma melhoria das suas condições de vida, enquanto que o primeiro, nas más condições actuais, não pode satisfazer-lhes as necessidades, quaisquer que sejam os esforços dos órgãos superiores em matéria de abastecimentos. Foi porque adoptámos esse processo, aparentemente “a-trasado” e “retrógrado”, que as nossas tropas puderam vencer as dificuldades quanto a meios de subsistência e melhorar as suas condições de vida, de tal maneira que cada combatente está cheio de força e saúde; que conseguimos aligeirar o fardo das contribuições que pesavam sobre a população civil, já por si mesma sobrecarregada de grandes dificuldades, obtendo assim o seu apoio; que estamos em condições de prosseguir a guerra prolongada e aumentar os nossos efectivos, sendo-nos então possível ampliar o território das regiões libertadas, reduzir o das regiões ocupadas pelo inimigo e atingir finalmente o objectivo de liquidar os agressores e libertar toda a China. Acaso não será isto de grande significado histórico?

O facto de o exército se abastecer através da sua actividade produtiva não somente melhora as condições de vida deste, aligeira a carga do povo e permite portanto um aumento dos efectivos, como ainda determina uma série doutros efeitos imediatos, a saber:

1) Melhoria das relações entre oficiais e soldados. Trabalhando lado a lado na produção, eles passam a entender-se como irmãos.

2) Maior amor pelo trabalho. Hoje não aplicamos nem o antigo sistema de recrutamento de mercenários nem o serviço militar obrigatório, mas sim um terceiro sistema, que é o recrutamento de voluntários. Este sistema é melhor que o do recrutamento de mercenários, porque impede a existência dum tão grande número de ociosos; mas é inferior ao do serviço militar obrigatório. As condições actuais apenas nos permitem o recurso ao recrutamento de voluntários; ainda não estamos em condições de passar ao serviço militar obrigatório. Com o recrutamento de voluntários, os soldados passam uma grande parte da vida no exército e isto causa enfraquecimento no seu amor pelo trabalho, donde resulta poderem alguns tornar-se preguiçosos e ganhar os maus hábitos próprios dos soldados dos caudilhos militares. Desde que o exército se lançou na produção para abastecer-se a si próprio, o amor pelo trabalho desenvolveu-se nas suas fileiras e foram eliminados os maus hábitos característicos dos ociosos. v

3) Fortalecimento da disciplina. A disciplina do trabalho na actividade de produção não enfraquece a disciplina dos soldados durante os combates e na vida quotidiana, pelo contrário, reforça-a.

4) Melhoria de relações entre o exército e o povo. Na medida em que as tropas se ocupam da produção dos seus próprios bens, as violações contra os bens do povo diminuem ou até desaparecem completamente. Na produção, o povo e o exército trocam trabalho e ajudam-se mutuamente, o que reforça ainda mais a amizade entre eles.

5) As tropas têm menos queixas a apresentar com relação

ao governo, o que melhora as relações entre eles.

6) Estimula-se o grande movimento popular para a produção. Quando o próprio exército participa na produção, os organismos governamentais e outros vêem mais claramente a necessidade de agir da mesma maneira, e consagram-se a isso com maior energia. Como é evidente, com isso o povo passa a ver melhor a necessidade do movimento geral para desenvolver a produção, e lança-se também ao trabalho com maior energia.

O movimento de rectificação e o movimento de desenvolvimento da produção, que começaram, respectivamente, em 1942 e 1943, e se revestiram dum carácter geral, desempenharam e continuam a desempenhar papel decisivo; um, na nossa vida moral, e o outro, na nossa vida material. Se, no momento preciso, não conseguirmos agarrar esses dois elos, toda a cadeia da revolução nos escapará das mãos, e não ficaremos em condições de fazer progredir a luta.

Toda a gente sabe que, dos membros que entraram no Partido antes de 1937, não restam senão algumas dezenas de milhar; ora, o nosso Partido conta actualmente com mais de 1.200.000 aderentes. A maior parte deles, que veio do campesinato e doutras camadas da pequena burguesia, está dando provas dum actividade revolucionária digna de louvor e deseja receber uma formação marxista; contudo, estes entraram no Partido trazendo consigo uma ideologia que não corresponde, ou não corresponde completamente, ao Marxismo. O mesmo acontece, aliás, com uma parte dos comunistas entrados no Partido antes de 1937. Isso constitui uma contradição das mais sérias, uma enorme dificuldade.

Podemos, em tais condições, ir para a frente com êxito sem empreender um movimento geral de educação marxista, isto é, um movimento de rectificação? Claro que não. Contudo, na medida em que temos resolvido essa contradição existente em numerosos quadros — a contradição, dentro do Partido, entre a ideologia proletária e a ideologia não proletária (sobretudo a ideologia pequeno-burguesa mas também a ideologia burguesa e até mesmo a ideologia dos senhores de terras), isto é, a contradição entre a ideologia marxista e a ideologia não marxista — o nosso Partido tem conseguido, dentro dum unidade sem precedentes (embora não seja completa) no plano ideológico, político e organizacional, progredir a passos largos e firmes. No futuro, o nosso Partido poderá e deverá desenvolver-se ainda mais e, guiados pelos princípios da ideologia marxista, sedemos capazes de dirigir ainda melhor esse crescimento.

O outro elo é o movimento de desenvolvimento da produção. A Guerra de Resistência dura há oito anos. No começo da guerra tínhamos ainda produtos alimentares e vestuário mas, depois, a situação agravou-se gradualmente, até que surgiram grandes dificuldades: falta de cereais, de óleos comestíveis, de sal, mantas, roupas e dinheiro. Essas dificuldades, essas contradições enormes, começaram entre 1940 e 1943, quando os invasores japoneses desencadearam uma grande ofensiva e o governo do Kuomintang lançou, por três vezes, grandes campanhas contra o povo (as “campanhas anticomunistas”). Se não se vencem essas dificuldades, se não se resolvem essas contradições e não agarramos esse elo, acaso poderemos fazer progredir a luta contra o Japão?

Certamente que não. Mas nós temos aprendido e continuaremos a aprender a ocupar-nos da produção, sendo assim que já recuperámos forças e estamos de novo cheios de vigor. Alguns anos ainda e não temeremos mais qualquer inimigo; ficaremos mesmo em condições de esmagar seja que inimigo for.

Deste modo se compreende, sem mais sombra de dúvida, que importância histórica têm os dois movimentos, de rectificação e de desenvolvimento da produção.

Desenvolvamos, alarguemos ainda mais esses dois grandes movimentos que servem de base ao cumprimento doutras missões do nosso combate. Se conseguirmos isso, a libertação total do povo chinês estará assegurada.

Agora estamos no período dos trabalhos da Primavera; esperamos que os camaradas dirigentes, os funcionários e as massas populares de todas as regiões libertadas, dominem o elo da produção com sentido de oportunidade e alcancem sucessos ainda maiores que os do ano passado. Maiores esforços devem ser feitos este ano, muito especialmente nas áreas em que ainda não se aprendeu a desenvolver a produção.

O DUO HURLEY-TCHIANG KAPCHEK FOI UM FIASCO

(10 de Julho de 1945)

No dia 7 de Julho iniciou-se, em Tchuntchim, a sessão do IV Conselho Político Nacional, convocada no intuito de dissimular com lindas cores o regime ditatorial de Tchiang Kai-chek. Nunca uma sessão de abertura viu assistência tão esparsa. Estavam ausentes tanto os representantes do Partido Comunista da China como um grande número doutros membros desse conselho. Sobre um total de duzentos e noventa membros, só cento e oitenta estavam presentes. Nessa sessão, Tchiang Kai-chek lançou-se num discurso em que declarou nomeadamente o seguinte:

“Não é intenção do governo apresentar um projecto concreto sobre as questões relativas à convocação da Assembleia Nacional; fica pois aos senhores a possibilidade de realizarem amplas discussões a esse respeito. O governo está pronto a ouvir as suas opiniões com a maior boa fé e sinceridade.”

Provavelmente, o problema da convocação da Assembleia Nacional, prevista para o próximo dia 12 de Novembro, há-de ficar por aí. O imperialista Hurley não é estranho a toda essa questão. Com efeito, foi ele quem encorajou vivamente Tchiang Kai-chek a empreender a manobra; por isso este último ousou manifestar alguma

segurança no discurso de Ano Novo1 e mesmo muita arrogância no discurso de 1 de Março2, quando falou da sua determinação de “entregar o poder ao povo” no dia 12 de Novembro. Neste último discurso, Tchiang Kai-chek rejeitou categoricamente a proposta do Partido Comunista da China que, traduzindo a vontade do povo, reclamava a convocação duma conferência de todos os partidos e grupos políticos e a formação dum governo de coalizão. Em contrapartida, preconizou com entusiasmo delirante a criação duma comissão de três membros, entre os quais um norte-americano, para “reorganização” das tropas do Partido Comunista da China, e levou inclusivamente a sua ousadia ao ponto de declarar que este devia entregar-lhe as tropas antes de ele lhe reconhecer como prémio um “estatuto legal”. Em toda esta questão, o apoio de Sua Excelência o sr. Patrick J. Hurley foi decisivo. Com efeito, numa declaração feita em Washington, a 2 de Abril, Hurley, retomando a velha cantilena imperialista — negação do papel do Partido Comunista da China, calúnias sobre a actividade deste e recusa de cooperação com tal Partido — entregou-se a grande alarido sobre a “Assembleia Nacional” e outros projectos vis de Tchiang Kai-chek. Assim foi como o duo Hurley-Tchiang Kai-chek, um discursando nos Estados Unidos e o outro na China, mas ambos com o mesmo objectivo de sacrificar o povo chinês, atingiu o seu diapasão mais alto. Mas a partir daí as coisas parece que começaram a degenerar. Entre os chineses e entre os estrangeiros, dentro e fora do Kuomintang, entre os membros dos diferentes partidos e entre os sem-partido, por toda a parte começaram a elevar-se vozes de protesto,

muitas mesmo. E a única razão disso consiste no facto de o jogo Hurley-Tchiang Kai-chek, a despeito de toda a propaganda altissonante, visar no fim de contas a sacrificar os interesses do povo chinês, a sabotar ainda mais a unidade deste e a armar a mina que provocará na China a explosão duma grande guerra civil, o que prejudicará os interesses comuns do povo dos Estados Unidos e dos outros países aliados, tanto durante a guerra contra o fascismo como durante a coexistência pacífica após a guerra. Presentemente, Hurley parece que anda escondido, ocupado em não se sabe quê, daí resultando que Tchiang Kai-chek não pôde senão revelar inépcia ante o Conselho Político Nacional. A 1 de Março, Tchiang Kai-chek declarou:

“Entre nós a situação não é a mesma que nos outros países; antes da convocação da Assembleia Nacional não temos organização responsável representativa do povo, através de quem o governo possa ouvir a opinião popular.”

Mas se é assim, por que motivo o nosso presidente do Conselho Militar vem então agora ao Conselho Político “ouvir” a “opinião popular”? Segundo ele, não há em toda a China “organização responsável . . . através de quem o governo possa ouvir a opinião popular”; então o Conselho é uma “organização” que existe apenas para comer, não existe razão legal para “ouvi-lo”. Seja como for, bastará ao Conselho dizer uma palavra apenas contra a convocação dessa pseudo-assembleia nacional para fazer obra útil e merecer as graças divinas, ainda que, desse modo, viole o Édito Imperial de 1 de Março e cometa um crime de lesa-majestade. Claro que é cedo

para fazer já comentários sobre a sessão do Conselho; há ainda que esperar alguns dias para saber-se o que ela fará “ouvir” ao presidente do Conselho Militar. Mas uma coisa é certa: desde que o povo chinês se levantou unânime contra a convocação dessa pseudo-assembleia nacional, até os partidários fervorosos da “monarquia constitucional” vivem inquietos a respeito do nosso “monarca”; aconselharam-no a não amarrar a corda ao pescoço com a convocação dum “Parlamento de Vendidos”(1), a evitar a triste sorte de Iuan Chi-cai. Quem sabe pois se o nosso “monarca” não se ficará por aí? De todos os modos, ele e o seu círculo jamais permitirão que o povo se aposse da menor parcela do poder, nem que isso lhes custe apenas um cabelo. A prova imediata é que o “monarca” qualificou de “ataques frenéticos” as justas críticas populares. Efectivamente ele declarou:

“... em tempo de guerra, não pode obviamente realizar-se qualquer eleição geral nas regiões ocupadas pelo Japão. A sessão plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang decidiu portanto, há dois anos, que será convocada uma Assembleia Nacional e instaurado um regime constitucional no ano que se seguir ao fim da guerra. Não obstante, certos círculos lançaram-se em ataques frenéticos.”

Segundo ele o fundamento desses ataques era que o momento estabelecido era muito tardio. Então o nosso “monarca”, “considerando que o resultado final da guerra podia ser retardado e que não há-de ser seguramente possível restabelecer com rapidez a ordem por toda a parte, mesmo após a cessação da guerra”, propôs convocar a Assembleia Nacional assim que se estabilizasse

a situação militar”. Mas, para sua grande surpresa, as gentes recomeçaram os “ataques frenéticos”, deixando-o em terrível embaraço. O povo chinês deve fazer a Tchiang Kai-chek e ao seu grupo esta advertência: digam o que disserem e façam o que fizerem, nenhum engano violador da vontade do povo será tolerado. O que o povo chinês deseja é a realização imediata de reformas democráticas, nomeadamente a libertação dos presos políticos, supressão dos serviços secretos, reconhecimento de liberdade para o povo e de estatuto legal para os partidos e grupos políticos. Quanto a isso vocês nada têm feito, e, sobre o problema da data da convocação da “Assembleia Nacional”, entregam--se a truques de prestidigitação que não podem sequer enganar uma criança de três anos. Sem um mínimo de reformas democráticas verdadeiras, todas as vossas assembleias, grandes e pequenas, só servirão para o lixo. Chamem a isso “ataques frenéticos”, se quiserem, mas todos os vossos em-bustes devem ser resoluta, radical, integral e totalmente denunciados. É inadmissível deixar deles o menor vestígio, já que se trata de puras mentiras. Convocar ou não uma assembleia é uma coisa, realizar ou não um mínimo de reformas democráticas é outra. Pode passar-se provisoriamente sem assembleia nacional, mas quanto a reformas democráticas há que realizá-las imediatamente. Se Tchiang Kai--chek e o seu grupo querem “entregar o poder ao povo” “antes do prazo previsto”, como se recusam a proceder, “antes do prazo previsto”, a um mínimo de reformas democráticas? Senhores kuomintanistas ! O meu artigo chegou ao fim, há que reconhecer que os comunistas não vos fazem “ataques frené-

ticos”, mas apenas uma pergunta. Será que não têm eles esse direito? Será que se recusarão a responder--lhes? A pergunta a que devem responder é esta: Por que razão não querem proceder a reformas democráticas se desejam “entregar o poder ao povo”?

NOTAS

1 Discurso radiodifundido, pronunciado a 1 de Janeiro de 1945 por Tchiang Kai-chek. Nesse discurso ele não fez a menor alusão às derrotas vergonhosas sofridas no ano anterior pelas tropas kuomintanistas, quando dos ataques do invasor japonês; em contrapartida, caluniou freneticamente o povo e opôs-se à proposta apoiada pela totalidade do povo, partidos e grupos políticos anti-japoneses, de suprimir a ditadura de um só partido, ditadura kuomintanista, e criar um governo de coalizão c um alto comando conjunto; ele insistiu na manutenção da ditadura exclusiva do Kuomintang e, para escudar--se contra as flechas populares, falou da convocação duma “Assembleia Nacional” enfeudada ao Kuomintang, não obstante ter sido essa Assembleia rejeitada pela totalidade da nação.

2 Discurso pronunciado a 1 de Março de 1945, em Tchun-tchim, na Associação para o Estabelecimento dum Regime Constitucional, e onde, mantendo as posições reaccionárias do “Discurso de Ano Novo”, Tchiang Kai-chek propôs a criação duma comissão de três membros, entre os quais um norte-americano, para “reorganização” do VIII Exército e do Novo IV Exército, o que era o mesmo que pedir abertamente aos imperialistas norte-americanos que intervissem nos negócios internos da China.

NOTAS DO TRADUTOR

(1> Em 1923, Tsao Cun, caudilho militar do Norte, fez-se eleger “Presidente da República da China”, subornando os membros do parlamento pela soma de cinco mil yuan-çrta o voto. Tornou-se célebre como presidente eleito por suborno; os membros subornados foram apelidados de “deputados vendidos” e o parlamento “Parlamento de Vendidos”.

O PERIGO DA POLÍTICA DE HURLEY

(12 de Julho de 1945)

A política dos Estados Unidos com relação à China, política encarnada pelo embaixador Patrick J. Hurley, está a criar no nosso país uma crise de guerra civil cada vez mais evidente. Obstinando-se numa política reacionária, o governo kuomintanista, tem vivido da guerra civil desde a sua formação, há dezoito anos; apenas por ocasião do Incidente de Si-an, em 1936, e da invasão japonesa a sul da Grande Muralha, em 1937, se viu forçado a pôr temporariamente de lado a guerra civil de escala nacional. Mas a partir de 1939 a guerra recomeçou, em escala local, e nunca mais parou. “Combater em primeiro lugar os comunistas”, eis a palavra de ordem de mobilização utilizada pelo governo kuomintanista nas suas fileiras, ao mesmo tempo que relega para segundo plano a Resistência ao Japão. Actualmente, todas as suas disposições militares têm por eixo não a luta contra o invasor japonês mas sim o ataque às regiões libertadas da China, para “recupçf rar os territórios perdidos”, bem como a liquidação do Partido Comunista da China. Há que levar seriamente em conta essa situação, tanto na nossa luta pela vitória da Guerra de Resistência como na construção pacífica após a guerra. O falecido Presidente Roosevelt teve isso em consideração e, no próprio interesse dos Estados Unidos, absteve-se de adoptar uma política de ajuda ao Kuomintang nos ataques ar-

dados que este lançava ao Partido Comunista da China. Em Novembro de 1944, quando veio a Ien-an, em qualidade de representante pessoal de Roosevelt, Hurley aprovou o plano do Partido Comunista da China que visava a abolir a ditadura kuomintanista de um só partido e formar um governo democrático de coalizão. Posteriormente, porém, mudou de ideias e renegou o que havia declarado em Ien-an. Essa reviravolta revelou-se com todo o cinismo na declaração que fez a 2 de Abril, em Washington; então, pela boca do próprio Hurley, o governo do Kuomintang, representado por Tchiang Kai-chek, converteu-se na bela e o Partido Comunista no monstro; além disso, Hurley declarou sem rodeios que os Estados Unidos colaborariam unicamente com Tchiang Kai-chek e não com o Partido Comunista da China. É evidente que esse não era o ponto de vista exclusivo de Hurley mas sim o de todo um grupo no interior do governo dos Estados Unidos. Trata-se dum ponto de vista errado e perigoso. Nesse meio tempo, porém, faleceu Roosevelt, e Hurley abalou louco de alegria para a embaixada dos Estados Unidos, em Tchuntchim. O perigo da política chinesa dos Estados Unidos, tal como a representa Hurley, consiste em encorajar o governo kuomintanista a tornar-se ainda mais reaccionário e em agravar a crise de guerra civil. Se essa política continua, o governo dos Estados Unidos há-de escorregar irremediavelmente para a fossa funda e fétida da reacção chinesa, colocar-se-á em posição hostil às centenas de milhões de chineses que já ganharam ou estão ganhando consciência e passará a constituir um obstáculo para a presente Guerra de Resistência e para a paz mundial do

futuro. Acaso não é claro que esse há-de ser o resultado inevitável de tudo isso? Um sector da opinião pública norte-americana está inquieta com o perigo que comporta a política tipo Hurley com relação à China, e exige uma mudança, pois, considerando o futuro desta, compreende que as forças do povo chinês que reivindicam independência, liberdade e unidade são irresistíveis e, num arranco impetuoso, hão-de substituir-se inelutavelmente a todas as forças opressoras estrangeiras e feudais. Hoje ainda não é possível dizer se mudará, nem quando mudará, essa política dos Estados Unidos. Mas uma coisa é certa: se a política tipo Hurley, de apoio às forças chinesas anti-povo e hostilidade para com um povo tão numeroso como o nosso, não muda, converter-se-á num fardo esmagador para o governo e para o povo dos Estados Unidos e causar-lhes-á males sem fim. Isso constitui um ponto que importa levar claramente ao conhecimento do povo dos Estados Unidos.

TELEGRAMA AO CAMARADA
WILLIAM Z. FOSTER

(29 de Julho de 1945)

Camarada William Z. Foster e Comité Central do Partido Comunista dos Estados Unidos:

Regozijamo-nos por saber que a Conferência Especial da Associação Política Comunista dos Estados Unidos decidiu repudiar a linha revisionista, isto é, capitulacionista de Browder¹, restabeleceu a direcção marxista e fez renascer o Partido Comunista dos Estados Unidos. Expressamo-vos felicitações calorosas por essa grande vitória da classe operária e do movimento marxista nos Estados Unidos. Toda a linha revisionista-capitulacionista de Browder (inteiramente revelada no seu livro Teerão) reflecte, em essência, a influência dos grupos reaccionários capitalistas dos Estados Unidos no seio do movimento operário norte-americano. Actualmente, esses grupos esforçam-se por estender também a sua influência à China, onde defendem a política errada, anti-nacional e anti-povo da camarilha reaccionária no interior do Kuomintang, colocando o povo chinês na iminência duma grave crise de guerra civil e prejudicando os interesses dos povos dos nossos dois grandes países, a China e os Estados Unidos. A vitória da classe operária americana e do seu destacamento de vanguarda, o Partido Comunista dos Estados Unidos, sobre o revisionismo-capitulacionis-mo browderiano representará segu-

ramente uma im-portante contribuição à grande causa em que se em-penham os nossos dois povos, a causa da realização da guerra contra o Japão e da edificação dum mundo de paz e democracia depois da guerra.

NOTAS

1 Earl Browder foi secretário geral do Partido Comunista dos Estados Unidos de 1930 a 1944. Durante a Segunda Guerra Mundial, as ideias desviacionistas de direita, representadas por Browder no seio do Partido, desenvolveram-se numa linha revisionista-capitulacionista anti-marxista. A partir de Dezembro de 1943 Browder dedicou-se a pregar essa linha em toda uma série de discursos e artigos, e em Abril de 1944 publicou Teerão, que traduzia o seu programa oportunista de direita. “Revendo” a tese fundamental do Leninismo, segundo a qual o imperialismo é capitalismo monopolista, decadente, moribundo, e negando o carácter imperialista do capitalismo norte-americano, afirmou que este último “conservava certos traços do capitalismo jovem” e que, nos Estados Unidos, o proletariado e a grande burguesia tinham um “interesse comum”. Desse modo pronunciou-se pela salvaguarda do sistema dos trusts e sonhava com poupar ao capitalismo americano as crises inevitáveis por meio duma “conciliação de classes”. Partindo da sua conclusão absurda sobre o capitalismo americano, e de acordo com a sua linha capitulacionista de colaboração de classes com o capital monopolista, presidiu, em Maio de 1944, à dissolução do Partido Comunista dos Estados Unidos — partido do proletariado norte-americano — e fundou a Associação Política Comunista dos Estados Unidos, organização que não tinha mais carácter de partido. Desde o primeiro momento a sua linha errada foi combatida por numerosos comunistas americanos, encabeçados pelo camarada William Z. Foster. Em Junho de 1945, sob a direcção deste último, a Associação Política Comunista dos Estados Unidos adoptou uma resolução condenando a linha de Browder. Em Julho do mesmo

ano, reunindo-se em conferência nacional especial, decidiu liquidar completamente essa linha e reconstituir o Partido Comunista dos Estados Unidos. Browder foi excluído do Partido em Fevereiro de 1946, porque persistia nas suas posições de renegado do proletariado, apoiava abertamente a política imperialista da Administração Truman e entregava-se a actividades frac-cionistas anti-partido.

A ÚLTIMA BATALHA CONTRA O AGRESSOR JAPONÊS

(9 de Agosto de 1945)

A 8 de Agosto, o governo da União Soviética declarou guerra ao Japão; o povo chinês saúda calorosamente esse acontecimento. Esse acto da União Soviética vai reduzir consideravelmente a duração da guerra contra o Japão. A guerra encontra-se já na última fase; a hora da vitória final sobre o invasor japonês e todos os seus lacaios vai soar. Nessas circunstâncias, todas as forças anti-japonesas do povo chinês devem desencadear uma contra-ofensiva em escala nacional, assegurando coordenação estreita e eficaz das suas operações com as da União Soviética e das outras potências aliadas. O VIII Exército, o Novo IV Exército e as demais forças populares, aproveitando todas as ocasiões possíveis, devem lançar generalizadamente ataques contra os invasores e os lacaios que se recusem a capitular, a fim de lhes aniquilarem as forças, capturarem as armas e o material, ampliarem vigorosamente as regiões libertadas e reduzirem o território ocupado pelo inimigo. Impõe-se formar com audácia equipas de trabalho armadas que, às centenas, aos milhares, se infiltrarão profundamente nas áreas mais recuadas da retaguarda inimiga, organizando a população civil para a destruição das linhas de comunicação do inimigo e para combater em coordenação com o exército regular. É necessário mobilizar ampla-

mente os milhões e milhões de habitantes das regiões ocupadas e organizar aí, sem demora, forças clandestinas que preparem levantamentos armados e aniquilem o inimigo em coordenação com as tropas que atacam pelo exterior. Mas não se descuidará por isso a consolidação das regiões libertadas. No decurso do Inverno e Primavera próximos, nessas regiões, que já abarcam cem milhões de habitantes, e nas que nesse meio tempo tiverem sido libertadas, será necessário reduzir por toda a parte as rendas e as taxas de juro, desenvolver a produção, instaurar o poder popular, criar forças armadas populares, intensificar o trabalho das milícias populares, reforçar a disciplina no exército, perseverar na política em favor da frente única de todos os sectores do povo e evitar todo o desperdício de recursos humanos e materiais. Todas essas medidas visam a reforçar a nossa ofensiva contra o inimigo. A nação inteira deve redobrar de vigilância para conjurar o perigo de guerra civil e esforçar-se por conseguir a formação dum governo democrático de coalizão. A guerra de libertação nacional da China entrou em nova fase, o nosso povo deve reforçar a unidade na luta pela vitória final.